



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras


Elisa Mabel Vieira da Silva

**A autoria nas conclusões das monografias: o uso de
modalizadores**

Rio de Janeiro
2016

Elisa Mabel Vieira da Silva

A autoria nas conclusões das monografias: o uso de modalizadores



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S586 Silva, Elisa Mabel Vieira da.
A autoria nas conclusões das monografias: o uso de
modalizadores / Elisa Mabel Vieira da Silva. – 2016.
256 f.: il.

Orientadora: Maria Teresa Tedesco Vilaro Abreu.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Autoria – Teses. 3.
Pragmática – Teses. 4. Estudos em grupo – Teses. 5.
Linguística – Teses. I. Abreu, Maria Teresa Tedesco
Vilaro, 1963-. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Elisa Mabel Vieira da Silva

A autoria nas conclusões das monografias: o uso de modalizadores

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 14 de março de 2016.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilaro Abreu (Orientadora)
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Maria Teresa Gonçalves Pereira
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Alexandre do Amaral Ribeiro
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Sybille Grosse.
Universidade Hedelberg

Prof^a. Dra. Mariângela Rios de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que acreditam que é possível, por meio da pesquisa científica, fomentar mudanças significativas na prática docente. Dedico esta tese, também, à minha filha Emanuelle da Silva Braga, que mesmo ainda tão pequenina, foi capaz de compreender, da forma dela, a ausência da mãe que, como todas as outras mães, exercem vários papéis sociais, pois precisam estar alinhadas ao seu tempo.

À minha mãe, que nunca deixou de cumprir o seu papel com braveza.

Dedico esta tese, ainda, a todos aqueles que se propõem a escrever com o intuito de colaborar com a ciência e, para isso, fazem jus ao papel de autores que lhes competem no ato da escrita.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu, pela confiança renovadora e estímulo.

Aos Professores Doutores Vania Lúcia Rodrigues Dutra, Magda Bahia Schelee B. Fernandes, Maria Teresa Gonçalves Pereira, Alexandre do Amaral Ribeiro, Sybille Grosse e Mariângela Rios de Oliveira, que muito contribuíram com um olhar aprofundado que possibilitou um crescimento significativo do trabalho.

À minha família, que me apoia sempre em meus trabalhos.

Aos meus alunos, que são responsáveis pelas questões acadêmicas que me movem.

Não existe estágio de língua que não tenha densidade histórica.

Paul Teyssier

RESUMO

SILVA, Elisa Mabel Vieira da. *A autoria nas conclusões das monografias: o uso de modalizadores*, 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta tese teve por objetivo analisar os modalizadores em conclusões de monografias de alunos egressos de curso de nível superior de três universidades da cidade de Volta Redonda (UFF, UniFOA e UGB). Buscou-se compreender como esses modalizadores podem marcar a autoria nessas produções e o efeito de sentido que essas marcas linguísticas podem apresentar nessas conclusões. Os objetivos específicos do trabalho foram: a) Identificar os modalizadores nas conclusões das monografias e classificá-los discursivamente entre (lógicos, deônticos, apreciativos e pragmáticos); b) Avaliar os efeitos de sentido nas ocorrências dos modalizadores (lógicos, deônticos, apreciativos e pragmáticos) nas conclusões das monografias dos acadêmicos, formandos em cursos de nível superior; c) Verificar se há a autoria por parte dos graduandos que produziram as conclusões das monografias. d) Contrastar os tipos de modalizadores mais usados nas conclusões das monografias que constituem o *corpus* com os efeitos de sentido que o uso desses modalizadores pode apresentar a fim de confirmar a materialização da voz do autor nas conclusões do gênero monografia; e) Defender a premissa de que é possível ensinar aos alunos como marcarem a autoria nas produções científicas e apontar a falta de elementos discursivos relevantes para essas produções nos manuais de elaboração de trabalhos científicos. Apresentou-se como hipótese que os alunos-autores fazem uso dos modalizadores nas conclusões de monografias considerando a estrutura do gênero que estão produzindo, além de fazerem valer, também, por meio do uso dos modalizadores, os discursos sociais considerados aceitos pela comunidade científica. No entanto, não deixam de marcar, por meio dos modalizadores, opiniões de ordem pessoal, que caracterizam a subjetividade nessas produções e, conseqüentemente, marcam o lugar do autor na produção. O dispositivo teórico que alicerçou este trabalho está pautado nos princípios contidos na Análise do Discurso e na Pragmática com suporte, essencialmente, em estudiosos como Bakhtin (2011), Bronckart (2007), Castilho e Castilho (2020 e Nascimento (2009). Investigou-se por meio de análise qualitativa e quantitativa a presença ou não de modalizadores nas conclusões de 50 monografias bem como o efeito de sentido que esses modalizadores apresentam na marcação do lugar dos autores nessas conclusões. Acredita-se poder contribuir com o trabalho de professores e alunos que almejam a produção do gênero monografia, de forma a auxiliá-los com relação ao uso deste recurso linguístico, os modalizadores, que evidencia a posição subjetiva desses sujeitos-autores nas produções de gêneros científicos. Verificou-se, com a análise dos modalizadores materializados nas 50 conclusões do gênero monografia, que o grau de responsabilidade enunciativo-discursiva assumido pelo enunciador configura-o como um autor da produção. Concluiu-se, pois, que as escolhas linguísticas que materializam uma postura responsiva, por parte do aluno-autor, devem ser componente do ensino das produções de gêneros científicos. Há de se pensar, ainda, na necessidade de rever questões referentes à discursividade nas referências que tratam dos gêneros científicos.

Palavras-chave: Autoria. Modalizadores. Efeitos de sentido. Gênero discursivo monografia.

ABSTRACT

SILVA, Elisa Mabel Vieira da. *The authorship in the conclusions of the monographs: the use of modalizers*. 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The following thesis aims to analyze the usage of modalizers by college students in their monographies' conclusions, at three universities in the city of Volta Redonda (UFF, UniFOA and UGB). The survey tries to comprehend how these modalizers may shape the authorship in such productions and the meaning effects those linguistic marks may cause in the aforementioned conclusions. The specific objectives of the research were: a) to identify the modalizers in the monographies' conclusions and classify them, discursively, among (logical, deontic, appreciative and pragmatic); b) to evaluate the meaning effects on the occurrences of modalizers (logical, deontic, appreciative and pragmatic) throughout the academics' monography conclusions, graduating in higher-level courses; c) to check if there is authorship on behalf of the students who produced the monographies' conclusions; d) to contrast the most used modalizers' types on the monographies' conclusions, which constitute the *corpus*, with the meaning effects which these modalizers may present, in order to confirm the materialization of the author's voice in the monographies' conclusions; e) to defend the premise that it is possible to teach the students how to mark the scientific productions' authorship, and to point out the lack of relevant discursive elements for such productions in the scientific researches' preparation manuals. It was presented as hypothesis that the author-students use the modalizers in the monographies' conclusions considering the structure of the gender they are producing, besides enforcing, also via the usage of modalizers, the social speeches considered acceptable by the scientific community. However, they do not waste the chance to point out, through modalizers, opinions of personal nature, which characterize the subjectivity on those productions and, consequently, set the author's mark in the production. The theoretical material that supported this research is based on the principles found in the Speech Analysis and Pragmatics, essentially supported by experts as Bakhtin (2011), Bronckart (2007), Castilho and Castilho (2020 and Nascimento (2009). It was investigated, via qualitative and quantitative analysis, the presence or not of modalizers in the conclusions of 50 monographies, as well as the meaning effect those modalizers present on the authors' mark in such conclusions. There might be contributions to the work of teachers and students who aim to make productions of the type monography, in a way to help them with what regards the use of this linguistic resource, the modalizers, which put in evidence the subjective position of these subject-authors in the scientific productions. With the analysis of the modalizers materialized in the 50 monography conclusions, it was checked that the enunciative-discursive responsibility degree taken by the enunciator sets him up as the author of the production. Therefore, it is concluded that the linguistic choices that materialize a responsive posture, on behalf of the author-student, may be a component of the scientific productions' education. Still, there should be a reflection over the need to re-check issues regarding the discursivity on the references that deal with the scientific genders.

Keywords: Authorship. Modalizers. Effect of meaning. Monograph discursive genre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	O aparelho formal da enunciação.....	21
Figura 2 -	A subjetividade de Benveniste.....	26
Figura 3 -	Percentual de ocorrência dos modalizadores.....	136
Figura 4 -	Percentual de ocorrência dos modalizadores lógicos por grupo gramatical.....	137
Figura 5 -	Percentual de ocorrência dos modalizadores deônticos por grupo gramatical.....	138
Figura 6 -	Percentual de ocorrência dos modalizadores apreciativo por grupo gramatical.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ocorrência dos modalizadores lógicos.....	95
Quadro 2 - Marcação das ocorrências de modalizadores deônticos materializados por verbos auxiliares de modo.....	103
Quadro 3 - Marcação das ocorrências de modalizadores deônticos materializados por orações impessoais.....	108
Quadro 4 - Marcação das ocorrências de modalizadores apreciativos materializados por advérbio ou locuções.....	112
Quadro 5 - Ocorrência dos modalizadores deônticos de obrigação.....	118
Quadro 6 - Ocorrência dos modalizadores deônticos de proibição.....	122
Quadro 7 - Ocorrência dos modalizadores deônticos de possibilidade.....	125
Quadro 8 - Ocorrência dos modalizadores apreciativos subjetivos.....	131
Quadro 9 - Ocorrência dos modalizadores apreciativos intersubjetivos.....	132

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	FUNDAMENTOS GERAIS	18
1.1	O enunciado e a noção de discurso	18
1.2	A subjetividade	24
1.2.1	<u>Subjetividade postulada por Benveniste</u>	24
1.2.2	<u>Subjetividade postulada por Bakhtin</u>	28
1.3	O gênero discursivo monografia	31
1.4	A estrutura do gênero monografia	36
2	FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS	49
2.1	Autoria para Bakhtin	49
2.2	A modalização na perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart	57
2.3	A modalidade e a modalização a partir das perspectivas de Castilho e Castilho e Nascimento	75
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	87
3.1	Metodologia	87
3.2	Análise da estrutura das conclusões	90
3.3	Análise dos modalizadores nas conclusões	94
3.3.1	<u>Modalizadores lógicos</u>	94
3.3.2	<u>Modalizadores deônticos</u>	103
3.3.3	<u>Modalizadores apreciativos</u>	111
3.3.4	<u>Modalizadores pragmáticos</u>	116
3.4	Efeitos de sentido provocados pelo uso dos modalizadores nas conclusões das monografias	117
3.4.1	<u>Efeito de sentido dos modalizadores deônticos</u>	117
3.4.2	<u>Efeitos de sentido dos modalizadores apreciativos</u>	130
3.5	Resultados	135
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	147
	ANEXOS	160

INTRODUÇÃO

Minha trajetória de quase 18 anos atuando como professora de língua portuguesa para o nível superior despertou, em mim, a necessidade de buscar, por meio da pesquisa, uma resposta para justificar toda a proposta que apresento para desenvolver nesta tese, que é a de avaliar marcas de autoria nas monografias de alunos concluintes de cursos do nível superior. As produções científicas fazem parte da minha prática como professora e como pesquisadora e servirão de elemento de análise para este estudo.

Por trabalhar com a produção de gêneros científicos como monografias e artigos em cursos de nível superior na disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, aspectos acerca de autoria nessas produções têm chamado a minha atenção. Devido ao fato de acreditar ser fundamental que encontremos materializadas marcas linguísticas que representem a autoria por parte dos graduandos, proponho investigar os modalizadores nessas monografias a fim de avaliar se existe, de fato, autoria nesses gêneros científicos produzidos como exigência das instituições de nível superior para obtenção de título. Pretendo, ainda, avaliar se o uso desses modalizadores possibilita um posicionamento responsivo por parte de quem produz o texto.

Mesmo tendo os gêneros de ordem científica o propósito de divulgar os resultados da investigação realizada, de modo que haja certa imparcialidade por parte do pesquisador, é importante o posicionamento do sujeito da pesquisa, no caso os acadêmicos, a fim de conferir ao texto a autoria dessa produção. Essa conferência está relacionada, na minha concepção de professora de língua portuguesa (que trabalha com produção de gêneros científicos), à emancipação ou à autonomia por parte do discente no uso do discurso.

Os professores, que trabalham com produção de gêneros discursivos, objetivam que haja autonomia por parte dos alunos ao produzirem os textos, de modo a confirmarem uma proficiência naquele gênero. No caso de alunos do curso superior, é possível que as marcas de autoria legitimem a autonomia textual desse aluno, ao produzirem as conclusões das monografias, objeto de estudo desta tese. Acredita-se nessa possibilidade pelo fato de que nas conclusões das monografias o aluno-autor precisa se posicionar acerca das teorias lidas e discutidas no

desenvolvimento da monografia, mostrando um posicionamento responsivo e autônomo. Investigar a existência da materialização dessa autoria nas conclusões das monografias de alunos concluintes de cursos de nível superior é, portanto, o cerne da pesquisa que ora é apresentada nesta tese.

É preciso, pois, que se faça um desenho do quadro teórico que servirá de base para essa investigação de modo a esclarecermos os meandros que serão percorridos por nós. A pesquisa terá o embasamento nas teorias: Análise do discurso (gêneros discursivos e autoria postulados por Bakhtin (2011)) e Pragmática (modalização e modalizadores postulados por Bronckart (2007), Castilho e Castilho (2002) e Nascimento (2009)).

Para a compreensão do conceito de autoria, a partir da perspectiva analítica de que tratamos, tomar-se-ão como base teórica as discussões apresentadas por Bakhtin (2011). Em se tratando de marcas de autoria, é possível analisarmos vários aspectos, como exemplo, o uso de modalizadores por meio dos processos modais de verbos auxiliares, advérbios e orações impessoais e advérbias que regem uma completiva. Há, portanto, diversas formas de o graduando se posicionar e marcar tanto a autoria em sua produção, como um posicionamento avaliativo acerca das questões que são discutidas por ele. Dentre essas possibilidades de marcar linguisticamente, a autoria nas produções, uma delas desperta em nós maior interesse, o uso dos modalizadores. Por esse motivo, pretende-se avaliar o uso de modalizadores nas monografias à luz das discussões apresentadas por Bronckart (2007) e Castilho e Castilho (2002) e Nascimento (2009) a fim de identificar essas marcas de autoria nas conclusões das monografias.

Os trabalhos de fim de curso que constituem o *corpus* são aqueles que se configuram como exemplares do gênero monografia, gênero discursivo de ordem científica usada por muitas instituições de ensino superior como requisito para obtenção de título dos alunos formandos, especificamente a conclusão dos trabalhos. Para tanto, o estudo do gênero discursivo terá como aporte os postulados de Bakhtin (2011), Marcuschi (1996), Brait (2003) e, em relação ao gênero monografia, Motta Roth e Rabuske (2010).

Considerando os pontos apresentados até aqui as principais questões de pesquisa para a elaboração da tese são as seguintes:

1) Existem marcas de autoria, nas produções das conclusões do gênero monografia, produzido pelos alunos formandos de cursos de nível superior de três das quatro universidades existentes na cidade Volta Redonda, Universidade Federal Fluminense (UFF), Centro Universitário de volta Redonda (UniFOA) e Centro Universitário Geraldo di Biase (UGB)?

2) Que tipos de modalizadores são utilizados nas conclusões das monografias das diferentes áreas de formação?

3) Como podemos avaliar a aplicação dos modalizadores na produção das conclusões do gênero monografia no que concerne aos efeitos de sentido que o uso desse recurso linguístico pode produzir?

4) Há autoria por parte dos acadêmicos, produtores do gênero monografia, especificamente nas conclusões, nas diversas áreas de formação assinalado pelo uso dos modalizadores?

É com base nos questionamentos de pesquisa apresentados que a tese tem como objetivos gerais:

a) Depreender as marcas linguísticas (marcadores de modalização) deixadas pelo sujeito da enunciação em conclusões de monografias produzidas por alunos concluintes de cursos do nível superior das quatro universidades situadas na cidade de Volta Redonda sendo uma pública e três privadas do (UFF; UniFOA; UGB);

b) Avaliar o uso dos modalizadores nessas conclusões de monografias na configuração de um autor autônomo na produção científica e verificar os efeitos de sentido provocados por esse recurso usado pelos alunos nas conclusões do gênero monografia.

Já como objetivos específicos têm-se:

a) Identificar os modalizadores nas conclusões das monografias e classificá-los discursivamente entre (lógicos, deônticos, apreciativos e pragmáticos);

b) Avaliar os efeitos de sentido nas ocorrências dos modalizadores (lógicos, deônticos, apreciativos e pragmáticos) nas conclusões das monografias dos acadêmicos, formandos em cursos de nível superior;

c) Verificar se há a autoria por parte dos graduandos que produziram as conclusões das monografias.

d) Contrastar os tipos de modalizadores mais usados nas conclusões das monografias que constituem o *corpus* com os efeitos de sentido que o uso desses modalizadores pode apresentar a fim de confirmar a materialização da voz do autor nas conclusões do gênero monografia;

e) Defender a premissa de que é possível ensinar aos alunos como marcarem a autoria nas produções científicas e apontar a falta de elementos discursivos relevantes para essas produções nos manuais de elaboração de trabalhos científicos.

Tem-se como hipótese que

a) Há a presença do sujeito nas produções das monografias, que por meio de marcas da enunciação (modalizadores), intenciona posicionar-se acerca das teorias discutidas nas produções científicas;

b) As escolhas feitas pelo sujeito enunciador (uso dos modalizadores) são, reconhecidamente, subjetivas;

c) As conclusões das monografias materializam um autor que faz valer sua voz como sujeito autônomo da produção, a partir dos modalizadores, sem deixar de se posicionar a partir das vozes sociais..

d) Os alunos-autores fazem uso dos modalizadores nas conclusões de monografias considerando a estrutura do gênero que estão produzindo, além de fazerem valer, também, por meio do uso dos modalizadores, os discursos sociais considerados aceitos pela comunidade científica. No entanto, não deixam de marcar, por meio dos modalizadores, opiniões de ordem pessoal, que caracterizam a subjetividade nessas produções e, conseqüentemente, marcam o lugar do autor na produção.

O *corpus* para a análise é constituído de 50¹ conclusões de um universo de 373 monografias de alunos concluintes de diversos cursos de graduação das áreas:

¹ Esse número de monografias que constitui o *corpus* será justificado na metodologia da análise situada no Capítulo 3, p.88.

Ciências Exatas; Engenharias; Ciências Biológicas; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA) e Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB), universidades da rede privada de ensino existentes na cidade de Volta Redonda, e também da Universidade Federal Fluminense (UFF). As conclusões analisadas serão aquelas produzidas no período de 2012 a 2015 que atendem aos critérios estabelecidos na metodologia para análise dos dados.

Com o intento de elucidar ainda mais a forma como o *corpus* será formado, faz-se mister justificar os motivos que nos levaram ao recorte apenas das conclusões das 50 monografias que servirão de objeto de pesquisa para esta tese. O primeiro motivo está atrelado ao estudo do gênero monografia com base em autores como Severino (2000) e Leite (1987), por exemplo, que, a partir do que regula a associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), afirmam que é na conclusão da monografia que o autor apresenta a sua avaliação acerca das discussões teóricas que usou no desenvolvimento do trabalho.

Outro motivo que justifica o uso apenas das conclusões das monografias como objeto de estudo desta tese está pautado na análise inicial realizada nas monografias, que possibilitou verificar que nas introduções há um percentual muito baixo de ocorrências de modalizadores, pois na introdução objetiva-se, apenas, apresentar o trabalho. Nas introduções, bem como no desenvolvimento das monografias, parte da pesquisa destinada à apresentação do aporte teórico, houve a ocorrência de modalizadores. No entanto, em número pouco expressivo, pois o objetivo desta parte do trabalho é apresentar a fundamentação teórica. Já, nas conclusões, o número percentual de modalizadores foi bem mais expressivo do que em relação às outras partes do trabalho. Isso corrobora as afirmações feitas pelos autores que estudam o gênero monografia, que é nas conclusões que o graduando apresentará o seu posicionamento em relação aos resultados da pesquisa.

Não há a intenção de fazer uma comparação entre as áreas de formação ou dos cursos em termos quantitativos, mas avaliar as conclusões dos formandos e o uso que fazem dos modalizadores como marcadores de autoria nessas conclusões, visto que uma análise prévia, também permitiu constatar que o uso dos modalizadores ocorre em todas as áreas de formação, independentemente do curso.

Embora esta pesquisa seja de caráter qualitativo, far-se-á, também, um levantamento quantitativo dos marcadores de modalização nas conclusões a fim de relacionar o uso de tipos diferentes de modalizadores e as diferenças de sentido ou intencionalidade que esses modalizadores podem marcar nas conclusões dos textos monográficos.

A tese será desenvolvida considerando a seguinte sequência:

No primeiro capítulo, intitulado Fundamentos Gerais, apresentar-se-ão as noções que fundamentam, teoricamente, o nosso trabalho, tais como: análise do discurso com os conceitos de enunciação, enunciado, discurso e subjetividade, além das discussões sobre o gênero discursivo monografia e sua estrutura, baseando-nos nas discussões de Bakhtin (2011), Ducrot (1984), Marcuschi (1996), Brait (2003), Motta Roth e Rabuske (2010), principalmente. Optou-se por discutir os conceitos, a partir desses autores, por acreditarmos que eles serão pertinentes no embasamento teórico que pretendemos destacar nesta tese. Todos eles se aprofundaram nas noções das questões discursivas e, por essa razão, serão trazidos para as discussões ora pretendidas.

No segundo capítulo, tratar-se-á dos fundamentos específicos, os quais abarcam os conceitos de autoria à luz dos postulados por Bakhtin (2011), que embasa o seu trabalho na questão dialógica, considerada bastante pertinente para o curso das questões teóricas tratadas nesta tese. Tratar-se-á, ainda, da modalização na perspectiva interacionista sociodiscursiva discutida por Bronckart (2003), além dos postulados de Castilho e Castilho (2002) e Nascimento (2005) acerca dos modalizadores que fundamentam os seus estudos na perspectiva semântico-argumentativa e pragmática.

No terceiro capítulo, proceder-se-á a análise e a discussão dos dados para, posteriormente, haver a apresentação dos resultados e, por fim, a apresentação das considerações finais seguidas das referências e dos anexos.

No que diz respeito às contribuições desta pesquisa, espera-se colaborar para uma visão mais ampla em relação ao ensino da produção de textos científicos, como também agregar conhecimentos aos que produzem as monografias, no sentido de serem capazes de compreender e aplicar, de forma consciente, as marcas que imprimem a autoria nessas produções. Acredita-se que, ao escrever, os

autores imprimem suas marcas no texto e revelam um comprometimento com o que enunciam e que a modalização é uma das formas de sinalizar esse comprometimento. Nesse sentido, entender como funciona esse processo de marcação de autoria e quais efeitos de sentido o uso dos modalizadores pode apresentar poderá representar um diferencial em termos de qualidade de produção.

Entende-se, ainda, que seja possível agregar, por meio desta pesquisa, um maior conhecimento acerca do uso dos modalizadores nas conclusões das monografias, pois esta tese reúne o estudo dos modalizadores nessas conclusões bem como o efeito de sentido que essas marcas linguísticas podem trazer nessa parte do gênero científico para este estudo. De acordo com levantamentos feitos por nós, a abordagem nessas perspectivas tem caráter de singularidade justificando, portanto, esta investigação.

Acredita-se poder contribuir, também, para uma reformulação de manuais e referências que tratam do gênero monografia, que de modo geral, não trazem questões concernentes à discursividade desse gênero, entendido com preponderante para o ensino de qualquer gênero discursivo.

1 FUNDAMENTOS GERAIS

Ao propor o estudo relacionado à autoria, entende-se a necessidade de tratar de alguns conceitos que perpassam essa trajetória teórica. Nesse sentido, este capítulo será distribuído em quatro seções. A primeira seção tratará dos conceitos de enunciado e discurso considerando os postulados de Benveniste (2006), Guillaume (1973), Gardiner (1989), Ducrot (1984) e Bakhtin (1997). A segunda seção tratará dos conceitos de subjetividade à luz da teoria da enunciação de Benveniste (2006) e dos postulados de Bakhtin (1981). Por meio desses conceitos, acredita-se ser possível compreender o lugar do autor das produções de conclusões das monografias bem como suas intenções e marcas na produção que acreditamos estarem atreladas tanto a um plano textual quanto a um plano discursivo da produção. A terceira seção tratará do gênero discursivo monografia, que é o objeto de estudo neste estudo e a quarta e última seção discutirá acerca da estrutura do gênero monografia. Para o desenvolvimento dessas partes, tomar-se-ão como base os estudos de Bakhtin (2003), Marcuschi (2003); Severino (2000), Lakatos e Marcone (2003); Medeiros (2003); Salvador (1981); Ramos (2009); Cervo e Bervian (2007), Gil (1989); Gomides (2002); Tzoni-Reis (2009); Castro (1978); Leite (1997).

1.1 O enunciado e a noção de discurso

O homem, quando enuncia, recria, reconstrói irrepetivelmente, a língua. Sendo assim, cada ação enunciativa é singular, devido ao fato de que não se repetem os contextos e as condições pessoa-espaco-tempo.

Para Benveniste (2005, p.82) a enunciação é tida como a “colocação da língua em funcionamento por um ato individual de funcionamento.” Pode-se concluir com essa afirmação que, no momento em que o sujeito faz uso da língua, ele o faz singularizando o discurso naquele dado tempo e local, ou seja, naquela situação contextual.

Nesse sentido cita-se Malidier, Normand e Robin (1994) que afirmam que o:

conceito de enunciação é sem dúvida a tentativa mais importante para ultrapassar os limites da linguística da língua. Após Bally, que dá uma primeira formulação do problema, Jakobson e Benveniste foram justamente saudados como os pioneiros das pesquisas neste domínio. Quaisquer que sejam as diferenças que marcam as suas abordagens, os trabalhos destes dois linguistas convergem no sentido de colocar em evidência uma classe de unidades da língua que se definem por suas propriedades funcionais do discurso: *embrayeurs* (ou *shifters*) para Jakobson, elementos indiciais para Benveniste, estes elementos têm a particularidade de remeter para a “instância do discurso” em que eles são produzidos, constituindo no enunciado pontos de emergência do sujeito da enunciação. Esta descoberta comum funda a oposição entre enunciado e enunciação e abre uma perspectiva nova à análise do texto: este não manifesta apenas o funcionamento da língua como “repertório de signos e sistema de suas combinações”, mas remete para a “linguagem assumida como exercício pelo indivíduo”. (MALDIDIER; NORMAND; ROBIN, 1994, p.72).

A respeito desse conceito de enunciação, Flores (2009) esclarece em seu Dicionário de Linguística da Enunciação que se deve compreender enunciação a partir do quadro enunciativo discutido por Benveniste (2005). Nesse quadro enunciativo apresentado por Benveniste na obra “Problemas da Linguística Geral I” (2005), o “eu-tu” compreende a noção de pessoa e de situação, além do espaço e do tempo.

Para esse estudioso de Benveniste (2005), “essa noção, descrita como ato de tomada da palavra, constitui-se em um processo de inserção dos sujeitos na língua, o qual envolve apropriação e atualização.” (FLORES, 2009, p.102). A apropriação refere-se à seleção de signos linguísticos, comuns aos sujeitos; já a atualização diz respeito ao trabalho dos sujeitos visando, respectivamente, à expressão e à compreensão de uma ideia referente a ambos e à circunstância em que se inserem.

Sendo assim, pode-se esclarecer a despeito das discussões de Benveniste (2005) que a enunciação é um processo de apropriação em que a língua passa a discurso e o locutor ao enunciar estabelece-se em seu discurso e determina o interlocutor, o espaço e o tempo. As seleções de signos linguísticos e a utilização deles em um dado contexto caracterizam esse enunciado.

Enunciado no dicionário de linguística e enunciação, a partir da discussão de Benveniste (FLORES, 2009, p.107), é entendido como a “manifestação da enunciação produzida a cada vez que se fala”. A noção de enunciação, postulada por esse estudioso, é, portanto, pautada no sujeito, que, ao se apropriar do aparelho

formal da língua, enuncia sua posição de sujeito, marcando-se como “eu”, inserindo o “tu e o “ele” em seu discurso (*eu* é pessoa “subjativa”; *tu*, “não subjativa” e ele “não-pessoa”).

Benveniste (2005) define o “aparelho formal da enunciação” como sendo um mecanismo que possibilita ao locutor alterar a língua para discurso. Dessa forma, como já mencionado anteriormente, ao se apropriar do “aparelho formal da enunciação”, o locutor produz uma referência de caráter singular que jamais será repetida, permitindo a semantização da língua, ou seja, a forma e o sentido a partir do domínio do semântico. Essa movimentação traz à tona os índices de pessoa (relação eu-tu), espaço (este, aqui) e tempo produzidos na e pela enunciação dos quais trata Benveniste (2005).

Dessa forma Benveniste (1988, p.255) explica que

quando saio de mim para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um tu que é fora de mim, a única pessoa imaginável. Essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao eu e se invertem em tu. Poder-se-á, então, definir o tu como a pessoa não subjativa, em face da pessoa subjativa que eu representa; e essas duas “pessoas” se o porão juntas à forma de “não-pessoa” (= “ele”).

A teoria de Benveniste (1988) focaliza, pois, no sujeito e suas marcas no discurso sendo assim:

o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso [...] (BENVENISTE, 2005, p. 83-84).

Nesse sentido, é relevante a apresentação da figura a seguir que representa o aparelho formal da enunciação de que trata Benveniste (2006, p.) como sendo “o dispositivo que permite ao locutor a transformar a língua em discurso”, pois é nesse momento, como afirma Flores (2009) que o locutor produz uma referência de forma singular e sem repetições possíveis da língua, possibilitando a sua semantização. Para isso, insurge a relação eu-tu, os índices de ostensão ou lugar (este, aqui) e as formas temporais produzidas pela enunciação.

Entende-se que o esquema do aparelho formal da enunciação é capaz de ilustrar como acontece o processo discursivo, que é dar vida à língua pelo fato de cada enunciado ser único num dado contexto em que o enunciador (eu) faz uso da língua para se propor como sujeito e traz para o discurso o interlocutor (tu) de modo a interagirem discursivamente. Essa noção é interessante, pois, ao analisar as conclusões das monografias, avaliar-se-á, justamente, o enunciado que passa a discurso quando lido pelos interlocutores. Dessa forma têm-se os alunos-autores (eu) enunciando para os leitores (tu), um discurso que tem caráter singular e irrepetível e que possibilita dar sentido a esse discurso a partir do que fora enunciado.

APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO

Eu índice de pessoa (indicador das pessoas do discurso)

(pessoa subjetiva)



(aqui, este)



índice de tempo (indicador das noções temporais)

(agora- contexto)

Tu índice de pessoa (indicador das pessoas do discurso)

(pessoa não-subjetiva)



índice de espaço (indicadores de ostensão)



(aí, esse)



ENUNCIADO



índice de tempo (indicadores das noções temporais)

(agora - contexto)

DISCURSO

Figura 1 - O aparelho formal da enunciação
 Fonte: A autora

Benveniste (2006) hierarquiza as pessoas no aparelho formal da enunciação e define as pessoas do discurso. O eu/tu são pessoas do discurso em oposição a ele que é a não pessoa. Todavia, as pessoas eu/tu só assumem esse papel se representadas por um falante na instância discursiva que é o “ato de dizer cada vez único pelo qual a língua é atualizada em fala pelo locutor” (BENVENISTE, 2006). A não pessoa, o ele, no entanto, representa uma categoria da língua, sem relação com a enunciação, assumindo, portanto, um valor objetivo para a língua, pois não participa do discurso e nunca será sujeito da enunciação.

As pessoas eu/tu se caracterizam como categorias de discurso e só representam categorias do discurso quando assumidas por um falante, na instância discursiva. Essa estrutura enunciativa é sempre única, móvel e reversível, representando a (inter)subjetividade na linguagem. A terceira pessoa (a não pessoa, ele), ao contrário, é um signo pleno, uma categoria da língua, que tem referência objetiva e seu valor independe da enunciação, declarando, portanto, a objetividade. A oposição entre os participantes do diálogo e os não participantes resulta em duas correlações: personalidade e subjetividade. A correlação de personalidade opõe a pessoalidade, presente em *eu/tu*, e a não pessoalidade, presente em *ele*; já a correlação de subjetividade descreve a oposição existente entre o *eu* (pessoa subjetiva) e o *não-eu* (pessoa não-subjetiva). Essas correlações, portanto, são relevantes para este estudo, pois posicionam o aluno-autor como pessoa subjetiva quando enunciam para os interlocutores (leitores das monografias).

Dessa forma, com base em estudos de Benveniste (2006), é possível concluir que os pronomes operam tanto no formal, quanto sintático, no funcional, como no pragmático de modo que essa classe de pronomes representa também fatos de linguagem, “pertencentes à mensagem (fala), às categorias do discurso e não apenas como pertencentes ao código (língua), às categorias da língua, como considerava Saussure.” (BENVENISTE, 2005, p. 288).

Nesse sentido, é necessário destacar que, ao avaliar as marcas linguísticas (modalizadores) deixadas pelos autores das conclusões das monografias que constituirão o *corpus* a ser analisado, verificou-se o posicionamento dos sujeitos do discurso (locutores) que, ao mobilizarem e se apropriarem da língua, se relacionarão com os outros (leitores) e com o mundo através do discurso, marcando na língua sua subjetividade e constituindo-se como sujeitos. Dessa forma, ao analisar esse posicionamento do “eu” nas produções acadêmicas, extrapola-se a noção de pessoa tratada apenas como uma categoria da língua por Saussure (2006), como afirma o próprio Benveniste (2005).

Na linguística, Guillaume (1973) discute discurso no momento em que o estruturalismo perde a força e correntes pragmáticas ganham destaque. Já Gardiner (1984, p. 285) diferencia o discurso da língua e define o discurso como sendo a “utilização, entre os homens, de signos sonoros articulados, para comunicar seus desejos e opiniões sobre as coisas.” Guillaume (1973, p.71) apresenta sua concepção de discurso orientada na dimensão mental e afirma que no nível do discurso “a fala tomou corpo, realidade: ela existe fisicamente”.

Se algumas definições de discurso forem avaliadas como essas mencionadas no parágrafo anterior, verificar-se-á que todas consideram o discurso como sendo a língua em uso pelo enunciador num dado contexto e com uma determinada intenção. Nesse sentido, ao se tratar do enunciação e de enunciado, o conceito de discurso torna-se imprescindível, pois ele é materializado pelos enunciados. Conforme afirma Ducrot (1984, p.368), o discurso é “a sequência de enunciados ligados entre si.” Para o autor, o discurso é a realização do texto.

Para Bakhtin (1997, p. 181), o discurso é “a língua em sua integridade concreta e viva”. Nesse sentido, o discurso está relacionado ao fator social e é oriundo do diálogo entre vários discursos. Para esse estudioso, os discursos são formados a partir do já-dito, ou seja, os enunciadores lançam mão de outros discursos para estruturarem os seus discursos caracterizando, desta forma, uma estrutura dialógica nos enunciados, que são materializados em gêneros do discurso, produzidos por determinados interlocutores, num dado espaço e tempo para contemplarem uma determinada demanda das esferas sociais de atividade humana.

Já, segundo Benveniste (1989), o discurso está relacionado à subjetividade. Cada vez que um dos interlocutores assume o lugar de pessoa do discurso, o “eu”, as formas da língua passam a se constituir como discurso.

É possível identificar diversas filiações teóricas na origem dessa noção, na forma como definem o ato da linguagem. Dentre elas: a “intersubjetividade” proposta por Benveniste (2006) e o “dialogismo” pronunciado por Bakhtin (1984), ambos servirão de aporte teórico para este estudo. Tratar do conceito de discurso, a partir dos postulados dos autores que apresentamos nesta seção, faz-se necessário, pois a abordagem proposta para a análise do corpus nesta tese está atrelada às questões do nível discursivo dos enunciados.

1.2 A subjetividade

1.2.1 Subjetividade postulada por Benveniste

As vertentes mais atuais de AD concebem a manifestação da autoria, procurando detectar marcas do sujeito no discurso por ele produzido, a partir da noção bakhtiniana de heteroglossia, numa perspectiva dialógica. Qualquer que seja a base teórica dessas orientações, é possível observar a manifestação da fala do outro nos discursos produzidos pelo falante, ou seja, manifestações da autoria nos enunciados produzidos.

Para Benveniste (2006, p. 63), “[...] somente a língua torna possível à sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade.”.

A língua, segundo Benveniste (2006), é usada pelo sujeito para a enunciação de modo que o tempo e a intenção são considerados por esse autor caracterizando um dinamismo em sua concepção de língua. Nessa relação eu/tu é que pode haver a subjetividade.

Segundo o estudioso (2005, p.286), a subjetividade é

a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego.

Nesse sentido, essa propriedade da subjetividade é determinada pela pessoa na situação de uso da língua. É no momento da enunciação que o sujeito apresenta essa subjetividade. Segundo Benveniste (2005), a subjetividade é materializada num enunciado através de algumas formas (dêixis, verbo) que a língua empresta ao indivíduo que quer enunciar, dessa forma, evidenciando o caráter subjetivo do enunciado. O autor integra os pronomes e o verbo, na categoria de pessoa, proposta apresentada em 1946, confirmando, dessa forma, sua tese.

A oposição entre os participantes do diálogo e os não participantes suscitam duas correlações, a saber: a) A personalidade que se opõe à pessoalidade presente em *eu/tu*, e a não pessoalidade, presente em *ele*; b) A correlação de subjetividade, que evidencia a oposição existente entre o *eu* (pessoa subjetiva) e o *não eu* (pessoa não subjetiva). Tais correlações incluem os pronomes no plural que, nessa teoria, apresentam um papel maior do que mera pluralização, pois, na concepção de Benveniste (2005) não expressam somente plural como o nós e o vós, por exemplo. O nós é definido pelo teórico como inclusivo, por caracterizar a união de um eu (pessoa subjetiva) a um tu/vós, (pessoa não subjetiva) e como exclusivo quando representar o eu (pessoa subjetiva) + ele(s) (não pessoa). Dessa forma, tanto o nós inclusivo quanto o nós exclusivo não podem significar plural porque não demonstram a repetição da mesma pessoa. Somente “eles” — por não ter marca de pessoa — indica verdadeiro plural. No caso do nós, não há pessoas diferentes e não há repetição de “eu”; Já o vós, não apresenta vários “tu”. Nesse sentido, é possível depreender das discussões de Benveniste (2005) que os pronomes se configuram numa classe da língua que opera tanto no formal, (sintático) quanto no funcional, (pragmático), devendo ser percebidos, portanto, como fatos de linguagem, pertencentes às categorias do discurso e não somente como elementos do código (língua), às categorias da língua, como postulava Saussure (2006).

Trazer esse conceito de subjetividade para esta tese é relevante para a compreensão de um dos processos que marcam o lugar do enunciatador no discurso. No que concerne ao estudo da autoria nas monografias, é possível, a partir da categoria de pessoas (eu pessoa, tu, pessoa, ele não pessoa) e do conceito de subjetividade, verificar que os graduandos apresentam essa subjetividade ao fazerem uso de primeira pessoa do plural, além de usarem marcadores que evidenciam um posicionamento avaliativo como os modalizadores, por exemplo, que serão analisados neste trabalho.

Desse modo, compreender a categoria de pessoa de que trata Benveniste é o princípio para identificar o sujeito e suas representações no enunciado, pois conforme afirma Benveniste (2006, p.87), “o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo”.

É possível, portanto, compreender que a identidade do sujeito é constituída a partir das suas relações com o Outro o que nos leva a concluir que a subjetividade está atrelada à intersubjetividade como já mencionado. Nesse sentido, entende-se que, ao estruturarem o discurso para ser materializado nas conclusões das monografias, os autores subjetivos (eu) imprimem sua voz nesses enunciados, no entanto, fazem isso a partir das relações que têm com o Outro além de levarem em consideração o interlocutor no discurso (tu) o que configura a intersubjetividade.

Nesse sentido, de forma esquemática, pode-se apresentar a seguinte figura:

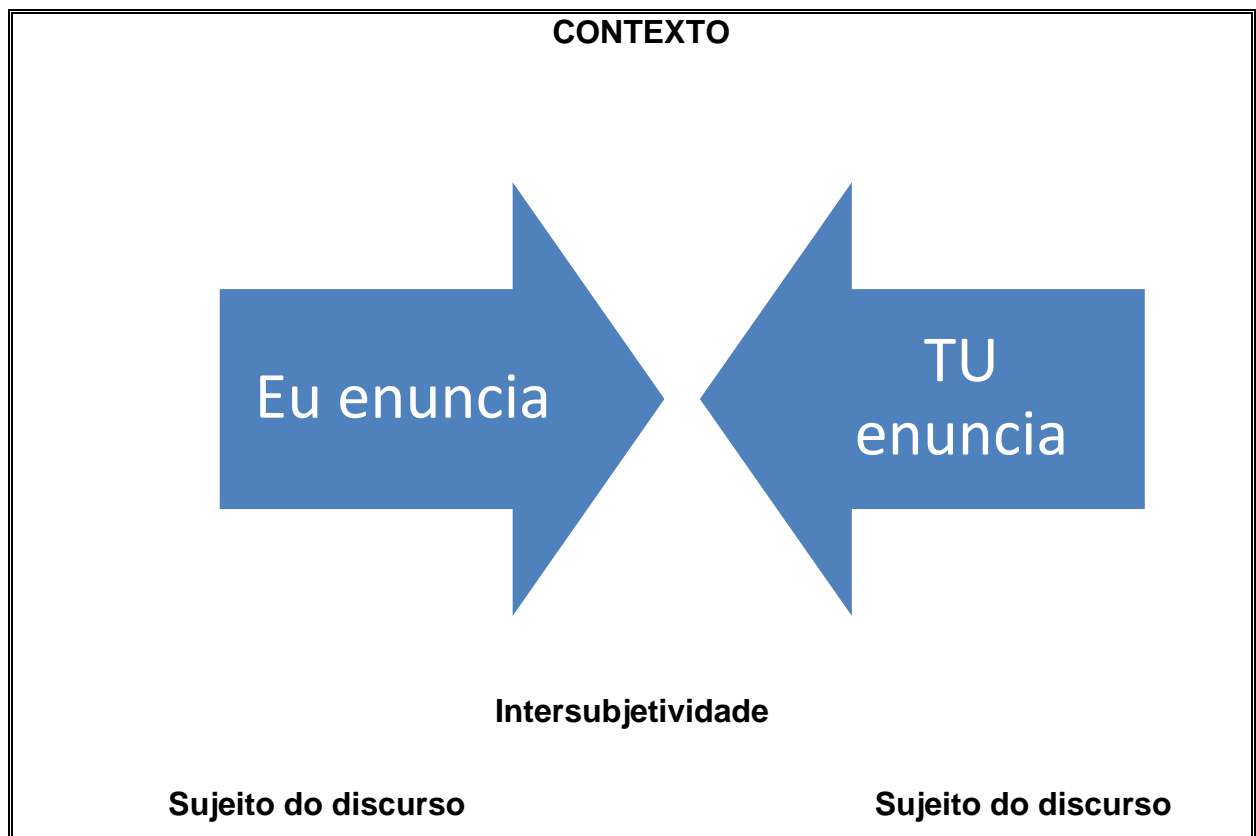


Figura 2 - A subjetividade de Benveniste
Fonte: A autora

É possível depreender do esquema que a subjetividade se dá no uso da linguagem, no momento em que o discurso é materializado pela enunciação numa

dada situação real o “eu” se posiciona como ser subjetivo. Essas inserções permitem afirmar que a subjetividade refere-se ao “eu”, inserido no discurso, mas pelo fato de a enunciação ser a interação dos sujeitos nesse discurso, é preciso considerar o “tu” na situação discursiva.

A intersubjetividade é o ponto fundamental para a caracterização da subjetividade, pois, ao instaurar o “tu” no discurso, o “eu” se posiciona como locutor imprescindível, bem como o “tu”, elocutório, se posiciona da mesma forma e é justamente esta dialética, que permite que o locutor se estabeleça como sujeito, o fato de haver outro polo para que isso aconteça. A subjetividade se dá, portanto, quando o locutor passa a sujeito enunciando “eu”, e ao fazê-lo, concomitantemente, instaura um “tu”, que faz um papel complementar, além de poder assumir também o lugar do “eu”. Falarão sobre o “ele” que será referido por “eu” e coreferido por “tu” numa dada instância discursiva.

Ao apresentar as noções de pessoa (eu, instância que produz o discurso e tu, instância que recebe o discurso) e intersubjetividade, inseparáveis uma da outra, verifica-se a linguagem enquanto ação, e o enunciado como ato singular dessa atividade que possibilita que a subjetividade complemente a intersubjetividade dinamizando o ato enunciativo. Nesse sentido, é possível depreender dessas afirmações que a língua em ação torna-se discurso, que produz infinitos efeitos e sentidos a partir dos contextos e dos sujeitos que enunciam esse discurso de modo que ancorar as discussões na análise do discurso pressupõe levar em consideração o uso da língua viva em dadas situações com intenções definidas a partir de traços singulares e coletivos que caracterizam o sujeito e a subjetividade desse sujeito ao enunciar.

Como menciona Normand (2006), o sujeito em Benveniste (2006) é linguístico, de modo que o autor, em hipótese alguma, deixa a língua de lado desconsiderando sua matéria significante, suas estruturas comuns e sua semioticidade, mas relaciona essas características da língua com a subjetividade e com a situação da comunicação que evidenciam o enunciado, ou seja, não deixa de considerar o semântico. Esse ponto é crucial para a discussão, visto que, ao fazer uso dos modalizadores, o autor está marcando a subjetividade na produção de modo que a matéria significante da língua seja levada em consideração para

expressar as intencionalidades desse autor. Esse lugar subjetivo ocupado pelos autores das monografias justifica, inclusive, o motivo de trazer o conceito de subjetividade para os fundamentos gerais nesta tese.

Levando em consideração os postulados do precursor da linguística da enunciação quando afirma que a subjetividade é “a capacidade do locutor de se posicionar como sujeito” (BENVENISTE, 1991, p.285), encontra-se fundamento para embasar a premissa de que o aluno-locutor, ao produzir o gênero monografia, se inscreve como sujeito a partir de certas formas que a língua lhe possibilita tomando “consciência de si”, o “eu”, ao se testar pelo contraste, no caso o “tu” que serão os leitores dessa produção.

1.2.2 Subjetividade postulada por Bakhtin

Ainda em relação à subjetividade, pode-se mencionar o estudioso russo, Bakhtin (1981), que trata dessa questão pautando seus estudos a partir da crítica feita por ele a duas correntes linguísticas contemporâneas: a) a corrente do Objetivismo Abstrato, pautada nos postulados saussurianos. b) a corrente do Subjetivismo Idealista representada principalmente por Humboldt.

A corrente do Objetivismo Abstrato visa a compreender o conjunto dos fatos da língua e se pauta em uma ciência que tem como base a exatidão de seus elementos linguísticos. Nesse sentido, os postulados defendidos pelos seguidores dessa corrente afastam o aspecto sócio-histórico decorrente da língua pelo fato de concebê-la como norma imutável sem qualquer relação com as questões históricas e contextuais.

Nesse sentido Bakhtin (1999) adverte em relação a essa corrente que

não é a relação do signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o engendra, mas a relação do signo para signo no interior de um sistema fechado, [...] só lhes interessa a lógica interna do próprio sistema de signos; esse é considerado, assim como na lógica, independentemente por completo das significações ideológicas a que se ligam. (1999, p. 83).

Bakhtin (1999), no entanto, defende a tese que está calcada numa visão da língua a partir de seu caráter social e evolutivo, além de considerar como ponto chave dessa discussão a dinamicidade e a concretude da língua. A língua está, pois, em constante evolução, justamente, devido às interações verbais dos interlocutores e se entendida apenas como um sistema normativa ela deixará de ter suas funções sociais.

Para Bakhtin (1999), o objetivismo abstrato desconsidera a enunciação como um ato individual e o subjetivismo idealista considera a enunciação como uma estrutura monológica que se dá a partir das condições psíquicas de quem fala. O estudioso assevera que “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (BAKHTIN, 1981, p.124).

O autor estabelece, portanto, a ligação existente entre os falantes, a língua, a interação verbal, os enunciados, o contexto e o discurso explicando que, se o homem é um ser histórico e social, sua compreensão da linguagem sempre será baseada na situação concreta de modo a levar em conta a enunciação e o contexto. Através do enunciado, numa dada situação concreta é que a palavra pode expressar um juízo de valor, uma significação, uma expressividade. O significado é, para Bakhtin (1981), estabelecido no discurso.

Há de se compreender, então, que na corrente do Objetivismo Abstrato a língua é tida como um sistema imutável de formas linguísticas passado de uma geração para a outra. Já na segunda corrente, a do Subjetivismo Idealista língua é uma atividade que se origina a partir da criação individual.

É relevante pontuar que o dialogismo não pode ser pensado em termos de relações lógicas ou semânticas, pois o que dialoga no discurso são posições de sujeitos sociais. São pontos de vista acerca da realidade, são centros de valor. Bakhtin (1981), ao apontar que a forma de funcionamento da linguagem é o dialogismo, expõe que ele tem um caráter constitutivo em toda produção linguística. Esse dialogismo revela-se na bivocalidade, na polifonia, no discurso direto, indireto e indireto livre, etc.

“Ao se constituir na atmosfera do ‘já dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito” (BAKHTIN, 2002, p. 89). Nesse caso, o discurso é direcionado para o interlocutor de modo que o autor antecipa a reação do ouvinte/leitor e estrutura o seu discurso em resposta ao que vai

ser dito. Desse modo, dois tipos de relações dialógicas ocorridas internamente no discurso são definidas por Bakhtin: aquela que se orienta para os discursos alheios e aquela que se dirige para o interlocutor, formulando uma resposta antecipada ao que vai ser dito. Ao considerar o uso dos modalizadores nas conclusões das monografias, é possível identificar esses dois tipos de relações dialógicas, pois ora os autores intencionam confirmar o discurso já dito, ora intencionam estabelecer uma relação com o discurso-resposta do interlocutor (discurso que ainda não foi dito).

As relações que o discurso do autor estabelece em resposta ao discurso do leitor desencadeiam efeitos estilísticos distintos daqueles mobilizados no diálogo com o discurso alheio porque são outros os aspectos envolvidos na relação.

Esse novo aspecto da dialogicidade interna do discurso distingue-se daquilo que foi definido como o encontro com o discurso de outrem no próprio objeto: pois aqui o objeto não é utilizado como arena de encontro, mas é o círculo subjetivo do ouvinte. Por isso, esta dialogicidade introduz um caráter mais subjetivo, mais psicológico e, frequentemente, mais casual, por vezes grosseiramente conformista, às vezes mesmo provocador e polêmico. (BAKHTIN, 2003, p. 91)

Bakhtin (2003) destaca o fato de que, embora esses dois tipos de dialogia se distingam e deles surjam efeitos estilísticos diversos, podem-se encontrar de tal forma entrelaçados no discurso, que se tornam indistinguíveis para a análise estilística.

Além desse diálogo com o leitor/ouvinte, ao desenvolver seu estudo “Os gêneros do discurso” (1952, p.53), Bakhtin destaca um terceiro tipo de relação dialógica que se estabelece no interior do enunciado, nos gêneros secundários, que aparecem naquelas circunstâncias de comunicação cultural mais complexas, principalmente escritas. Ele distingue, portanto, três orientações dialógicas internas do discurso: a relação com discursos de outros autores orientados para o mesmo objeto (discursos já conhecidos); a relação com o discurso-resposta do interlocutor (discurso que ainda não foi dito) e a relação com a própria enunciação.

Possenti (1998) afirma que

ser sujeito de um texto não significa criar fora das regras que historicamente constituíram gêneros, o que implica algum tipo de assujeitamento; mas também mostra, e é o que mais me interessa que o sujeito não é apenas o ocupante eventual de um lugar de que um discurso se aproveita para acontecer. As manobras – regradas – do sujeito exercem um papel fundamental. (p. 106)

É, justamente, essa consciência de si, de que trata Benveniste (2006), que possibilita a materialização do autor nas produções escritas. Sendo assim, após discorrer, neste capítulo, sobre conceitos relevantes que embasarão as nossas análises, tratar-se-á, especialmente, acerca das concepções de autoria, no capítulo que segue, a fim de relacionar sujeito da enunciação com o sujeito autor das produções de monografia, objeto do estudo como já mencionado.

Nessa pesquisa sobre autoria, portanto, avaliar-se-ão as marcas de autoria por meio dos modalizadores, como já mencionado, de modo a observar tanto as operações de um sujeito falante em um ato individual de realização da linguagem quanto às possibilidades de emergência histórica de algumas práticas de linguagem ligadas a produções sociais e suas inúmeras formas de apreensão. Logo, a partir da perspectiva linguística, tratar-se-ão os modos de que um sujeito da enunciação faz uso para se colocar na linguagem bem como os modos de inscrição histórico-social das práticas de linguagem. Por essa razão, lançar-se-á mão tanto da teoria pragmática quanto da análise do discurso.

Ainda como fundamentos gerais serão apresentadas, nas seções que seguem, as discussões sobre o gênero monografia e sua estrutura, objeto de estudo da nossa pesquisa.

1.3 O gênero discursivo monografia

Mikhail Bakhtin (1999) inovou nos estudos linguísticos e literários do Ocidente a partir da década de 70. Suas obras serviram de base para outros pesquisadores da área e se pautavam em um estudo da linguagem analisado a partir da história, da cultura e da sociedade que, para Bakhtin (1999), são relações indissolúveis. Como discute o estudioso, é no diálogo que acontece nas diferentes esferas da atividade humana que há a produção de formas relativamente estáveis de enunciados, denominadas gêneros discursivos.

Segundo essa proposição, é possível afirmar, portanto, que é sempre através de um gênero do discurso que a língua é colocada em uso. Esses gêneros

discursivos apresentam-se em uma grande variedade, pois são usados tanto em situações de comunicação oral como escrita informal ou formal.

Como afirma o estudioso

A língua materna — a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical —, não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam. (BAKHTIN, 1997, p. 301).

Na concepção de gênero discursivo de que trata Bakhtin (1999), a linguagem é tida como um fenômeno social, histórico e ideológico que configura formas estáveis de enunciados elaborados, de acordo com as condições específicas para cada campo da comunicação verbal de modo que haja, nessa situação sócio-histórica de interação, elementos como o tempo, o espaço, os participantes, a finalidade discursiva e o suporte midiológico produzindo, então, em cada esfera, os gêneros necessários para aquela situação discursiva.

Sendo assim, para Bakhtin (1952) a competência linguística dos sujeitos vai além da frase ou da oração, ela se estende na direção do que ele chama os "tipos relativamente estáveis de enunciados", "o todo discursivo", isto é, os gêneros do discurso, para os quais os falantes são sensíveis desde o início de suas atividades de linguagem. Logo, os gêneros do discurso são diferentes formas de uso da linguagem que variam de acordo com as diferentes esferas de atividade do homem e representam uma economia cognitiva e comunicativa nos processos de troca verbal. Em cada esfera de atividade social, portanto, os falantes utilizam a língua, de acordo com gêneros de discurso específicos. Como as esferas de atividades do homem são bastante diversas, os gêneros do discurso também o são.

Em "Estética da Criação Verbal" (2003), o autor postula que a compreensão da língua não se dá a partir de frases ou orações, mas a partir de gêneros do discurso. De acordo com Bakhtin (2003, p. 262), os gêneros são formas de textos criados pela sociedade, que funcionam como mediadores entre o enunciador e o destinatário. Para Bakhtin (2003), há três aspectos que caracterizam o gênero: o conteúdo temático, o estilo, ou seja, a escolha dos recursos linguísticos do gênero; a construção composicional, ou formas de organização textual. Conforme o autor, esses três elementos não podem ser separados.

Observa-se, portanto, que no caso do gênero monografia escolhido para recorte do corpus desta tese, os autores tratam de um tema específico da área de

formação e estruturam o enunciado tomando como base os elementos estruturais do gênero. Os enunciados materializados nessas produções, portanto, servem para mediar a comunicação entre os alunos-autores e seus interlocutores, no caso dessas produções, a comunidade acadêmica. Observa-se o exemplo que segue:

Exemplo 1: ALVES, Rogéria Ferreira Marques. **Uma análise sobre as mulheres usuárias de álcool e outras drogas atendidas no CRAS – Belo Horizonte.** Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

Tem-se aqui neste exemplo 1, a referência de uma monografia que teve a conclusão como constituição de *corpus* para análise desta tese. Observa-se que o tema abordado está em consonância com a área de formação do aluno-autor, que no caso do exemplo 1, é a área Serviço social. Trata-se de um trabalho que traz à baila a discussão sobre mulheres usuárias de álcool e outras drogas atendidas por profissionais de serviço social no CRAS de Belo Horizonte.

O uso da língua faz parte de todos os diferentes campos da atividade humana levando-nos à compreensão de que o caráter e as formas desse uso sejam variados bem como os campos da atividade humana, respeitando as características da língua. “O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. (BAKHTIN, 2003, p.261).

A enunciação é, pois, a consequência da interação entre interlocutores nas diversas situações discursivas. Logo, a palavra será organizada tendo em vista quem fala e para quem se fala. Nessa perspectiva “o centro organizador de toda a enunciação, de toda a expressão não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo.” (BAKHTIN, 1999, p.118).

A construção dos enunciados deve ser pautada a partir da situação social e das condições específicas de sua constituição. Os enunciados são oriundos das situações discursivas nas diferentes esferas sociais e o tema, o estilo e a composição influenciam diretamente na sua construção. Conforme Bakhtin (1995, p.128), o tema é a “expressão dinâmica, dialógica e singular da enunciação.”, pois está ligado às situações históricas que apresenta traços de singularidade cada vez que for verbalizado em um enunciado.

Considerando que os gêneros, ainda que apresentem certa estabilidade, são heterogêneos e revelam condições e finalidades das esferas sociais da atividade humana a partir das quais são produzidos, o tema é variável o que não impede que apresente uma estabilidade relativa em cada gênero. (FLORES, 2009, 225)

Em relação ao estilo, a influência na construção dos enunciados se dá, pois, na concepção Bakhtiniana (1995), ele representa a “expressão individual que se constrói a partir de uma orientação social de caráter apreciativo”. (FARACO, 2003, p.103). O estilo está totalmente ligado ao tema e à composição de modo que não representa apenas a estrutura formal da língua, mas a forma como a língua é usada. No que concerne à composição, Brait (2012) adverte que se deve levar em consideração para a discussão de gênero do discurso a diferença entre forma composicional e forma arquitetônica. E, segundo ela,

para chegar a essa distinção, Bakhtin sugere que é preciso enfrentar a unidade do texto não como dada exclusivamente por sua forma externa, aparentemente autônoma, mas por seu plano, ou seja, por suas condições concretas de vida, suas interdependências, suas relações, suas posições dialógicas e valorativas. Esse plano ele denomina forma arquitetônica, aspecto que tem a ver, em termos do conjunto da proposta do pensamento bakhtiniano, com a relação eu para o outro – o outro para mim, presente nos textos, nos discursos, nos gêneros. (BRAITH, 2012, p.378)

Nesse sentido, a autora afirma que é fundamental que se considerem as dimensões internas e externas ao se estudar um gênero de maneira que seja dada a importância nas inter-relações “dialógicas e valorativas (entoativas, axiológicas) que o caracterizam enquanto possibilidade de compreender a vida, a sociedade e a elas responder.” (BRAIT, 2012, 378).

Em “Discurso na vida e discurso na arte”, o autor conceitua estilo como:

O estilo do poeta é engendrado do estilo de sua fala interior, a qual não se submete a controle, e sua fala interior é ela mesma o produto de sua vida social inteira. ‘O estilo é o homem’, dizem; mas poderíamos dizer: o estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma do seu representante autorizado, o ouvinte - o participante constante na fala interior e exterior de uma pessoa. (BAKHTIN/VOLOCHIVOV 1926, p. 16),

Dessa forma, conforme postula Brait (2012), instaura-se uma perspectiva estilística inovadora, em que a questão do estilo deixa de ser tratada na sua individualidade e passa a implicar interação, o que vem ao encontro da concepção dialógica da linguagem proposta por Bakhtin (2003) . Os três domínios de que tratamos na p. 32(o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional) são

motivados pela situação contextual de produção dos enunciados, sobretudo pelo julgamento valorativo do locutor no que concerne o tema.

Pode-se, portanto, relacionar essas discussões apresentadas acerca do gênero com as definições de autoria de que tratamos na seção 1 do Capítulo 2. Mesmo estando o autor inserido numa situação dialógica, de que trata Bakhtin (2003), e fazendo uso de um determinado gênero para um dado contexto discursivo no qual esteja inserido, esse autor faz um julgamento das coisas que enuncia e apresenta traços de subjetividade. Portanto, o discurso é dialógico, mas apresenta traços de subjetividade que caracterizam o posicionamento subjetivo do autor.

Bakhtin (2003) faz uma classificação dos gêneros bastante ampla, considerando a diferença essencial existente entre os gêneros do discurso primários (simples), constituídos por aqueles da vida cotidiana; os gêneros do discurso secundários (complexos) produzidos em situações de troca cultural “mais complexa e mais evoluída”, constituídos pelos gêneros, principalmente, da escrita, desenvolvidos nas áreas artística, científica, sócio-política. Esta tese tratará especificamente do gênero monografia e terá uma parte específica reservada aos seus estudos na seção 1.4 que segue na p. 36.

Destarte, pode-se concluir que os gêneros discursivos não devem ser compreendidos sem que seja levada em consideração a sua situação de produção. Há de se destacar, ainda, que as relações entre os sujeitos da enunciação acontecem, segundo Bakhtin (2003), nas esferas comunicativas, que podem ser do cotidiano, originando os gêneros primários; e esferas dos sistemas ideológicos constituídos, responsáveis pelos gêneros secundários.

As esferas caracterizam os gêneros a partir de uma determinada temática e uma intenção enunciativa. São, portanto, agrupados, levando-se em consideração a função comunicativa que exercem que pode ser: científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana. Considerando essas discussões, tomar-se-ão como base para exemplificação dessas premissas as duas conclusões que serão analisadas no capítulo 3 desta tese, nas quais será possível verificar a existência de um tema com o propósito de materializar uma intencionalidade discursiva por parte dos alunos-autores que atende a uma função comunicativa.

Ainda com em relação ao conceito dos gêneros do discurso, Marcuschi (2000)² afirma que os domínios discursivos assinalam uma esfera ou instância de produção do discurso ou atividade humana. Segundo o autor, esses domínios não são definitivamente textos, nem discursos, no entanto, apresentam condições para aparecimento de discursos bastante específicos. Para Marcuschi (Op. Cit.), os tipos textuais são uma construção teórica definida por sua natureza linguística de composição que o autor classifica em tipos textuais categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

Marcuschi (2003) utiliza a expressão gêneros textuais para definir

uma noção propositalmente vaga para se referir a textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio comunicativas definidas por conteúdo, propriedades funcionais, estilo e composição característica (2003, p. 23).

Já o gênero discursivo, segundo ele, refere-se à situação realizada no campo do discurso, ou seja, atrelada a uma situação discursiva num dado contexto que alude o seu aspecto sociocomunicativos.

Marcuschi (2003) assevera que os gêneros discursivos são fenômenos históricos muito ligados à vida cultural e social. Ainda segundo esse autor, os gêneros colaboram na ordenação das atividades cotidianas. São entidades sócio discursivas e formas de ação social incontáveis em qualquer situação comunicativa.

Tendo em vista que se pretende, nesta tese, avaliar as conclusões das monografias, apresentar-se-á, na seção que segue, o estudo do gênero monografia, particularmente, de modo a pontuar os elementos que constituem esse gênero discursivo pertencente ao grupo dos gêneros secundários.

1.4 A estrutura do gênero monografia

Os gêneros da esfera acadêmica representam, sobretudo, o domínio discursivo universitário. Nesse sentido, há os de caráter oral e também os escritos, tais como: resumo, resenha, fichamento, pôster, relatório, monografia, tese,

² Adotaremos como base para a discussão acerca dos gêneros, os estudos de Marcuschi (2003).

dissertação, trabalho de conclusão de curso (TCC), conferência, congresso, ensaio, verbete, planilhas, palestra e seminário. Há, ainda, gêneros da esfera científica cuja finalidade é a divulgação de trabalhos no campo das ciências em geral.

O termo monografia, na perspectiva etimológica, vem do grego *mono* (que significa um só) e *graphein* (que significa escrever). O dicionário traz para o termo a seguinte definição: “estudo minucioso que se propõe a esgotar determinado tema relativamente restrito”. Pode-se, portanto, parafrasear essa definição afirmando que a monografia é um trabalho de ordem científica que apresenta como característica o aprofundamento das discussões a partir de um só assunto ou um só problema.

Os trabalhos acadêmicos são produções realizadas por alunos e pesquisadores com o intento de discutir e de responder a questionamentos ou a problemas de pesquisa de forma objetiva e com base em observações da realidade concreta. Essas produções resultarão, por vezes, em novos conhecimentos do tema discutido e serão realizadas a partir de uma estrutura teórica que fundamentará o trabalho.

Durante a graduação, os acadêmicos apresentam vários trabalhos que se distinguem uns dos outros pelo nível de exigência bem como pela natureza do conteúdo abordado. É comum, portanto, que para a obtenção de título de curso do nível superior, seja exigido dos graduandos a produção de um trabalho baseado, geralmente, em fontes bibliográficas confiáveis, que lhes exige maior embasamento, reflexão e aprofundamento teórico. Autores como Severino (2000), Lakatos e Marcone (2003) e Medeiros (2003), embora conceituem as monografias como sendo trabalhos científicos, fazem distinção entre esses trabalhos, observando o nível da pesquisa, o aprofundamento dado ao tema discutido, à intenção do estudo, a metodologia utilizada, além da originalidade do tema e das conclusões.

Lakatos e Marconi (2001, p. 235) conceituam monografia como:

Descrição ou tratado especial de determinada parte de uma ciência qualquer, dissertação ou trabalho escrito que trata especialmente de determinado ponto da ciência, da arte, da história etc ou ‘trabalho sistemático e completo sobre um assunto particular, usualmente pormenorizado no tratamento, mas não extenso em alcance (American Library Association)’. Trata-se, portanto, de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina.

Nesse sentido, a monografia tem como principal objetivo reunir informações, análises e interpretações científicas que agreguem valor relevante e original à ciência, dentro de um determinado ramo, assunto, abordagem ou problemática. Essa problemática de pesquisa, no entanto, deve ser relevante para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Ainda de acordo com essas duas autoras, Lakatos e Marconi (2001, p. 235), a monografia apresenta as seguintes características enumeradas a seguir:

- a) deve ser um “trabalho escrito, sistemático e completo”;
- b) o tema deverá ser “específico ou particular de uma ciência ou parte dela”;
- c) a monografia deverá ser produzida a partir de um “estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso”;
- d) deverá ser dado um “tratamento extenso em profundidade, mas não em alcance (neste caso é limitado)”;
- e) há de haver uma “metodologia específica”;
- f) e sempre deverá apresentar uma “contribuição importante, original e pessoal para a ciência”.

Salvador (1981, p. 32) resgata concepções diversas de monografia para defini-la como

- a) [...] redução da abordagem a um único assunto, a um único problema particular. Mantém-se assim o sentido etimológico do termo: *monos* (um só) e *graphein* (escrever): estudo por escrito de um único tema específico. As monografias contrapõem-se às obras gerais;
- b) É estudo pormenorizado no tratamento: trata exclusivamente de um único assunto, desenvolvendo-o exaustivamente em todos os seus aspectos e ângulos. É um estudo limitado em extensão, mas exaustivo e completo na compreensão e profundidade;
- c) Resulta de uma investigação científica, feita em documentação escrita ou por observação e experimentação, seguindo rigorosamente a metodologia de cada ciência;
- d) Apresenta uma contribuição original ao progresso da ciência, quer em termos de sistematização de conhecimento, quer em termos de novas descobertas ou de novos inventos;
- e) É também uma contribuição pessoal à ciência, e não uma compilação de obras alheias ou uma mera divulgação de conhecimentos.

Com base nas definições mencionadas, pode-se concluir que a monografia trata de um estudo sobre um determinado tema específico que obedece à rigorosa metodologia e tem significativa relevância para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Segundo afirma Ramos (2009), a pesquisa científica possibilita aperfeiçoar os três princípios organizadores da realidade intelectual: conhecimentos (informações organizadas e estruturadas) habilidades (para a transformação do conhecimento em resultados); competências (compreensão de si e da realidade para “fazer acontecer”). A relação desses princípios colabora para que o universitário ligue a teoria com a prática, ampliando, portanto, seu potencial, permitindo uma reflexão sobre o seu “agir” e o “aprender a ser”.

Ainda nas palavras de Ramos

o estudante precisa se conscientizar de que uma monografia não só representa a expressão de parte de seu patrimônio intelectual, mas também é uma investigação científica que, por definição, é algo que se procura com rigor. É um caminhar para um conhecimento mais profundo sobre um problema de pesquisa, com todas as hesitações e incertezas inerentes. Ele insere-se, assim, num processo de construção do conhecimento científico, busca metodológica e escolha de técnicas. A metodologia associa-se aos paradigmas que orientam a pesquisa e é necessária à adequação concreta entre teoria, problematização, objeto de estudo e o método. (RAMOS, 2009, p. 1)

Observa-se, pois, que a monografia se faz relevante tanto no que se refere à expressão do patrimônio intelectual, como promove a construção do conhecimento científico. Faz-se mister, portanto, que haja adequação entre teoria, problematização, objeto e método de estudo para a produção de uma monografia.

Com base em Salvador (1981, p.32), as monografias apresentam as seguintes características:

- a) A redução da abordagem a um só assunto, a um único problema particular;
- b) É um estudo pormenorizado no tratamento: trata exclusivamente de um único assunto desenvolvendo-o exaustivamente em todos os seus aspectos e ângulos. É um estudo limitado em extensão, mas exaustivo e completo na compreensão e profundidade;
- c) Resulta da investigação científica, feita em documentação escrita ou observação e experimentação, seguindo rigorosamente a metodologia própria de cada ciência;
- d) Apresenta uma contribuição original ao processo da ciência, quer em termos da sistematização de conhecimentos, quer em termos de novas descobertas ou de novos inventos.

Observa-se, portanto, que o cerne da produção da monografia, segundo Salvador (1981), está atrelado à pormenorização das questões investigadas bem com o tratamento científico que deve ser dado a esse tipo de gênero, além da contribuição que o trabalho poderá trazer à ciência.

Salvador (1981) faz distinção entre “monografia escolar” e “monografia científica” e segundo esse estudioso

[...] as monografias escolares das monografias científicas. Aquelas são usadas nos cursos de graduação como uma iniciação à pesquisa e como preparação de seminários; estas são resultado do estudo original e pessoal de um tema bem delimitado, seguindo rigorosamente a metodologia própria de cada ciência. Distinguem-se basicamente pela qualidade da tarefa, pelo nível da pesquisa e pela originalidade das conclusões. (SALVADOR, 1981, p. 33).

O autor afirma que o termo monografia abarca outros tipos de gêneros científicos e, desse modo, deveria, portanto, ser considerado um gênero de trabalho científico e, conseqüentemente, nomear os demais tipos de trabalhos monográficos. É possível, pois, analisar a partir das discussões acerca da monografia, até então apresentadas, que o trabalho monográfico contribui para construção da ciência e, sendo assim, a produção escrita desvenda, através das formas linguísticas, a condição de entrada do graduando na comunidade científica e, de forma particular, revela o autor que há nessas produções e o seu posicionamento acerca das questões que apresenta em seu trabalho monográfico.

A monografia, em sentido amplo, visa a satisfazer um requisito para a obtenção de grau, título ou avaliação acadêmica, geralmente solicitada para a conclusão de cursos de graduação ou pós-graduação. Em ambos, a extensão do trabalho monográfico é variável, porque o mais importante é a qualidade do trabalho apresentado.

Após a definição do gênero monografia, apresentar-se-ão, na seção que segue, as discussões acerca da estrutura desse gênero científico, com a finalidade de compreendermos melhor essa estrutura e termos embasamento suficiente para encaminhamento da análise das conclusões.

De forma geral, a macroestrutura textual de uma monografia é normatizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), instituição nacional responsável pela especificação técnica que descreve as regras e orienta produtos ou serviços. Além dessa fonte que dá o suporte na estrutura do texto, há também, os manuais das instituições de ensino superior, criados para padronização dos trabalhos de fim de curso. São pautados nas regras da ABNT, que “especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e

outros) visando à sua apresentação à instituição (banca, comissão examinadora e professores, especialistas designados e/ou outros)". (NBR 14724, 2005, p.1)

Dentre os elementos obrigatórios de um trabalho monográfico, tem-se a parte textual, que também apresenta regras em relação à estrutura e ao conteúdo. Como proponho, nesta tese, uma investigação da ordem do texto e também do discurso nas conclusões das monografias dos graduandos, tratarei, de forma mais pormenorizada, esses três elementos (introdução, desenvolvimento e conclusão) da parte textual, pois entendo que sejam essenciais para fins de análise, inclusive, justificando o recorte feito para o *corpus*.

De acordo com a ABNT NBR14724 (2005), a introdução é a parte em que o autor vai mostrar o que o trabalho abordará o propósito da pesquisa, os limites da abordagem e todas as informações relevantes para nortear o leitor. Nesta parte, é apresentado o tema do projeto, o problema a ser explanado, as hipóteses (quando couberem), os objetivos a serem alcançados e as justificativas.

A introdução do trabalho, portanto, tem o objetivo de situar o leitor em relação ao contexto do trabalho e despertar-lhe o interesse pelo conteúdo. Formulada em linguagem simples, a introdução traz informações suficientes para que o leitor perceba o norteamento da abordagem: explicitação dos motivos da escolha do assunto, acompanhada da indicação do problema ou da questão básica da pesquisa, identificação dos aspectos teóricos que fundamentaram seu conteúdo, as técnicas de coleta dos dados e indicação dos objetivos pretendidos. Essas informações são retiradas do projeto de pesquisa cuja elaboração precedeu, necessariamente, à realização do trabalho.

A parte que compõe a introdução, orientada por um grande grupo dos autores que publicaram acerca do gênero monografia, se organiza da seguinte forma:

a) Em princípio, a delimitação e a localização do tema no tempo e no espaço, definindo-o com clareza e situando-o em seu momento histórico e cultural. É na escolha do tema que autor considera qual será o seu tempo disponível, o seu interesse e a determinação para prosseguir seu estudo e terminá-lo. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 158).

b) Na sequência, o problema que se deseja investigar, ou seja, ao definir o problema da pesquisa, determina-se o que interessa e o que não interessa ao

pesquisador, em função de seu objetivo. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 159), “problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução.” Portanto, o problema de pesquisa é caracterizado como um aprofundamento do tema.

Para Gomides (2002), a maneira mais fácil e direta de se formular um problema é fazê-lo em forma de pergunta, pois este modo permite identificar, com mais facilidade, aquilo que se deseja pesquisar, separando o supérfluo do essencial. A formulação do problema exige que o estudante tenha algum conhecimento sobre o assunto e também criatividade. Para auxiliar esse processo, é importante que o aluno faça um estudo da literatura existente a respeito do tema, converse com seus professores e com outras pessoas que já possuam noção sobre o mesmo.

c) A hipótese é uma suposta resposta para a resolução de um problema. Para Gil (1989, p. 59), a hipótese sugere explicações para os fatos e elas podem ser verdadeiras ou falsas. Sua comprovação ou reprovação pode ser feita por meio de análise empírica, sendo esta a intenção da pesquisa científica. Conforme Cervo, Bervian e da Silva (2007), com exceção da pesquisa exploratória, que não requer a formulação de hipóteses para serem testadas, as supostas soluções para o problema auxiliam o cientista a escolher o caminho a ser tomado para se investigar, testar e provar se as mesmas são verdadeiras ou não.

d) Os objetivos de um estudo estão relacionados com seu problema ou questões, mas não se confundem, necessariamente, com os mesmos. Um objetivo é um alvo que se pretende atingir e sua definição é uma das partes mais importantes no desenvolvimento do projeto. Existem alguns critérios para a especificação dos objetivos, como pertinência ao estudo, clareza, precisão e exequibilidade. (TOZONI-REIS, p.55, 2009).

Para Cervo, Bervian e da Silva (p. 75, 2007), o objetivo geral se caracteriza por determinar de forma clara e objetiva a intenção de se realizar a pesquisa. O objetivo geral dá uma visão mais ampla sobre o que se deseja pesquisar e aponta onde o autor deseja chegar com seus estudos. Já os objetivos específicos, segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007), “definir os objetivos específicos significa aprofundar as intenções expressas nos objetivos gerais”. Portanto, nesta parte, o autor deve expor suas metas para se chegar ao objetivo geral da pesquisa. As

metas consistem em várias etapas que devem ser realizadas para que se consiga alcançar o resultado desejado.

e) Ainda, na introdução, os autores explicitam a relevância científica, social, etc. do estudo. A justificativa consiste na apresentação das razões pelas quais se busca realizar tal pesquisa. Para Marconi e Lakatos, a justificativa é de suma importância, pois é o único item que expõe as respostas para o porquê de se realizar a pesquisa. A justificativa apresenta as razões de ordem teórica e os motivos de ordem prática, que tornam importante a realização do trabalho.

O desenvolvimento também denominado corpo do trabalho é constituído pelo conteúdo da produção acadêmica e, segundo a ABNT, pode ser assim definido como sendo “a parte principal do texto que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto. Divide-se em seções e subseções, que variam em função da abordagem do tema e do método.” (NBR 14724, 2005, p. 6). O desenvolvimento é a maior parte do trabalho de monografia. É aqui que será feita, de maneira ordenada e detalhada da forma mais ampla e relevante possível, a exibição do assunto do trabalho e do método empregado.

Por ser o desenvolvimento o corpo do trabalho, é nessa parte que o autor irá apresentar a discussão e o aprofundamento do tema estudado e também mostrar parte do resultado obtido. É no desenvolvimento que o autor poderá materializar o argumento lógico. É também no desenvolvimento que há o detalhamento dos métodos escolhidos, os resultados obtidos e a apresentação das discussões relacionadas com o tema e com os problemas propostos. Segundo Castro (1978), é no desenvolvimento que o autor poderá apresentar, formalmente, os métodos de análise – a metodologia. A forma do conteúdo do desenvolvimento dependerá, excepcionalmente, do tipo de pesquisa realizada, no entanto, cabe ao autor discutir acerca da metodologia utilizada, apresentar os problemas detectados inserindo-os num panorama específico, além de detalhar as hipóteses formuladas. Dessa forma, o autor irá mostrar se suas hipóteses são válidas ou não, servindo de base para novas pesquisas.

Apesar de haver, segundo as discussões acerca da estrutura do desenvolvimento, a possibilidade da apresentação do posicionamento do autor no que concernem os argumentos, também não foram encontradas, no referencial, ou na normatização da ABNT, afirmações que confirmem que é no desenvolvimento que o autor deva se posicionar sobre as discussões apresentadas dando o seu

ponto de vista. As referências de metodologia da pesquisa acadêmica ou científica aporte desta pesquisa trazem que é no desenvolvimento da monografia que o autor irá detalhar ou pormenorizar o tema por ele escolhido amparado pelo aporte teórico. Entende-se, pois, que, no desenvolvimento, ao fazer determinadas escolhas ou argumentar acerca de determinado conceito ou teoria, o autor certamente irá deixar as suas marcas, no entanto, ao ler as referências sobre a estrutura do gênero monografia, é na conclusão, segundo os estudiosos baseados na ABNT, que o autor materializará, de forma mais efetiva, seu posicionamento.

Tendo em vista que na introdução há a apresentação da proposta, no desenvolvimento o autor apresenta de forma aprofundada o tema, é na conclusão, portanto, que o autor traz as considerações finais correspondentes aos objetivos ou às hipóteses e aos resultados alcançados. Neste tópico do trabalho não cabem novas argumentações e nem o uso de citações, mas um posicionamento consistente tendo por base o que foi explanado no desenvolvimento, conforme afirma Severino (2000).

Portanto, é nessa parte final da monografia que o autor ratifica as deduções do desenvolvimento, em resposta à introdução e avalia a relevância de sua pesquisa dentro do contexto estudado, mostrando se os objetivos do trabalho, assim como as hipóteses traçadas, foram alcançados. Além disso, a conclusão é o espaço para certificar a importância da pesquisa ou mostrar quais são os pontos que devem ser aprofundados.

É facultado o encaminhamento de questões para novas pesquisas, sugestões e/ou recomendações a partir dos resultados obtidos. Esse procedimento valoriza a produção acadêmica, porque indica a presença de pensamento prospectivo do autor em relação à problemática tratada no seu trabalho. Dessa forma, Severino (2000) reitera as regras da ABNT e afirma que a conclusão deve apresentar uma retomada de forma resumida dos resultados da pesquisa elaborada e é nessa parte, também, que o autor manifesta seu ponto de vista sobre os resultados obtidos e sobre o alcance dos mesmos.

A conclusão resume as ideias expostas na produção e assinalam o posicionamento do autor em relação ao problema apresentado na introdução. Leite (1997) afirma que a conclusão é a parte na qual concentram os elementos da análise, das discussões, das demonstrações. Ainda segundo esse mesmo autor, é

na conclusão que o autor se coloca totalmente sintetizando sua posição pessoal. A conclusão, portanto, imprime a singularidade do autor.

Ademais, a conclusão tem por finalidade dar o encerramento ao problema, à hipótese e aos objetivos propostos na introdução do trabalho. Se no desenvolvimento do texto (seja artigo, monografia ou tese) é importante estabelecer uma ligação entre os conceitos que serviram de base aos conteúdos selecionados pelo universitário para a constituição dos diversos assuntos e capítulos através do diálogo que se institui entre os autores, é na conclusão que o autor deverá expressar suas opiniões a respeito de todos esses conteúdos, se posicionando de forma crítico-reflexiva.

Observar-se-ão, portanto, alguns exemplos do *corpus* que marcam, exatamente, essas impressões dos alunos-autores nas conclusões das monografias.³

Exemplo 1:

Na **CM13**, o aluno-autor inicia a monografia retomando os objetivos propostos para o trabalho como podemos observar no fragmento que segue, além de já se posicionar em relação às discussões que apresentou no desenvolvimento do trabalho de modo a apresentar uma constatação.

*“Dentro dos objetivos propostos pela pesquisa no sentido de se conhecer as histórias destas mulheres usuárias de álcool ou drogas, as eventuais consequências que as drogas culminam no contexto sócio familiar, e como as Políticas Públicas as atendem, **foi possível constatar que** estas mulheres sofrem exposição à violência, conflitos familiares, abandono, abuso sexual, pobreza, exploração, doenças em consequência do uso das drogas.”*

Nesse exemplo, o aluno-autor usa o modalizador a partir de uma oração impessoal que rege uma completiva revelando a intenção do enunciador de definir o fato como sendo possível. No exemplo 1, o graduando avalia como sendo possível a constatação de que as mulheres usuárias de álcool ou drogas sofrem exposição à

³ As conclusões de monografias serão referenciadas daqui para frente pela abreviatura CM seguida da numeração que determina a ordem em que aparecem na sequência da análise.

violência, a conflitos familiares, a abandono, a abuso sexual e a doenças em consequência do uso das drogas.

Ainda na **CM13**, encontram-se várias marcas do posicionamento subjetivo do aluno-autor como podemos verificar nos excertos de texto a seguir:

Exemplo 2:

*“Foi um tema **extremamente enriquecedor** com múltiplas constatações que se formam num processo gradual em relação às causas, efeitos e consequências que o uso de drogas acarreta no usuário e no meio onde se insere.”*

Nesse exemplo, o enunciador avalia o enunciado usando um modalizador apreciativo, que marca, subjetivamente, sua opinião em relação a determinado aspecto. No caso do exemplo 2, esse enunciador julga extremamente enriquecedor o tema com o qual trabalhou.

Exemplo 3:

*“**É de suma importância** uma maior participação e discussão da sociedade e suas representações no sentido de desmistificar e não esconder um tema tão preocupante, buscando soluções que não se restrinjam simplesmente numa higienização pública.”*

Outro exemplo de modalizador apreciativo, em que o enunciador faz um julgamento em relação ao enunciado. No exemplo 3, tem-se o enunciador destacando a importância da participação e da discussão mais efetiva da sociedade em relação ao tema abordado a fim de buscarem soluções que estejam além de uma higienização pública.

Sendo assim, pode-se, então, destacar o propósito da produção de uma monografia que é o de despertar e de incentivar a criticidade do indivíduo de modo que o acadêmico selecione um tema específico, pesquise e analise apuradamente teóricos que tenham discutido acerca desse tema e daí escreva sobre o tema. É na conclusão, portanto, que o autor do trabalho irá emitir suas impressões pessoais sobre tudo o que leu e produziu o que nos interessa, pois.

Ao abordar, nesta tese, o texto científico ou acadêmico, especificamente, a monografia, é possível notar que as escolhas do objeto de pesquisa, como também as práticas discursivas, dependem das “relações entre participantes e do

posicionamento do escritor, que é, em parte, influenciado por práticas sociais de sua área disciplinar”, como afirma Araújo (2006, p.5).

Ainda segundo esse autor;

Assim, na escrita acadêmica, as escolhas e práticas discursivas são socialmente definidas pela comunidade discursiva, que detém conhecimento especializado para estruturar e comunicar um gênero acadêmico e para reconhecer e legitimar tais usos por seus pares. O uso de tais formas ajuda a revelar para o leitor a atitude do escritor, o aparente compromisso com as informações apresentadas e o grau de envolvimento com o leitor, que funcionam como elementos de influência e persuasão no texto. Os sentidos no texto são, dessa forma, socialmente mediados e influenciados pelas comunidades às quais os escritores e leitores pertencem. (ARAÚJO, 2006, p.5)

É necessário, nesta tese, abordar alguns aspectos concernentes ao texto científico como, por exemplo, as normas pré-estabelecidas e acordadas na e pela comunidade científica e as características textuais necessárias tais como: impessoalidade, objetividade, clareza, precisão, coerência, concisão.

Considerados elementos que se inter-relacionam, pois também fazem parte da estruturação do discurso acadêmico, a intertextualidade, a interdiscursividade, a autoria e a argumentatividade projetam implícita ou explicitamente a subjetividade da autoria nos diferentes gêneros discursivos acadêmicos.

Guimarães (2001, p. 66) afirma que

O discurso científico, não só carece das funções argumentativas – uma vez centrado numa tomada de posição – mas também de aceitabilidade por parte da comunidade científica na qual ele está inserido; os métodos e os padrões científicos são mantidos por essa comunidade científica. O público ao qual são endereçadas as publicações científicas não é passivo, visto que estão sob seu controle a matéria e a substância das comunicações que recebe.

É com base nas discussões de Guimarães (2001), que se pode afirmar a necessidade de haver um posicionamento daquele que escreve o gênero científico no sentido de argumentar e de defender as questões teóricas apresentadas na produção, pois o leitor desse tipo de texto tem o domínio da matéria e substância dessas produções e faz o julgamento assertivo ou não dessa leitura.

Os sujeitos-autores fazem uso da argumentatividade como forma de demonstração e de validação de teses apresentadas nos gêneros textuais científicos (monografias e outros). Essa estratégia discursiva é condição para a marcação da voz desse sujeito-autor nessas produções. O discurso acadêmico se caracteriza,

portanto, pelo uso da argumentatividade para a demonstração e a validação do posicionamento do autor, que receberá a leitura crítica de um leitor não passivo.

2 FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS

Este capítulo tem como objetivo abarcar conceitos que representam o cerne da pesquisa ora desenvolvida e, para isso, será distribuído em duas seções. Na seção 2.1 apresentar-se-á o conceito de autoria postulado por Bakhtin (2003) que contempla, em termos teóricos, a linha de fundamentação adotada para esta tese. Já na seção 2.2, discutir-se-á a modalização na perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart (2007) e também de Castilho e Castilho (2002) e Nascimento (2005) que fundamentam os estudos sobre modalização nas perspectivas semântico-argumentativa e pragmática.

Embora autoria e modalização sejam as discussões específicas a serem tratadas nesta tese, entende-se ter sido importante para enriquecimento do trabalho alguns conceitos de ordem secundária, portanto, mais gerais, que dão suporte para uma reflexão mais plena acerca das questões pretendidas com esse trabalho tais como: enunciação, subjetividade e gênero discursivo, visto que têm uma relação significativa com as abordagens teóricas apresentadas aqui. Por esse motivo, justifica-se a distribuição de dois capítulos teóricos.

2.1 Autoria para Bakhtin

A concepção de autor apresentada por Bakhtin (2003) traz em seu cerne um sujeito ativo, capaz de tomar decisões e ciente de suas ações, organizador do discurso. Esse sujeito se constitui tanto de subjetividade “pela insubstitubilidade”, do lugar dele próprio no mundo (BAKHTIN, 2003, p. 23), como também é constituído de um excedente de visão, a partir do contato com o outro.

[...] o excedente de visão é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade. Eu devo entrar em empatia com esse indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora

dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento [...] (BAKHTIN, 2003, p.).

Bakhtin (1920) em “O autor e a personagem na atividade estética” discute a distinção entre autor-criador, que é um elemento da obra; e o autor-pessoa como um componente da vida.

Ele concebe o autor não como pessoa física, que habita o mundo real, mas como uma representação. No caso do autor-criador, Bakhtin (1926) o mostra como aquele que vê além do mundo representado, dialoga com outros discursos, com seus personagens e exerce sua autoria de uma posição definida na obra. Ele conecta o mundo representado ao mundo real, porque seu discurso retrata suas posições com relação ao objeto, com relação a outros discursos.

O autor-criador é uma das expressões do autor real, pessoa física, que se anuncia de outra forma sob a imagem de autor que criou. Nesse sentido, esse autor representado ocupa uma posição determinada no discurso, conduz o discurso e responde dialogicamente aos personagens e às situações enquanto os cria. Para Bakhtin (1926), o autor real não é percebido pelo leitor do enunciado, apenas o autor que ele representa, o autor-criador, por meio do qual se manifesta.

No processo de criação, o autor-criador é o responsável pela estruturação dos conteúdos, dando-lhes forma e se posicionando axiologicamente. Ele acrescenta ao enunciado literário, elementos da sua própria consciência, além de considerar, ainda, o herói (outro) e o seu mundo.

Nesse sentido, “o autor-criador é uma posição axiológica, conforme recortada pelo autor-pessoa”. (FARACO, 2005, p. 39). Conforme afirma Bakhtin (2003), o autor-pessoa é o responsável pela voz direta do escritor enquanto que o autor-criador enuncia “uma voz segunda” que se desloca da voz direta do autor e se apropria de uma voz social, de modo a estruturar um enunciado esteticamente criativo.

Sendo assim:

[...] a forma estética não pode ser fundamentada de dentro da personagem, de dentro do seu propósito semântico, material, ou seja, de dentro da significação puramente vital; a forma é fundamentada do interior do outro – do autor, como sua resposta criadora à personagem e sua vida, resposta que cria valores que por princípio são transgredientes à personagem e à sua vida mas mantêm com elas uma relação essencial. Essa resposta criadora é o amor estético [...] (BAKHTIN, 2003, p. 82).

Bakhtin (2005) afirma que o sujeito é a autoconsciência que se forma reflexivamente no reconhecimento do outro no discurso. Em outras palavras, alguém que somente adquire existência quando contemplado em toda sua intersubjetividade, porque é ela que permite contemplar a subjetividade.

Bakhtin (2005) vai introduzir, ainda, os conceitos de dialogia e polifonia discursiva. A Polifonia é apresentada como o sentido de múltiplas vozes, que se somam em nosso discurso, muitas vezes, não identificadas pelo falante, mas que constituem parte de sua fala na medida em que irá se referenciar nestas outras vozes e se apropriará delas na hora de formulá-lo. Já a dialogia ocorre quando a interação entre os sujeitos favorece a constituição mútua de ambos. O interlocutor irá dialogar com o discurso presente e com todos os demais discursos e leituras que teve ao longo de sua existência, resignificando continuamente e revalorizando a informação recebida tanto no passado como no presente.

Como afirma Bakhtin,

Uma obra qualquer pode ser produto de um trabalho em equipe, pode ser interpretada como trabalho hereditário de várias gerações etc., e apesar de tudo sentimos nela uma vontade criativa única, uma posição determinada diante da qual se pode reagir dialogicamente. A reação dialógica personifica toda enunciação à qual ela reage (2005, p. 184).

Assim, o discurso nunca está acabado ou terminado; ele está sempre e em constante construção na mente de quem o recebeu. De acordo com Bakhtin (1997, p. 334), “o monólogo pretende ser a última palavra [...] O diálogo inconcluso é a única forma adequada de expressão verbal de uma vida autêntica”. Logo, ao interlocutor também caberia o título de coautor, visto que o sentido se forma em última instância nele.

Na visão de Bakhtin (1997), portanto, é preciso, no mínimo, de duas consciências para dar acabamento ao fenômeno estético. O movimento preliminar da atividade estética é o processo de identificação com o outro, assumindo o horizonte concreto desse outro. Isto é, uma vivência em interação com o outro, é preciso enxergar a partir deste outro, por isso o conceito de exotopia, de sair da sua posição e se colocar no lugar de outrem. Assim a autoria passaria por, pelo menos, duas consciências, a consciência do sujeito que enuncia (“eu”) e a consciência do sujeito com quem ele enuncia (“tu”).

O diálogo, de que trata Bakhtin (1997), é composto por três elementos: o falante, o interlocutor e a relação entre os dois. A língua (e o que ela abarca: ideias, sujeitos falantes, juízos de valor, etc.) é sempre o produto da interação entre duas pessoas. De acordo com a teoria bakhtiniana, o dialogismo reafirma a natureza sociocultural do enunciado. O indivíduo, ao mesmo tempo em que negocia com seu interlocutor, recebe influências deste, as quais interferirão na estrutura e na organização do enunciado. Com base nesse viés, entende-se o autor, na concepção de Bakhtin (Op. Cit.), como um autor dialógico.

As considerações bakhtinianas acerca do dialogismo e da exotopia perpassam a premissa de que todas as vozes se valem de outras vozes e de que a constituição dos sujeitos se dá a partir das relações com o outro. Nessa conjectura o autor é, portanto, inevitavelmente, influenciado pelo outro, já que a natureza da linguagem é dialógica. Destarte, é na posição exotópica que ocorre o encontro do *eu* com um *tu*.

O estudioso afirma que

qualquer discurso da prosa extra-artística – de costumes, retórica, da ciência, - não pode deixar de se orientar para o “já-dito”, para o “conhecido”, “para a opinião pública”, etc. A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio de todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua-orientação dialógica para o discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, [1975], 1998, p. 88).

Nas obras do Círculo, há uma noção de autoria que se estrutura a partir da interlocução. Nesse sentido, torna-se aceitável entendê-la como uma autoria que extrapola o domínio literário, pois, é possível que, por meio das atividades discursivas do cotidiano, sejamos autores e autores-criadores.

Toma-se como norte para a fundamentação desse postulado o texto “Discurso na vida e discurso na arte” de Voloshinov. O autor parte do discurso do dia a dia para realizar o estudo sobre o discurso literário. Ao considerar o discurso verbal como evento social, Volochinov (1926) aponta os componentes do processo interacional, colocando-os como elementos essenciais da obra artística:

qualquer locução realmente dita em voz alta ou escrita para uma comunicação inteligível (isto é, qualquer uma exceto palavras depositadas num dicionário) é a expressão e produto da interação social de três participantes: o falante (autor), o interlocutor (leitor) e o tópico (o que ou o quem) da fala (o herói). (VOLOCHINOV, 1926, SP.)

No domínio dessa compreensão, destaca-se a autoria. O autor tem um posicionamento ativo no que concerne ao conteúdo de seu enunciado. No entanto, se submete às influências que incidem sobre seu agir em seu ambiente sócio-histórico.

Segundo Sobral (2013, p.127),

ser autor envolve dizer tudo em termos pragmático-referenciais, dado que faltam ao enunciado *per se* as circunstâncias concretas que permitem identificar o dito e o presumido de modo relativamente imediato como o seria na interação face-a-face (não que sempre se identifiquem os ditos e presumidos!).

Bakhtin (2003) afirma que ser autor é adotar uma atitude axiológica. Essas atitudes axiológicas compreendem um sujeito-autor envolvido em uma prática discursiva, num dado momento histórico, enunciando a partir de uma determinada forma para um determinado interlocutor com determinado fim. Possenti (2002, p. 114) assevera que “é impossível pensar nesta noção de autor sem considerar de alguma forma a noção de singularidade, que, por sua vez, não poderia escapar de uma aproximação –bem feita– com a questão de estilo”.

. Bakhtin (2003, p. 265) assevera que os gêneros do âmbito literário, especialmente os de ficção, seriam os mais adequados às possibilidades diversas para que haja a expressão singular da linguagem. Segundo o autor, gêneros de outra ordem que apresentam condições menos propícias para isso “estão presentes naqueles gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, por exemplo, em muitas modalidades de documentos oficiais, de ordens militares, nos sinais verbalizados da produção, etc.”(BAKHTIN, 2003, p. 265-266).

Ao afirmar que os gêneros discursivos são tipos “relativamente estáveis dos enunciados”, Bakhtin (2003) evidencia a heterogeneidade do discurso no sentido de que, para cada esfera de ação humana, haverá a estruturação de gênero que satisfaça às necessidades discursivas daqueles sujeitos e que será formado a partir de enunciados, conteúdos temáticos, estilo e estrutura composicionais próprias. É nessa estrutura composicional que se identificará o lugar do autor, pois, ao produzir

o gênero para aquela determinada situação discursiva, ele terá que fazer as escolhas referentes ao “que” e ao “como” dizer.

Apesar de o gênero exigir certa estabilidade, o autor acaba por ter de fazer escolhas para enunciar e tais escolhas demonstrarão, portanto, peculiaridades próprias dele.

Nas palavras de Bakhtin,

O gênero sempre conserva os elementos imorredouros da *archaica*⁴. É verdade que nele essa *archaica* só se conserva graças à sua permanente *renovação*, vale dizer, graças à atualização. O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a vida do gênero. Por isto, não é morta nem a *archaica* que se conserva no gênero; ela é eternamente viva, ou seja, é uma *archaica* com capacidade de renovar-se. O gênero vive do presente mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo. É o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário. É por isto que tem a capacidade de assegurar a *unidade* e a *continuidade* desse desenvolvimento (BAKHTIN, 1981, p. 91, grifo do autor).

É possível, então, depreender das palavras do mestre que a autoria se faz presente nos gêneros de naturezas diversas. Nesse sentido, é relevante a relação feita entre gênero/estilo/ autoria, visto que o estilo de cada autor apoia-se na estrutura composicional do gênero.

Autor e estilo não devem ser pensados apenas no sentido estilístico literário, mas também, no sentido das produções de gêneros diversos. Considerando essa afirmação, infere-se que, nas produções das conclusões das monografias, os alunos podem apresentar marcas que caracterizam a autoria e o estilo mesmo que a produção não seja literária e que esse estilo está atrelado ao tipo de gênero que está sendo produzido e a autoria tem relação com o dialogismo.

É importante destacar, ainda, que nessa linha de pensamento, o estilo não é de ordem subjetiva, uma vez que é o resultado da visão de mundo do autor, logo também de outros enunciados. Portanto o estilo constrói-se também no âmbito do dialogismo.

Ribeiro (2006) também trata da autoria afirmando que, apesar de o sujeito sempre sofrer algum tipo de repressão sócio-histórica, há situações que possibilitam a ele dizer de certo modo e não de outro. Nessas possibilidades, destacam-se traços de suas características discursivas mais singulares que se configuram como o estilo individual.

Dessa forma, o estilo, enquanto indício de autoria, advém, principalmente, da investida desse sujeito que acaba por particularizar as ações discursivas de modo a torná-lo autor de seu discurso mesmo com a utilização de um gênero discursivo.

Com base nessa ideia, pode-se afirmar que os recursos expressivos são utilizados em função de uma atividade do sujeito na construção da autoria. Dessa perspectiva, a noção de autoria adotada nessa discussão é concebida como o domínio da atividade discursiva no interior de um certo gênero. Isso significa, pois, que apesar de o autor da produção aplicar recursos estilísticos que dão um traço de singularidade para a sua produção, ele sempre levará em consideração os elementos estruturais daquele gênero.

Segundo menciona Bakhtin (1953), o autor se constitui na medida em que faz incursões sobre seu texto – oral ou escrito -, em função de uma proposta de encaminhamento de sentidos em relação ao outro.

Como discute Ribeiro (2006)

todo texto tem um autor e observa a existência de dois fatores que determinam um texto e o tornam um enunciado: “seu projeto e a execução desse projeto”. Pensando assim, o sujeito inscrito num dado gênero exerce uma dupla atividade: levar adiante o seu projeto sob as coerções impostas pelo gênero no interior do qual enuncia e fazê-lo de um certo modo, o que implica uma atitude “responsável do sujeito” face ao projeto que propõe levar adiante. O sujeito faz escolhas que refletem as características do gênero como um todo e ao mesmo tempo singulariza a sua empreitada. Por isso mesmo as escolhas são históricas porque feitas de uma dada posição histórica e enunciativa, mas se feitas por outro sujeito, em circunstâncias enunciativas distintas, certamente os efeitos de sentidos seriam diferentes. (RIBEIRO, 2006, p. 90)

Ao afirmar que os enunciados refletem a integração da vida na língua e que são ligados aos gêneros, Bakhtin (2003) mostra que é possível, a partir disso, identificar os diversos resultados da livre concepção, pelo falante/locutor/autor/enunciador, de seu projeto discursivo. No entanto, segundo o autor russo, não são todos os gêneros que possibilitam a percepção de “tal reflexo de individualidade” (BAKHTIN, 2003, p. 265). Embora o autor afirme que existem gêneros que não são favoráveis a essa percepção, ele não exclui essa possibilidade apontando, apenas, limitações e apresenta os gêneros de ordem literária como sendo os mais propícios para o reconhecimento dessas individualidades.

Segundo afirma

[...] As condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes naqueles gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, por exemplo, em muitas modalidades de documentos oficiais, de ordens militares, nos sinais verbalizados da produção, etc.(BAKHTIN, 2003, p. 265).

O autor apresenta a heterogeneidade dos gêneros do discurso de modo que em cada esfera de ação humana existem elementos que vão constituir inúmeros gêneros que lhes correspondem e que formarão os enunciados, o conteúdo temático, o estilo e a composição que forem inerentes a esse gênero. Nesse contexto, poder-se-á observar a atuação do autor e a forma como ele estrutura o discurso: o que é dito e como é dito.

Há de se observar, portanto, um contraponto entre Benveniste e Bakhtin no que se refere a sujeito. Pois para este autor, o sujeito (o eu) é constituído do outro (o tu), a partir do dialogismo (relação do eu com o tu), enquanto que para Benveniste “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (1995, p. 286). Ao enunciar, o locutor se posiciona como “eu” em relação ao “tu” que em algum momento será locutor, sujeito do enunciado também. Nesse sentido, pode-se notar que, de um lado, há a concepção de um sujeito histórico que só se constitui como sujeito porque interage com o outro na sociedade e traz no seu discurso vozes desse outro. Do outro lado, há um sujeito que, ao se propor como locutor, apresentar-se-á como sujeito no discurso se remetendo como “eu” (interdiscurso).

No entanto, tanto um como o outro sujeito, conceituados pelos autores Benveniste (1995) e Bakhtin (2003), são pautados a partir da necessidade de relação com o outro e fazem uso do discurso. Nesse sentido, é importante que considerar nesta tese as discussões referentes ao sujeito tanto de Benveniste (1995) quanto de Bakhtin (2003), no sentido de ponderar a possibilidade de complementação de conceitos que servirão de base teórica para avaliar a autoria nas conclusões das monografias de alunos do curso superior.

Bakhtin (2005) afirma que autor é todo aquele que produz seu discurso numa situação de comunicação na esfera pública, oficial, literária ou da vida privada cotidiana. “Todo enunciado, até uma saudação padronizada, possui uma determinada forma de autor (e de destinatário)” (BAKHTIN, 2003, p.383). Autor, então, é todo aquele que fala de acordo com a posição ocupada em relação ao seu

interlocutor. A partir deste lugar, o autor determina o gênero, o tom e o estilo do enunciado. Isso é o que vai determinar a forma de autoria daquilo que diz.

Não pode haver discurso separado do falante, de sua situação, de sua relação com o ouvinte e das situações que os vinculam (o discurso do líder, do sacerdote, etc.). O discurso do homem privado. O poeta. O prosador. O 'escritor'. Representação do profeta, do líder, do mestre, do juiz, do promotor (acusador), do advogado (defensor). O cidadão. O jornalista. A pura materialidade do discurso científico (BAKHTIN, 2003, p.384)

Considerar, portanto, subjetividade, contexto, os lugares ocupados pelos sujeitos ou (as situações discursivas) e as escolhas que os sujeitos-autores fazem atreladas ao gênero usado naquela dada situação discursiva, serão determinantes para representar a autoria nas produções de todas as ordens.

Considerando as discussões apresentadas neste capítulo, é relevante ponderar, nesta parte, como ocorre o processo de autoria no *corpus* apresentado. Quando o aluno-autor está inserido numa determinada situação discursiva, ele enuncia usando um gênero discursivo pertinente àquela esfera discursiva, mas faz algumas escolhas ao utilizar o gênero. No caso das conclusões do gênero monografia, uma das possibilidades de escolha que o aluno-autor tem é a marcação da subjetividade no texto, que pode ser materializada com uso de alguns recursos linguísticos como os modalizadores, por exemplo, que estamos avaliando nas conclusões.

A posição assumida por esse aluno-autor nessa situação discursiva é a de um sujeito que enuncia a linguagem científica e materializa essa linguagem a partir do gênero monografia para o seu interlocutor, que são os leitores dessa produção. Se esse aluno-autor está ocupando determinada situação discursiva, usa um gênero específico para tal e escolhas para produzir esse gênero, temos, neste caso, um autor, conforme postula Bakhtin (2003).

2.2 A modalização na perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart

Foram vários os teóricos que, a partir dos estudos fundadores Benveniste (1988), dedicaram-se às discussões da enunciação e de algumas categorias linguísticas a ela relacionadas. Bronckart (2007) foi um deles, que, com base nos

fundamentos teórico-metodológicos do interacionismo sócio- discursivo⁴ (ISD) proposto pelos pesquisadores do Grupo de Genebra, apresentou os mecanismos de responsabilização enunciativa que contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto, trazendo à tona, ao mesmo tempo, as avaliações, julgamentos, sentimentos que podem ser formulados em relação a alguns aspectos do conteúdo temático e as instâncias responsáveis por tais avaliações.

Apresentar os fundamentos da corrente do ISD faz-se relevante nesta tese pelo fato de que será possível compreendermos de forma mais esclarecedora a base das discussões de Bronckart (2006) acerca dos modalizadores, um dos conceitos que compõem o nosso aporte teórico, visto que esse estudioso baseia o conceito de modalização no ISD.

No que concerne os fundamentos teórico-metodológicos do ISD, pode-se esclarecer, segundo Bronckart (2006), que o ISD tem como base teórica a linguística e recebeu influência também da psicologia e da sociologia.

Como afirma o autor,

o propósito do ISD não é, em si, propor um novo modelo de análise do discurso. Certamente, efetuamos esse tipo de trabalho (e isso durante várias décadas), mas apenas enquanto possa nos fornecer o auxílio necessário para abordar nosso questionamento central, que é o do papel que a linguagem desempenha, e, mais precisamente, as práticas de linguagem, na constituição e no desenvolvimento das capacidades epistêmicas (ordem dos saberes) e praxeológicas (ordem do agir) dos seres humanos. (BRONCKART, 2007, p.4)

Nesse sentido, é possível perceber que a corrente busca na linguagem suas práticas no que diz respeito ao conhecimento e ao uso. Ainda sobre a ISD, Bronckart (2006) relaciona o pensamento humano às questões sociais. Nessa perspectiva, o teórico conceitua o movimento como

uma vasta corrente de pensamento das ciências humano-sociais que se constituiu no primeiro quarto do século XX, notadamente através das obras de Bühler (1927), Claparède (1905), Dewey (1910), Durkheim (1922), Mead (1934), Wallon, e seguramente Vygotski. Em sua versão original, essa corrente sustentava que a problemática da construção do pensamento consciente humano deveria ser tratada paralelamente à construção do mundo dos fatos sociais e das obras culturais, e considerava que os processos de socialização e os processos de individuação (isto é, de formação das pessoas individuais) constituíam duas vertentes indissociáveis do mesmo desenvolvimento humano.

⁴ Interacionismo sociodiscursivo (doravante ISD).

A questão defendida por Vygostky (1984) de que os atributos específicos dos comportamentos humanos são fruto de um processo histórico de socialização, que só se tornou possível pela manifestação e pelo desenvolvimento da linguagem, foram a base do desenvolvimento da ISD. O interacionismo social preocupa-se, segundo Bronckart (1999), com as condições que desenvolveram formas particulares de organização social, ao mesmo tempo ou sob o efeito do surgimento da linguagem.

A corrente também usa como alicerce teórico os conceitos de “atividade” e “ação” que vêm dos estudos de Leontiév (1984) e Habermas (1999), respectivamente, que serviram para consolidar os preceitos teóricos do interacionismo sociodiscursivo. Bronckart (1999) recupera as teorias de Leontiév (1984) para discutir “atividade” que, segundo ele, pode denotar as organizações funcionais de comportamentos dos indivíduos pelo meio das quais esses indivíduos entram em contato com o ambiente e podem adquirir conhecimento sobre este mesmo ambiente. A atividade sempre se origina nas situações de comunicação, desenvolvendo-se em zonas de cooperação social determinadas.

É no contexto da atividade em funcionamento nas formações sociais que se constroem as ações imputáveis a agentes singulares e é no quadro estrutural das ações que se elaboram as capacidades mentais e a consciência desses mesmos agentes humanos. As condutas verbais são concebidas, portanto, como formas de ação (daí o termo ação de linguagem). (BRONCKART, 1999, p.13).

No que concerne ao conceito de ação, é possível observar nos postulados de Bronckart (1999) que ele se baseia nos estudos de Habermas (1999) sobre o agir comunicativo para tratar das ações da linguagem. Esse agir comunicativo dimensiona a forma como a atividade é caracterizada, pois é através das interações verbais que a cooperação dos indivíduos na sociedade é regulada e mediada. Essas interações são concretizadas no âmbito coletivo, nas relações entre os indivíduos que atuam sob formas diversas de representações as quais Habermas (1999) chama de mundos representados. Esses mundos representados são formas a que os signos (linguagem comum) podem remeter. São eles o mundo objetivo (ambiente físico), o mundo social (organização das tarefas) e o mundo subjetivo (autorreflexão, relação entre indivíduo e sua tarefa).

Habermas (1999) critica o semanticismo por este não levar em consideração o uso da linguagem na perspectiva pragmática. Nesse sentido, o autor da teoria dos

três mundos propõe um novo paradigma na visão intersubjetiva, de modo que as ações comunicativas são tematizadas e os atos de fala objetivam transmitir o sentido daquilo que é dito com intenções explicativas, a fim de se dizer algo sobre o mundo.

Para ele essas ações comunicativas são

interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seu plano de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade (HEBERMAS, 1989, p. 79).

O mundo, para Habermas (1989), é o conjunto de entidades sobre as quais declarações verdadeiras são possíveis. É um mundo objetivo, mas, que por meio da relação intersubjetiva, a linguagem passa a não ser usada, apenas para a construção de frases assertivas correspondentes a um mundo ontológico, a um "mundo objetivo" das coisas. Essa linguagem tem também em seu uso o objetivo de sentenças com outras finalidades, como solicitações dirigidas a terceiros e as descrições de experiências pessoais. Nesse sentido, o autor propõe, além de um "mundo objetivo"(das coisas), outros dois mundos, conforme já mencionado anteriormente: o "mundo social" (das normas) e o "mundo subjetivo" (do afeto) e, segundo o autor, esses três mundos formam a base da interação social mesmo que apenas um deles seja destacado em termos temáticos como o próprio Habermas afirma que a

ação comunicativa baseia-se em um processamento cooperativo de interpretação em que os participantes se referem a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo mesmo quando em sua manifestação só sublinhem tematicamente um destes três componentes (HABERMAS, 1987b, p. 171).

O autor explica como a intersubjetividade se dá. Segundo ele, é em

suas operações interpretativas os membros de uma comunidade de comunicação deslindam o mundo objetivo e o mundo social que intersubjetivamente compartilham, frente ao mundo subjetivo de cada um e frente a outros coletivos (HABERMAS, 1987a, p. 104).

Para Habermas (1987), é diferenciando esses mundos que há a possibilidade de se perceberem razões que são validadas de formas alternadas, de acordo com as peculiaridades de cada esfera e isso possibilita aos indivíduos, relativização das verdades, conferindo-lhes o poder de assumirem um posicionamento perante aquilo que considera verdadeiro ou legítimo num contexto de discussão dialógica de sua produção de sentido comum.

Interessa-nos trabalhar com as discussões de modalização a partir das concepções de Bronckart (1999), pelo fato de o autor considerar, para a análise da arquitetura interna do texto, três níveis hierarquizados: primeiro, a infraestrutura geral do texto; segundo, os mecanismos de textualização; e, terceiro, os mecanismos enunciativos.

A infraestrutura geral do texto (nível mais profundo) se constitui pelo plano geral do texto (organização de conjunto do conteúdo temático), pelos tipos de discurso que apresenta, pelas articulações entre seus tipos de discurso e pelas seqüências que nele, eventualmente, apareçam.

Os mecanismos de textualização (nível intermediário) estão relacionados à progressão do conteúdo temático. Articulados à linearidade do texto, consistem em criar séries isotópicas que auxiliem no estabelecimento da coerência temática. Já os mecanismos enunciativos, que funcionam no terceiro nível, contribuem mais do que os outros para a manutenção da coerência pragmática ou interativa dos textos: auxiliam no esclarecimento dos posicionamentos enunciativos e revelam as diversas avaliações por meio das modalizações e é, justamente, nesse terceiro nível que circunda a análise, tendo em vista que será avaliado o uso dos modalizadores nas conclusões de monografias marcando autoria por parte do enunciador.

Com relação aos postulados de Bronckart (2007) sobre esse mesmo tema, nota-se que este autor usa tanto o termo modalização como modalidade dentro do mesmo campo de sentido. O que nos importa, nesse caso, é que, utilizando o termo modalidade ou fazendo uso do termo modalização, as discussões sejam encaminhadas para um ponto fundamental que nos interessa nas discussões feitas por Bronckart (2007), a interatividade.

Nos estudos desse pesquisador, as atividades discursivas estão profundamente vinculadas às interpretações, às avaliações e, principalmente, às intenções dos interlocutores. Na interação entre locutor e interlocutor e por meio dos recursos linguísticos expressos ou recursos extralinguísticos, verifica-se um monitoramento de ambas as partes que se valem da modalização para gerir o sentido de seus enunciados, afetando, direta ou implicitamente, o outro. Sendo assim, é possível perceber a modalização como um artifício de linguagem responsável pelo efeito que pretendemos causar, ou intenção que almejamos exprimir por meio do enunciado produzido, ou seja, seu efeito sobre o outro, com o qual interagimos socialmente em nossas atividades discursivas.

Bronckart (1999, p.93) afirma que “o contexto de produção pode ser definido como o conjunto de parâmetros que podem exercer influência sobre a forma como o texto é organizado”, e que “a produção de todo texto inscreve-se no quadro das atividades de uma formação social e, mais precisamente, no quadro de uma forma de interação comunicativa que implica o mundo social (normas, valores, regras, etc.)” (BRONCKART, 1999, p. 94).

Pode-se, assim, afirmar que todo texto é produzido por alguém para outrem com uma intenção comunicativa. Para tanto, o locutor utilizará todos os seus conhecimentos para alcançar seu objetivo. Entende-se, dessa forma, que a escolha do gênero textual, no qual o locutor acomodará as suas ideias, auxiliam no processo de interação. Desse modo, o elocutório dá a resposta que o produtor do texto deseja. Isso se deve ao fato de os gêneros textuais serem ocorrências sociais, históricas e culturais reconhecíveis por seus usuários que, trazendo suas crenças e valores, facilitam as interações languageiras.

É, portanto, nessas construções que o autor da produção do gênero faz uso de recursos capazes de expressar as intencionalidades dele. Os modalizadores marcam, pois, essas intencionalidades.

Como afirma Bronckart,

As modalizações têm como finalidade geral traduzir, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos comentários ou avaliações formulados a respeito de alguns elementos do conteúdo temático. Enquanto os mecanismos de textualização que marcam a progressão e a coerência temática, são fundamentalmente articulados à linearidade do texto, as modalizações por sua vez, são relativamente independentes dessa linearidade e dessa progressão; as avaliações que se traduzem são, ao mesmo tempo, locais e discretas (por oposição ao caráter isotópico das marcas de textualização) e podem também insinuar-se em qualquer nível da arquitetura textual. Portanto, as modalizações pertencem à dimensão *configuracional* do texto, contribuindo para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e orientando o destinatário na *interpretação* de seu conteúdo temático.(BRONCKART, 1999,p.330)

Para Bronckart (2007), o mecanismo de responsabilização enunciativa, que contribui para a coerência pragmática do texto, inclui a análise de dois aspectos: a distribuição das vozes e a marcação das modalizações; embora distintos, convergem para os mesmos resultados, ou seja, a responsabilização do que se enuncia. Esses dois mecanismos de responsabilização enunciativa serão detalhados a seguir.

Conforme afirma Bronckart (2007), qualquer texto oral ou escrito emana do ato material de produção de um organismo humano pelo qual o autor é constituído, aquele que está na origem do texto e, por ser o autor o agente da ação da linguagem, será ele o responsável pela totalidade das operações que darão o aspecto definitivo ao texto.

Embora as representações utilizadas pelo autor nas atividades de linguagem façam parte do mundo real, é no mundo discursivo que as operações de responsabilização enunciativas acontecem. Dessa forma, a voz do autor é “apagada” e substituída por uma instância geral de enunciação, que para Bronckart (2007), seria o textualizador: voz “neutra”, que pode se configurar em narrador, quando o discurso mobilizado for da ordem do narrar, e expositor, quando este for da ordem do expor.

Bronckart (2007, p.326) apresenta os seguintes exemplos de voz neutra.

Exemplo 4:

“No início de maio, na entrada dos seus oitenta anos, faleceu o bravo Gaucher de Châtillon [...] Em 25 de maio, o jovem rei Eduardo III [...] embarcou em Douvres para vir prestar homenagem a seu primo da França.” (M. DRUON, T. 6, p.51, apud BRONCKART, 2007, p.326).

Observa-se, no exemplo 4, a voz neutra caracterizando a voz do narrador no discurso narrado. Embora exista um autor para o texto, é o narrador que assume a instância geral da comunicação ao contar o que aconteceu no início de maio, quem estava envolvido e como foi. Dessa forma, é esse narrador que assume a responsabilidade sobre o que foi enunciado. Essa voz neutra poderia ter colocado em cena a voz dos personagens, em algum diálogo, como pode acontecer, mas nesse exemplo isso não ocorreu.

No exemplo que segue, Bronckart (2007, p.326) ilustra a voz neutra representada pela voz do expositor.

Exemplo 5:

“A crença na validade dos conhecimentos científicos é geralmente justificada pelo recurso à experiência, que seria o critério decisivo e, portanto, pela capacidade de recolocar em causa toda teoria, que seria

revogada ou, ao menos, que não seria confirmada por ela". (B. Matalon, La construction de l'ascienci, p. 85, apud. BRONCKART, 2007, p.326)

Nesse exemplo 5, é possível verificarmos que o expositor assume a responsabilidade pelo enunciado quando apresenta, no discurso, o que justifica a crença na validade dos conhecimentos científicos, materializando, dessa forma, a voz neutra. No entanto, poderia, também, ter colocado em cena, no enunciado, outras vozes, como a voz social, por exemplo, usada com instância externa de avaliação de algum aspecto do conteúdo temático, se o expositor tivesse citado algum outro autor, por exemplo, para validar sua afirmação. Não houve, porém, essa ocorrência nesse caso do exemplo 5.

É, justamente, a instância geral que processa todo o gerenciamento das vozes enunciativas que se encontram presentes no discurso. Segundo Bronckart (2007, p.326), "as vozes podem ser definidas como as entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado". Geralmente, é a instância geral de enunciação que assume o enunciado, porém, esta pode pôr em cena outras vozes secundárias, tais como: vozes de personagens, vozes sociais e voz do autor.

As vozes dos personagens podem ser configuradas como: a) vozes de seres humanos ou entidades humanizadas, implicadas na qualidade de agente. b) segmentos de texto na 1ª pessoa gramatical: fusão do narrador/expositor e da voz que este põe em cena – o narrador assume, de algum modo, seu personagem. c) segmentos de texto na 3ª pessoa gramatical: manutenção da distinção entre narrador/expositor e a voz secundária posta em cena. As vozes dos personagens, portanto, são feitas através do discurso direto e indireto, são aquelas de pessoas ou de entidades humanizadas que estão diretamente implicadas no percurso temático. Toma-se o fragmento abaixo para exemplificar a voz do personagem.

Exemplo 6: voz do personagem

*"Aqui no Brasil **precisamos** acabar com isso"*

O enunciado destacado representa, basicamente, marcadores de identidade. Neste sentido, mostram um processo adicional que funde a voz do expositor e a voz

que põe em cena. O expositor assume, de algum modo, o seu personagem, já que emite um ponto de vista subjetivo.

Já, as vozes sociais são configuradas como vozes de personagens, grupos ou instituições sociais que não intervêm como agentes no percurso temático de um segmento textual, mas que são mencionadas como instâncias externas de avaliação de alguns aspectos desse conteúdo temático. Em relação à voz do autor, tem-se: voz que procede da pessoa que está na origem da produção textual e que intervém, como tal, para comentar ou avaliar alguns aspectos do que é enunciado. Observemos os exemplos a seguir:

Exemplo7: voz social

*“**Pesquisas mostram** que todos são semelhantes, mesmo assim existem pessoas preconceituosas.”*

Percebe-se que o enunciado em destaque acima são remissões ao discurso que está presente no texto fonte da pesquisa feita pelo aluno-autor. Isso comprova que essas vozes não são do autor, mas sim vozes que surgem para explicar, para dar sustentação ao que se vai dizer. São vozes sociais, porque elas são mencionadas como instâncias externas de avaliação.

Exemplo 8: voz do autor

“Hoje, **infelizmente**, percebemos a dificuldade dos profissionais de educação.”

Observa-se no trecho destacado que o autor analisa e avalia os fatos. Dessa forma é possível verificar que há a voz do autor marcada no enunciado, pois essa voz que procede da pessoa que está na origem da produção textual e que intervém, como tal, para comentar ou avaliar alguns aspectos do que é enunciado.

Bronckart (2003, p. 330) afirma que as modalizações apresentam como objetivo geral “traduzir, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos comentários ou avaliações formuladas a respeito de alguns elementos do conteúdo temático”. Pertencem, assim, à dimensão configuracional, pois contribuem para a coerência interativa do texto, “orientando o destinatário na interpretação de seu enunciado”.

O gerenciamento de vozes é importante para o processo de produção de textos, porque é uma das formas de o sujeito do enunciado ser autor de seu próprio

texto, ou seja, ser o agente da ação da linguagem. Possibilita, ainda, ao enunciador decidir sobre o conteúdo temático a ser enunciado, a escolher um modelo de gênero adaptado à sua situação de comunicação, a selecionar e organizar os tipos de discursos, a gerenciar os diversos mecanismos de textualização. Nesse contexto, o sujeito passa a ser agente da linguagem e autor do seu texto. Passa, pois, inevitavelmente, a ser o responsável pelo que escreve.

Inspirado na teoria dos três mundos Habermas (1987): mundo objetivo, que representa o *mundo* das coisas, mas também para o uso de sentenças com outras finalidades, como solicitações dirigidas a terceiros e descrições de experiências pessoais; o mundo social, que representa as normas; e o mundo subjetivo, que é o mundo dos afetos, Bronckart (2007) propõe quatro funções para as modalizações:

1) Modalizações lógicas: apoiadas no mundo objetivo (mundo das coisas), “apresentam os elementos do ponto de vista de suas condições de verdade, como fatos atestados, possíveis, eventuais e etc.” (BRONCKART, 2007, p.330). Sendo assim, pode-se dizer que os modalizadores lógicos são usados para que seja feita uma avaliação de alguns elementos do conteúdo temático, que são apresentados como fatos certos, possíveis, prováveis, improváveis, necessários etc.. Entretanto, o uso dessa modalidade lógica não avalia a veracidade do conteúdo enunciado. Eles indicam, pois, é a necessidade que têm os sujeitos do discurso de legitimarem ou obterem crédito para com seu interlocutor. Segundo Neves (2000):

[...] é que o falante quer marcar seu enunciado como digno de crédito, quanto a tais variáveis. Por isso mesmo, a muito de individual no modo de emprego desses elementos, havendo pessoas que, antecipando-se a uma possível desconfiança de seu interlocutor, modalizam continuamente o seu enunciado com elementos asseverativos. Por outro lado, há tipos de interlocução muito frouxos, nos quais a falta de consistência, e, a partir daí, a baixa credibilidade do que é dito se compensa com uma manifestação repetida de certeza ou de crença. (p. 249)

Tem-se o seguinte exemplo retirado do *corpus* para as modalizações lógicas, aquelas que são as avaliações de alguns elementos do conteúdo temático apresentando-os como fatos certos, possíveis, prováveis, improváveis, necessários. O exemplo foi retirado de uma monografia do curso de Engenharia Civil intitulada “Sondagem geotécnica: uma abordagem para melhor compreensão dos relatórios de sondagem e um dimensionamento mais eficaz das funções superficiais”.

Exemplo 9⁵:

CM3 *“Logo, a consecução do presente trabalho, onde se buscou com singeleza abordar os conceitos mais fundamentais da Mecânica dos Solos, produzindo ainda um conceito sobre os diversos tipos de fundações mais usuais, **indubitavelmente** contribuiu no fortalecimento conceitual do Discente autor, como, pretensamente vislumbra transmitir tais conceitos às novas gerações de profissionais recém-egressos das Academias, para que possam identificar e dimensionar suas peças de fundações, desafio de grande paradigma ainda na Construção Civil.”*
[Sic]

Observa-se, pois, o uso do modalizador **“indubitavelmente”** como uma avaliação do conteúdo temático como algo certo. Nesse exemplo, o aluno-autor se posiciona colocando como inquestionável o fato da contribuição do trabalho. Verifica-se que o modalizador **“indubitavelmente”** é um modalizador lógico apoiado em conhecimentos relativos ao mundo objetivo, mundo dos parâmetros que regem o meio físico, onde são testadas as condições de verdade. Ao usar essa marcação de modalização, o enunciador intenciona asseverar a relevância da pesquisa e direciona essa verdade para que o interlocutor também faça a mesma leitura.

Os modalizadores lógicos, portanto, são representados em observância aos elementos que seguem:

- Apoiadas no mundo objetivo (das coisas).
- Apresentam os elementos do ponto de vista de suas condições de verdade, como fatos atestados, possíveis, prováveis, eventuais, etc.
- Marcação: unidades linguísticas de qualquer um dos quatro subconjuntos gramaticais (verbos no futuro do pretérito; auxiliares modais; advérbios e locuções adverbiais; orações impessoais ou adverbiais).

2) Modalizações deônticas (do grego “o que é preciso”): apoiadas no mundo social (das normas), “apresentam os elementos como sendo do domínio do direito, da

⁵ Há de se esclarecer que os exemplos dos tipos de modalizadores, segundo classificação de Bronckart (2007), foram retirados do *corpus*, no entanto, o exemplo de modalizações pragmáticas foi retirado da obra do próprio autor, pois não encontramos ocorrências desse tipo de modalização nas conclusões.

obrigação social e/ou da conformidade com as normas em uso”. (BRONCKART, 2007, p.331). Logo, as modalizações deônticas avaliam alguns elementos do conteúdo temático, à luz dos valores sociais, apresentando-os como socialmente, permitidos, proibidos, necessários, desejáveis. O sujeito apresenta os enunciados como algo que ditado pelo mundo social (regras, dever) deve ocorrer.

As modalizações deônticas que avaliam alguns elementos do conteúdo temático, à luz dos valores sociais, apresentando-os como socialmente, permitidos, proibidos, necessários, desejáveis. Observa-se, para esse tipo de modalização, o seguinte exemplo retirado da CM12, conclusão da monografia apresentada ao curso de Serviço Social que trata do tema “ Adolescente autor de ato infracional: relatos da experiência de estágio no Centro de Recurso Integrados de Atendimento ao Adolescente na Cidade de Volta Redonda.”

Exemplo 10:

CM12 *“Conforme os referenciais teóricos utilizados, podemos perceber que para acontecer a ressocialização de forma satisfatória, é **necessário desconstruir** os estereótipos gerados em torno do adolescente autor de ato infracional. Sendo gerada necessário também desconstruir a criminalização gerada em torno da pobreza, cujo esse adolescente infrator está submetido.” [Sic].*

No exemplo 10 retirado da CM12, o aluno-autor pontua o que deve ser feito levando em consideração as normas em uso (o que é aceito socialmente). Ao usar o modalizador “**é necessário desconstruir**”, o enunciador evidencia o que está ligado às normas, apresenta o que é do domínio da obrigação social. Nesse sentido, o enunciador intenciona direcionar para o interlocutor o que deve fazer que, no caso do exemplo, é desconstruir os estereótipos gerados em torno do adolescente autor de ato infracional. Dessa forma, o modalizador “**é necessário desconstruir**” é um modalizador deôntico (o que é preciso), que enuncia que aquilo que o autor da conclusão apresentou deve ocorrer necessariamente, dada uma obrigação, uma regra criada pelo mundo social – mundo das leis que regem uma sociedade e ditam o domínio do “poder” e do “dever”.

Os modalizadores deônticos, portanto, são representados seguindo os elementos que seguem:

- Apoiadas no mundo social (das normas).
- Apresenta os elementos como sendo do domínio do direito, da obrigação social e/ou da conformidade com as normas em uso.
- Marcação: unidades linguísticas de qualquer um dos quatro subconjuntos (verbos no futuro do pretérito; auxiliares modais; advérbios e locuções adverbiais; orações impessoais ou adverbiais).

3) Modalizações apreciativas: apoiadas no mundo subjetivo (dos afetos), “apresentam os elementos como benéficos, infelizes, estranhos, etc., do ponto de vista da entidade avaliadora”. (BRONCKART, 2007, p.332). Também denominada modalização afetiva ou atitudinal por Neves (2006) e Castilho e Castilho (2002) e modalização axiológica por Koch (2002). As modalizações apreciativas representam modalizadores que apregoam um julgamento dos eventos, ações, situações a que o enunciado faz referência. Os modalizadores apreciativos avaliam, de forma subjetiva, alguns aspectos do conteúdo temático, apresentando-os como bons, maus, estranhos, infelizes, etc., do ponto de vista da instância avaliadora.

O exemplo da CM16 retirado da monografia intitulada “Adolescência em debate e os novos arranjos sociais: um estudo de caso na perspectiva dos orientadores educacionais”, apresentada ao curso de Serviço Social, representa, pois, a modalização apreciativa. .

Exemplo 11:

CM16: “Hoje, **infelizmente**, percebemos a dificuldade dos profissionais da educação conseguirem chamar a atenção da família para a participação efetiva na vida acadêmica de seus filhos, visto que vivemos na era da globalização e que as pessoas encontram-se sem tempo para outras coisas que não sejam o trabalho.” [Sic]

Sabe-se que os modalizadores apreciativos avaliam, de forma subjetiva, alguns aspectos do conteúdo temático apresentando-os como bons, maus, estranhos, infelizes do ponto de vista da instância do avaliador. No exemplo apresentado, o uso do modalizador apreciativo “**infelizmente**” marcou um posicionamento de descontentamento por parte do autor e demonstrou uma avaliação subjetiva desse autor em relação ao enunciado. Esse enunciativo julga, portanto, a partir do seu ponto de vista, como infeliz o fato de os profissionais da

educação não conseguirem a atenção da família em relação à vida escolar dos filhos.

Os modalizações apreciativas podem ser reconhecidos, pois, se consideramos os seguintes aspectos:

- Apoiadas no mundo subjetivo (do afeto).
- Apresenta os elementos como benéficos, infelizes, estranhos, etc., do ponto de vista da entidade avaliadora.
- Marcação: preferencialmente, por advérbios ou locuções adverbiais.

4) Modalizações pragmáticas: As modalizações pragmáticas introduzem uma avaliação sobre um dos aspectos da responsabilidade de um personagem, em relação ao processo de que é agente, atribuindo-lhe intenções, razões, capacidade de ação. Refere-se à declaração modalizada das intenções, razões, capacidade de ação, etc. de uma entidade enunciativa posta em cena. Nesse sentido, o enunciador deixa de assumir a responsabilidade pelo que é dito e essa responsabilidade passa a ser de uma voz polifônica.

Exemplo de modalização pragmática, aquela apoiada em intenções, razões ou capacidades de ação do agente. Apresentar-se-á, aqui, o exemplo do próprio Bronckart (2007, p.333), pois não encontramos, no *corpus* analisado, exemplos de modalizadores pragmáticos.

Exemplo 12:

*“A lógica moderna, herdeira de G. Boole e de Frege, **pretendeu-se** puramente extencional e, por essa razão, **pôde** utilizar sem dificuldade a quantificação, mas desconfia ainda das modalidades. (G.Piéraut-Le Bonniec, Le raisonnement modal, p. 49 apud BRONCKART, 2007, p.326)”*.

A pragmática, categoria específica do ISD, é um tipo de modalização que se refere à expressão modalizada das intenções, razões, capacidade de ação, etc. de uma entidade enunciativa posta em cena, ou seja, a responsabilidade pelo que é dito não é mais do enunciador e sim de uma voz polifônica. Observa-se que essas expressões de (intenção, razão, capacidade de ação, etc.) são da responsabilidade de uma voz enunciativa que é colocada em cena pelo textualizador., que no caso do exemplo 1, está sendo direcionado para a lógica moderna herdeira de G. Boole e de

Frege. É a ela que é atribuída a responsabilidade sobre o enunciado “pretendeu-se existencial”.

Os modalizadores pragmáticos podem ser identificados nos enunciados quando apresentarem as seguintes especificações:

- Colaborarem para a explicitação de alguns aspectos da responsabilidade de uma entidade constitutiva do conteúdo temático em relação às ações que é o agente, e atribuem a esse agente, intenções, razões ou capacidades de ação.
- Marcação: preferencialmente, pelo subconjunto dos auxiliares de modo apresentado.

As modalizações são materializadas por meio de unidades ou conjuntos de unidades linguísticas denominadas modalidades. Essas modalidades podem ser representadas por tempos do verbo no futuro do pretérito, auxiliares de modalizações (poder, querer, ser necessário, ser preciso, dever etc.), subconjunto de advérbios (certamente, sem dúvida, talvez etc.) e também certas frases impessoais (é evidente que..., é possível que...).

Como afirma Bronckart (2007, p.333), a marcação da modalização é feita, em francês, através de “unidades” ou por meio de “estatutos muito diversos” que foram reagrupados pelo autor em quatro subconjuntos:

1) Tempos verbais: modo condicional futuro do pretérito (são semelhantes à forma francesa)

Exemplo 13: CM37, monografia do curso de Engenharia de Produção intitulada “Planejamento de vendas de aços planos: aplicação de técnicas de previsão de demanda em uma usina siderúrgica brasileira.”

Exemplo 13:

CM37: *“Diante dos resultados apresentados a resposta ao questionamento levantado no capítulo 1 é sim, as previsões realizadas pela empresa poderiam ter tido melhor resultado se fossem utilizadas as técnicas de previsão apresentadas nas principais literaturas pesquisadas pelo Autor. Lembrando que para as famílias de produtos LQ e LF as previsões **deveriam** ser obtidas mensalmente, e para a família de produtos LZ as previsões poderiam ser obtidas até 18 meses antes do período a ser previsto. Isso ocorre devido às características das técnicas de previsão*

escolhidas pelo Autor para avaliar cada uma das famílias de produtos.”

Segundo a gramática normativa, o futuro do pretérito indica um processo posterior a algo passado, mas pode indicar também hipótese, probabilidade, incerteza, ou não comprometimento do falante com o que está sendo dito, além de valor de presente, exprimindo modéstia ou cerimônia.

No exemplo 13, pode-se observar o uso do verbo “*dever*” no futuro do pretérito do indicativo, indicando hipótese, em conformidade com a norma padrão. O enunciador projeta, em seu discurso, um universo possível, embora distinto do real, em que uma ação acarretaria outra, estabelecendo relação de condicionalidade entre um fato hipotético anterior e um posterior. Com isso, o enunciador demonstra uma avaliação sobre o enunciado, embora haja um distanciamento dele em relação ao discurso.

2) Auxiliares (ou metaverbos) de modo: querer; dever; ser necessário; poder. Auxiliares de modo: crer; pensar; gostar de; desejar; ser obrigado a; ser constrangido a; etc.

Analisar-se-á, portanto, o exemplo que segue retirado de uma monografia do curso de Engenharia de Agronegócios que tem como tema o “Desenvolvimento de filme ativo antibacteriano incorporado com óleos essenciais”.

Exemplo 14:

*CM33 “Além de contribuir para uma melhor conservação de alimentos, os filmes ativos **poderão ser considerados** uma estratégia importante e decisiva como vantagem competitiva na indústria de alimentos, que visa atender às exigências dos consumidores, fornecendo embalagens modernas, práticas, que preservem os alimentos e sejam viáveis ambiental e economicamente.”*

Nesse exemplo 14, é possível identificar um auxiliar de modo em que verbo auxiliar modal indica a noção de necessidade ou possibilidade. A expressão verbal “poderão” está formada de verbo auxiliar no futuro do presente do indicativo, o que, *a priori*, por ser uma das formas do indicativo, não conduz a uma modalização imediata, se não fosse marcada, essa expressão, pelo verbo poder, cuja força

deôntica é inconfundível, exprimindo claramente uma possibilidade no âmbito do que pode ou não pode, deve ou deve ser feito.

3) Advérbios ou locuções adverbiais: certamente; provavelmente; evidentemente; talvez; verdadeiramente; sem dúvida; felizmente; infelizmente; obrigatoriamente; deliberadamente;

Como exemplo, pode-se mencionar o “**indubitavelmente**” que foi materializado na conclusão da monografia do curso de Engenharia, cujo tema abarca questões relacionadas à “Sondagem geotécnica: uma abordagem para melhor compreensão dos relatórios de sondagem e um dimensionamento mais eficaz das funções superficiais”.

Exemplo 15:

*CM3“Logo, a consecução do presente trabalho, onde buscou-se com singeleza abordar os conceitos mais fundamentais da Mecânica dos Solos, produzindo ainda conceito sobre os diversos tipos de fundações mais usuais, **indubitavelmente** contribuiu no fortalecimento conceitual do Discente autor, como, pretensamente vislumbra transmitir tais conceitos às novas gerações de profissionais recém egressos das Academias, para que possam identificar e dimensionar suas peças de fundações, desafio de grande paradigma, ainda na Construção Civil.” [Sic].*

Os modalizadores adverbiais anunciam uma avaliação prévia do falante sobre o enunciado, afirmando, negando, ordenando, permitindo, expressando certeza, dúvida ou distanciamento sobre o seu próprio enunciado. No caso do exemplo 1, retirado da CM3, tem-se o modalizador adverbial que tem como objetivo expressar a certeza do autor em relação ao enunciado, o que pode ser interpretado como uma estratégia argumentativa por parte do enunciador, que intenta conduzir o pensamento do interlocutor de que aquele enunciado é inquestionavelmente verdadeiro.

4) Orações impessoais que regem uma oração subordinada completiva: é provável que...; é lamentável que...; admite-se geralmente que...; etc. e orações adverbiais que regem uma oração completiva: sem dúvida que...; etc.

Analisar-se-á o exemplo na CM50, monografia do curso de Engenharia de Agronegócios que trata do “Estudo sobre o aproveitamento do soro do queijo nas indústrias”.

Exemplo 16:

CM50: *“Considerando tudo que foi exposto ao longo do trabalho, através de diferentes bibliografias, **pode-se concluir que** o soro de leite é um produto de elevada importância para as diversas áreas e indústrias alimentares e não alimentares.”*

Neste exemplo 16, verifica-se a possibilidade da demonstração da ausência do enunciador marcada pela frase impessoal “**pode-se concluir**”, no entanto, os modalizadores marcados por orações com essa do exemplo não deixam de expressar uma avaliação em relação ao enunciado. É por meio da voz social, marcada polifonicamente no discurso, que o enunciador direciona que não é só ele que deve concluir que o soro de leite é um produto de elevada importância para as indústrias alimentares e não alimentares, mas ele e os interlocutores e, ainda, tomam como base os testemunhos de autoridade que fundamentaram a pesquisa produzida por esse aluno-autor, trazendo para esse enunciado, portanto, várias vozes.

Para o ISD, a constância na aplicação de recursos modais no enunciado pode estar relacionada ao gênero a que pertence o texto. Nesse sentido, pode não haver modalizações em alguns gêneros como nos verbetes dos dicionários, por exemplo, pois a composição temática nesse caso pode ser estruturada como elementos absolutos ou “subtraídos de avaliação”(cf. BRONCKART, 2003, p. 334). No entanto, nos textos “argumentativos”, como os artigos de opinião, por exemplo, há uma probabilidade de haver modalizadores, visto que o conteúdo mobilizado para a produção desse tipo de texto está sujeito a avaliações por parte do autor sobre aquilo que está discutindo. Nesse sentido, é possível depreender dessas afirmações que o gênero do discurso usado poderá influenciar, também, no uso dos modalizadores ou não nas produções. No caso do objeto de estudo (conclusões de monografia), é fundamental que o autor faça a aplicação desse recurso linguístico-argumentativo.

Há de se concluir desta parte do trabalho que a modalização, como marca linguística da argumentação que permite ao enunciador manifestar seu grau de comprometimento no enunciado, pode ser percebida como resultado do processo interlocutivo, já que, ao produzir um enunciado, o locutor procura escolher recursos linguísticos que melhor veiculem seu posicionamento e manifestem o sentido pretendido no enunciado. Nesse sentido, entende-se a língua como discurso decorrente de uma ação gerada pela interlocução entre os participantes do ato comunicativo (*eu-tu*). Desse modo, os recursos linguísticos presentes em um enunciado são as marcas deixadas pelos locutores, que possibilitam a constituição do sentido e as atitudes responsivas de ambos.

Com base no exposto, faz-se mister destacar que far-se-á uso desta classificação de modalização apresentada por Bronckart (2003) pautada na ISD, pois consideram-se essas discussões consonantes com a questão da autoria que será tratada. O autor concebe modalização tendo em vista os fatores enunciativos.

2.3 A modalidade e a modalização a partir das perspectivas de Castilho e Nascimento

A modalização ou modalidade é tratada aqui como uma estratégia argumentativa capaz de permitir ao enunciador, responsável pelo discurso, que materialize em seu enunciado uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo de sua enunciação ou sobre a própria enunciação (NASCIMENTO, 2009, p. 1376).

Ainda nessa perspectiva de modalização, são encontrados outros autores tais como: Castilho e Castilho (2002), Santos (2000), Koch (2002), Nascimento (2009), que apresentam a modalização a partir de uma concepção mais semântico-discursiva ou semântico-pragmática. Castilho e Castilho (1993, p. 217), por exemplo, afirmam que o termo “modalização” materializa um julgamento do falante perante a proposição.

Em relação a esse julgamento, os autores declaram que

A Gramática Tradicional reconhece dois grandes componentes na sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado (= *dictum*), e o componente modal, que é uma qualificação do conteúdo da forma de P,

de acordo com o julgamento do falante (=modus). Esse julgamento se expressa de dois modos: 1) o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) e jussiva (imperativa ou optativa); (2) o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo. (CASTILHO; CASTILHO, 1993, p. 217)

Para esses estudiosos, essas duas formas de julgamento são estratégias. A primeira refere-se à *modalidade* e a segunda, à *modalização*, *todavia, os autores apresentam* os termos modalidade e modalização como sinônimos e justificam isso afirmando que “sempre há uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar [...] etc.” (Ibidem).

Ao considerarem a modalização como fenômeno argumentativo, esses autores reconhecem que a avaliação, ou ponto de vista do enunciador, expressa pela modalização, se dá sempre em função da interlocução. Isso representa que, quando o sujeito-autor marca no discurso o seu ponto de vista, está considerando um interlocutor no enunciado e direcionando a forma como que seu discurso seja lido.

Os autores que trabalham do ponto de vista argumentativo da modalização não diferenciam, pois, a modalização da modalidade. O termo ‘modalização’ é comumente usado para descrever o fenômeno da subjetividade quando o sujeito expressa uma avaliação sobre o conteúdo da proposição, e o termo ‘modalidade’ é utilizado para descrever o fenômeno da subjetividade quando a avaliação tem em vista o interlocutor ou a interlocução.

Tradicionalmente, em relação ao tratamento gramatical, as modalidades têm estado associadas aos modos verbais e aos verbos modais enquanto categorias gramaticais de expressão da atitude do locutor querem em relação ao conteúdo proposicional ou valor de verdade do seu enunciado, quer em relação ao elocutório, a quem o enunciador se destina.

No dicionário de Linguística de Dubois (2001, p. 415), o modo é tido como sendo

“uma categoria gramatical, em geral associada ao verbo, e que traduz (1) o tipo de comunicação instituído pelo falante entre ele e seu interlocutor (estatuto da frase) ou (2) a atitude do falante com relação aos seus próprios enunciados”.

O autor, portanto, indica duas direções para conceituar modo, uma direção voltada para a frase e a outra para o enunciado. Isso pode ser melhor detalhado conforme se pode ver, ainda, em Debois.

No primeiro caso, o modo ou modalidade da frase se exprime pela oposição entre (a) a asserção expressa na frase assertiva, afirmativa ou negativa [...]; (b) a interrogação expressa numa frase interrogativa, afirmativa ou negativa [...]; (c) a ordem ou desejo expresso numa frase imperativa ou optativa, afirmativa ou negativa. [...] No segundo caso, o modo, ou modalização, se exprime pela oposição entre uma atitude do falante, que assume (que leva em conta) seus enunciados, e a do locutor, que não assume (que rejeita) parcial ou totalmente seus enunciados. Em português, o modo do enunciado assumido é o indicativo; o modo do não-assumido é, também, o indicativo (futuro do pretérito) nas frases indiretas: [...], e o subjuntivo ou o futuro do pretérito do indicativo nas frases indiretas: [...]. A modalização pode ser indicada também por outros meios: os advérbios [...], as intercaladas [...], as mudanças de registro (as aspas, na escrita), etc. O modo é distinto das modalidades lógicas, em que o predicado é contingente, provável, necessário, possível (essa contingência, essa probabilidade pode ser assumida ou não). (DUBOIS, 2001, p. 415)

Para esse autor, portanto, o modo pode se apresentar tanto com traços de modalidade quanto de modalização. Há uma tendência, pois, em usar as definições de modo e modalidade de uma forma mais ampla, apesar de haver tentativas de uma distinção clara entre elas. Sendo assim, as definições de modo e modalidade acabam por serem usados de forma mais ampla, pois são fenômenos que não se encontram isolados. Ao estudar o sentido do verbo, é inevitável desconsiderar o sentido produzido no discurso.

Segundo Castilho e Castilho (2002), a modalidade é a estratégia na qual um falante apresenta um determinado conteúdo proposicional (sujeito + predicado = *dictum*). O conteúdo proposicional pode ser apresentado de três formas:

- a) assertiva (afirmativa ou negativa). Exemplo: Eles certamente farão a pesquisa. (assertiva afirmativa); Eles não farão a pesquisa. (assertiva negativa).
- b) interrogativa (polar ou não polar). Exemplos. Maria devia ter ido visitar João ontem? (interrogativa polar, que recebem como resposta um sim ou não); Onde vocês guardaram o livro? (interrogativa não polar, que devem receber como resposta um sintagma compatível com a expressão interrogativa).
- c) jussiva (imperativa ou optativa). Exemplos: Vá ao congresso. (jussiva imperativa). Vá com Deus! (jussiva optativa, que exprimem desejo).

Já a modalização, para Castilho e Castilho (2002), é a estratégia em que o sujeito apregoa sua ligação com um determinado conteúdo proposicional, avaliando sua veracidade ou expressando um julgamento sobre ele.

Para Castilho e Castilho (2002, p. 202), são recursos de modalização: a) modos verbais; b) verbos auxiliares (modais) – dever, poder, querer (que atuam como finitos no sistema de modo); c) adjetivos, isoladamente ou em expressões como “verbo ser + adjetivo” – “é possível”, “é claro”; d) advérbios oracionais (possivelmente, evidentemente); e) sintagmas preposicionados adverbiais: “na verdade”, “por certo” etc.

Com base em Castilho e Castilho (2002, p. 217-8), a modalização pode ser materializada através da morfologia, da sintaxe, ou da prosódia. Nesse sentido, leva em consideração os modos verbais, os verbos auxiliares como “dever”, “querer”, “achar”, “crer”, “acreditar”, os adjetivos expressos sozinhos ou em expressões como “é bom”, “é interessante”, os advérbios como “exatamente”, “possivelmente”, além de alongamentos vocálicos.

Os advérbios modalizadores representam uma das possibilidades que o falante tem para se posicionar em termos de avaliação quando enuncia. Essa classe pode apresentar outras inúmeras subclasses e como afirma Neves (2000 p. 244), a principal característica dos advérbios é “expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado: modalizar quanto ao valor de verdade, modalizar quanto ao dever, restringir o domínio, definir a atitude e, até, avaliar a própria formulação linguística.”

Em Castilho e Castilho (1993, p. 222) encontra-se a classificação dos advérbios modalizadores em “epistêmicos”, “deônticos” e “afetivos”. Os advérbios modalizadores epistêmicos, segundo esses mesmos autores, “expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição” (CASTILHO; CASTILHO, 1993, p. 222) e se subdividem em três tipos:

a) asseverativo afirmativo: não apresentam margem para dúvidas. Estão no campo da certeza de modo, evidenciando que o falante considera legítimo o conteúdo da proposição e o apresenta de forma afirmativa (realmente, com certeza, etc.);

Como exemplo traz-se um fragmento da CM25 do curso de Direito cujo tema é “O direito à privacidade em confronto com a segurança pública”.

Exemplo 17:

*CM25 “A privacidade, **sem dúvida**, é um valor protegido por normas do Mundo Democrático. Mas a produção das pessoas, além de direito, é obrigação basilar do Estado. A utilização da vigilância*

através de câmeras de vídeo monitoramento deixa a sensação de que, atrás deste “olho mágico” o Poder Público está cuidando de nossa liberdade de ir e vir, de nosso patrimônio e de nossa vida.”
[Sic].

Nesse exemplo 17 de CM21, ao materializar, no discurso, o modalizador asseverativo de afirmação “*sem dúvida*”, o aluno-autor não deixa margem para dúvidas. Isso indica que o falante considera verdadeiro o conteúdo da proposição e o apresenta como uma afirmação. No caso do exemplo, o enunciador considera inquestionável o valor da privacidade e intenciona que o interlocutor também pense da mesma maneira. O autor assevera para demonstrar veracidade ao que é falado e conquistar a credibilidade do leitor.

b) asseverativo negativo: o falante considera legítimo o conteúdo da proposição e o apresenta a partir da negação (de jeito nenhum, de forma alguma, etc.);

Observa-se uma marcação de avaliador asseverativo de negação em um exemplo de monografia de Engenharia de Produção que trata do tema “Implantação de um sistema ERP em uma empresa no setor de mineração”.

Exemplo18:

*CM38 “A configuração do sistema para este setor **não é trivial** exige que o projeto de implementação do ERP seja longo, de alto custo, e delicado.”* [Sic].

Neste exemplo 18, o falante considera verdadeiro o conteúdo da proposição e o apresenta como uma negação. Dessa forma, para o autor da conclusão CM38, não é trivial a configuração do sistema pra o setor de mineração. Como no exemplo asseverativo afirmativo, o enunciador de CM38 também assevera para demonstrar veracidade ao que é falado e conquistar a credibilidade do leitor, no entanto, faz isso afirmando negativamente o enunciado.

c) quase-asseverativo: o falante dá como quase verdadeiro ou certo o conteúdo da proposição. Campo da probabilidade. (talvez, possivelmente, etc.);

Exemplo 19:

Possivelmente⁶ graduandos farão uso dos postulados daquele autor.

No exemplo 19 criado por nós, o conteúdo da proposição é considerado como quase certo. Não há garantia de que os graduandos irão fazer uso dos postulados daquele autor. O enunciado é apresentado como uma hipótese dependente de confirmação. Neste caso, o falante expressa baixa adesão ao conteúdo da sentença, conferindo a ela uma possibilidade epistêmica, representável pelo modalizador “*possivelmente*”.

Os modalizadores deônticos são usados pelo enunciador para mostrarem que o conteúdo é apresentado como um dever ou obrigação (obrigatoriamente, necessariamente, etc). E os modalizadores afetivos, à luz de Castilho; Castilho (1993, p. 252-253), são classificados em subjetivos, que “expressam predicação dupla: a do falante em face de P e da própria proposição” (felizmente, curiosamente, etc), e intersubjetivos, que “expressam uma predicação simples, assumida pelo falante em face de seu interlocutor, a propósito de P” (honestamente, sinceramente, etc).

Para Castilho e Castilho (2002), é admissível haver a combinação de mais um tipo de modalizador na língua portuguesa. Sendo assim, é possível encontrar em um só enunciado mais de um efeito de sentido. Essa combinação de deônticos com outros modalizadores permite que haja diferentes efeitos de sentido no enunciado.

Ainda em relação aos advérbios modalizadores e suas subdivisões, Nascimento (2010)⁷ apresenta uma análise que abrange os efeitos de sentido que esses advérbios podem apresentar nos enunciados. Vale ressaltar que usar-se-á essa abordagem na análise do *corpus*.

Segundo esse autor, os advérbios podem se subdividir em: epistêmica (asseverativa quase-asseverativa e delimitadora); deôntica (de obrigatoriedade, de proibição e de possibilidade); avaliativa. Nascimento (2005) denomina a modalização afetiva como modalização avaliativa, porque além de revelar um sentimento ou uma emoção do locutor em função do enunciado, esse tipo de

⁶O exemplo da modalização quase asseverativa apresentado nesta tese foi criado por nós, pois não encontramos marcação desse tipo de modalização no *corpus*.

⁷NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas**. in Fórum Linguístico, Florianópolis, v.7, n.1 (30-45), jan-jun, 2010 baseado em Estudos Semântico-Argumentativos de Gêneros do Discurso: Redação Escolar e Gêneros Formulaicos (ESAGD).

modalização expressa julgamentos ou pontos de vista do falante e ainda expressa como esse falante quer que o conteúdo seja lido.

1) Modalização epistêmica: expressa avaliação sobre o caráter de verdade.

a) Efeito de sentido da modalização epistêmica asseverativa: apresenta o conteúdo como algo certo ou verdadeiro.

Verifica-se esse efeito de sentido no exemplo retirado da monografia CM25 intitulada “O direito à privacidade em confronto com a segurança pública”

Exemplo20:

*CM25 “**É verdade que** os sistemas de vigilância por vídeo monitoramento não resolvem os problemas desde a raiz, mas não deixa de ser uma alternativa, desde que utilizado de forma correta e em conjunto com outras medidas para não possa agravar ainda mais o problema, violando o direito à privacidade e dando uma falsa ideia de segurança.”*

Observa-se, no exemplo 20, que o autor assevera que os sistemas por vídeo de monitoramento não funcionam e essa afirmação é feita por meio do modalizador epistêmico. O efeito de sentido que se pretende com essa marcação de modalização é apresentar o enunciado como sendo inquestionável. Essa avaliação mostra um alto grau de adesão do falante à proposição, não dando margens a dúvidas, gerando uma ênfase do conteúdo da sentença.

b) Efeito de sentido da modalização epistêmica quase-asseverativa: apresenta o conteúdo como quase certo ou verdadeiro.

Exemplo21:

***Talvez**⁸ os autores tenham feito menção aos autores clássicos.*

Diferentemente do exemplo dos modalizadores epistêmicos asseverativos, aqui neste exemplo 21, o autor não afirma, mas coloca o enunciado no campo da probabilidade, como podemos verificar com o uso do advérbio “**talvez**”. O efeito de sentido que esse tipo de modalização marca está atrelado a um engajamento menor

⁸Os exemplos da modalização quase-asseverativa e delimitadora apresentados nesta tese foi criado por nós, pois não encontramos marcação desse tipo de modalização no *corpus*.

com o enunciado, pois o autor não afirma com veemência acerca da proposição. Mesmo sem afirmar e apresentar o conteúdo do enunciado como provável, há um posicionamento avaliativo do enunciador e também argumentativo, que intenciona que o interlocutor aceite essa possibilidade, no entanto, o aluno-autor marca essa intenção sem demonstrar adesão efetiva em relação ao enunciado.

c) Efeito de sentido da modalização epistêmica delimitadora: determina os limites sobre os quais se deve considerar o conteúdo como verdadeiro.

Os modalizadores delimitadores “não garantem nem negam propriamente o valor de verdade do que se diz, mas fixam condições de verdade, isto é, delimitam o âmbito das afirmações e das negações” (NEVES, 2000, p. 250). A delimitação pode ser expressa a partir da perspectiva do falante ou de um domínio de conhecimento, indicando generalização ou restrição.

Exemplo 22:

*Esses autores são conhecidos **internacionalmente**.*

Nesse exemplo, houve a delimitação espacial com o uso do modalizador “**internacionalmente**”, dessa forma, o autor determina o limite do que considera verdade. Os delimitadores, que especificam a perspectiva ou os limites dentro dos quais o conteúdo proposicional deve ser considerado foi, portanto, marcado no exemplo 1. Esse delimitador funciona como uma negociação entre os interlocutores a respeito do conteúdo da proposição.

Como afirma Neves (2000), esses modalizadores não garantem e também não negam o valor de verdade no enunciado, no entanto, fixam condições de verdade no sentido de delimitarem o âmbito das afirmações e das negações. Nesse sentido o falante circunscreve os limites do enunciado conforme intenciona que seja interpretado.

2) Modalização deôntica: expressa avaliação sobre o caráter facultativo, ou de obrigatoriedade.

a) Efeito de sentido da modalização deôntica de obrigatoriedade: apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer.

Observa-se o exemplo de modalizador deôntico de obrigatoriedade retirado da monografia do curso de Serviço Social intitulada “Adolescência em debate e os novos arranjos sociais: um estudo na perspectiva dos orientadores educacionais”.

Exemplo23:

*CM16 “**É preciso que a família perceba** que é parte fundamental no desenvolvimento de seus filhos, e que uma boa base familiar ajuda de forma positiva nessas mudanças.” [Sic]*

No exemplo 22 retirado de CM16, há um posicionamento do autor no sentido de determinar o que deve ser feito, o que precisa acontecer. Ao empregar “**É preciso que a família perceba**” o autor se posiciona direcionando uma obrigação. Quando o enunciador diz que algo “precisa ser feito” é porque alguém tem que fazer (há uma intenção em apontar obrigações instauradas pelas próprias estratégias argumentativas) e, em certos casos, essa “obrigação” é transferida para o ouvinte, sendo uma obrigação a ser cumprida.

b) Efeito de sentido da modalização deôntica de proibição: expressa o conteúdo como algo proibido ou que não pode acontecer.

Toma-se como exemplo o modalizador deôntico de proibição materializado na monografia do curso de Serviço Social com o título “O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade inserido no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente”.

Exemplo 23:

*CM23 “O adolescente não nasce infrator. Por isso ter o cuidado de não julgá-lo, pois este ao chegar nesta condição, normalmente, já teve algum de seus direitos violados. Deste modo **não podemos apenas, culpabilizá-los**. Pois, se é dever do Estado garantir que os direitos sejam efetivamente assegurados, ele se torna também negligente, um “infrator” por não fazê-los valer.” [Sic].*

Nesse tipo de modalizador o autor marca o enunciado mostrando o que não pode acontecer. Quando o autor escreve “**não podemos apenas, culpabilizá-los**”, ele está mostrando ao leitor o que não pode ser feito. Observa-se, no excerto acima, que o modalizador “*não podemos*” expressa uma proibição ao interlocutor. O efeito desse modalizador recai sobre o enunciado “*culpabilizá-los*”, indicando que o seu conteúdo deve ser lido como uma proibição que é transferida ao interlocutor.

c) Efeito de sentido da modalização deôntica de possibilidade: expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que este aconteça.

Esse tipo de modalização poderá ser verificado no excerto da conclusão retirado da monografia intitulada “redução do sucateamento de placas de cauda pelo defeito bolsa” do curso de Engenharia Metalúrgica.

Exemplo 24:

*CM41 “Inicialmente é necessário destacar a importância de uma análise estatística de dados, pois através de estratificação é **possível verificar** a origem do problema e assim ter uma ideia de onde deve-se atacar primeiro visando uma solução para o problema.”.*

Ao usar o modalizador deôntico de probabilidade, o autor abre possibilidades para que a questão enunciada tenha caráter facultativo. Observa-se que empregando “**é possível verificar**”, essa permissão ou possibilidade fica evidente. O caráter de obrigatoriedade dos deônticos é apresentado como algo incerto, provável ou possível. No entanto, não se trata de uma obrigação explícita característica dos modalizadores deônticos, mas de uma possibilidade de sua existência.

3) Modalização avaliativa: expressa avaliação ou ponto de vista.

a) Efeito de sentido da modalização avaliativa: expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, executando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico.

Toma-se, mais uma vez, como exemplo retirado da CM16, monografia intitulada “Adolescência em debate e os novos arranjos sociais: um estudo de caso na perspectiva dos orientadores educacionais”, apresentada ao curso de Serviço Social.

Exemplo 25:

*CM16: “Hoje, **infelizmente**, percebemos a dificuldade dos profissionais da educação conseguirem chamar a atenção da família para a participação efetiva na vida acadêmica de seus filhos, visto*

que vivemos na era da globalização e que as pessoas encontram-se sem tempo para outras coisas que não sejam o trabalho.” [Sic]

Nesse tipo de modalizador, o autor expressa a sua visão em relação ao enunciado marcando um posicionamento de ordem subjetiva. Ao empregar “**infelizmente**”, o autor marca uma impressão própria e avalia o enunciado. Como a firma Neves (2000, p.253), é por meio desses modalizadores que o enunciador expressa reações emotivas, pois “manifesta disposição de espírito em relação ao que é afirmado ou negado.”.

Pôde-se observar, pois, que não há uma só definição no tocante às opiniões dos estudiosos que se interessaram por questões referentes à modalização. Entende-se que os *postulados* de Nascimento (2010) complementam a classificação apresentada por Castilho e Castilho (1993) quando este estudioso propõe os efeitos de sentido que os modalizadores podem apresentar. Far-se-á o uso, portanto dos postulados de Castilho e Castilho (2002) no que concerne aos subtipos de modalização apresentados por eles, a partir das perspectivas de Bronckart (2003). Acredita-se que esses subtipos são capazes de possibilitar uma análise dos modalizadores ainda mais aprofundada.

Há de se considerar, com a apresentação desse capítulo, que traz duas correntes que discutem o modo e a modalidade, que de forma geral, é privilegiado o lugar do enunciador e as escolhas feitas por esse enunciador, capazes de marcar, no discurso, um posicionamento avaliativo acerca do que está sendo enunciado.

Dessa forma, tem-se um sujeito-autor na produção das monografias apresentadas como trabalhos de fim de curso que, apesar de seguirem às regras estabelecidas para a estruturação desse gênero, apesar de dialogarem e também enunciarem a partir de um dado contexto sócio-histórico, apesar lançarem mão de outras vozes para produzirem essas monografias, fazem escolhas responsivas que caracterizam a autoria e o lugar de sujeito autônomo da produção marcadas pelos modalizadores.

Apresentam-se nesta tese os postulados desses autores, pois entende-se que servirão de complementação para a realização da análise, visto que tomam como base as classificações de Bronckart (2003) para ampliarem as discussões no que concernem os efeitos de sentido dos modalizadores nos enunciados.

Tendo em vista as abordagens teóricas realizadas nesta tese, proceder-se-ão, no capítulo que segue, as análises e a discussão dos dados.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo objetiva apresentar os dados e analisá-los à luz das teorias discutidas nesta tese nos dois capítulos anteriores. O capítulo será distribuído em 5 seções: 3.1 metodologia; 3.2 análise da estrutura das conclusões; 3.3 análise dos modalizadores nas conclusões; 3.4 Efeitos de sentido provocados pelo uso dos modalizadores nas conclusões das monografias; 3.5 resultados.

Após a identificação e a classificação dos modalizadores, analisar-se-ão, em uma segunda instância, os efeitos de sentido provocados pelo uso dos modalizadores, nas conclusões, tomando como base as discussões de Castilho e Castilho (2003) e Nascimento (2010). Por fim, será feita a interpretação dos resultados obtidos relacionando o uso desses modalizadores e o efeito de sentido deles com a marcação de um autor nessas conclusões usando o conceito de Bakhtin (2003).

3.1 Metodologia

O estudo linguístico-discursivo ora desenvolvido será realizado por meio da análise de 50 conclusões de monografias, levando-se em consideração os elementos estruturais das conclusões das monografias e também os critérios selecionados para esta análise que obedecerão às seguintes especificações:

a) Em relação à estrutura das conclusões:

- as conclusões de monografias produzidas por alunos de fim de curso de 3 universidades da cidade de Volta Redonda⁹;
- os trabalhos produzidos individualmente no período de 2012 a 2015;
- as conclusões redigidas com, no mínimo, três parágrafos.

b) Em relação aos elementos a serem analisados:

- identificação de expressão de modalização nas conclusões;

⁹ Há 4 universidades na cidade de Volta Redonda, no entanto, uma delas não permitiu que fizéssemos a pesquisa utilizando os trabalhos dos alunos egressos disponíveis na biblioteca do campus.

- classificação do tipo de modalizador;
- separação dos modalizadores por classe gramatical;
- efeito de sentido dos modalizadores encontrados;
- análise da marcação de autoria.

A fim de esclarecer, como se deu a constituição do *corpus*, faz-se mister narrar brevemente os caminhos percorridos até que o recorte fosse feito. Inicialmente, é importante mencionar que resido na cidade de Volta Redonda e trabalho com alunos de nível superior a 18 anos, conforme mencionado na introdução desta tese. Dentre as disciplinas que ministro, está a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, que tem como conteúdo principal a construção de gêneros científicos como a monografia e o artigo científico, que suscitaram o interesse pela pesquisa acerca de marcas de autoria nesses textos que são usados como trabalhos de fim de curso.

A título de elucidar a forma como foi recortado o *corpus*, selecionou-se, portanto o gênero monografia. Essa seleção não foi feita de forma aleatória, mas a partir da observação e análise de que esse gênero é o mais utilizado como trabalho de fim de curso para os alunos formandos nas 4 universidades situadas na cidade de Volta Redonda. O objetivo é avaliar as marcas de autoria por meio dos modalizadores nesses trabalhos e não comparar, em termos quantitativos, o uso dos modalizadores pelos alunos-autores de áreas de formação ou universidades.

Sabe-se que o universo de material para constituição do objeto de análise é enorme devido ao grande número de alunos que se formam semestralmente nos cursos de diversas áreas oferecidos por essas instituições. Por esse motivo, optou-se por analisar apenas as monografias produzidas de 2012 a 2015, dessa forma, delimitando, também, a questão temporal.

Para a constituição do *corpus* analisaram-se 373 trabalhos das 3 universidades que permitiram a pesquisa sendo elas: duas universidades privadas, 102 do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), e 154 do Centro universitário Geraldo Di Biase (UGB); e uma universidade federal, Universidade Federal Fluminense (UFF) da qual se analisaram 117 monografias.

Desse quantitativo de 373 monografias, 54 trabalhos foram descartados, pois não apresentavam as características textuais estabelecidas na metodologia da

análise, outras 232 monografias, que também não foram aproveitadas, foram produzidas por mais de um autor (duplas, trios ou até quartetos), o que não nos interessa para esta pesquisa, visto que pretende-se avaliar traços de subjetividade nesse gênero. Nesse sentido, chegou-se ao número de 87 conclusões que foi reduzido a 50 a fim de que fosse cumprido o tempo estabelecido para a realização da pesquisa. Há de se destacar, ainda, que não faz parte do conjunto das monografias a ser analisada, nenhuma conclusão que tenha sido produzida por alunos orientados por mim, prezando, dessa forma, a cientificidade da pesquisa.

O *corpus* será constituído, portanto, de 50 redações de conclusões de monografias (das quais foram retirados todos os modalizadores que estão no quadro da classificação apresentado por Bronckart (2007)) das seguintes áreas: Ciências Exatas, Ciências da Saúde, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas e Letras que representam as áreas de formação oferecidas nessas instituições nas quais se fez a pesquisa.

Justifica-se constituir o *corpus*, apenas utilizando as conclusões das monografias, o fato de que os estudos do gênero monografia apontam, de forma unânime, que é na conclusão do trabalho que o autor se posiciona e mostra traços de singularidade acerca do tema discutido na monografia como discutido no capítulo 1 p.44. Isso, portanto, não significa que não haja ocorrências de modalizadores nas outras partes do trabalho.

Focalizar-se-á a análise na classificação de modalizadores apresentada por Bronckart (2007) (lógicos, pragmáticos, deônticos e apreciativos). Para essa análise, apenas quatro grupos da estrutura gramatical que materializam os modalizadores serão avaliados (verbos no futuro do pretérito; auxiliares modais; advérbios e orações impessoais e adverbiais), pois, segundo Bronckart (2007), são esses grupos que podem ser usados para marcar as modalizações. Utilizaremos, ainda, os postulados de Castilho e Castilho (2003) acerca dos efeitos de sentido que os modalizadores podem apresentar nos enunciados.

A partir de uma análise prévia nas monografias, constatou-se um percentual quase insignificante de marcação de modalizadores nas introduções e um percentual bem inexpressivo de marcação de modalizadores nas partes de desenvolvimento das monografias. Isso corrobora o fato de que é nas conclusões que os autores se posicionam, visto que na introdução os autores apresentam os objetivos propostos no trabalho, no desenvolvimento há a, discussão teórica a partir

dos autores tidos como testemunhos de autoridade e por fim, é na conclusão que o autor avaliará as discussões e as análises de forma a apresentar o seu posicionamento subjetivo. Ressalta-se, pois, que o interesse da pesquisa é verificar, justamente, esses modalizadores que representam marcas de autoria que caracterizam traços da subjetividade por parte de quem escreveu o trabalho.

3.2 Análise da estrutura das conclusões

Far-se-á uma análise de 1 exemplo de conclusão completa que apresenta características capazes de representar uma regularidade no que se refere ao recorte feito para a constituição do *corpus*, que são as conclusões. Grande número dessas conclusões se encaixa nas evidências demonstradas nessa análise.

Para isso usar-se-á como exemplo a monografia intitulada “*Facebook home como estratégia de audiência na rede social*” apresentada ao curso de Publicidade e Propaganda.

Exemplo 26: **CM5**¹⁰

¹⁰ Nomearemos os fragmentos das conclusões das monografias utilizando C para representar a palavra conclusão e M para representar a palavra monografia seguido da numeração em que é apresentada no anexo. Dessa forma, trataremos os fragmentos como CM1, CM2, CM3...

CONCLUSAO

Considerandoos dados obtidos através da pesquisa realizada e com base na fundamentação teórica dos autores que foram utilizados para construir esse estudo, foi possível perceber os meios de comunicação vem se transformando para cada vez mais suprir as necessidades de seus usuários. Empresas como o Facebook se aproveitam desse momento móvel em que estamos vivendo para se tornar cada vez mais presentes no dia a dia de seu público. Exemplo foi o lançamento do aplicativo *Home*.

A partir do estudo e pesquisa realizados nesse trabalho, foi possível perceber que a empresa Facebook busca manter a audiência dentro da rede social ao lançar o aplicativo *Home* que diferente de outros aplicativos, se mantém conectado e apropriando-se da tela inicial do aparelho celular. Além disso, entendemos que o Facebook pretende manter-se como a rede social do momento não sendo apenas um aplicativo dentro do aparelho celular, mas também sendo vista e aceita como referência de aplicativo para aparelhos móveis após lançar o *Home*.

A pesquisa realizada nos mostra contradição ou uma leve confusão do que realmente é o aplicativo *Home* por parte dos usuários. A maior parte 73% conhece o aplicativo por indicação de amigos, mas apenas menos da metade dos entrevistados, 36,56% utilizam o aplicativo a mais de um mês.

A conclusão também é uma parte muito relevante para um trabalho científico, pois mostra a síntese de todo o conteúdo pesquisado, as informações relevantes, os apontamentos essenciais e as diretrizes para futuras pesquisas sobre o mesmo tema, e/ou evoluções deste.

No exemplo analisado, observou-se o uso de 1ª pessoa no texto, embora haja a aplicação da 3ª pessoa predominantemente. Isso pode ser evidenciado no último parágrafo do texto no qual o aluno-autor enuncia “*A pesquisa realizada nos mostra uma contradição...*”; e a marcação de terceira pessoa, que, como no primeiro parágrafo em que é enunciado “*foi possível perceber os meios de comunicação*”, aparece em outras ocorrências também. Essa oscilação de duas pessoas do

discurso apresentada nas conclusões leva a inferir que o autor da produção, embora marque uma imparcialidade maior com o uso de 3ª pessoa, fazendo valer as características do gênero, intenciona se posicionar subjetivamente por meio do pronome em 1ª pessoa.

Assim como em grande número das conclusões que constituem o *corpus*, nesse exemplo o autor apresenta impropriedades com relação ao da língua segundo a gramática normativa. Foram encontrados vários problemas de concordância e pontuação. No primeiro parágrafo, por exemplo, quando o graduando escreve “... o meio de comunicação vem se transformando...” o verbo “vir” no plural sem acento é um exemplo de problema de concordância, pois esse verbo se refere aos meios de comunicação no plural. Tem-se ainda como exemplo de concordância no primeiro parágrafo, “empresas se aproveitando desse momento para se tornar...” o verbo tornar não concorda com empresas.

Em relação à pontuação, houve a omissão da vírgula em vários momentos como podemos verificar por meio do exemplo retirado do último parágrafo, “A maior parte 73% conhece o aplicativo por indicação dos amigos...”. Nesse caso, o aposto 73% deveria estar entre vírgulas.

No que concerne ao conteúdo, não foi identificada a confirmação ou a negação de hipóteses, bem como não houve a marcação de afirmação ou negação de hipóteses em grande parte das 50 monografias avaliadas. Não houve, também, a retomada do problema de pesquisa ou dos objetivos de pesquisa nas conclusões. Já em relação à forma, pôde-se observar que prevalece o uso de parágrafos médios e que a conclusão foi produzida em uma lauda apenas como a grande maioria das conclusões e o uso da variante formal da língua.

No caso da CM5, houve a materialização de modalizador lógico marcado por advérbio, conforme este exemplo: “A pesquisa realizada nos mostra contradição ou uma leve confusão do que **realmente** é o aplicativo Home por parte dos usuários.”. Também foi encontrado o modalizador deôntico marcado por meio de oração impessoal, como é o caso de “... **foi possível perceber que** a empresa Facebook busca manter a audiência dentro da rede social...”. Não houve como nas outras conclusões, o uso de modalizadores pragmáticos.

Se for levado em consideração o estudo do gênero monografia apresentado no capítulo 1, é possível compreender da análise da conclusão CM5, representando as conclusões que constituem o *corpus*, que houve uma adequação aos elementos estruturais desse gênero por parte do autor, ou seja, tanto na forma quanto no conteúdo, o graduando procurou apropriar os enunciados de modo a caracterizar, na sua produção, uma conclusão de monografia.

De forma geral, há problemas de linguagem, em grande parte das conclusões, caracterizados por pontuação, sintaxe de concordância, regência e colocação. Nem todos retomam o problema de pesquisa ou o objetivo específico do trabalho no texto de conclusão, embora seja possível compreender a relação do resultado com o que é pretendido pelo aluno-autor. Também não encontramos negação ou afirmação de hipóteses em grande parte das monografias.

O exemplo trazido para a análise leva ao questionamento do nível efetivo de letramento do autor, bem como o nível de habilidade e de competência discursiva desse autor. Com base nesses questionamentos, outras indagações acerca de autoria são suscitadas. Ressalta-se, porém, que de forma geral, apesar da falta de manejo em relação a alguns elementos de linguagem tais como (pontuação e sintaxe de colocação, regência e concordância), o autor do exemplo e os demais autores das conclusões das monografias que constituem o *corpus* fizeram o uso dos modalizadores destacando sua intencionalidade em relação ao enunciado e isso influencia diretamente na estrutura argumentativa e na forma como o texto é lido pelo interlocutor.

Observou-se, portanto, que as conclusões que constituem o *corpus*, embora apresentem problemas de linguagem, podem ser consideradas como sendo conclusões adequadas para uma monografia, pois apresentam, cada uma com sua especificidade, a discussão de tudo que o aluno-autor desenvolveu no trabalho e mais do que isso, um posicionamento subjetivo marcado pelos modalizadores. Dessa forma, há elementos estruturais que ratificam essa parte do texto como um texto conclusivo contendo: síntese do conteúdo, retomada das informações mais importantes e um direcionamento que aponte possibilidades de caminhos para a resolução da problemática levantada.

Observou-se, ainda, que, mesmo não havendo o uso da primeira pessoa em algumas das conclusões, os autores não deixaram de se posicionar acerca das produções. A fim de que se compreenda, de forma aprofundada, um dos recursos da língua que caracterizam essa marcação de autoria, apresentar-se-ão, na seção seguinte, as discussões referentes aos modalizadores.

3.3 Análise dos modalizadores nas conclusões

Para uma melhor organização das ocorrências dos modalizadores nas conclusões, distribuir-se-ão em quatro grupos, conforme a classificação de modalizações apresentada por Bronckart (2003) a saber: lógicos, deônticos, apreciativos e pragmáticos. É relevante, ainda, esclarecer que para a apresentação dos dados apresentados nesta parte serão utilizados quadros considerando o critério de levantamento token (ocorrências).

3.3.1 Modalizadores lógicos

Analisando que a categoria de modalizadores lógicos é utilizada quando o sujeito acredita na verdade ou não verdade do conteúdo que é mobilizado pelo seu enunciado, entende-se que o uso desse tipo de modalizador funciona com o objetivo de ratificar as discussões feitas pelos teóricos escolhidos pelos alunos-autores bem como de reforçar o posicionamento valorativo desses autores acerca das questões postuladas. Houve, portanto, apenas 30 ocorrências nas 50 conclusões analisadas.

A partir do uso de algumas categorias gramaticais tais quais: auxiliares modais como (é possível estimar, é possível analisar); advérbios de afirmação como (verdadeiramente e realmente); além do uso de orações impessoais e orações adverbiais como (é possível que, acredita-se que), pôde-se perceber os alunos-autores atestando, nas conclusões, as informações que foram apresentadas por eles no desenvolvimento das monografias. Sendo assim, analisar-se-ão alguns exemplos

separados por essas categorias gramaticais que representam o uso dos modalizadores lógicos em nosso *corpus* apresentado no quadro que segue.

Quadro 1 - Ocorrências dos modalizadores lógicos

Verbos modo condicional no futuro do pretérito	Auxiliares de modo	Advérbios e locuções adverbiais	Orações impessoais e adverbiais que regem uma oração completiva
	CM38 foi possível realizar	CM3 indubitavelmente	CM15 acredita-se que são
	CM41 é possível verificar	CM4; CM18 realmente	CM15 acredita-se que é
	CM42 foi possível estimar	CM13, CM18 verdadeiramente	CM15 acredita-se que deve
	CM48 é possível mensurar, calcular e demonstrar	CM25 sem dúvida	CM17 é que é
	CM50 foi possível identificar		CM20 acredita-se que pode
	CM50 foi possível propor		CM23 acredita-se que seja necessário
	CM50 tornam possível		CM25 é verdade que
			CM28 coloca-se em evidência o fato de que
			CM31 é possível que
			CM31 foi possível verificar que
			CM31 é possível inferir que
			CM36 é possível verificar que
			CM38 foi possível avaliar que (2x)
			CM38 foi possível perceber que
			CM38 foi possível constatar que
			CM41 é possível perceber que
			CM42 foi possível concluir que
Total=0	Total= 8	Total= 4	Total=18

Fonte: elaborado pela autora segundo o critério *token* (ocorrências) conforme a ordem em que foram apresentados na sequência de conclusões que constituem o corpus e que está presente nos anexos.

a) Marcação de modalizadores lógicos materializadas por verbos no futuro do pretérito

De acordo com a análise, verificou-se a não ocorrência de verbos no modo condicional futuro do pretérito para marcação de modalização lógica. Segundo a gramática normativa, o futuro do pretérito tem por finalidade falar de um acontecimento futuro em relação a outro, já ocorrido, informar sobre um fato que poderá ou não ocorrer, dependendo de determinada condição e tais sentenças condicionadas vêm sempre acompanhadas de outra, cujo verbo principal é conjugado no imperfeito do subjuntivo, o futuro do pretérito é usado também para falar sobre fato incerto, fazendo hipóteses ou suposições, além de ser usado para falar com surpresa ou indignação sobre um evento e para dar sugestões e fazer pedidos de maneira mais educada.

Se for considerada apenas a forma verbal, é possível que não sejam observados outros sentidos enunciativos que o futuro do pretérito expressa. Faz-se necessário, portanto, analisar o conteúdo semântico do verbo. Mais uma vez constata-se que modo e tempo verbais, sozinhos, não se responsabilizam pela presença da modalidade, no entanto essa marca de subjetividade se dá se houver a análise da intenção do locutor, realizando, assim, o processo de modalização, já que deixa implícito o que intenta o locutor, isto é, um ato de crítica, recomendação, ordem, desejo e condição e essas intenções não foram marcadas nos dados fornecidos pelo *corpus* por meio do modalizador lógico no futuro do pretérito.

b) Marcação de modalizadores lógicos materializadas por verbos auxiliares modais

Os modalizadores lógicos representados pelos verbos auxiliares modais foram marcados em 8 ocorrências das 50 conclusões analisadas. Observa-se o exemplo da *CM41* que apresenta o modalizador lógico “**é possível verificar**” como elemento de análise.

Este exemplo de modalizador foi retirado de uma conclusão de monografia do curso de Engenharia Industrial Metalúrgica eu trato da “Síntese de nano partículas de magnetita para aplicações biomédicas”. Destaca-se o excerto de texto no qual se materializou o modalizador a ser analisado.

Exemplo 27:

CM41: “*Inicialmente é necessário destacar a importância de uma análise estatística de dados, pois através de estratificação é possível verificar a origem do problema e assim ter uma ideia de onde se deve atacar primeiro visando uma solução para o problema.*” [Sic].

Tradicionalmente, os verbos modais são classificados como a categoria dos auxiliares do verbo que exprimem as modalidades lógicas do enunciado. É com o auxílio desses verbos que o sujeito considera o evento expresso pelo verbo como sendo: possível, necessário, uma consequência lógica ou o resultado de uma decisão. O uso desse modalizador confere ao enunciado atribuições de ordem objetiva ou subjetiva como: certeza, capacidade, dúvida, hipótese, vontade ou declaração. No caso de CM41, tem-se um modalizador que atribui objetivamente ao enunciado a noção de certeza.

O verbo auxiliar modal, que indica a noção de necessidade ou possibilidade, foi marcado nesse e nos demais exemplos com a finalidade de se relacionar a verbos de sentido pleno, a eles conferindo valor modal. “Observa-se o exemplo de CM41 é possível verificar, em que o valor modal foi impresso ao verbo “verificar”, conferindo-lhe o caráter lógico de modalização que assevera e valida o enunciado” ***a origem do problema e assim ter uma ideia de onde se deve atacar primeiro visando uma solução para o problema***”.

Os verbos modais do português, além de apresentarem grande heterogeneidade semântica, também são diversos quanto às suas características sintáticas. No caso dos dados evidenciados no *corpus*, a constituição desses verbos modais foram representadas pelos verbos compostos como também pode-se verificar em outros exemplos (*CM42 foi possível estimar; CM48 é possível mensurar, calcular e demonstrar; CM50 foi possível identificar*).

Os verbos modais, portanto, são geralmente considerados “uma expressão da atitude do falante com relação ao que é dito” (NEVES, 2006, p. 65). Nesse sentido, é possível observar que, no caso das conclusões analisadas, os alunos-autores, de forma geral, usam esse tipo de modalizador para validar as afirmações apresentadas por eles. Essa afirmação pode ser verificada em CM41, pois ao afirmar que “**é possível verificar** a origem do problema e assim ter uma ideia de

onde deve-se atacar...” [Sic], o autor intenciona assegurar para o seu interlocutor que pode mostrar de onde parte o problema para depois propor soluções.

c) Marcação de modalizadores lógicos materializadas por advérbios ou locuções adverbiais

Em relação ao *corpus*, no que concerne ao uso de modalizadores lógicos representados pela classe gramatical dos advérbios ou locuções adverbiais, encontraram-se apenas 4 ocorrências. Conforme as definições tradicionais, o advérbio é tido semanticamente como modificador, principalmente do verbo. No estudo de Castilho (2010), a modificação é entendida como predicação, ou seja, há um operador – no caso, o advérbio – que transfere traços semânticos a seu escopo. Como exemplo, pode-se mencionar o “**indubitavelmente**” que foi materializado na conclusão da monografia do curso de Engenharia, cujo tema abarca questões relacionadas à “Sondagem geotécnica: uma abordagem para melhor compreensão dos relatórios de sondagem e um dimensionamento mais eficaz das funções superficiais”.

O aluno-autor apresenta o seguinte enunciado:

Exemplo 28:

*CM3“... Logo, a consecução do presente trabalho, onde buscou-se com singeleza abordar os conceitos mais fundamentais da Mecânica dos Solos, produzindo ainda conceito sobre os diversos tipos de fundações mais usuais, **indubitavelmente** contribuiu no fortalecimento conceitual do Discente autor, como, pretensamente vislumbra transmitir tais conceitos às novas gerações de profissionais recém-egressos das Academias, para que possam identificar e dimensionar suas peças de fundações, desafio de grande paradigma, ainda na Construção Civil.” [Sic].*

Pode-se inferir que o autor da conclusão da monografia assegura que as informações postuladas pelos teóricos de que fez uso em seu trabalho puderam contribuir com os seus conhecimentos acadêmicos, mostrando para o interlocutor, portanto, que são proposições legítimas. É possível confirmar essa afirmação, justamente, quando o autor faz uso do modalizador “**indubitavelmente**”. Essa

avaliação mostra um alto grau de adesão do falante à proposição, não dando margens a dúvidas, pontuando um destaque do conteúdo enunciado.

É devido à segurança que transmite em seu enunciado que o autor almeja conquistar a cumplicidade do leitor. Os advérbios desse grupo de modalizadores atendem a essa intenção. Percebe-se, no exemplo da CM3, que o enunciador assume inteira responsabilidade sobre seu enunciado, o que possibilita afirmar, nesse caso, que para ele não há outra forma de pensar senão a que ele apresenta no enunciado, ou seja, “**que a pesquisa contribuiu com o fortalecimento conceitual do pesquisador**”.

Ao fazer uso do modalizador adverbial “**indubitavelmente**”, o autor quer apontar o enunciado digno de confiabilidade. Embora o uso da modalidade lógica não garanta que o conteúdo do que se diz seja, realmente, verdadeiro ou não-verdadeiro, o conteúdo do que se afirma ou do que se nega é apresentado pelo aluno-autor como um fato, como fora de dúvida. Dessa forma, intenciona que o interlocutor também leia o enunciado de que os “**conceitos mais fundamentais da Mecânica dos Solos contribuíram para o fortalecimento conceitual do autor.**”.

Ainda analisando os modalizadores lógicos representados pelos advérbios, apresentar-se-á mais um exemplo de conclusão da monografia do curso de Publicidade e Propaganda que discute acerca do tema: “*Facebook home como estratégia de audiência na rede social.*”.

Exemplo 29:

*CM4 “A pesquisa realizada nos mostra contradição ou uma leve confusão do que **realmente** é o aplicativo Home por parte dos usuários. A maior parte 73% conhece o aplicativo por indicação de amigos, mas apenas menos da metade dos entrevistados, 36,56% utilizam o aplicativo a mais de um ano” [Sic].*

Da mesma forma que no exemplo 28, vê-se o autor da conclusão CM4 fazendo uso do modalizador lógico “**realmente**” de modo que caracteriza que para ele não há nenhuma dúvida no que seja o aplicativo Home. Logo, é possível compreender que o autor da conclusão se apoia na certeza do que de fato seja realmente o aplicativo *Home* de que se refere, pois se baseia nos postulados do referencial teórico de que fez uso para o trabalho.

Nesse caso, percebe-se que o autor utiliza o modalizador lógico para asseverar que as pessoas confundem o conceito do aplicativo Home. Ao usar o modalizador lógico materializado pelo advérbio “**realmente**”, o enunciador evidencia que essa confusão é perceptível para ele, além de evidenciar, também, que domina o conceito do aplicativo Home, contrariamente, dessas pessoas que fizeram parte da pesquisa, e por esses motivos é capaz de identificar a confusão por parte das pessoas em relação ao conceito do aplicativo *Home*. Assim como afirma Castilho (2010), o modalizador “**realmente**” apresenta o conteúdo sentencial como conhecimento, nesse caso, o falante sabe que as pessoas confundem ou não sabem o que vem a ser o aplicativo *Home*, justamente, por dominar o aplicativo.

Sendo assim, é possível afirmar que, apesar do número inexpressivo de modalizadores lógicos representando a classe dos advérbios, eles foram utilizados e possibilitaram a marcação da autoria nas conclusões. Essas marcas caracterizaram um posicionamento avaliativo, portanto, subjetivo por parte dos alunos-autores.

d) Marcação de modalizadores lógicos materializadas por orações impessoais

Em termos numéricos, os modalizadores lógicos a partir de orações impessoais ou adverbiais foi o mais representativo, 18 materializações em 31 ocorrências. Notadamente, dentre essas 18 marcações, o uso da oração “**é possível que**”, aparece em grande parte das 18 ocorrências com 10 marcações. Aqueles que optaram por usar os modalizadores lógicos escolheram em sua maioria, o emprego de uma oração impessoal, como se essa impessoalidade, de certo modo, possibilite dividir a responsabilidade sobre o discurso enunciado com outros autores, o que, não impede a marcação de uma avaliação que marca a necessidade que esses alunos-autores sentiram de confirmar os enunciados apresentados nas conclusões.

Vejamos o exemplo 30 a seguir:

Na monografia do curso de Engenharia de Produção, cujo tema versa sobre “Análise da situação estrutural do estado do Rio de Janeiro para receber a Copa do Mundo de Futebol de 2014”, pode-se exemplificar o uso do modalizador lógico a partir de oração impessoal que rege uma oração completiva.

Exemplo 30:

CM36 *“Além da utilização da metodologia QFD, foi feita uma comparação com a infraestrutura dos três últimos eventos. Através dela, **foi possível verificar que** o Rio de Janeiro possui algumas deficiências como é o caso da infraestrutura de transporte, mas também possui projetos e atributos que não ficam a desejar se comparados a edições anteriores as Copa do Mundo.”* [Sic].

Esse tipo de oração impessoal que rege uma oração subordinada completiva, embora apresente um caráter de impessoalidade, evidencia um posicionamento do aluno-autor acerca do enunciado **“o Rio de Janeiro possui algumas deficiências como é o caso da infraestrutura de transporte, mas também possui projetos e atributos que não ficam a desejar se comparados a edições anteriores as Copa do Mundo.”**. Ao mesmo tempo em que esse autor se mantém imparcial, ele confirma, o que para ele, é válido ou não. No caso do exemplo 30 retirado de CM36, é válido que o Rio de Janeiro apresenta projetos que não deixam a desejar para outras edições da Copa.

Ao afirmar que foi possível constatar que o Rio de Janeiro possui algumas deficiências, o aluno-autor desse enunciado assumiu um posicionamento frente ao discurso legitimando, por meio do uso do modalizador lógico tudo aquilo que foi verificado por ele ao longo da pesquisa monográfica.

Atribui-se a maior representatividade de uso dos modalizadores lógicos por meio das orações impessoais que regem oração completiva, à estrutura do gênero que está sendo produzido pelos alunos-autores. Por se tratar de texto científico, faz-se mister que haja posicionamento argumentativo do enunciador que, ao materializar esse tipo de modalizador por meio de uma oração impessoal, se distancia de uma postura totalmente subjetiva, com o objetivo de dividir a responsabilidade pelo enunciado com outros sujeitos que fizeram parte da estrutura polifônica e dialógica do discurso. No caso das monografias, esses sujeitos que são evocados nessas avaliações são os autores que serviram como testemunhos de autoridade na estrutura teórica do trabalho.

Apesar de parecer, nesses casos, que os sujeitos-autores estão se eximindo da responsabilização pelos enunciados, é possível verificar que há uma escolha estratégica por parte desses enunciadores e essa estratégia contempla as

características do gênero produzido. O uso desse tipo de modalizador possibilita uma abrangência argumentativa do discurso, visto que, ao dividir a responsabilidade com outros autores do que é considerado legítimo ou não, esses alunos-autores mostram para os leitores do trabalho, que são os seus interlocutores, que esse pensamento não é somente dele, ou seja, existem outros enunciadores que comungam das mesmas ideias, e que esses enunciadores são testemunhos de autoridade naquele tema abordado.

Dessa forma, é possível afirmar que a constituição do gênero influencia nas escolhas feitas pelos autores. O fato de estar produzindo uma conclusão de monografia, que foi desenvolvida à luz de um aporte teórico, isenta o aluno-autor da necessidade de afirmar como verdade ou não verdade determinado conteúdo, visto que os testemunhos de autoridade (autores citados no trabalho) assumem esse papel de legitimar as informações em todo o desenvolvimento do trabalho. Decorre, portanto, dessa lógica de raciocínio, ao fazerem a escolha do não uso desse tipo de modalizador, esses autores estão produzindo o gênero em consonância com as estruturas exigidas para essa produção, visto que não há necessidade de confirmar aquilo que já foi fundamentado no trabalho.

Importante incluir nesta análise, que o uso das orações impessoais foi equilibrado em relação ao sentido, ora há marcação de certeza como pôde-se verificar em (CM15 acredita-se que deve; CM15 acredita-se que é...), ora de possibilidade como (CM31 foi possível verificar que; *CM42 foi possível concluir que...*). Nas orações impessoais em que o autor marca assertivamente o discurso, o efeito do enunciado incide para orientação de uma leitura em que o aluno-autor se coloca de forma mais incisiva, evidenciando o seu posicionamento subjetivo para que o leitor considere o enunciado como legítimo. Já, a usar o sentido de possibilidade, o aluno-autor também está fazendo uso da argumentatividade, pois direciona o interlocutor para o efeito do enunciado que pretende que seja entendido como legítimo, no entanto, fazem isso sem apresentar um caráter autoritário ao discurso.

3.3.2 Modalizadores deônticos

A modalidade deôntica envolve obrigação ou compulsão. Tipicamente tem sua origem em normas morais ou sociais, numa pessoa com autoridade. As origens da modalidade deôntica podem ser, portanto, externas ou internas ao sujeito obrigado, autorizado ou aconselhado a fazer algo. Na linha deôntica, o julgamento se manifesta por meio de relações com o enunciado que vão do que absolutamente obrigatório ao permitido.

Em relação aos modalizadores deônticos, observou-se que as ocorrências dessa categoria apareceram em maior número totalizando 155 ocorrências. Para fim de organização dos dados, distribuir-se-ão em quadros conforme a estrutura gramatical a que pertencerem (verbos auxiliares de modo e orações impessoais que regem uma oração completiva). Dessa forma têm-se as seguintes ocorrências:

Quadro 2 - Marcação das ocorrências de modalizadores deônticos materializadas por verbos auxiliares de modo

Auxiliares de modo		
<i>CM1 poderá proporcionar</i>	<i>CM19 devem acreditar</i>	<i>CM37 poderiam ter tido</i>
<i>CM2 é necessário</i>	<i>CM20 devem ser realizados</i>	<i>CM37 deveriam ser obtidas</i>
<i>CM2 faz-se necessário</i>	<i>CM20 pode proporcionar</i>	<i>CM37 percebeu-se a necessidade de aplicar</i>
<i>CM3 possam identificar</i>	<i>CM20 deve voltar-se</i>	<i>CM37 não puderam ser testadas</i>
<i>CM3 possam enriquecer</i>	<i>CM20 tem que ser</i>	<i>CM38 permite</i>
<i>CM5 poderá atravessar</i>	<i>CM20 deve ter</i>	<i>CM38 deverá garantir</i>
<i>CM7 vê-se a necessidade da</i>	<i>CM21 pode contribuir</i>	<i>CM38 pôde evidenciar</i>
<i>CM7 pode-se frisar</i>	<i>CM21 deve ser tratada</i>	<i>CM40 podendo aplicá-lo</i>
<i>CM7 se faz necessária (2x)</i>	<i>CM21 pode ser apreendida e transformada</i>	<i>CM40 pode ser</i>
<i>CM9 cabe sempre fazer</i>	<i>CM22 pode ser visualizado</i>	<i>CM40 pode ser evitado</i>
<i>CM9 deve ser</i>	<i>CM22 deveriam realizar</i>	<i>CM40 deve ser adaptável</i>
<i>CM9 podendo esses serem</i>	<i>CM22 pode contribuir</i>	<i>CM41 é necessário destacar</i>
<i>CM11 devem consultar</i>	<i>CM22 deveria ser</i>	<i>CM41 deve-se atacar</i>
<i>CM12 é preciso entender sobre</i>	<i>CM23 é preciso nos perguntar</i>	<i>CM41 pode originar</i>
<i>CM12 é necessário desconstruir</i>	<i>CM23 não podemos culpabilizá-los</i>	<i>CM42 podendo servir</i>
<i>CM12 é preciso salientar</i>	<i>CM23 vê-se necessário cobrar</i>	<i>CM42 pode ser comprovado</i>
<i>CM12 é preciso deixar</i>	<i>CM24 faz-se necessário apontar</i>	<i>CM43 pode-se verificar</i>
<i>CM12 podendo esse ser</i>	<i>CM25 deve preservar</i>	<i>CM43 puderam nos dar</i>

CM12 possa ser	CM26 podem e devem ser prestados	CM43 deve ser
CM13 podem apresentar	CM26 deverá adequar	CM43 deve ser iniciados
CM13 devem facilitar e viabilizar	CM26 poderia haver	CM43 pode trazer
CM13 possa contribuir	CM26 poderão valer-se	CM43 podem acarretar
CM14 devem ser alcançados	CM26 poderá atender	CM43 pode-se também citar
CM15 faz-se necessário mencionar	CM27 podem ser divididos	CM43 podem deixa
CM15 podem conseguir	CM28 devem ser alcançados	CM43 podem ser realizados
CM15 não podem ser tratadas	CM28 podem ser entendidos	CM43 podem mudar
CM15 possam elaborar	CM28 é necessário passar	CM43 podendo, também, serem realizados
CM15 deve se posicionar	CM28 podem proporcionar	CM44 não podem ser realizados
CM15 faz-se necessário ir	CM28 podem trazer	CM44 permite analisar, estudar e enxergar
CM15 deve ser capaz de acompanhar	CM28 precisam dispor	CM44 poderá servir
CM16 pode perceber (2x)	CM29 pode não ser	CM45 pôde-se comprovar
CM16 não podemos colocar	CM29 pode ajudar a alavancar	CM45 pôde-se verificar
CM16 precisa haver	CM29 devem ser combatidos	CM45 deveria ser
CM16 deve continuar	CM30 pode ser	CM45 pôde-se concluir
CM16 pode ser	CM30 podem ter acumulado	CM45 podendo ser resolvido
CM17 deve estar	CM30 podem oferecer	CM47 devem continuar investindo
CM17 deve se materializar	CM30 não se pode esquecer	CM47 pode-se destacar
CM17 é necessário reconhecer	CM31 deve ser vista	CM47 não podem ser
CM18 necessita pesquisar, avaliar, identificar, propor, intervir e garantir	CM31 podem constituir-se	CM47 devem continuar investindo
CM18 devem discutir, debater e propor	CM32 podem-se citar	CM47 devem ser monitorados
CM18 faz-se necessário avaliar	CM33 podem ser utilizados	CM48 não necessariamente deve-se reduzir
CM18 devem procurar e buscar	CM33 poderão se considerados	CM48 só podem ser feitas
CM19 pode criar	CM34 pode ser utilizado	CM48 não pode ser feito
CM19 podemos salientar	CM34 pode vir a ser utilizado	CM49 devem estar
CM19 devem ser respeitadas	CM35 podem comprometer	CM49 podem ser
		Total=137

Fonte: elaborado pela autora segundo o critério *token* (ocorrências) conforme a ordem em que foram apresentados na sequência de conclusões que constituem o corpus e que está presente nos anexos.

Ao realizar a análise do quadro com as ocorrências de modalizadores deônticos marcados pelos auxiliares modais, verificou-se que o verbo modal “**poder**” teve uma representatividade significativa em relação ao uso, por parte dos alunos-autores das monografias, foram 75 ocorrências de 137 modalizadores deônticos materializados pelos verbos auxiliares. De acordo com Koch (1987), tanto no âmbito semântico quanto no de força ilocucionária, o verbo **poder** é um dos que apresenta maior número de significados em língua portuguesa. No primeiro caso, podem ser atribuídos a ele diferentes sentidos: permissão, possibilidade, capacidade, entre outros. Considerando também a força ilocucionária será possível, segundo a autora,

identificar vários outros significados relacionados a esse verbo: oferecimento, ordem, comando, pergunta, solicitação, entre outros e, ainda, diferentes graus de polidez.

Assim, é possível perceber que não se pode contar com formas fixas de interpretação do verbo *poder*. Deve-se considerar que nele estão embutidas diversas possibilidades de interpretação e que os valores que ele assume dependem dos enunciados nos quais está sendo utilizado. Analisar-se-á, portanto, o exemplo que segue retirado de uma monografia do curso de Engenharia de Agronegócios que tem como tema o “Desenvolvimento de filme ativo antibacteriano incorporado com óleos essenciais”.

Exemplo 31:

*CM33 “Além de contribuírem para uma melhor conservação de alimentos, os filmes ativos **poderão ser considerados** uma estratégia importante e decisiva como vantagem competitiva na indústria de alimentos, que visa atender às exigências dos consumidores, fornecendo embalagens modernas, práticas, que preservem os alimentos e sejam viáveis ambiental e economicamente.” [Sic]*

Quando o aluno-autor faz uso do verbo auxiliar de modo “poder”, ele está direcionando o que deve ser feito pelo interlocutor no que se refere ao estudo feito. O autor marca, portanto, o que é preciso fazer, direcionando, a partir do uso desse modalizador deôntico, o seu posicionamento que está em conformidade com as normas sociais, no entanto, o direcionamento do que deve ser feito é marcado pelo auxiliar modal “**poder**” que evidencia uma probabilidade.

A evidência subjetiva do tratamento dado à informação científica é marcada, na maior parte dos excertos, pelos auxiliares de modo e pelas orações adverbiais que regem uma oração completiva e, através desses recursos de modalizações, que o autor deixa claro no texto as avaliações que faz ao conteúdo temático. No caso do exemplo de CM33, isso pode ser evidenciado com o uso do modalizador “**poderão ser considerados**”.

No enunciado CM33, o aluno-autor não dá uma ordem, mas apresenta uma possibilidade para que o conteúdo da proposição ocorra, qual seja, considerar ou

não os filmes ativos como uma estratégia importante e decisiva como vantagem competitiva na indústria de alimentos. Isso não garante que a possibilidade ocorrerá de fato, fica a cargo do interlocutor. Logo, recai sobre o conteúdo da proposição uma possibilidade, que também é dada diretamente ao interlocutor sob a forma de uma permissão (os filmes ativos podem ser considerados).

Esse tipo de marcação de modalização corrobora o fato de que a modalização reflete o envolvimento do falante em relação ao que é dito, pois as conclusões exigem um comprometimento maior do locutor com o que diz/escreve, no entanto, esse envolvimento, que também aparece em outros exemplos marcando ordem ou permissão, em muitos casos, apresenta sentido de possibilidade. De certa forma, é possível verificar que esse tipo de escolha por parte do autor, possibilita a conclusão de que, ao optar pelo uso do auxiliar de modo “**poder**” dando sentido de possibilidade o aluno-autor está, de certa forma, negociando com o seu interlocutor, embora intencione marcar um posicionamento em relação ao enunciado que é o de considerar o uso dos filmes ativos como estratégia competitiva de mercado.

Tem-se um segundo excerto de texto retirado da conclusão da monografia do curso de Engenharia de Produção que versa sobre: “Planejamento e gerenciamento de um projeto de transporte rodoviário de cargas baseado no guia PMBOK” que traz o modalizador deôntico materializado pelo auxiliar modal poder.

Exemplo32:

*CM48 “Sua atuação envolve elementos importantes como preço do serviço, pontualidade da entrega, condições físicas dos bens entregues, entre outros que acabam impactando **podem ser** minimizados com a utilização de uma ferramenta de gerenciamento de projetos eficiente.”*

Há, nesse exemplo 32, um compromisso do aluno-autor com a voz social que dita às diretrizes do que pode ou não ser feito. Observa-se, ainda, que o uso do verbo “poder” foi bastante expressivo no que concerne à aplicação da modalização deôntica por parte do aluno-autor.

Não há como negar que esse tipo de marcação subjetiva, nas conclusões das monografias, garante a argumentatividade por parte do enunciador, que se apoia ao domínio do direito ou ao discurso da conformidade com as normas em uso. Essa

afirmativa se respalda no fato de que ao fazer uso dessa estratégia de linguagem, o autor direciona para o interlocutor o que espera que faça, mas respaldado pelo discurso que se apoia na conduta normativa. No caso de CM33, usar a ferramenta de gerenciamento de projetos eficiente minimizará problemas como preço, pontualidade, condições físicas do bem entregue, ou seja, de acordo com a conduta normativa no âmbito dos negócios, esses problemas não devem ocorrer. Dessa forma, usa a conduta normativa como recurso argumentativo.

Convém acrescentar que a modalidade expressa por meio do verbo “**poder**”, faculta ao interlocutor acatar ou não o enunciado e não há, por sua vez, nem a obrigatoriedade nem a proibição para tal ato. No caso do modalizador “**podem ser**”, o enunciador não espera que o leitor desconsidere a necessidade do uso de ferramentas de gerenciamentos de projeto como algo positivo, pois são essas ferramentas, segundo o enunciado, que serão capazes de diminuir os impactos negativos em relação ao bem entregue.

Com o uso da modalização deôntica, a obrigatoriedade recai sobre o enunciado, que deve ser interpretado como uma ordem expressa diretamente para o interlocutor, cuja responsabilidade é cumpri-la.

Esses tipos de modalizador, de certa forma, contundentes e autoritários, foram inúmeras vezes utilizadas pelos autores, pois reforça uma orientação argumentativa e conclui um posicionamento. Observa-se o exemplo retirado da conclusão da monografia apresentada ao curso de Serviço Social, cujo tema é “Adolescente de ato infracional: relatos da experiência de estágio no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente na cidade de Volta Redonda”.

Exemplo33:

*CM12 “Conforme os referenciais teóricos utilizados, podemos perceber que para acontecer a ressocialização de forma satisfatória, **é necessário desconstruir** os estereótipos gerados em torno do adolescente autor de ato infracional. Sendo necessário também desconstruir a criminalização gerada em torno da pobreza, cujo esse adolescente está inserido.” [Sic]*

Ao afirmar que “**é necessário desconstruir**”, o autor se posiciona mostrando o que deve ser feito na situação discutida por ele. Vê-se, aqui, uma postura discursiva que tem como propósito convencer o leitor daquilo que, na concepção do autor, é o correto.

Nesse enunciado do exemplo 33, o locutor expressa a obrigatoriedade de desconstruir os estereótipos gerados em torno do adolescente autor de ato infracional, que recai sobre o seu interlocutor. Se pensar em um contexto no qual o enunciador está falando com base na discussão científica, não há outra opção para o interlocutor senão a obediência à ordem dada.

O uso do verbo ser + a expressão adjetiva como (é necessário, é permitido, é proibido...) + o verbo principal também se caracterizam como auxiliares modalizadores. No caso do exemplo de CM12, portanto, há um modalizador deôntico marcando uma obrigatoriedade, dessa forma, o falante encontra na língua uma série de expressões, que poderão ser usadas conforme a intenção comunicativa. No exemplo 33, o aluno-autor tende a expor seu ponto de vista ou julgamento de que as pessoas não podem mais alimentar o estereótipos em relação ao menos de atos infracionais.

Ao fazer uso dessa estratégia linguística, o falante orienta o conteúdo do enunciado para que o interlocutor, previamente, tome conhecimento de sua opinião, o que demonstra a pretensão de uma atitude responsiva por parte do autor com relação ao conteúdo do enunciado que pretende que seja reconhecido. Neves (1996) faz menção a esse tipo de estrutura modalizadora, descrevendo-a como “adjetivo em posição predicativa”. Castilho e Castilho (1992) também citam como indicadores de modalização os adjetivos, isolados ou em expressões como *é possível, é claro e é desejável*.

Quadro 3 - Marcação das ocorrências de modalizadores deônticos materializadas por orações impessoais

Conforme evidenciado no *corpus*, tivemos, ainda, 18 ocorrências de modalizadores deônticos representados por orações impessoais que regem completivas, as quais serão mostradas a seguir:

Orações impessoais e adverbiais que regem uma oração completiva
CM15 <i>pode-se observar que</i>
CM15 <i>é necessário que</i>
CM16 <i>é preciso que a família perceba que</i>
CM19 <i>faz-se necessário que</i>
CM20 <i>pode-se constatar que</i>
CM23 <i>é preciso que</i>
CM25 <i>o que se pode observar é que</i>
CM30 <i>não se pode negar o esquecer que</i>
CM32 <i>pode-se verificar que</i>
CM35 <i>pode-se também concluir que</i>
CM35 <i>permite que</i>
CM38 <i>é extremamente necessário que</i>
CM43 <i>pôde-se concluir que</i>
CM45 <i>pôde-se verificar que</i>
CM45 <i>tendo que</i>
CM47 <i>espera-se que</i>
CM47 <i>pode-se definir que</i>
CM50 <i>pode-se concluir que</i>
Total= 18

Fonte: elaborado pela autora segundo o critério *token* (ocorrências) conforme a ordem em que foram apresentados na sequência de conclusões que constituem o corpus e que está presente nos anexos.

Observar-se-á, a seguir, o exemplo da CM15, que é uma conclusão de monografia do curso de Serviço Social e versa sobre a “Responsabilidade social empresarial e a atuação do Assistente Social na empresa de transporte ferroviário”

Exemplo 34:

CM15 *“A partir desta compreensão geral do contexto **pode-se observar que** as mudanças no mundo do trabalho, conferiram uma nova feição ao exercício profissional do Serviço social nas empresas, inclusive nas suas condições de trabalho.”*

No enunciado CM15, o caráter de possibilidade “**pode-se observar que**” recai sobre o interlocutor marcando um posicionamento deôntico por meio do uso do verbo “**poder**”. Esse tipo de modalização parece bastante possível e comum para expressar obrigatoriedade, no entanto, no exemplo 34, tem-se uma possibilidade. Nesse caso deste exemplo retirado de CM15, o enunciador avalia a “**nova feição que as mudanças no mundo de trabalho conferiram ao exercício profissional do Serviço Social.**” como sendo algo “**possível de se observar**” se “**levada em consideração à compreensão do contexto**” .

Resultante do que o enunciador julga ser possível de acontecer, (**poder observar**) tomando como base sua experiência de mundo, esse aluno-autor, a partir de algum conhecimento prévio, foi capaz de inferir que compreender o contexto em que o tema se insere abre uma possibilidade para a observação da nova feição que o mundo do trabalho confere ao exercício do profissional de Serviço Social.

A possibilidade que recai sobre o enunciado demonstra um engajamento menor do enunciador com relação à avaliação. No entanto, ao usar o modalizador por meio da oração impessoal “**pode-se observar que pode-se observar que**”, o falante se posiciona de forma estratégica avaliando o que pode ser observado e intenciona que o seu interlocutor acate essa avaliação como sendo legítima.

Analisar-se-á mais um exemplo na CM50, monografia do curso de Engenharia de Agronegócios que trata do “Estudo sobre o aproveitamento do soro do queijo nas indústrias”.

Exemplo 35:

CM50: “*Considerando tudo que foi exposto ao longo do trabalho, através de diferentes bibliografias, **pode-se concluir que** o soro de leite é um produto de elevada importância para as diversas áreas e indústrias alimentares e não alimentares.*”

As construções impessoais ocorrem, como no francês, e podem se apresentar como impessoais deônticas (o falante indica que um evento específico deve ocorrer). Dias (2013) afirma que, apesar de haver um sujeito oracional expresso nesse tipo de oração, o falante opta pela forma sintática unipessoal (estrutura predicadora em 3ª pessoa do singular), que apresenta uma nuance de caráter semântico impessoal à estrutura predicadora alçada à posição inicial da construção. Pode-se verificar essa afirmação com o exemplo de modalizador retirado da CM50 “**pode-se concluir que**”.

Para Dias (2013), a construção completiva impessoal fortalece a perspectiva do falante/conceitualizador, que materializa um distanciamento (discursivo e físico/social/temporal) entre a cena veiculada no complexo impessoal, de valor semântico impessoal, e o entorno caracterizado com valor semântico mais pessoal. Sendo assim, o falante diminui a sua participação no evento, de modo a não se comprometer.

No exemplo 35 mencionado, tem-se a oração matriz impessoal “**pode-se concluir que**” regendo uma oração substantiva “*o soro de leite é um produto de elevada importância para as diversas áreas e indústrias alimentares e não alimentares*” que equivale ao sujeito da oração principal. Nesse caso, a oração impessoal que rege a oração subordinada, imprime sobre ela uma avaliação do que ocorreu, ou seja, foi possível concluir que o soro do leite é importante para as diversas áreas e indústrias alimentares e não alimentares.

Mesmo que de forma menos comprometida, ainda sim, é possível identificar o posicionamento do aluno-autor no enunciado, no entanto ele apresenta esse posicionamento como sendo de ordem geral, ou seja, apresenta a ideia como sendo universalmente aceita, o que não deixa de ser uma estratégia argumentativa também.

3.3.3 Modalizadores apreciativos

Os modalizadores apreciativos que representam a expressão das reações dos autores frente ao que discutem em seus enunciados são materializados de forma expressiva nas conclusões analisadas (47 ocorrências no total), mas não chegam a atingir, em termos numéricos, a expressividade dos modalizadores deônticos.

Apesar de a estrutura do gênero monografia exigir uma postura neutra, por parte do enunciador, para que não use expressões que evidenciem uma falta de neutralidade por parte de quem está escrevendo, notou-se um número expressivo do uso dos modalizadores apreciativos, 35 ocorrências nas 50 conclusões avaliadas. A exigência da neutralidade se dá devido às características do gênero monografia, que em muitas ocorrências, são produzidos, a partir de uma preocupação com a imparcialidade por parte do autor, para que sejam cumpridas as características na composição desse gênero, conforme estabelece a ABNT (NBR 14724), no que se refere à redação do texto monográfico como já mencionado no Capítulo 1. No entanto, esse tipo de modalização aparece, mesmo assim, demonstrando que há um posicionamento responsivo por parte desses alunos do curso superior que produziram as monografias.

Dentro dos quatro grupos de categorias gramaticais que podem materializar os modalizadores, segundo Bronckart (2007), foram encontrados apenas dois representando os modalizadores apreciativos no *corpus*, os apreciativos marcados pelos advérbios e pelas orações impessoais. Observem-se as ocorrências e a análise no grupo de advérbios modalizadores apreciativos a seguir:

Quadro 4 - Marcação das ocorrências de modalizadores apreciativos materializadas por advérbios ou locuções adverbiais

Advérbios e locuções adverbiais
CM2 somente ¹¹
CM3 demasiadamente
CM3 pretensamente
CM5; CM8; CM19; CM24, CM30; CM36; CM38, CM40 principalmente
CM8 altamente
CM14 relevante importância
CM16 infelizmente
CM16 tão injusta e preconceituosa
CM20 simplesmente
CM22 muito importante
CM25 notadamente ^{2x}
CM25 consideravelmente
CM25 profundamente
CM26 significativo destaque
CM28 significativo destaque
CM28 significativamente
CM29 extrema importância
CM34 muito mais simples e rápido
CM43 perfeitamente
CM47 bastante
CM47 altamente
CM47 de grande
CM47 razoavelmente
CM48 muito importante
CM48 muita importância
CM48 bem enfatizado
CM49 extrema agilidade
Total: 35

Fonte: elaborado pela autora segundo o critério *token* (ocorrências) conforme a ordem em que foram apresentados na sequência de conclusões que constituem o *corpus* e que está presente nos anexos.

¹¹ Há de se observar que o advérbio *somente* que nem sempre, a depender do contexto, é usado de modo mais subjetivo ou apreciativo. No entanto, entendemos o uso desse advérbio na CM2 nessa perspectiva.

Houve unanimidade no uso de advérbios quanto à marcação de modalizadores apreciativos. De 35 ocorrências de modalizadores apreciativos, 35 foram materializadas através dos advérbios. Analisar-se-á o exemplo da CM38 a seguir, que é de uma monografia do curso de Engenharia Metalúrgica, com o tema “Implantação de um sistema ERP em uma empresa no setor de mineração”.

Exemplo 36:

*CM38 “Foi possível avaliar que a estratégia adotada pela empresa, ao realizar implementações preliminares e menos complexas do sistema foi válida, **principalmente** por se tratar de uma grande empresa com inúmeras especificidades para cada área operacional. Percebeu-se que a empresa utilizou as lições aprendidas durante as implementações preliminares para embasar a implementação atual.”*
[Sic]

Dentre os advérbios usados para indicar modalização estão àqueles terminados pelo sufixo *-mente*, considerados como um importante recurso linguístico por meio do qual o falante pode expressar “seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade, ou expressando seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo” (CASTILHO; CASTILHO, 1993, p. 217).

Os advérbios que marcam a modalização, portanto, são usados pelos falantes como estratégias para expressar diferentes valores em relação ao enunciado. Segundo Neves (2000 p. 244), “os advérbios podem expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado. ”No caso do exemplo 36 apresentado, é notório o posicionamento do autor em relação à afirmação que faz acerca do que o professor deve fazer. O uso do advérbio modalizador “**principalmente**” caracteriza esse posicionamento, que representa a opinião ou ponto de vista do autor em relação ao que enuncia. O uso desse modalizador funciona, portanto, como transmissor evidente de opinião e no caso dos modalizadores apreciativos, o vocábulo “principalmente”, foi o que apresentou maior incidência em nossa pesquisa, 8 ocorrências.

O uso desse modalizador apreciativo evidencia que numa hierarquia de valores, o enunciador ressalta um determinado elemento, que, em sua opinião, é o

mais relevante. Nesse sentido, ao afirmar que a *“foi possível avaliar que a estratégia adotada pela empresa, ao realizar implementações preliminares e menos complexas do sistema foi válida, **principalmente** por se tratar de uma grande empresa ...”*, o enunciador está evidenciando a avaliação que dentre as estratégias que podem ser adotadas pela empresa, aquela foi a melhor.

Nesse exemplo 36 retirado da CM38, o aluno-autor imprime, no enunciado, o valor de ordem subjetiva que mostra a sua avaliação sobre o fato. No caso desse exemplo, o enunciador dá ênfase na validade da estratégia adotada pela empresa e destaca essa validade ressaltando o fato de ser a empresa grande e ter diversas especificidades para cada área ocupacional. Ou seja, é possível inferir que foi válido, por parte da empresa, aplicar a estratégia, pois essa tomada de atitude pode fazer toda a diferença para empresas com tais características, principalmente.

Um segundo outro exemplo a ser analisado foi retirado da CM48, monografia do curso de Engenharia de produção que trabalha o tema “Gestão de estoques aplicada à saúde pública.”

Exemplo 37:

*CM48 “A classificação ABC **foi muito importante** para a análise porque foi pedido pelo coordenador que fosse feita uma análise para saber quais os itens tinham maior custo para o almoxarifado e que se fosse exposto de forma clara. A curva ABC foi a melhor maneira encontrada para demonstrar que se esses itens de classe A forem eficientemente gerenciados, o almoxarifado tem grandes chances de ter uma gestão eficiente.” [Sic]*

Fica evidenciado com o uso do modalizador apreciativo **“foi muito importante”** que o enunciador, além de revelar um sentimento ou uma emoção em relação ao enunciado, esse tipo de modalização expressa julgamentos ou pontos de vista do falante e ainda como esse falante quer que o conteúdo seja lido.

Ao utilizar essa modalização apreciativa, o locutor se compromete uma vez que julga, avalia, e/ou emite um ponto de vista seja em relação a uma expressão ou a todo o enunciado. No exemplo 37, pode-se perceber a presença de termos que marcam o envolvimento do locutor em relação ao enunciado. As palavras em destaque exprimem o ponto de vista do falante em relação ao fato.

Quando usa o advérbio de intensidade “**muito**” com o adjetivo “**importante**”, o aluno-autor avalia subjetivamente o enunciado mostrando para o seu interlocutor a relevância da classificação ABC para a análise.

Ainda em relação aos modalizadores apreciativos pode-se avaliar o seguinte excerto da monografia CM34 do curso de Engenharia de Agronegócios, cujo tema é “Proposta de investimento para instalação de uma indústria de irradiação de frutas”.

Exemplo 38:

*CM34 “O estudo de métodos capazes de conservar alimentos, atualmente, **é de extrema importância**, pois existe cada vez mais a necessidade de suprir a crescente demanda por alimentos no mundo. E o método escolhido nesse trabalho foi a irradiação de alimentos, de acordo com os estudos realizados, é um método não muito difundido no Brasil, por ser pouco utilizado gera a falta de conhecimento técnico do assunto, o que inibe os investimentos necessários para se difundir o uso de tal método. Uma das primeiras constatações desse trabalho foi notar essa falta de conhecimento e através dos estudos sobre o assunto esclarecer que esse é o método eficiente para tratar alimentos e pode ser utilizado em grandes escalas gerando benefícios econômicos para quem utilizar desse método” [Sic].*

Quando o locutor afirma que “O estudo de métodos capazes de conservar alimentos, atualmente, **é de extrema importância...**” ele se posiciona no texto porque imprime um juízo de valor, ou seja, ele faz uma avaliação sobre o conteúdo proposicional. Ao avaliar o conteúdo proposicional, o enunciador marca a subjetividade bem como a autoria na produção.

Pôde-se observar no uso da expressão “**é de extrema importância**” que o locutor faz uma avaliação em relação ao estudo de métodos capazes de conservar alimentos. O locutor julga esse fato como muito importante e é assim que ele espera que seu interlocutor leia esse enunciado. Esse tipo de avaliação pode fazer com que o locutor consiga sensibilizar o seu interlocutor a atender à solicitação que está sendo feita. Assim, a expressão em evidência é um exemplo de modalização

apreciativa, já que indica um julgamento do locutor em relação a um determinado fato..

A modalização apreciativa ocorreu em número considerável nas conclusões analisadas, o que confirma um posicionamento de ordem subjetiva responsivo por parte dos alunos-autores. Observou-se, ainda, que esse tipo de modalização pode se tornar um recurso bastante eficaz para marcar a subjetividade e a autoria no gênero monografia. A análise nos proporciona entender que os locutores utilizaram a modalização apreciativa a fim de sensibilizarem o interlocutor em relação aos fatos enunciados.

Embora os manuais e as referências que tratam do gênero monografia orientem uma produção com características textuais de imparcialidade para atenderem ao critério da cientificidade que trata da objetividade neutra, há de se observar que houve um número relativamente pequeno do uso das orações impessoais que ausenta de certa forma, o caráter subjetivo no enunciado. Isso permite inferir que, mesmo havendo uma marcação avaliativa por parte dos alunos-autores, existe um comprometimento em obedecer aos critérios estabelecidos para estruturar o gênero monografia.

É possível depreender, ainda, com a análise dos modalizadores deônticos, que o fato de aparecerem em maior número nas conclusões das monografias também decorre, provavelmente, em obediência às características de composição impostas pelo gênero científico, que figura no âmbito do discurso argumentativo, quando o falante deseja atuar fortemente sobre o interlocutor. Visto que esse tipo de modalizador representa, exatamente, o domínio do direito e das obrigações, é totalmente compreensível que haja uma maior representatividade deles nas conclusões.

3.3.4 Modalizadores pragmáticos

Quanto aos modalizadores pragmáticos, não houve nenhuma ocorrência. Acredita-se, portanto, que isso seja devido ao fato de ser característica desses modalizadores avaliarem um dos aspectos da responsabilidade do agente, atribuindo-lhe intenções, razões e capacidade de ação.

Quando o aluno-autor da monografia seleciona o quadro teórico que dará suporte às discussões apresentadas, entende-se que faz essas escolhas considerando os teóricos como testemunhos de autoridade. Não é relevante, portanto, que o autor evidencie, a partir das modalizações pragmáticas, aspectos de responsabilidade, intenções ou capacidade de ação aos teóricos que utiliza para a produção da monografia.

Ao discutir as citações desses teóricos, tidos como testemunhos de autoridade para o autor das monografias, é mais comum que haja uma preocupação, por parte de quem está produzindo o texto, em usar os modalizadores deônticos. Ao optarem pelo uso dos modalizadores deônticos, o autor atesta o que fora discutido na teoria levando o leitor a conceber aqueles postulados também como sendo legítimos.

Infere-se, portanto, que os autores das conclusões das monografias não fizeram uso dos modalizadores pragmáticos, assumindo, então, as intenções dos enunciados. Nesse sentido, trazem, para si próprios, o posicionamento responsivo dos enunciados e acabam marcando subjetivamente a produções.

A escolha pelo não uso desse tipo de modalizador, que atribui a outro a responsabilidade pelo enunciado, leva a crer na necessidade que esses alunos de fim de curso de nível superior apresentam de imprimirem suas vozes e seus posicionamentos acerca das questões enunciadas no discurso.

3.4 Efeitos de sentido provocados pelo uso dos modalizadores nas conclusões das monografias

3.4.1 Efeito de sentido dos modalizadores deônticos

Ao analisar o uso dos modalizadores em termos quantitativos, observou-se que a predominância dos deônticos é evidenciada e, por esse motivo, far-se-á uma análise mais detalhada dessas ocorrências, considerando os estudos de Castilho e

Castilho (1993, p. 252-253) e Nascimento (2010) sobre os efeitos de sentido impressos no enunciado com o uso desses modalizadores.

Dentro da categoria de modalizadores deônticos, Castilho e Castilho (1993) apresentam três subtipos: obrigatoriedade, proibição e possibilidade.

Houve, pois, as seguintes ocorrências nessa subdivisão dos modalizadores deônticos:

a) Modalizador deôntico de obrigatoriedade (apresenta o conteúdo como algo obrigatório).

Ocorrências:

Dentre as 154 ocorrências de modalizadores deônticos encontradas no *corpus*, 64 representam modalizadores de obrigatoriedade. Entende-se, pois, que o uso significativo desse tipo de modalizador posiciona o aluno-autor no lugar daquele que está direcionando claramente o que precisa ser feito pelo interlocutor.

Apresentam-se as ocorrências:

Quadro 5 - Ocorrências dos modalizadores deônticos de obrigação

Modalizadores deônticos de obrigação (auxiliares de modo)	
<i>CM2 é necessário</i>	<i>CM19 devem acreditar</i>
<i>CM2 faz-se necessário</i>	<i>CM20 devem ser realizados</i>
<i>CM7 vê-se a necessidade da</i>	<i>CM20 deve voltar-se</i>
<i>CM7 se faz necessária (2x)</i>	<i>CM20 tem que ser</i>
<i>CM9 cabe sempre fazer</i>	<i>CM20 deve ter</i>
<i>CM9 deve ser</i>	<i>CM21 deve ser tratada</i>
<i>CM11 devem consultar</i>	<i>CM22 deveriam realizar</i>
<i>CM12 é preciso entender sobre</i>	<i>CM22 deveriam realizar</i>
<i>CM12 é necessário desconstruir</i>	<i>CM22 deveria ser</i>
<i>CM12 é preciso salientar</i>	<i>CM23 vê-se necessário cobrar</i>
<i>CM12 é preciso deixar</i>	<i>CM24 faz-se necessário apontar</i>
<i>CM13 devem facilitar e viabilizar</i>	<i>CM25 deve preservar</i>
<i>CM14 devem ser alcançados</i>	<i>CM26 deverá adequar</i>
<i>CM15 faz-se necessário mencionar</i>	<i>CM26 deverá adequar</i>
<i>CM15 deve se posicionar</i>	<i>CM28 devem ser alcançados</i>
<i>CM15 faz-se necessário ir</i>	<i>CM28 é necessário passar</i>
<i>CM15 deve ser capaz de acompanhar</i>	<i>CM29 devem ser combatidos</i>
<i>CM16 precisa haver</i>	<i>CM31 deve ser vista</i>
<i>CM16 deve continuar</i>	<i>CM37 deveriam ser obtidas</i>
<i>CM17 deve estar</i>	<i>CM38 deverá garantir</i>
<i>CM17 deve se materializar</i>	<i>CM40 deve ser adaptável</i>
<i>CM17 é necessário reconhecer</i>	<i>CM41 é necessário destacar</i>

<i>CM18 necessita pesquisar, avaliar, identificar, propor, intervir e garantir</i>	<i>CM41 deve-se atacar</i>
<i>CM18 devem discutir, debater e propor</i>	<i>CM43 deve ser</i>
<i>CM18 faz-se necessário avaliar</i>	<i>CM43 deve ser iniciados</i>
<i>CM18 devem procurar e buscar</i>	<i>CM45 deveria ser</i>
<i>CM19 devem ser respeitadas</i>	<i>CM45 deveria ser</i>
	<i>CM47 devem continuar investindo</i>
	<i>CM47 devem ser monitorados</i>
Modalizadores deônticos de obrigação (Orações impessoais e adverbiais que regem uma oração completiva)	<i>CM49 devem estar</i>
<i>CM15 é necessário que</i>	<i>CM23 é preciso que 2x</i>
<i>CM16 é preciso que a família perceba que</i>	<i>CM38 é extremamente necessário que</i>
<i>CM19 faz-se necessário que</i>	<i>CM45 tendo que</i>
	Total= 65

Fonte: elaborado pela autora segundo o critério *token* (ocorrências) conforme a ordem em que foram apresentados na sequência de conclusões que constituem o corpus e que está presente nos anexos.

Observa-se, pois, o exemplo: CM47 de uma monografia do curso de Engenharia de Produção, cujo tema é “Forças competitivas na siderurgia mundial: uma análise estratégica do processo Tecnoled”.

Exemplo 39:

*CM47 “O aço se destina, em sua ponta final a seis segmentos de consumo, dentre eles, o setor de construção, automobilístico, máquinas e equipamentos, petróleo e gás, entre outros. Dessa forma, a terceira força competitiva, poder de barganha do cliente, depende de determinadas características de cada segmento, como nível de concentração e presença de grande player global atuando no mercado. Com relação à quarta força de Porter, ameaça de produtos substitutos, foi identificado que a tendência de substituição é distinta em cada setor do consumo e não apresenta forte ameaça relevante no curto/médio prazo. Para tanto, as indústrias siderúrgicas **devem continuar investindo** em P&D a fim de eu o portfólio de produtos se mantenha competitivo.”*

O aluno-autor considera o conteúdo da proposição como algo que deve ou precisa ocorrer obrigatoriamente. Nesse caso, o enunciador não apresenta outra

opção para o interlocutor, ao não ser a de obediência à ordem dada, que no caso do excerto é a de as indústrias devem continuar investindo em P&D.

No exemplo 39 acima, percebe-se a modalização deôntica de obrigatoriedade expressa pelo verbo “**deve**”, que recai sobre o enunciado “*continuar investindo em P&D a fim de eu o portfólio de produtos se mantenha competitivo.*” Essa obrigatoriedade orienta o interlocutor a cumprir a ordem determinada ao mesmo tempo em que avalia o conteúdo do enunciado, apresentando-o como uma obrigação.

É possível inferir em termos de efeito de sentido de M47 que o aluno-autor expressa o conteúdo do enunciado como sendo algo que deve ocorrer obrigatoriamente e intenciona que interlocutor obedeça.

Ainda nessa perspectiva da modalização deôntica de obrigatoriedade, tem-se outro exemplo retirado da CM45, que trata de outra monografia também apresentada ao curso de Engenharia de Produção com o tema: “Análise e aplicação dos algoritmos da teoria dos grafos.”.

Exemplo 40:

*CM47 “No algoritmo de Fluxo Máximo, que é primordial em problemas de fluxo que envolve água, óleo, vapor através de redes de tubos, fluxo máximo de veículos em um sistema de transporte, capacidade máxima de uma linha de produção de um produto, tem o objetivo de maximizar o fluxo de um ponto de origem (ou fonte) até um ponto de destino (ou sorvedouro) **tendo que respeitar** as restrições de fluxo de cada arco de rede.” [Sic].*

No excerto acima, percebe-se a modalização deôntica de obrigatoriedade expressa pelo verbo “**ter**”, que recai sobre o enunciado “*que respeitar as restrições de fluxo de cada arco de rede.*” Obviamente que, no caso do exemplo 40, o efeito de sentido que contribui para o estabelecimento da obrigatoriedade diretamente expressa ao interlocutor se dá pelo fato de o enunciado estar baseado em informações de ordem científica, ou seja, a ordem se dá a partir de elementos comprovados cientificamente.

Nesse exemplo 40 retirado da CM45, o que deve ser respeitado é uma regra da área da engenharia, ou seja, é preciso respeitar a teoria como pode ser verificado quando o aluno-autor enuncia o respeito às restrições de fluxo de cada arco de rede.

Observa-se, no exemplo retirado da CM45, o uso do modalizador “**tendo que respeitar**” apresentando uma ordem explícita por parte do enunciador do discurso. Essa ordem, bem como no primeiro exemplo, não é dada simplesmente por vontade do aluno-autor. O uso expressivo desse tipo de modalizador que incide no efeito de sentido de comando de obrigatoriedade se dá pelo fato de esse enunciador estar respaldado em todo um aparato teórico que ampara esse posicionamento linguístico. Nesse sentido, esse enunciador determina a obrigatoriedade de ter de respeitar as restrições de fluxo de cada arco de rede.

No exemplo da CM17, que discute sobre o tema “Os desafios do assistente social no CREAS – Centro de Referência Especializado de assistência Social”, também é possível verificar modalizador deôntico que expressa sobre o enunciado o efeito de sentido de obrigação.

Exemplo 41:

*CM17 “Fato é que o reconhecimento da profissionalização da Assistência Social é de relevância inquestionável para a defesa e garantia de direitos atribuídos a uma política pública. Mas, **é necessário** ainda, **reconhecer** necessidade de adoção de diretrizes técnicas-política para o enfrentamento da complexa realidade social brasileira, e dos ainda persistentes altos índices de desigualdade social e situações de violência e violação dos direitos do país.” [Sic]*

Ao utilizar o termo “**é necessário**”, o enunciador expressa a obrigatoriedade de reconhecer a necessidade de adoção de diretrizes técnicas-política para o enfrentamento da complexa realidade social brasileira, e dos ainda persistentes altos índices de desigualdade social e situações de violência e violação dos direitos do país. No entanto, a utilização do nome *necessário* impessoaliza a obrigatoriedade, no sentido de que não deixa explícito de quem é a responsabilidade de reconhecer *necessidade de adoção* de diretrizes técnicas-política para o enfrentamento da complexa realidade social brasileira, se é dele próprio ou dos interlocutores.

O que está expresso no enunciado é apenas a obrigação de que haja o reconhecimento da necessidade de adoção de diretrizes técnico-políticas, mas não se determina, pelo enunciado, de quem é essa obrigação. Essa estratégia argumentativo-pragmática é importante, porque é a partir dela que o enunciador faz o seu pedido aos interlocutores, qual seja, o de reconhecimento da necessidade. Do caráter impessoal da obrigatoriedade surge, portanto, o pedido, que é, justamente, o efeito de sentido expresso nesse enunciado.

A escolha, portanto, do uso desse tipo de modalização, pelos alunos-autores, se deu de forma expressiva, pois essa obrigatoriedade orienta o interlocutor a cumprir a ordem determinada ao mesmo tempo em que avalia o conteúdo do enunciado, apresentando-o como uma obrigação. Ou seja, para definir como sendo algo obrigatório, os alunos-autores avaliaram essas proposições à luz da linguagem científica.

b) Modalizador deôntico de proibição (expressa o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer).

Nessas ocorrências, verificaram-se expressos os modalizadores deônticos de proibição. Dessa forma, são modalidades deônticas que se apresentam com um caráter de ordem, proibindo os interlocutores de agirem de alguma forma. O uso do advérbio de negação “*não*” acompanhado do verbo poder caracteriza bem essa proibição como podemos verificar nos exemplos a seguir.

Quadro 6 - Ocorrências dos modalizadores deônticos de proibição

Modalizadores deônticos de proibição (auxiliares de modo)
<i>CM15 não podem ser tratadas</i>
<i>CM16 não podemos colocar</i>
<i>CM23 não podemos culpabilizá-los</i>
<i>CM30 não se pode esquecer</i>
<i>CM37 não puderam ser testadas</i>
<i>CM44 não podem ser realizados</i>
<i>CM47 não podem ser</i>
<i>CM48 não necessariamente deve-se reduzir</i>
<i>CM48 não pode ser feito</i>
Orações impessoais e adverbiais que regem uma oração completiva

CM30 não se pode negar ou esquecer que
--

Total= 10

Fonte: elaborado pela autora segundo o critério *token* (ocorrências) conforme a ordem em que foram apresentados na sequência de conclusões que constituem o corpus e que está presente nos anexos.

O exemplo 42 retirado de CM16, conclusão da monografia intitulada “Adolescência em debate e os novos arranjos sociais: um estudo na perspectiva dos orientadores educacionais”, apresentada ao curso e Serviço Social, pode evidenciar o exposto.

Exemplo 42:

CM16 *“Lembrando que **não podemos colocar** toda a responsabilidade na família, é um contexto geral, porém é a principal instituição, sendo assim tendo maior responsabilidade na vida dos adolescentes, ajudando os mesmos a construírem seus princípios e valores morais.”* [Sic]

Observa-se, no exemplo 42, que o modalizador “*não podemos*” expressa uma proibição ao interlocutor. O efeito de sentido desse modalizador recai sobre o enunciado “*colocar toda a responsabilidade na família*”, indicando que o seu conteúdo deve ser lido como uma proibição e essa é, por sua vez, transferida tanto ao interlocutor, no caso, os leitores, quanto ao próprio enunciador que faz uso do verbo em primeira pessoa do plural incluindo-se na proibição e dividindo, portanto, a responsabilidade com o leitor.

Essa pluralidade de responsáveis, entre os quais se coloca o próprio enunciador, é possível pela ocorrência do plural inclusivo de 1ª pessoa do verbo precisar. Trata-se de uma estratégia semântico-argumentativa bastante peculiar, que possibilita convencer o outro (interlocutor) através da própria inclusão do locutor, na enunciação. Esse tipo de deôntico apresenta o efeito de sentido da proposição como não permitido e distribui responsabilidades, incluindo todos os envolvidos no discurso. Com base no exposto, o efeito de sentido que o modalizador “*não podemos*” expressa é que o conteúdo da proposição “***colocar toda a responsabilidade na família***” é algo proibido e deve ser considerado como tal pelo interlocutor.

Ainda na perspectiva de proibição, tem-se o exemplo 43 retirado da CM30, conclusão da monografia intitulada “O processo histórico social do método Paulo Freire na educação de jovens e adultos” apresentada ao curso de Pedagogia.

Exemplo 43:

CM30“*A escola passa a representar fracasso à alunos repetentes e indisciplinados. Este e outros fatores estão ilustrando muito bem a crescente evasão escolar. **Não se pode negar ou esquecer que a responsabilidade da boa organização e da sustentabilidade da escola é do governo. Logo, também é responsabilidade deste dar mais valor e atenção as escolas seus alunos sejam eles de EJA ou não***”. [Sic]

Em ambos os exemplos tem-se a ordem explicitada pelo uso do advérbio “**não**” mais o verbo “**poder**” marcando um direcionamento de conduta não opcional para o interlocutor. O efeito de sentido de proibição desse modalizador “**Não se pode negar ou esquecer que**” recai sobre o enunciado “*a responsabilidade da boa organização e da sustentabilidade da escola é do governo*”, indicando que o conteúdo apresentado deve ser lido como uma proibição, e essa é, por sua vez, transferida aos interlocutores, visto que seria improvável que enunciador desse a si mesmo uma ordem.

No CM30, o efeito de sentido modalizador expresso pela oração “**Não se pode negar ou esquecer que**” recai sobre o enunciado “*a responsabilidade da boa organização e da sustentabilidade da escola é do governo*”. O aluno-autor intenciona, nesse caso, direcionar a leitura feita pelo interlocutor para uma postura de reflexão acerca de quem vem a ser a responsabilidade para com a boa organização da escola, mas o faz sem que o interlocutor tenha a possibilidade de apresentar outros responsáveis por essa boa organização escolar ao usar o modalizador deôntico de proibição “**Não se pode negar ou esquecer que**”. Sendo assim, direciona um pensar, uma proibição, tal seja, é proibido pensar diferente ou esquecer de que é do governo a obrigação com a boa organização da escola.

Analisar-se-á, ainda, mais um exemplo de modalizador deôntico de proibição retirado da CM48 da monografia intitulada “Gestão de estoques aplicada à saúde pública”, do curso de Engenharia de Produção.

Exemplo 44:

CM48 “*Algo inovador para a empresa em questão foram os níveis de estoques calculados e mostrados graficamente no desenvolvimento. Foram respeitadas as restrições porque o almoxarifado é ligado a um órgão público. As compras só podem ser feitas a partir de licitações, então o pedido **não pode ser feito** imediatamente.*”

No exemplo 44 retirado da CM48, há instauração da negação de uma obrigação (permissão) sobre o curso das ações (fazer), isto é, o escopo da negação está no auxiliar modal *precisar*. A modalização de enunciados por meio da negação de uma obrigação serve para marcar uma avaliação por parte do enunciador e, ao mesmo tempo, direcionar uma conduta para a leitura.

Como é visto, a argumentação do discurso científico se faz com base em posicionamentos discursivos adotados pelos enunciadores que, ora refutando-os, ora enaltecendo-os, objetivam intensificar a adesão do interlocutor em relação ao enunciado expresso.

O efeito de sentido das proibições, por sua vez, representam apenas 12 ocorrências do total de 163 ocorrências. Parece que a pouca materialização desse valor deôntico se deve ao fato de que, ao discurso científico, não cabe proibir o leitor de agir de determinada forma, e, sim, indicar o que deve e pode ser feito para a compreensão do que, de fato, tenha sido concluído na monografia. Em decorrência disso, a maior frequência dos valores de obrigação e de permissão.

O efeito de sentido de proibição comumente se concretiza por meio de uma negação da permissão de fazer, como mostrado no exemplo. No exemplo retirado da CM48, acima, ao negar-se o modalizador “**poder**”, nega-se a predicação modalizada. A negação de possibilidade equivale a uma negação da possibilidade deôntica, ou seja, o aluno-autor afirma que não pode fazer o pedido imediatamente sem que, antes, sejam feitas as licitações para a realização das compras. Dessa forma, somente negamos uma permissão quando estamos na posição de assegurá-la.

Nesse sentido, infere-se que para negar uma permissão, há a necessidade do reconhecimento da relação de autoridade entre os interlocutores. Dessa forma, é possível afirmar que, ao fazer uso de uma proibição por meio da negação da permissão, o enunciador afirma a força do seu enunciado.

c) Modalizador deôntico de possibilidade (expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que este aconteça).

Nos excertos retirados do *corpus* que exemplificam os modalizadores deônticos de permissão, os locutores responsáveis pelos enunciados não direcionam ordens aos interlocutores, mas uma permissão para que o conteúdo da proposição ocorra. Isso não é determinante de modo que pode ocorrer ou não. Nesse sentido, o interlocutor terá a possibilidade de escolher. Logo, recai sobre o conteúdo da proposição o efeito de sentido de uma possibilidade, que, também, é dada diretamente ao interlocutor sob a forma de uma permissão.

Quadro 7- Ocorrências dos modalizadores deônticos de possibilidade

Modalizadores deônticos de possibilidade (auxiliares de modo)	
CM1 <i>poderá proporcionar</i>	CM31 <i>podem constituir-se</i>
CM3 <i>possam identificar</i>	CM32 <i>podem-se citar</i>
CM3 <i>possam enriquecer</i>	CM33 <i>podem ser utilizados</i>
CM5 <i>poderá atravessar</i>	CM33 <i>poderão se considerados</i>
CM7 <i>pode-se frisar</i>	CM34 <i>pode ser utilizado</i>
CM9 <i>podendo esses serem</i>	CM34 <i>pode vir a ser utilizado</i>
CM12 <i>podendo esse ser</i>	CM35 <i>podem comprometer</i>
CM12 <i>possa ser</i>	CM37 <i>poderiam ter tido</i>
CM13 <i>podem apresentar</i>	CM37 <i>percebeu-se a necessidade de aplicar</i>
CM13 <i>possa contribuir</i>	CM38 <i>permite</i>
CM15 <i>podem conseguir</i>	CM38 <i>pôde evidenciar</i>
CM15 <i>possam elaborar</i>	CM40 <i>podendo aplicá-lo</i>
CM16 <i>pude perceber</i>	CM40 <i>pode ser</i>
CM16 <i>não podemos colocar</i>	CM40 <i>pode ser evitado</i>
CM16 <i>pode ser</i>	CM41 <i>pode originar</i>
CM19 <i>pode criar</i>	CM42 <i>podendo servir</i>
CM19 <i>podemos salientar</i>	CM42 <i>pode ser comprovado</i>
CM20 <i>pode proporcionar</i>	CM43 <i>pode-se verificar</i>
CM21 <i>pode contribuir</i>	CM43 <i>puderam nos dar</i>
CM21 <i>pode ser apreendida e transformada</i>	CM43 <i>podem acarretar</i>
CM22 <i>pode ser visualizado</i>	CM43 <i>pode-se também citar</i>
CM26 <i>podem e devem ser prestados</i>	CM43 <i>podem deixa</i>
CM26 <i>poderia haver</i>	CM43 <i>podem ser realizados</i>
CM26 <i>poderão valer-se</i>	CM43 <i>podem mudar</i>
CM26 <i>poderá atender</i>	CM43 <i>podendo, também, serem realizados</i>
CM27 <i>podem ser divididos</i>	CM44 <i>permite analisar, estudar e enxergar</i>
CM28 <i>podem ser entendidos</i>	CM44 <i>poderá servir</i>
CM28 <i>podem proporcionar</i>	CM45 <i>pôde-se comprovar</i>
CM28 <i>podem trazer</i>	CM45 <i>pôde-se verificar</i>
CM28 <i>precisam dispor</i>	CM45 <i>pôde-se concluir</i>
CM29 <i>pode não ser</i>	CM47 <i>pode-se destacar</i>

CM29 <i>pode ajudar a alavancar</i>	CM48 <i>pode ser aplicado</i>
CM30 <i>pode ser</i>	CM48 <i>só podem ser feitas</i>
CM30 <i>podem ter acumulado</i>	CM49 <i>podem ser</i>
CM30 <i>podem oferecer</i>	
Modalizadores deônticos de possibilidade (orações impessoais e adverbiais que regem uma oração completiva)	
CM15 <i>pode-se observar que</i>	CM43 <i>pôde-se concluir que</i>
CM20 <i>pode-se constatar que</i>	CM45 <i>pôde-se verificar que</i>
CM25 <i>o que se pode observar é que</i>	CM47 <i>espera-se que</i>
CM32 <i>pode-se verificar que</i>	CM47 <i>pode-se definir que</i>
CM35 <i>pode-se também concluir que</i>	CM50 <i>pode-se concluir que</i>
CM35 <i>permite que</i>	
	Total= 80

Fonte: elaborado pela autora segundo o critério *token* (ocorrências) conforme a ordem em que foram apresentados na sequência de conclusões que constituem o corpus e que está presente nos anexos.

Observa-se o exemplo 45 que segue retirado da conclusão da monografia apresentada ao curso de Engenharia de Produção, CM45, cujo tema é “Análise e aplicação dos algoritmos da teoria dos grafos.”

Exemplo 45:

*CM45 “Observou-se a utilização de seus algoritmos, como o de Caminho Mínimo, que é utilizado em problemas de corte de estoque, dentre outros, e possui o objetivo de minimização de custos ou distâncias, **podendo ser resolvido** pelos algoritmos de Dijkstra e de Floyb.”.*

Ao empregar o modalizador deôntico de possibilidade “**podendo ser resolvido**”, o enunciador abre possibilidade para o interlocutor de que há outras formas de resolver a situação para minimizar os custos ou distâncias. O enunciado exprime a possibilidade do caráter deôntico, devido à presença do modalizador “**podendo ser resolvido**”. O caráter de obrigatoriedade dos deônticos é apresentado como algo incerto, provável ou possível. Trata-se, portanto, de do efeito de sentido de uma possibilidade de sua existência.

No exemplo 45, o uso do verbo “**poder**” tem como efeito de sentido explicitar aquilo que é permitido resolver com os algoritmos. A explicitação da não-restrição é útil para convencer o leitor, de mais de uma possibilidade de resolução através dos algoritmos, pois, segundo afirma o aluno-autor, fez-se a observação para chegar a essa conclusão.

Ainda nessa perspectiva, será apresentado outro exemplo de modalizador encontrado na monografia CM49, que versa sobre “Planejamento e gerenciamento de um projeto de transporte rodoviário de cargas baseado no guia PMBOK”, do curso de Engenharia de Produção.

Exemplo 46:

*CM49 “Sua atuação envolve elementos importantes como preço do serviço, pontualidade da entrega, condições físicas dos bens entregues, entre outros que acabam impactando na formação de preço e medida de qualidade do produto final. Se não for bem administrada acarreta em fatores negativos, os quais **podem ser** minimizados com a utilização de uma ferramenta de gerenciamento de projetos eficiente.”.*

Bem como no exemplo anterior, faz-se mister destacar que esse tipo de modalização é expresso por meio do verbo “**poder**” e que o interlocutor tem a permissão de fazer ou não. Não há, portanto, nem a obrigatoriedade, nem a proibição para tal ato. Dessa forma, considera-se o exemplo 46 apresentado como sendo exemplos de modalizadores deônticos de possibilidade.

Ao utilizar esse tipo de modalização, o locutor emite uma ordem, proibição ou algo do tipo, mas aponta para a possibilidade da sua existência que recai sobre o enunciado “**minimizados com a utilização de uma ferramenta de gerenciamento de projetos eficiente**” A incidência do uso dos deônticos de possibilidade funciona como uma estratégia de isenção do locutor responsável pelo enunciado frente ao dito, uma vez que este não se apresenta como responsável pelo caráter de verdade do conteúdo da proposição, nem pelo caráter de obrigatoriedade expresso pelo modalizador deôntico.

Atribui-se o uso expressivo desse marcador de modalização, às características do gênero monografia, que exigem, segundo os referenciais e manuais que orientam a produção desse gênero, que o autor apresente imparcialidade na comunicação escrita do trabalho. No entanto, há de se destacar que, apesar de o tipo de modalizador sugerir uma falta de posicionamento subjetivo por parte do enunciador, ainda assim, há uma marcação de avaliação por parte desses alunos-autores nesses enunciados.

No caso do CM49, o enunciador avalia a possibilidade de minimizar os problemas utilizando uma ferramenta de gerenciamento de projetos eficiente. Não há, nesse caso, uma obrigação quanto ao uso da ferramenta, no entanto, o enunciador apresenta a possibilidade de resolução do problema a partir dela. Essa possibilidade se dá quando o enunciador leva em consideração a afirmação que apresenta anteriormente, baseada na pesquisa que realizou, que o planejamento e controle do preço do serviço, pontualidade da entrega, condições físicas dos bens entregues, entre outros que acabam impactando na formação de preço e medida de qualidade do produto final, podem acarretar resultados insatisfatórios se não forem bem administrados. Dessa forma, é possível identificar a necessidade que o enunciador tem de orientar o seu interlocutor em relação ao enunciado, direcionando, portanto, uma conduta de leitura a ser seguida.

Dentro dessa subdivisão de modalizadores (de obrigatoriedade, de proibição e de possibilidade), proposta por Castilho e Castilho (1993, p. 252-253), é possível evidenciarmos alguns elementos da análise já apresentados. Em termos numéricos, não há muita diferença, mas há a predominância do uso modalizadores deônticos de obrigatoriedade que apresentam como efeito de sentido algo que precisa acontecer e de possibilidade que expressam o conteúdo como facultativo.

Observa-se, portanto, o uso expressivo desses dois tipos de modalizadores nas conclusões analisadas, tendo em vista uma necessidade real dos autores de apresentarem, nas conclusões das monografias, qual o percurso a ser feito a partir dos resultados obtidos com aquela pesquisa realizada. Uma forma de posicionamento de caráter mais autoritário, que denota um posicionamento subjetivo desse autor em relação ao seu interlocutor. Como se pôde observar no exemplo 47 de CM2 “**Faz-se necessário** a conscientização dos órgãos necessários...” [Sic], o autor marca a subjetividade e, certamente, seu lugar de autor na produção, quando diz o que precisa ser feito assumindo, de forma responsiva, um posicionamento em relação a essa ação.

No que concerne ao uso de modalizadores deônticos de possibilidade, que, segundo os autores dessa classificação, denotam algo facultativo ou permitido pelo enunciador do discurso, pudemos verificar um número um pouco menos expressivo em relação ao uso dos modalizadores de obrigação, no entanto, também significativo.

Ao observar um posicionamento do autor marcando para o leitor que algo pode ser feito daquela maneira, é possível, portanto, considerar um posicionamento desses autores enquanto sujeitos do discurso, mas sem que haja uma postura que pareça autoritária. Embora estejam fazendo uso do grupo de modalizadores que representam o campo do direito e da obrigação, o fazem de forma que haja uma maneira de negociar com o interlocutor. O enunciador direciona para o interlocutor a noção do que é necessário ou possível sem entrar no campo da obrigatoriedade ou fazer uso de uma ordem direta como no exemplo 48 de CM43 “... outros estudos **podem ser realizados**, visto que as condições dos sistemas de cada unidade...”, no qual o enunciador está imprimindo um posicionamento que apresenta possibilidades de escolha para o interlocutor.

Analisar a modalização como acontecimento argumentativo, envolve, portanto, partilhar da ideia de que a avaliação, ou ponto de vista, materializada pela modalização, ocorre sempre em função da interlocução ou do interlocutor. Dessa forma, não é possível conceber que, ao produzir o gênero monografia, o aluno-autor deixe de fazer escolhas avaliativas sem considerar a forma como o seu interlocutor vai ler esse enunciado. Ao utilizar os modalizadores, os autores das monografias não só intencionam avaliar o conteúdo do enunciado como intencionam, também, interferir na leitura que o interlocutor irá fazer desse enunciado e, dessa forma, elencam determinados modalizadores que podem trazer para o enunciado os efeitos de sentido que favorecem essa interferência.

3.4.2 Efeitos de sentido dos modalizadores apreciativos

É necessário, também que seja dada uma atenção especial ao uso dos modalizadores apreciativos que representou um percentual significativo na análise das ocorrências de modalizadores. Considerando as afirmações apresentadas por Castilho e Castilho (1993), ao empregar, no enunciado, os modalizadores apreciativos, o autor pretende expressar uma avaliação ou um ponto de vista sobre o conteúdo, executando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico. Com base nos postulados de Castilho e Castilho (1993) e Nascimento (2009), portanto, avaliar-se-

ão, nesta parte da tese, os advérbios modalizadores apreciativos que se subdividem em subjetivos e intersubjetivos e os efeitos de sentido expressos por eles. Nas 50 conclusões avaliadas, encontraram-se as seguintes ocorrências de modalizadores apreciativos:

Quadro 8 - Ocorrências de modalizadores apreciativos subjetivos

Modalizadores apreciativos subjetivos (advérbios e locuções adverbiais)
CM16 <i>infelizmente</i>
Total: 1

Fonte: elaborado pela autora segundo o critério *token* (ocorrências) conforme a ordem em que foram apresentados na sequência de conclusões que constituem o corpus e que está presente nos anexos.

Retomar-se-á, pois, o exemplo da CM16 retirado da monografia intitulada “Adolescência em debate e os novos arranjos sociais: um estudo de caso na perspectiva dos orientadores educacionais”, apresentada ao curso de Serviço Social.

Exemplo 49:

CM16: “Hoje, **infelizmente**, percebemos a dificuldade dos profissionais da educação conseguirem chamar a atenção da família para a participação efetiva na vida acadêmica de seus filhos, visto que vivemos na era da globalização e que as pessoas encontram-se sem tempo para outras coisas que não sejam o trabalho.” [Sic]

Os modalizadores apreciativos subjetivos expressam os sentimentos que a sentença provoca no locutor. Desta forma, os advérbios orientam-se para dois planos: predicam o locutor e o conteúdo da sentença ao mesmo tempo sendo representado como “eu fico [adjetivo] que [sentença]”, e no segundo plano “eu [verbo de adverbial] por [sentença]”, “é (um) [substantivo de adverbial] que [sentença]”.

Por serem palavras ou expressões que projetam um ponto de vista do enunciador acerca do que está sendo enunciado, revelando diferentes intenções comunicativas, verificamos com o uso do "**infelizmente**", por exemplo, o efeito de sentido de que fica evidenciada a frustração do autor de que é perceptível a dificuldade de os profissionais da educação conseguirem chamar a atenção da

família para uma participação mais efetiva na vida escolar dos filhos, assim como a frustração dessa expectativa.

Ao avaliar os postulados usados nas discussões teóricas, observar-se que os autores das conclusões das monografias não deixaram de considerar e de cumprir as características de estruturação do gênero que produziram (a monografia). No entanto, materializaram por meio dos modalizadores apreciativos, um posicionamento de ordem subjetiva acerca das questões apresentadas nessas conclusões. Ao enunciarem, por exemplo, “**infelizmente**”, como os demais modalizadores apreciativos encontrados nas conclusões, os autores expressam as suas avaliações, de maneira a se posicionarem perante o discurso, defendendo o seu ponto de vista, portanto, marcando subjetividade no enunciado.

Nesse caso do exemplo 1, a avaliação do falante “**infelizmente**” recai sobre o enunciado “**percebemos a dificuldade**” da participação dos pais na vida escolar dos filhos, que algo considerado um fato. Esse fato, portanto, confere o efeito de sentido de que a situação da dificuldade de participação da família na vida escolar dos filhos é avaliada como infeliz pelo autor.

Além das características do gênero monografia, que direcionam para uma produção mais imparcial, há também um posicionamento estratégico por parte do aluno-autor em relação ao uso dos apreciativos. Essas afirmativas justificam, pois, a ocorrência quase nula de apreciativos subjetivos. Em 35 casos, apenas 1 utilizou-se desse tipo de modalização.

b) Modalizadores apreciativos intersubjetivos

Apresentar-se-á, ainda, os apreciativos intersubjetivos que representam o número quase total nas conclusões. De 35 ocorrências, 34 foram de apreciativos intersubjetivos.

Quadro 9- Ocorrências de modalizadores apreciativos intersubjetivos

Modalizadores apreciativos intersubjetivos (advérbios e locuções adverbiais)
<i>CM2 somente</i>
<i>CM3 demasiadamente</i>
<i>CM3 pretensamente</i>

<i>CM5; CM8; CM19; CM24, CM30; CM36; CM38, CM40 principalmente</i>
<i>CM8 altamente</i>
<i>CM14 relevante importância</i>
<i>CM16 tão injusta e preconceituosa</i>
<i>CM20 simplesmente</i>
<i>CM22 muito importante</i>
<i>CM25 notadamente^{2x}</i>
<i>CM25 consideravelmente</i>
<i>CM25 profundamente</i>
<i>CM26 significativo destaque</i>
<i>CM28 significativo destaque</i>
<i>CM28 significativamente</i>
<i>CM29 extrema importância</i>
<i>CM34 muito mais simples e rápido</i>
<i>CM43 perfeitamente</i>
<i>CM47 bastante</i>
<i>CM47 altamente</i>
<i>CM47 de grande</i>
<i>CM47 razoavelmente</i>
<i>CM48 muito importante</i>
<i>CM48 muita importância</i>
<i>CM48 bem enfatizado</i>
<i>CM49 extrema agilidade</i>
Total: 34

Fonte: elaborado pela autora segundo o critério *token* (ocorrências) conforme a ordem em que foram apresentados na sequência de conclusões que constituem o corpus e que está presente nos anexos.

Tendo em vista a estrutura normatizada do gênero monografia, chamou a atenção o número expressivo desse tipo de modalizador avaliativo, denotando a necessidade que esses alunos-autores apresentam de marcarem, em termos de efeito de sentido, as avaliações que fazem acerca daquilo que discutem durante a produção da monografia.

Essa constatação só corrobora o fato de que o propósito de produzir gêneros de ordem científica vai além da comprovação dos dados, pois está atrelado ao fato de promover um escritor autônomo, que faz valer a sua voz na construção do texto e que marca a presença, portanto do autor nessa produção.

Observa-se mais um exemplo retirado da CM43 como elemento de análise dos efeitos de sentido dos modalizadores apreciativos intersubjetivos. A CM43 é uma conclusão retirada da monografia do curso de Engenharia de produção e tem como título “Utilização do apoio multicritério à decisão no programa de revitalização dos sistemas de telecomunicações em unidades de produção e perfuração na bacia de Campos”.

Exemplo 50:

CM43 *“Além dos fatores econômicos citados, pode-se também citar fatores de segurança e saúde, onde esta ordenação, também se encaixa **perfeitamente**, ressaltando que a indisponibilidade de alguns destes sistemas de telecomunicações citados podem deixar em risco a vida humana no mar.”* [Sic]

Os apreciativos “procedem do mundo subjetivo da voz que é a fonte desses julgamentos, apresentando-os do ponto de vista da entidade avaliadora” (BRONCKART, 2003, p. 332). É possível, pois, verificar essa afirmação no exemplo 50 retirado da CM43. Ao fazer uso do modalizador “**perfeitamente**” o aluno-autor imprime um juízo de ordem intersubjetiva em relação ao enunciado.

Essa impressão de juízo acontece, pois esses modalizadores expressam sentimentos, mas do locutor frente ao interlocutor com relação ao conteúdo da sentença. Sendo assim, admitem as paráfrases “eu sinto X diante de você devido a [sentença]”, demonstrando que as intenções desses advérbios são o locutor e o interlocutor do discurso.

O modalizador “**perfeitamente**” recai sobre o enunciado “**fatores de segurança e saúde**”, nesse sentido, o enunciador está se posicionando em relação ao que é considerada como sendo algo ideal ou perfeito, que no caso do exemplo de CM43, seria a segurança e a saúde também como fatores relevantes para evitar o risco à vida humana.

Ao fazer essa escolha, é possível inferir que enunciador pretende que o interlocutor compreenda e considere como o próprio enunciador está considerando: os fatores de segurança e saúde como sendo importantes e não só os fatores econômicos citados. Tem-se, nesse caso, um enunciador querendo convencer o

interlocutor em relação ao enunciado e, para isso, a avaliação é intersubjetiva que expressa o sentimento do locutor em relação ao interlocutor e ao conteúdo da sentença.

É possível, portanto, identificar um posicionamento responsivo, por parte dos autores, que assumem de forma explícita, seus posicionamentos perante os interlocutores. E, além disso, intencionam que os interlocutores acatem esse posicionamento. No caso das conclusões das monografias, os alunos-autores utilizam os enunciados de testemunhos de autoridade como recursos para validação do enunciado que é avaliado, por eles, a partir do uso dos modalizadores.

Os efeitos de sentido podem, assim, ser variados de acordo com os enunciados e as intenções de cada autor. No entanto, de forma geral, fica evidente ao analisar os dados, no que concerne ao uso dos modalizadores deônticos, mesmo havendo a categorização de obrigatoriedade, proibição e possibilidade, todos eles estão relacionados ao discurso do que pode ou não pode voltados para o que é direito ou não. Já em relação aos avaliativos, têm-se as avaliações marcando um julgamento do autor em relação ao enunciado, podendo ser subjetiva ou intersubjetiva. Esse julgamento marca a intencionalidade desse autor em relação ao que pretende que seja entendido pelo interlocutor.

3.5 Resultados

Ao resgatar a questão da subjetividade na enunciação, tratada por Benveniste, entendida como a “capacidade do locutor para se propor como sujeito” (BENVENISTE, 1989, p.286), leva-se em conta que o autor da Teoria da Enunciação defende a tese da subjetividade na linguagem, apontando marcas da presença do enunciator nos enunciados por ele produzidos essas marcas são os modalizadores. Ao analisar os dados, pôde-se identificar, nas conclusões das monografias, esse posicionamento subjetivo dos alunos-autores da enunciação.

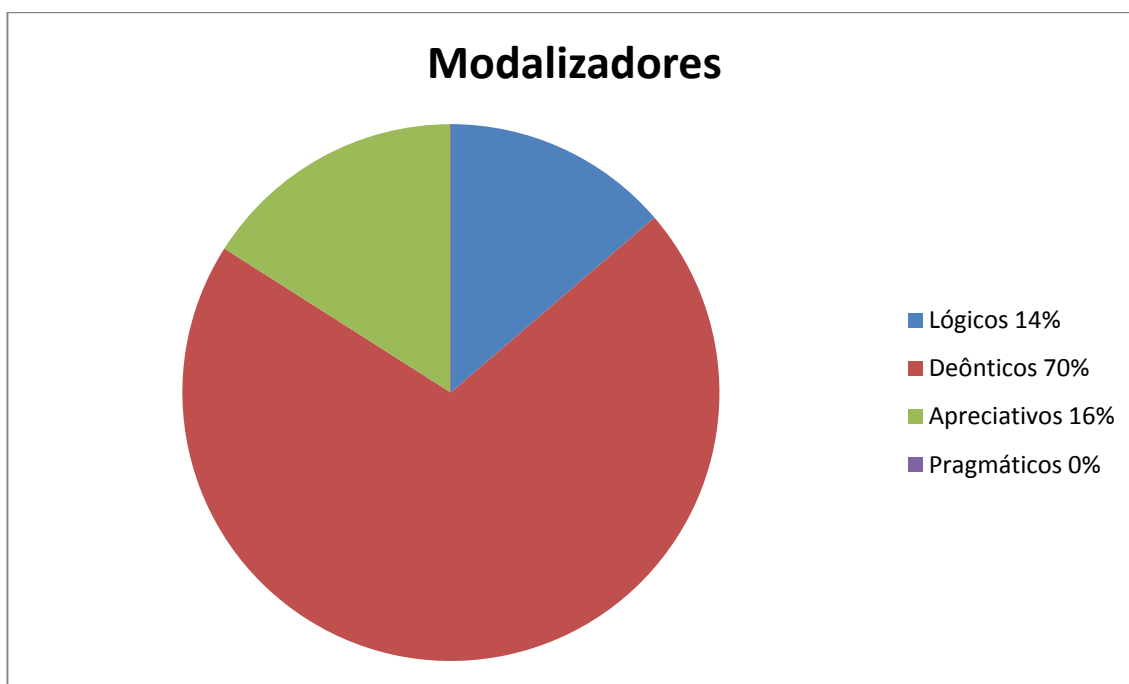
Foi possível, ainda, verificar um posicionamento dos sujeitos do discurso (locutores), “eu”, que, ao mobilizarem e se apropriarem da língua, se relacionaram

com os outros (leitores), “tu”, e com o mundo através do discurso, marcando na língua sua subjetividade e constituindo-se como sujeitos.

Dessa forma, ao analisar esse posicionamento do “eu” nas produções das conclusões das monografias, observou-se que essa subjetividade marca os sujeitos nessas produções. No entanto, entende-se que essa subjetividade marcada pelo “eu” produtor do texto de conclusão se dá de forma consciente de modo que, ao escolher “x” ou “y” de enunciados para uso no discurso, o autor o faz com a intenção de convencer o “tu”, que são os leitores dessas conclusões. Essa marcação mostra as intenções dos autores dessas conclusões de monografias por meio das marcas da enunciação, de posicionamento acerca das teorias discutidas nas produções científicas como foram verificados nos dados com o uso dos modalizadores.

Em relação ao percentual de cada tipo de modalizador, tem-se o seguinte gráfico:

Figura 3 - Percentual de ocorrências dos modalizadores



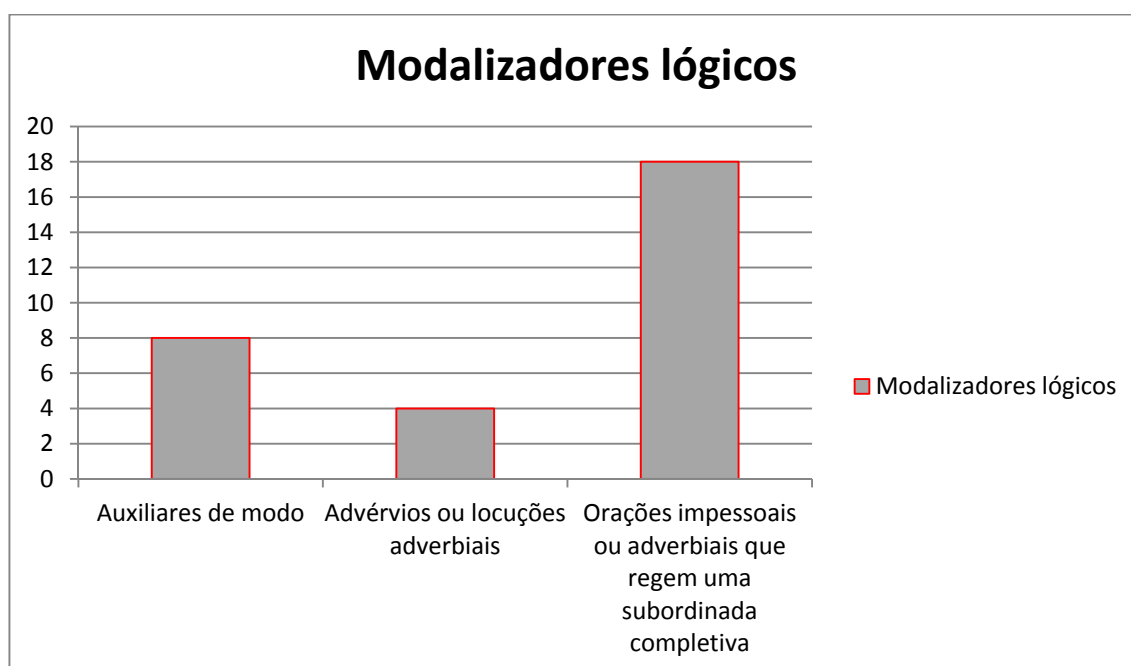
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados.

Pode-se observar, com base no gráfico, que os modalizadores lógicos e apreciativos foram usados de forma proporcional, enquanto que os modalizadores deônticos foram usados, predominantemente, nas 50 conclusões de monografias analisadas. Foram encontrados 210 modalizadores no total distribuídos da seguinte

forma: 30 modalizadores lógicos, 154 modalizadores deônticos e 35 modalizadores apreciativos.

No que concerne ao uso de modalizadores lógicos, aqueles que apresentam os elementos do ponto de vista de suas condições de verdade, obteve-se o seguinte resultado em relação à distribuição de categorias gramaticais:

Figura 4 - Percentual de ocorrências de modalizadores lógicos por grupo gramatical



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados.

Em relação aos modalizadores lógicos e o quantitativo representado por categorias gramaticais, constatou-se que houve o uso expressivo desse tipo de modalização marcada por orações impessoais. De 30 ocorrências no total, 18 foram materializados a partir das orações impessoais, o que evidencia que os alunos-autores marcam o discurso sob o ponto de vista das condições de verdade, no entanto, existe um distanciamento por parte desses enunciadoreis.

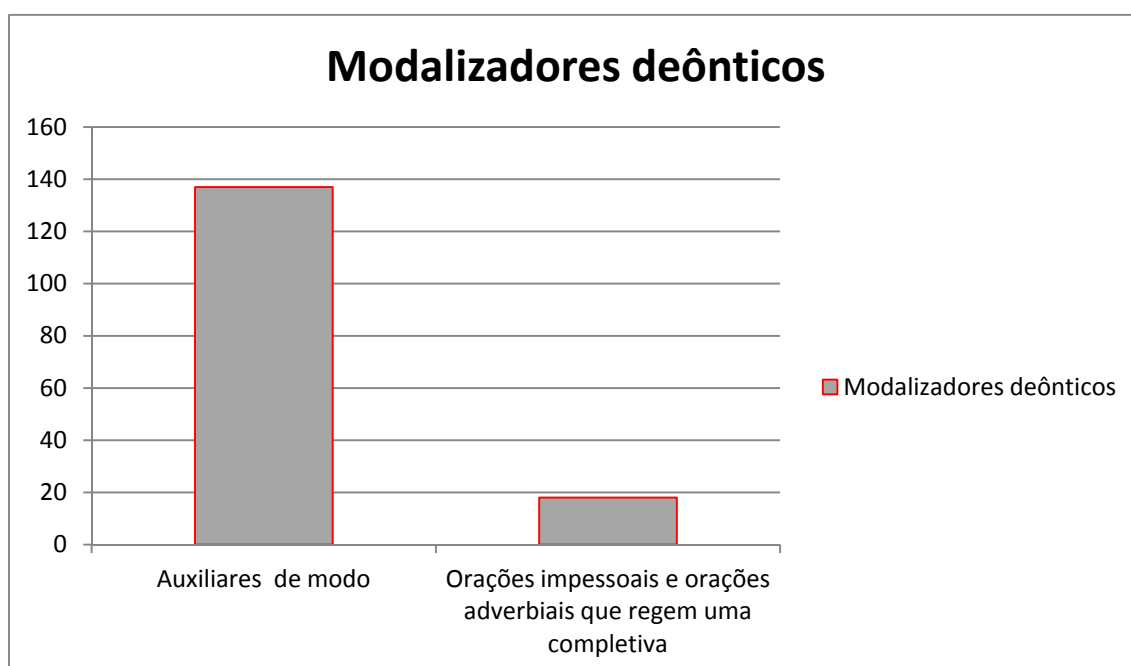
É possível inferir disso que, ao fazer uso de uma linguagem de ordem científica, o enunciador apresenta o ponto de vista sob as condições da verdade pautado no discurso dos autores, que fundamentaram teoricamente o trabalho e que serviram de testemunho de autoridade para a produção da monografia. Dessa forma, o enunciador se distancia, no entanto, não deixa de se posicionar, visto que

através das marcações de modalizadores lógicos ele demonstra concordar com o discurso enunciado.

Foi possível identificar a autoria marcada nas conclusões das monografias caracterizando a autonomia do sujeito que enuncia. No entanto, a ocorrência dos modalizadores deônticos, em maior número, reforça a tese de Backthin (2003) de que o autor, mesmo que se responsabilize pelo enunciado, levará em consideração o “outro” e se constituirá desse “outro”. Infere-se esse resultado, devido ao número significativo de ocorrências de modalizadores deônticos, os quais representam o domínio do direito e da obrigação, provando que os enunciadore, nesse caso, ou seja, os autores de conclusões de monografias levam em consideração o discurso social e histórico, as outras vozes. Dessa maneira, contempla-se aqui o dialogismo apregoado por Backthin (2003) que é a base do conceito de autor de que trata esse mesmo estudioso.

O gráfico que segue pode ilustrar o grau de frequência do uso dos modalizadores deônticos nas conclusões das monografias.

Figura 5 - Percentual de ocorrências de modalizadores deônticos por grupo gramatical



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados.

De 155 ocorrências no total, 137 foram marcadas por meio dos auxiliares modais e apenas 18 por meio de orações impessoais. Esse número é atribuído devido ao expressivo uso de modalizadores deônticos marcados pelos auxiliares modais, pois, por se tratar de um marcador que evidencia o domínio do direito, da ordem social ou do que é permitido ou não, os enunciadores intencionaram direcionar uma leitura, por parte dos interlocutores, que seja voltada para um discurso de legitimidade. Os autores, nesse caso, não têm a necessidade de se distanciarem ou de se posicionarem. Ao apresentar o enunciado evidenciado o modalizador deôntico, esses alunos-autores apenas confirmam o que deve ou não deve ser feito, ou o que pode ou não pode ser feito. Nesse sentido, não cabe ao interlocutor discutir, mas, simplesmente, acatar.

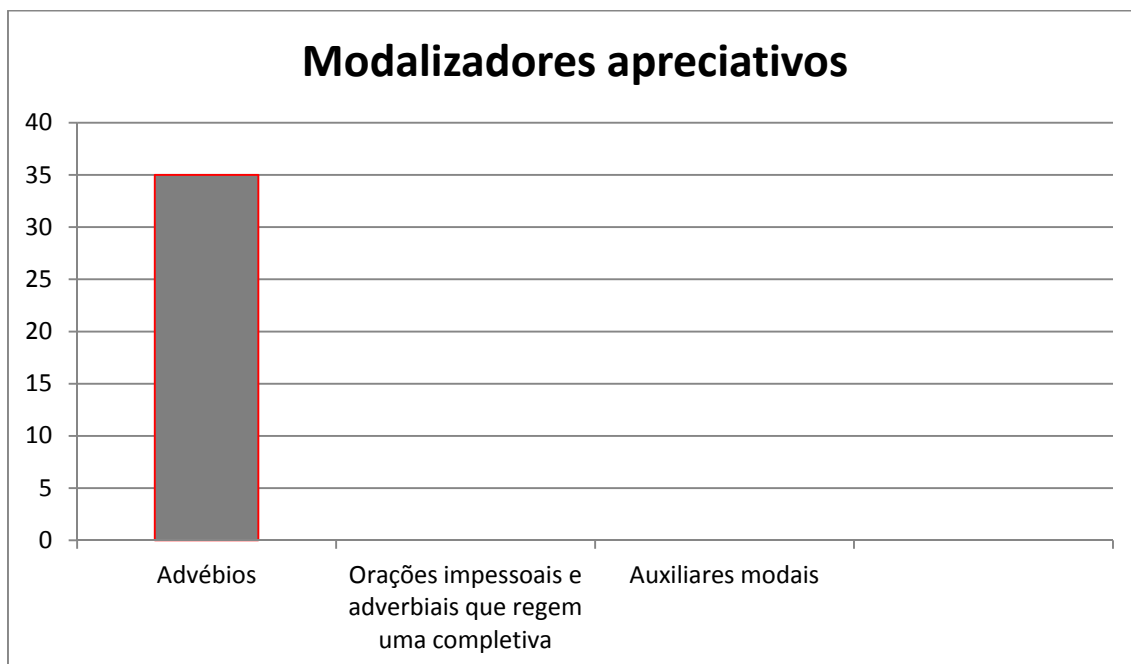
No que concerne aos efeitos de sentido, em relação ao uso dos deônticos, constatou-se que houve a materialização em quantidade expressiva de modalizadores deônticos de obrigação (65 ocorrências) e de deônticos de possibilidades (80 ocorrências). Houve, apenas, 10 ocorrências de deônticos de proibição. Foi possível, pois, concluir desses números que os alunos-autores das conclusões das monografias estão, de forma coerente, pautados na estrutura do gênero.

Ao utilizarem 65 de 155 ocorrências de modalizadores deônticos nas conclusões, direcionam para os interlocutores qual conduta deve ser tomada em relação ao enunciado levando em consideração o domínio do direito e da obrigação. No entanto, fazem uso de 86 modalizadores deônticos de possibilidade, negociando com o interlocutor que é levado a considerar possibilidades distintas em relação ao enunciado.

Essas escolhas caracterizam um posicionamento estratégico, pois é possível, por meio da negociação com o interlocutor, que haja uma aderência maior em relação ao enunciado. Já no que se refere ao uso de deônticos de proibição, apenas 10 das 137 ocorrências de deônticos foram encontradas. Isso corrobora o fato de que os alunos-autores não intencionam avaliar os enunciados dando a eles caráter proibitório, mas sim mostrando o que do domínio das obrigações e apresentando possibilidades para que o interlocutor seja direcionado para uma determinada forma de compreender os enunciados.

Em relação ao número relevante de ocorrências de modalizadores apreciativos, pôde-se verificar o enunciador do discurso se posicionando de modo que o “outro”, o “tu”, também acate o discurso enunciado como sendo legítimo. Em relação aos apreciativos, tem-se o seguinte gráfico:

Figura 6 - Percentual de ocorrências de modalizadores apreciativos por grupo gramatical



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados.

Constatou-se que os modalizadores apreciativos foram todos materializados por meio dos advérbios, 35 ocorrências. Há de se considerar que, dentre os modalizadores apreciativos encontrados nas conclusões, houve a marcação de apreciativos através de adjetivos também, que de acordo com a categoria de análise adotada para este trabalho, não serão analisados, pois não pertencem ao grupo gramatical adotado por nós e apresentado por Bronckart (2003) para materialização dos modalizadores.

Em relação aos advérbios apreciativos que foram usados pelos alunos-autores nas conclusões das monografias, apenas 1 é de ordem subjetiva, marcando o que o enunciador sente em relação ao enunciado. Os outros 34 modalizadores apreciativos foram todos intersubjetivos, ou seja, marca o sentimento do falante em face ao interlocutor e em relação ao enunciado. Nesse caso, o enunciador negocia

discursivamente com o interlocutor colocando-o como alguém que está na mesma condição que ele.

A falta de ocorrências de modalizações pragmáticas evidencia que o autor responsabiliza-se pelo enunciado materializado nas conclusões reforçando a sua subjetividade nessa produção mesmo que recorra a outras vezes no desenvolvimento da produção.

Foi possível constatar que o gênero é determinante para cada situação discursiva pelo fato de materializar os discursos a partir de estruturas convencionadas socialmente para aquela dada circunstância contextual. Isso ratifica a proposição de Benveniste (2005) de que enunciar é se comunicar a partir de uma situação concreta.

No caso do *corpus* analisado, ficou evidente que, mesmo havendo posicionamento por parte dos alunos-autores, esses fizeram escolhas que caracterizam um discurso com base, nas condições de verdade, no domínio da obrigação, na possibilidade e na intersubjetividade a fim de contemplarem a estrutura exigida para a produção do gênero monografia.

Resultante disso pode-se afirmar que qualquer prática enunciativa de caráter oral ou escrito é dialógica e interativa, uma vez que remete sempre a outros enunciados. Dessa forma, frente ao discurso de outrem, reage-se de diferentes maneiras e, na produção do gênero monografia, particularmente, embora haja o critério de cientificidade que exige uma objetividade neutra, não há como desconsiderar o caráter intrinsecamente argumentativo da linguagem. Dessa forma, consta-se uma neutralidade ilusória, pois as escolhas feitas pelo enunciador já revelam as suas preferências e intencionalidades frente ao discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, nesta parte do trabalho, sumarizar o que foi discutido e analisado ao longo da tese, o que poderá apontar para novos estudos que podem complementar e repensar o que aqui discutimos. A tese preconiza como fundamental, para o estudo da autoria, avaliar a existência de modalizadores nas conclusões de 50 monografias de 3 universidades da Cidade de Volta Redonda, bem como analisar os efeitos de sentido expressos com o uso desses modalizadores e a marcação de autoria por parte dos alunos-autores nessas conclusões. Para isso, apresentarei as considerações finais marcando as vozes de duas das identidades que representam o sujeito-autor desta tese: a voz da pesquisadora e a voz da professora.

Considerando a identidade de pesquisadora, conclui-se que o conjunto das análises apontou para a constatação de que essa marca linguística tratada pela Pragmática pôde indicar que, ao produzirem as conclusões das monografias, os graduandos o fizeram considerando as características do gênero, dentre elas os critérios que garantam a cientificidade como, por exemplo, o da objetividade neutra, além do critério de que o texto científico deve ser apresentado com base no que é considerado certo ou provável. Para isso, os alunos-autores se apropriaram da “voz social”, a qual faz emergir em suas produções por meio dos modalizadores lógicos e deônticos, ora ratificando conceitos, ora mostrando possibilidades para a resolução de situações diversas apresentadas nas conclusões das monografias. No entanto, fizeram escolhas no sentido de serem os sujeitos que se responsabilizam pela produção, reforçando o papel do autor que é ativo e toma decisões, ao enunciar.

Também é possível defender a premissa de que com o uso dos modalizadores apreciativos e o não uso dos modalizadores pragmáticos, há intenção, por parte do autor, de marcar a conclusão da monografia com um posicionamento subjetivo, embora mais estudos nesta direção sejam ainda necessários. Acreditamos, pois, que o processo de autoria passa, necessariamente, pelo processo de conscientização da necessidade de assumirmos a responsabilidade enunciativo-discursiva em qualquer gênero que produzimos.

Pode-se concluir, ainda, que a não ocorrência dos modalizadores pragmáticos nas conclusões das monografias evidencia que, ao produzir as conclusões utilizando modalizações apreciativas e deônticas e nenhuma modalização pragmática, que responsabiliza o agente da ação, o autor esteja assumindo a sua voz na produção se posicionando de forma subjetiva, sem desconsiderar, portanto, as vozes dos outros.

Como ficou evidenciado ao longo da tese, a autoria está presente nas produções das conclusões e o sujeito marca, por meio do discurso, o seu ponto de vista acerca das questões que discute. Há de destacar, no entanto, que o uso dos modalizadores deônticos, em número mais expressivo, ratifica o lugar social ocupado pelo autor. Nesse sentido, ao se posicionar assumindo uma postura autônoma nessas produções, o autor também considera as vozes sociais e baliza o que é do domínio do direito e da obrigação na sua conclusão.

Toda produção científica objetiva, portanto, “[...] formar uma unidade com sentido intrínseco e autônomo [...] (SEVERINO, 2000, p.82)”. Nesse sentido, o sujeito-autor precisa se posicionar acerca das teorias que seleciona para a produção do trabalho. Sendo assim, gêneros de toda ordem, inclusive as monografias, se inserem na e fora da língua concomitantemente. Nesses discursos, portanto, sempre haverá alguma marca de subjetividade.

Ao considerarmos as afirmações apresentadas no parágrafo anterior, podemos, pois, respaldar os resultados de pesquisa que apresentamos nesta tese. Esses resultados ratificam a nossa hipótese maior de que a produção de qualquer tipo de gênero está alinhada com a língua, pois o autor precisa obedecer à estrutura que rege a produção desse gênero. No entanto, as escolhas que são feitas pelos autores caracterizam a autonomia nessas produções, conferindo “vida” ao texto em cada situação enunciativa para qual ele é produzido e isso garante a transformação do texto em discurso. Logo, podemos afirmar que os gêneros se inserem na e fora da língua.

Embora não tenha sido objetivo desta tese fazer uma descrição de gênero exaustiva da modalidade de texto aqui estudada, concluímos que manuais e referências que orientam a produção de trabalhos científicos não apresentam as questões relacionadas ao uso e ao sentido da língua. Todavia é, justamente, a

qualidade discursiva no texto monográfico que precisa ser discutida e teorizada. Ao produzir qualquer gênero, os alunos-autores farão uso do discurso e, por isso, a relevância de acrescentar nas referências que discutem acerca do gênero monografia, contendas atreladas à discursividade desse gênero capaz de promover o aluno a um autor autônomo e crítico.

Os enunciados estruturados, a partir de determinado gênero discursivo, constituem a solidificação do projeto de dizer de seus autores. Bakhtin (2003), em *O problema do texto em linguística, em filologia e em outras ciências humanas* (BAKHTIN, 2003) discute acerca do autor e o coloca como equivalente ao sujeito falante/escrevente do enunciado, tomado como princípio representador que se constitui em uma relação tríade, dialogando com os autores dos enunciados anteriores e com os autores dos enunciados-resposta presumidos.

Pensar o aluno-autor das monografias, portanto, é pensar sua ação, que é concretizada com base no princípio dialógico num contexto sócio histórico. São decisões e escolhas tomadas por esse sujeito da produção da monografia que fazem com que ele seja legitimado como um agente responsável por seus atos. Portanto, o sujeito, no papel de agente, que toma decisões e faz as suas escolhas enunciativas, materializando-as no gênero monografia, o faz no contexto da ação, envolvendo os elementos sócio-históricos que formam o contexto mais amplo e sempre interativo, bem como o princípio dialógico, em referência à interação e à interdiscursividade constante do seu ato enunciativo.

A pesquisa possibilitou a confirmação de todas as hipóteses que apresentamos em relação à marcação da autoria nas conclusões das monografias e, dessa forma, pudemos constatar que

- a) existe um sujeito nas produções das monografias marcada pelo uso dos modalizadores.
- b) esse sujeito faz escolhas, ao usar os modalizadores nas conclusões das monografias, as quais caracterizam subjetividade no enunciado.
- c) as escolhas realizadas pelo sujeito-autor caracterizam a subjetividade no enunciado das conclusões das monografias. Esse sujeito marca o lugar do autor que legitima o seu papel autônomo na produção desse gênero, sem deixar de considerar o caráter constitutivamente dialógico da linguagem além dos elementos constituintes do gênero.

d) Os alunos-autores fazem uso dos modalizadores nas conclusões de monografias considerando a estrutura do gênero que estão produzindo, além de fazerem valer, também, por meio do uso dos modalizadores, os discursos sociais considerados aceitos pela comunidade científica. No entanto, não deixam de marcar, por meio dos modalizadores, opiniões de ordem pessoal, que caracterizam a subjetividade nessas produções e, conseqüentemente, marcam o lugar do autor na produção, que para nós, faz total sentido, ao considerarmos as questões de enunciação e subjetividade de que tratamos no capítulo 1 desta tese.

Diante dessas constatações, verificamos que a análise dos modalizadores materializados nas conclusões do gênero monografia permitiu- nos evidenciar o grau de responsabilidade enunciativo-discursivo assumido pelo enunciador, que, no caso da nossa pesquisa, configura-o como um autor da produção.

Em se tratando da minha identidade de professora, pude concluir que, apesar de os alunos-autores fazerem uso dos modalizadores levando em consideração o gênero discursivo que estão produzindo, é possível que nós, professores que trabalhamos com a produção de gêneros discursivos, ensinemos a esses alunos possibilidades de se posicionarem, de marcarem a autoria na produção.

As escolhas linguísticas que materializam uma postura responsiva, portanto, devem fazer parte do ensino das produções de gêneros científicos. Há de se pensar, ainda, na necessidade de rever questões referentes à discursividade nas referências que tratam dos gêneros científicos.

Em minha concepção de professora, não é possível realizar o trabalho com gêneros discursivos como a monografia, por exemplo, desconsiderando o lugar ocupado pelos sujeitos da enunciação, as intenções desses enunciadores no discurso e seu papel autônomo e responsivo nas produções. Acredito, pois, que para isso, faz-se necessário um trabalho específico por parte do professor. Contudo, é mister superar algumas práticas instituídas, o que exige um movimento reconstrutivo por parte dos professores que trabalham com produção de gêneros dessa ordem.

Não há como objetivar que os alunos produzam com autonomia e criticidade sem que ensinemos a eles possibilidades linguísticas capazes de materializar essa autonomia nas produções. Acredito na intervenção efetiva por parte do professor no

processo de produção. Acredito, também, na possibilidade de marcar subjetividade, mesmo considerando que as produções apresentam caráter dialógico.

Acredito, portanto, no meu papel de professora, acredito na ciência, acredito nos resultados desta tese, que revelaram a necessidade dos sujeitos de se posicionarem, de marcarem suas vozes nos enunciados, comprovando para nós que a língua é viva, que o discurso é irrepetível, que o sujeitos dos enunciados têm voz e podem fazer uso delas para convencerem os seus interlocutores da verdade daquilo que enunciam.

Defende-se, aqui, um papel ativo e reflexivo dos professores, que ao ensinarem o uso de modalizadores e seus efeitos de sentido estão fazendo uso de um recurso linguístico que evidencia a expressão e a reconstrução de sentidos marcando o lugar dos autores nessas produções.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Antonia Dilamar. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 447-462, set./dez. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005. 9 p.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1952-1953]. p. 261-306.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____. **Esthétique de la création verbale**. Paris: Gallimard, 1984.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-357.

_____. O discurso no romance. In: **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance (1934-1935). Trad. Bernadini et al. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998. p.71-210

_____. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: **Questões de literatura e de estética**: A teoria do romance. Tradução Aurora Fornoni Bernardini et al. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 13-70.

_____. O autor e a personagem na atividade estética. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003a, p. 3-192. (Original russo, 1920-1930).

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003b, p.261-306.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSCHINOV, V. N. **Discurso na vida e discurso na arte.** (1926) Trad. de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. Disponível em: <http://www.linguagensdesenhadas.com/imagens/03textos/autores/Bakhtin_Discurso_na_vida.pdf>. Acesso em: jun.. 2011.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I.** 5. ed. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Problemas de linguística geral II.** 2. ed. Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I.** Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. **O vocabulário das instituições indo-europeias, v. 1:** economia, parentesco, sociedade. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. **Problemas de linguística geral, v.1.** Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de linguística geral. v.2.** Tradução de Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BRAIT, Beth. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do discurso:** as materialidades do sentido. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

BRAIT, B. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 46, p. 85-97, 2012.

BRONCKART, J. P. **Atividades de linguagem, textos e discurso:** por um interacionismo sociodiscursivo. Trad. de Anna Rachel Machado e Péricles da Cunha. São Paulo: Educ., 1999.

_____. **Atividade de linguagem, textos e discurso:** por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: Educ, 2003.

_____. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano.** Org. Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio; tradução Anna Rachel Machado, Maria de Lourdes Meirelles Matencio [et al.]. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. (Ideias sobre Linguagem).

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2007.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation tome 2: formalisation et opérations de repérage**. Paris: Ophrys, 1999.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation tome 3: domaine notionnel**. Paris: Ophrys, 1999.

CASTILHO, A. T. de; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1992, p. 213-261.

_____. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo. (Org.). **Gramática do português falado, v. 2**. Campinas: Editora da UNICAMP 1993, p. 213-260.

_____. **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Claudio de M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DIAS, Nilza Barrozo. A subjetividade nas construções completivas impessoais do português brasileiro. **Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Linguísticos**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, v. 17, n. 1, 2013.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 653 p. (Publicado originalmente em francês, sob o título Dictionnaire de linguistique. Paris: Larousse, 1973), (trad.) Frederico Pessoa de Barros, Gesuína Domenica Ferretti, John Robert Schmitz, Leonor Scliar Cabral, Maria Elisabeth Leuba Salum, Valter Kehdi.]. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ivoQ6Q2xu0oC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1984.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMIDES, J. E. A definição do Problema de Pesquisa a chave para o sucesso do Projeto de Pesquisa. **Revista CESUC**, Catalão, GO, v. 4, n. 6, jan./mar. 2002. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~verinha/ADEFINICAODOPROBLEMA.pdf>>. Acesso: 28 maio 2012.

GUIMARÃES, Elisa. Expressão modalizadora no discurso de divulgação científica. **Revista Educação e Linguagem**. v. 4, n. 5, p. 65-77, jan.-dez. 2001. Disponível em: <http://editora.metodista.br/textos_disponiveis/ed&l5cap1.pdf>.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Interação e linguagem: balanço e perspectivas. **Calidoscópico**, v.3, n.3, p.214-221, set.-dez. 2005.

_____. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FLORES, V. N.; BARBISAN, L.; FINATTO, M.J.; TEIXEIRA, M. (Org.). **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009. 288p.

GARDINER, A. H. (1989). **Langage et acte de langage**: aux sources de la pragmatique. Presses Universitaires de Lille (1^o éd.: The theory of Speech and Language, Oxford, Clarendon, 1932).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1989.

GUILLAUME, Gustave 1973: **Langage et science du langage (recueil posthume d'articles parus entre 1933 et 1958)**. Paris; Quebec: Presses de l'Université Laval, [S.d.].

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**: racionalidad de la acción y racionalización social, t. 1. Madrid: Taurus, 1987a.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**: crítica de la razón funcionalista, t. 2. Madrid: Taurus, 1987b.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa (tomo I)**. Madrid: Taurus, 1999.

ILARI, Rodolfo (Org.) **Gramática do português falado, v. 2: níveis de análise linguística**. 2. ed. revista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1997, p. 59.

MALDIDIER, D.; NORMAND, C.; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. IN: ORLANDI (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

MARCUSCHI, L. A. **A língua falada e o ensino de português**. 6º Congresso de Língua Portuguesa – PUC-SP, 1996. (mimeo).

_____. **Gêneros textuais: o que são e como se classificam**. Recife, UFPE (mimeo). 2000.

_____. **Da fala para a escrita: atividade de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NASCIMENTO, E. P. do. **Jogando com as vozes do outro: a polifonia – recurso modalizador na notícia jornalística**. 2005. Tese (Doutorado) - UFPB, João Pessoa, 2005.

NASCIMENTO, E. P. do. A modalização como estratégia argumentativa: da proposição ao texto. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, VI. **Anais...** João Pessoa: Ideia, 2009. p. 1369-1376.

NASCIMENTO, E. P. do. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v.7, n.1 p.30-45, jan-jun, 2010. Baseado em Estudos Semântico-Argumentativos de Gêneros do Discurso: Redação Escolar e Gêneros Formulaicos (ESAGD).

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2006.

POSSENTI, S. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis: Editora da UFSC, v. 20, n. 1, p. 105-124, jan.-jun. 1998.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009. 246p.

RIBEIRO, Nilsa Brito. Autoria no domínio de gêneros discursivos: paráfrase e estilo. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 6, n. 1, p. 83-99, jan./abr. 2006.

SALVADOR, Domingos. **Método e técnicas de pesquisa bibliográfica**: elaboração de Trabalho científico. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

SANTOS, M. F. O. A modalidade no discurso de sala de aula, em contexto universitário. **Revista do Gelne**, v. 2, n. 2, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOBRAL, Adail Ubirajara. A concepção de autor do "Círculo Bakhtin, Medvedev, Voloshinov": confrontos e definições. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 1., n. 2., dez. 2013, p. 123-142.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 26.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia de Pesquisa**. 2.ed.; Curitiba: IESDE BRASIL, 2009.

VYGOTSKY, L.S. **A formação Social da mente**. São Paulo: Martins Cortez, 1984.

VOLOCHINOV, V. N. **A estrutura do enunciado**. [S.d]. **O Discurso na Vida e o Discurso na Arte**. Trad. para o português feita por Faraco, C. A. e Tezza, C. tendo como base a tradução inglesa de I. R. Titunik (Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics), publicada em VOLOSHINOV, V. N., *Freudism*, New York: Academic Press, 1976 [1926].

REFERÊNCIAS DO CORPUS

ALMEIDA, Gisele Cristina Araujo de Almeida. **Responsabilidade social empresarial e a atuação do assistente social na empresa de transporte ferroviário**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

ALVES, Felipe de Oliveira. **Utilização do apoio multicritério à decisão no programa de revitalização dos sistemas de telecomunicações em unidades de produção e perfuração na bacia de Campos**. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

ALVES, Rogéria Ferreira Marques. **Uma análise sobre as mulheres usuárias de álcool e outras drogas atendidas no CRAS – Belo Horizonte**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

APOLINÁRIO, Roziléia Delizandra. **Mulheres sob a dependência do crack. Uma análise sócio-cultural e suas implicações**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

AZEVEDO, Carolina Patitucci de. **O processo cautelar no projeto do novo código de processo civil**. Monografia (Graduação em Direito). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

BARCELOS, Álvaro Nunes. **Planejamento de vendas de aços planos**: aplicação de técnicas de previsão de demanda em uma usina siderúrgica brasileira. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

BRITO, Luciano Cesar. **O direito à privacidade em confronto com a segurança pública**. Monografia (Graduação em Direito). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

CARDOSO, Fernanda Esteves. **Facebook home como estratégia de audiência na rede social**. Monografia (Publicidade) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA, 2014.

CARVALHO, Bruna Guimarães. **Análise de rótulos de BCAA comercializados no município de Volta Redonda-RJ**. Monografia (Nutrição) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA, 2014.

COUTO, Ana Cláudia Arantes Zegunis do. **Gravidez na adolescência e o projeto nascer feliz**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

COSTA, Guilherme Neves Brum da. **Análise de viabilidade de empreendimento de pousada no Rio de Janeiro**. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

CURTY, Marcos Vinícius de Freitas. **Planejamento e gerenciamento de um projeto de transporte rodoviário de cargas baseado no guia PMBOK**. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

CRUZ, Ivana Lima Ribeiro da. **Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes no Brasil. Um olhar no serviço social**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

DAMASCENO, Fernanda Mendes. **Suspensão dos direitos políticos decorrente de sentença criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos**. Monografia (Graduação em Direito). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

D'AVILA, Júlia Vale. **Estudo sobre o aproveitamento do soro do queijo nas indústrias.** Monografia (Graduação em Engenharia de Agronegócios) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

DIAMANT, Eduardo. **Aplicação do controle estatístico do processo no abastecimento de matérias-primas para os alto-fornos e sinterizações.** Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

DIAS, Rafael Campos. **As principais alterações e análises sobre a Lei Nº 12.015/2009 nos âmbitos material e processual: um percurso significativo ao bem jurídico referente à dignidade sexual.** Monografia (Direito) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA, 2013.

DUARTE, Ana Carolina Ribeiro. **Análise da situação estrutural do Estado do Rio de Janeiro para receber a Copa do Mundo de Futebol de 2014.** Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

FERREIRA, Juliana da Silva. **Adolescente autor de ato infracional: relatos da experiência de estágio no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente na cidade de Volta Redonda.** Monografia (Serviço Social) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda- UniFOA, 2014.

FREITAS, Aymê Meireles. **Adolescência em debate e os novos arranjos sociais. Um estudo na perspectiva dos orientadores educacionais.** Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

GARCIA, Álvaro Eduardo Nunes. **Análise de aplicação dos algoritmos da teoria dos grafos.** Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

GOMES, Carla Roberta Marcelino. **O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade inserido no centro de recurso integrados de atendimento ao adolescente.** Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

KOENGGAN, Matheus da Costa. **Fusões e aquisições no setor aéreo brasileiro: estudo de caso fusão da Azul e Trip**. Monografia (Ciências Contábeis) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda- UniFOA, 2013.

MARCELINO, Josilaine Ramos. **A prática da contabilidade de custos para a gestão estratégia empresarial**. Monografia (Ciências Contábeis) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda- UniFOA, 2013.

MARQUES, Carolina Condé. **Forças Competitivas na siderurgia mundial: uma análise estratégica do processo TecnoRed**. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

MORAES, Sandra Fernandes de. **A cadeia produtiva de café gourmet e suas margens de comercialização**: um estudo de caso na região Sul-Fluminense. Monografia (Graduação em Engenharia de Agronegócios) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

MOURA, Rodrigo Nunes de. **Redução do sucateamento de placas de cauda pelo defeito bolsa**. Monografia (Graduação em Engenharia Metalúrgica) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

NASCIMENTO, Mírian Rocha Gomes. **Os desafios do assistente social no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

NOGUEIROL, Mariana Breves. **Implantação de um sistema ERP em uma empresa no setor de mineração**. Monografia (Graduação em Engenharia de Agronegócios) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

NUNES, Talita Pires. **Conselho municipal de saúde**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

RAMOS, Tatiane Marcelino Fernandes. **O significado da família e do serviço social no âmbito prisional e no processo de reintegração dos presos da cadeia pública de Volta Redonda**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

RIBEIRO, Diogo Borges. **Complementação da matriz energética brasileira: redução dos entraves ao desenvolvimento econômico.** Monografia (Graduação em Economia). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

RODRIGUES, Matheus da Silva. **Plano de negócio para analisar a viabilidade da instalação de uma carcinicultura no estado do Rio de Janeiro.** Monografia (Graduação em Engenharia de Agronegócios) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

SILVA, Jailson Fernandes da. **Programa universidade para todos (PROUND): Política social ou financeirização do capital? Uma reflexão necessária no serviço social.** Monografia (Graduação em Serviço Social). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

SILVA, Livia Leal Machdo C. da. **Gestão de Estoques aplicada à saúde pública.** Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

SOUZA, Ana Carolina Florenzano Ferreira de. **O enfermeiro frente ao cliente politraumatizado.** Monografia (Enfermagem) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda- UniFOA, 2013.

SOUZA, Bruno Resende de. **Análise do método de planejamento estratégico através das ferramentas do controle de qualidade.** Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

SOUZA, Daiane Pimentel de. **O processo histórico social do método Paulo Freire na educação de jovens e adultos.** Monografia (Graduação em Pedagogia) Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase – Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

SOUZA, Érica de Oliveira Pereira de. **Educação para o desenvolvimento integral: contribuições do projeto de responsabilidade social Garoto Cidadão para o desenvolvimento integral dos jovens frequentadores.** Monografia (Graduação em Pedagogia). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

SOUZA, Otávio da Silva e. **Home broker: uma ferramenta virtual de resultados reais e seu reflexo no mercado acionário brasileiro**. Monografia (Ciências Contábeis) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda- UniFOA, 2012.

SOUZA, Thais de Oliveira Ferreira de Souza. **Proposta de Investimento para instalação de uma indústria de irradiação de frutas**. Monografia (Graduação em Engenharia de Agronegócios) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

TEODORO, Fabrícia Maia. **Sequência didática com o gênero fábula para o ensino de língua portuguesa no 6º ano de ensino fundamental**. Monografia (Letras) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda- UniFOA, 2012.

TEODORO, Rayla Marques. **A importância do mercado acionário para o crescimento econômico do Brasil**. Monografia (Graduação em Economia). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

TEIXEIRA, Luciano. **Síntese de nanopartículas de magnetita para aplicações biomédicas**. Monografia (Graduação em Engenharia de Agronegócios) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

TOLOMELLI, Guilherme Henrique Moura Brasil. **Sondagem geotécnica: uma abordagem para melhor compreensão dos relatórios de sondagem e um dimensionamento mais eficaz das funções superficiais**. Monografia (Engenharia Civil) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda- UniFOA, 2013.

TONAKI Júnior, Sigueho. **Cumprimento da norma brasileira de comercialização de alimentos para lactantes e crianças de 1ª infância, bicos, chupetas e mamadeiras nas farmácias do centro comercial do município de Volta Redonda-RJ**. Monografia (Nutricionista) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA, 2014.

VASCONCELLOS, Bernardo Carvalho de. **Plano de negócio, para um delivery de conveniência**. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

VENTURA, Leandra Aparecida Fernandes. **Desenvolvimento de filme ativo antibacteriano incorporado com óleos essenciais**. Monografia (Graduação em Engenharia de Agronegócios) Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.

XAVIER, Felipe Escano. **Tendências de consumo da classe c: um estudo do consumo de automóveis no Brasil.** Monografia (Graduação em Economia). Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo Di Biase - Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

YAMADA, Kátia Mendes da Silva. **Comparação tecnológica e econômica sobre a utilização dos gases de coqueria e natural na obtenção do hidrogênio.** Monografia (Ciências Contábeis) Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

ANEXOS

36

7 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou analisar a fusão da Azul e Trip, partindo de um retrospecto histórico das empresas envolvidas. Em seguida, foi feita uma análise das vantagens e desvantagens da fusão, enfatizando seus aspectos estratégicos mercadológicos e legais, bem como as vantagens e desvantagens para os seus diversos *stakeholders*.

As duas companhias possuem a mesma trajetória, atuam no mesmo mercado de voos regionais, e que estão em grande crescimento no mercado aéreo brasileiro, e atendem o mesmo público alvo, que são consumidores que buscam serviços aéreos baratos com qualidade mesmo em voos de curta distância, sendo que estas compatibilidades facilitaram o processo de fusão.

A fusão das duas companhias resultou no surgimento da terceira maior companhia aérea brasileira, com 15% de participação no mercado doméstico. De tal forma esta fusão também proporcionou a consolidação de ambas no setor de aéreo regional, assim permitindo concorrer com as demais, e dissolver o duopólio das suas maiores concorrentes TAM e GOL. Além disso, a fusão da Azul e Trip poderá proporcionar um maior desenvolvimento econômico e tecnológico para o país, assim como na ampliação das suas atividades em regiões desprovidas do serviço aéreo regular.

Confirmou-se a hipótese deste estudo, porém indo além de sua proposição que se referia como apenas à diluição de riscos, a pesquisa mostrou que a estratégia utilizada por ambas às companhias, teve também como fator o fortalecimento de suas operações na aviação regional; diluição de custos e obtenção de um melhor posicionamento no mercado aéreo em relação aos seus grandes concorrentes TAM e GOL.

Enfim, ressalta-se que a união da Azul e Trip, aqui analisada, comprovam o uso da fusão como método estratégico para obtenção de mercado, diluição de riscos, assim como no fortalecimento das companhias aéreas regionais no Brasil.

CM2**4. CONCLUSÃO**

A legislação Brasileira é uma das mais avançadas em relação a proteção, incentivo e promoção do aleitamento materno, com uma série de benefícios para a nutriz, destacando-se a NBCAL. A cidade de Volta Redonda-RJ, tem demonstrado empenho para garantir a amamentação por tempo correto, possuindo 12 unidades Básicas Amigas da Amamentação (UIBAAM), 1 Hospital Amigo da Criança (HSJB), 1 Banco de Leite Humano, Programa Bombeiro Amigo do Peito, que apoia o Banco de Leite Humano, a Pastoral da Criança, com lideranças comunitárias que incentivam o aleitamento materno, além da implementação do Método Canguru, na UTI neonatal do Hospital São João Batista (HSJB). Apesar do trabalho de fiscalização realizado pela Vigilância Sanitária no município, através do monitoramento do cumprimento nas normas previstas na NBCAL, encontraram-se irregularidades nas farmácias do centro comercial de Volta Redonda em relação à rotulagem e promoção comercial indevida.

É necessária uma intensificação no monitoramento do marketing, visto que dentre as diversas causas do desmame precoce, está à influência da propaganda de forma irregular sobre as mães e profissionais de saúde.

Faz-se necessário a conscientização dos órgãos governamentais, profissionais de saúde e da população em geral, pois a amamentação é a única forma de se garantir a segurança alimentar de lactentes, somente o leite materno atende aos 3 princípios básicos da segurança alimentar: Qualidade, quantidade e regularidade.

CONCLUSAO

Considerandoos dados obtidos através da pesquisa realizada e com base na fundamentação teórica dos autores que foram utilizados para construir esse estudo, foi possível perceber os meios de comunicação vem se transformando para cada vez mais suprir as necessidades de seus usuários. Empresas como o Facebook se aproveitam desse momento móvel em que estamos vivendo para se tornar cada vez mais presentes no dia a dia de seu público. Exemplo foi o lançamento do aplicativo *Home*.

A partir do estudo e pesquisa realizados nesse trabalho, foi possível perceber que a empresa Facebook busca manter a audiência dentro da rede social ao lançar o aplicativo *Home* que diferente de outros aplicativos, se mantém conectado e apropriando-se da tela inicial do aparelho celular. Além disso, entendemos que o Facebook pretende manter-se como a rede social do momento não sendo apenas um aplicativo dentro do aparelho celular, mas também sendo vista e aceita como referência de aplicativo para aparelhos móveis após lançar o *Home*.

A pesquisa realizada nos mostra contradição ou uma leve confusão do que realmente é o aplicativo *Home* por parte dos usuários. A maior parte 73% conhece o aplicativo por indicação de amigos, mas apenas menos da metade dos entrevistados, 36,56% utilizam o aplicativo a mais de um mês.

CONCLUSAO

Considerandoos dados obtidos através da pesquisa realizada e com base na fundamentação teórica dos autores que foram utilizados para construir esse estudo, foi possível perceber os meios de comunicação vem se transformando para cada vez mais suprir as necessidades de seus usuários. Empresas como o Facebook se aproveitam desse momento móvel em que estamos vivendo para se tornar cada vez mais presentes no dia a dia de seu público. Exemplo foi o lançamento do aplicativo *Home*.

A partir do estudo e pesquisa realizados nesse trabalho, foi possível perceber que a empresa Facebook busca manter a audiência dentro da rede social ao lançar o aplicativo *Home* que diferente de outros aplicativos, se mantém conectado e apropriando-se da tela inicial do aparelho celular. Além disso, entendemos que o Facebook pretende manter-se como a rede social do momento não sendo apenas um aplicativo dentro do aparelho celular, mas também sendo vista e aceita como referência de aplicativo para aparelhos móveis após lançar o *Home*.

A pesquisa realizada nos mostra contradição ou uma leve confusão do que realmente é o aplicativo *Home* por parte dos usuários. A maior parte 73% conhece o aplicativo por indicação de amigos, mas apenas menos da metade dos entrevistados, 36,56% utilizam o aplicativo a mais de um mês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de trabalho desenvolvida neste estudo foi apresentar uma maneira precisa de se trabalhar com um gênero através da sequência didática, proposta por Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz (2010), auxiliando professores a criarem contextos de produção precisos, de modo a efetuar atividades múltiplas e permitir aos alunos apropriarem-se das noções, das técnicas e dos instrumentos necessários ao desenvolvimento de suas capacidades de expressão oral e escrita, em situações de comunicação diversas.

Optamos pelo gênero textual fábula, por ser de narrativa curta, alegórica, e que exerce um papel de singular importância como suporte didático na transmissão de conhecimentos relacionados à moral e aos bons costumes, permitindo assim, refletirem com criticidade sobre o papel social de cada um no meio em que vivem.

Ainda há inúmeras possibilidades de trabalho com o gênero fábula, sendo esta apenas uma sugestão que viabiliza ao professor sair de mero consumidor passivo do livro didático para criador de seu próprio material, à luz de um currículo pensado nas reais necessidades educacionais de seus alunos e oportunizando o desenvolvimento das habilidades e competências, principalmente, no que se refere ao uso da língua.

Sempre levando em conta que, para se desenvolver um planejamento com esse ou qualquer outro gênero textual, é primordial que o professor conheça as carências, o contexto social dos alunos e as suas capacidades que precisam ser ampliadas, pois, dessa forma, a escola poderá atravessar seus muros e abrir espaço para que seus alunos dialoguem com a sociedade sobre as suas reais condições sociais, políticas e educacionais.

8 CONCLUSÃO

Considerado um dos ramos da contabilidade que mais se desenvolveu nas últimas décadas, a contabilidade de custos deixa de ser vista como mera auxiliar na mensuração dos estoques para ser considerada como relevante ferramenta geradora de informações vitais para a gestão estratégica empresarial das entidades.

Com o advento da globalização, o nível de competitividade tem-se tornado cada vez mais acirrado, e em função disso as empresas para manterem sua vantagem competitiva sustentável, tem buscado cada vez mais por informações internas e externas precisas e confiáveis, considerando, portanto a gestão estratégica de custos como a solução para suprir as demandas da economia diante das atuais perspectivas do mercado.

Diante deste contexto, a contabilidade de custos surge como um crucial sistema de dados contábeis, cujo objetivo consiste em fornecer opções economicamente viáveis que possibilitem aos gestores controlar e, ou reduzir seus custos e despesas, formar preços de vendas, sem que isso afete a qualidade de seus produtos e serviços. Logo, garantindo a continuidade da entidade.

A contabilidade de custos responde a alguns dos principais questionamentos dos gestores, como qual o método de custeio mais apropriado a ser utilizado, qual o preço mínimo a ser praticado sem afetar a margem da entidade, quais são os elementos geradores de custo dentre outros, possibilitando com essas respostas a tomada de decisão mais adequada.

Portanto, conclui-se que a contabilidade de custos consiste em um instrumento imprescindível para o sucesso das empresas, sobretudo no ambiente globalizado, caracterizado pela competitividade acirrada, pois, seu conhecimento, gerenciamento e correta identificação por parte dos geradores, consiste em condição fundamental para a sobrevivência das empresas.

4- CONCLUSÃO

Frente ao exposto, percebe-se que a enfermagem contribui na assistência ao paciente vítima de trauma, em todas as suas fases do atendimento.

Diante da pesquisa, foram encontradas publicações de enfermagem no atendimento ao politraumatizado. Porém, vê-se a necessidade da enfermagem empenhar-se para elevar o número de publicações feitas por ela na assistência de enfermagem ao politraumatizado, pois o enfermeiro está frente a assistência ao politraumatizado em todas as suas fases do atendimento.

A enfermagem atua através de seus conhecimentos nos serviços prestados no cuidado ao paciente vítima de trauma, seja na fase pré, intra ou pós hospitalar. Mediante esta pesquisa, pode-se frisar a atuação de enfermagem e demonstrar que ela esta presente no atendimento ao politraumatizado.

A dificuldade na assistência ao paciente vítima de trauma, está ligada na amplitude das complicações do trauma, seja ela causada no momento do trauma, durante o trauma ou tardia.

A enfermagem funde-se com a assistência preventiva, através da reeducação comportamental que leva gradativamente à redução do número de vítimas de trauma, tendo em vista que as estatísticas apontada nesta pesquisa, demonstram um número elevado de vítimas fatais causando assim um prejuízo socioeconômico.

Contudo, a atuação da enfermagem na assistência a vítima de trauma, se faz necessária, demonstrando assim como resultados as consequências positivas no atendimento compreendendo-se que a assistência de enfermagem esta sendo atingida.

5 CONCLUSÃO

O gás natural é tecnologicamente e economicamente viável para a obtenção do hidrogênio de acordo com o estudo de viabilidade. O primeiro cenário apresentado (planta de hidrogênio alimentada com o gás de coqueria) tem o custo de US\$ 4.560.670 e o segundo cenário apresentado (planta de hidrogênio alimentada pelo gás natural) tem o custo de US\$ 2.141.600.

A produção de hidrogênio a partir do gás de coqueria é altamente competitiva no ponto de vista econômico, pois a sua produção é realizada pela indústria, sendo assim seria a opção mais viável, porém quando esse gás é deslocado para a termoelétrica para a produção de eletricidade, o seu volume substituiria parte do gás natural que hoje é utilizado para o estudo dessa planta. O volume de GCO deslocado produz mais eletricidade que o volume de Gás Natural utilizado na produção de hidrogênio, viabilizando a opção pelo GN na produção de Hidrogênio.

Em termos ambientais a produção do gás natural é menos impactante que o gás de coqueria, principalmente na geração de monóxido de carbono.

5. CONCLUSÃO

Antes de adentrar nos preceitos correspondentes aos crimes sexuais alterados pela Lei nº. 12.015/2009, este trabalho científico procurou fundamentar, primeiramente, a base estrutural das infrações penais que afrontam a dignidade penal, assunto este abordado no segundo capítulo "Aspectos fundamentais do direito penal em relação à dignidade da pessoa humana". Nesse caso, através da hierarquia das normas e por meio da excelência dos valores, cabe sempre fazer referência às normas constitucionais e aos direitos humanos fundamentais, um caminho singular e significativo por onde as matérias penais devem tracejar.

O direito penal constitucional abraça a predominância do Estado Democrático de Direito, permitindo ao Poder Público agir de forma preventiva e repressora nos fatos que atentam contra os bens considerados importantes para a sociedade, os chamados bens jurídicos, os quais a tutela penal visa resguardar como missão ética e social. E por esse argumento, o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana deve ser extremo - pois qualquer desrespeito conclui determinada regra aplicada em caso de ilegalidade ou inconstitucionalidade - assim como em seus princípios derivados: legalidade, insignificância, alteridade, confiança, adequação social, intervenção mínima, fragmentariedade, proporcionalidade, humanidade, necessidade e ofensividade.

Pertinentes às mudanças substanciais, pelo aspecto material da Lei nº. 12.015/2009, conclui-se, a princípio, que a nova amplitude do crime de estupro trouxe elementos positivos e negativos. Por vantagens positivas, entende-se a aplicabilidade da igualdade entre homens e mulheres, podendo esses serem sujeitos ativo e passivo; e o caráter hediondo dos crimes de estupro e de estupro de vulnerável, em suas formas simples ou qualificadas (alteração no artigo 1, inciso V, da Lei nº. 8.072/1990). Já a análise crítica do ponto de vista negativo, surge por decorrência da união dos antigos crimes de estupro e atentado violento ao pudor em um crime único (artigo 213 do CP), quando há fatos pretéritos tendo curso material desses dois delitos, o que torna possível que o condenado tenha o ajuste (diminuição) da sua pena, pelo princípio da proporcionalidade, devido à retroatividade da Lei penal segundo o parágrafo único do artigo 2º do Código Penal. Também, com a entrada da Lei de 2009, outro benefício foi garantido ao réu, de acordo com a jurisprudência e doutrina majoritária: admite-se o crime de estupro continuado, contra o mesmo sujeito ativo, bastando apenas respeitar os requisitos do artigo 71 do ordenamento penal (embora exista ainda jurisprudência contrária). E por fim, a unificação desses dois delitos autônomos (213 e 214 do CP) causou grande divergência doutrinária em casos semelhantes ao "beijo lascivo", sendo que alguns pensadores entendem como estupro, e outros (maioria) não consideram esta prática como hedionda, definindo a presente situação como delito de

constrangimento ilegal, previsto no artigo 146 do Código Penal, ou como crime de importunação ofensiva ao pudor, conforme artigo 61 da Lei das Contravenções Penais.

Importante destacar a maior proteção dada às pessoas com vulnerabilidade. Com as modificações no capítulo II do Título VI do Código Penal, a Lei nº. 12.015/2009 preocupou em resguardar não somente a liberdade de autodeterminação do vulnerável, mas também sua vida sexual e o seu amadurecimento precoce. A mesma Lei findou as discussões sobre a presunção de violência na doutrina e nos tribunais revogando o artigo 224 e trazendo o artigo 217-A, específico para o amparo protetor do vulnerável. Sobre as infrações que protegem as crianças, adolescentes e outras pessoas vulneráveis, configurou-se as principais análises sobre os crimes de corrupção de menores, estupro de vulnerável, mediação para servir à lascívia de outrem, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.

Apesar das alterações ocorridas no capítulo V do Título VI do Código Penal (que trata principalmente do lenocínio) ter ampliado a tutela jurídica ao trazer a expressão "exploração sexual" - que é gênero de prostituição - o legislador perdeu a oportunidade de extinguir o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (artigo 228 do CP), uma vez que envolvem adultos, e estes possuem plena consciência e convicção dos seus atos, motivo pelo qual se aplicaria especialmente o princípio da intervenção mínima.

Quando ao aspecto processual, a mudança primordial refere-se à ação penal, em que a Lei nº. 12.015/2009 predominou na ação de iniciativa pública condicionada à representação para os crimes do capítulo I do Título VI do CP, e de iniciativa pública incondicionada para os delitos do capítulo II do mesmo Título, conforme interpretação do artigo 225 do Código Penal. Porém, a partir da alteração deste artigo, as controvérsias se proliferaram, pois há doutrinadores que aceitam a súmula 608 do Supremo Tribunal Federal em detrimento ao artigo 225, que diz "no crime de estupro, praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada". Inclusive, a redação da Lei de 2009 abordou uma falha maior, porque deixa impune

o infrator que causa a morte por estupro quando a vítima não tem ninguém para representá-la por ação. Nessa circunstância, então, houve a proteção deficiente ao bem jurídico protegido, uma ofensa ao princípio da dignidade. A solução é aceitar e fazer valer a súmula 608 do STF no determinado caso, isto é, tornar a ação penal pública em incondicionada.

Também, há outra questão controversa relacionada com a retroatividade da regra do artigo 225, em que fortes doutrinadores sustentam que nos processos anteriores à Lei nº. 12.015/2009 que necessitam de representação, dependerão da anuência da vítima para o prosseguimento do feito.

E são por essas divergências e falhas que o Procurador Geral da República já ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.301, solicitando que seja declarado inconstitucional, liminarmente, o artigo 225, contudo, a liminar não foi concedida, muito menos a ADI julgada, fazendo validar, por enquanto, o referido artigo.

Portanto, conclui-se que a Lei nº. 12.015/2009 importou uma relevância favorável ao princípio da dignidade da pessoa humana, embora não tenha representado um progresso total no ordenamento penal brasileiro pertinente aos crimes sexuais. Algumas alterações normativas classificam-se sendo *novatio legis in melius*, e outras, *novatio legis in pejus*. Então, mesmo que a Lei de 2009 tenha abordado dispositivos legais que ensejam divergências doutrinárias e jurisprudenciais, cabe aos operadores do Direito, no momento, introduzir e sustentar as interpretações válidas conforme os valores morais e sociais contidos no bem jurídico referente à dignidade sexual.

7. CONCLUSÃO

O sistema financeiro nacional, responsável por permitir o fluxo de fundos entre agentes poupadores e investidores e promover o desenvolvimento equilibrado do país, possui uma estrutura composta por instituições normativas, supervisoras e operadoras. Dentre estas destaca-se neste trabalho o CMN, o BC, a CVM e a Bovespa.

As transações financeiras movimentadas no mercado de capitais contribuem para o desenvolvimento econômico do país ao facilitar a captação de recursos pelas empresas e proporcionam liquidez aos títulos emitidos por elas. A negociação e guarda desses títulos é protegida pela CBLC.

A negociação de títulos e valores mobiliários no Brasil é viabilizada pela Bolsa de Valores, instituição criada em 1845, que vem sofrendo modificações evolutivas e hoje é o maior centro de negociações de ações da América Latina.

O investidor brasileiro, que tradicionalmente limitava suas aplicações à poupança e imóveis, progressivamente foi verificando a necessidade de buscar novas fontes de renda diante de um cenário econômico globalizado em constante transformação.

Com o avanço tecnológico e o surgimento da internet, tornou-se cada vez mais significativa a participação do investidor individual no mercado acionário.

O *home broker*, ferramenta desenvolvida para facilitar o acesso do investidor ao mercado de capitais teve fundamental importância nessa integração desde a sua criação em 1999. Prático, ágil e dinâmico, o *home broker* atrai cada vez mais adeptos ao mercado acionário na busca de ganhos superiores às principais formas de investimento.

Conclui-se então, baseado na análise dos dados pesquisados e demonstrados ao longo deste trabalho científico, que diante de um cenário global de modernização tecnológica e transformações macroeconômicas, o *home broker* contribuiu para a evolução cultural do investidor brasileiro, em linha com essas transformações mundiais, facilitando o acesso ao mercado acionário através desta ferramenta virtual tecnológica de investimento. O desempenho histórico do mercado de capitais e o retorno financeiro que este vem proporcionando nos últimos anos funcionaram (e continuam funcionando) como atrativo para os interessados em explorar as oportunidades oferecidas por este mercado. O *home broker* foi desenvolvido para atender as necessidades da Bola de Valores com o objetivo de suprir as exigências impostas pela evolução do mercado, facilitando, agilizando e simplificando o acesso dos investidores ao mercado acionário como opção para a diversificação de renda.

CONCLUSÃO

A maioria dos produtos avaliados estava em conformidade com a legislação brasileira pertinente a comercialização de BCAA, apresentando 92,6% de conformidade das informações com a legislação. Em síntese, todos apresentavam rotulagem em português, número de lote, data de fabricação, validade e a designação "aminoácidos de cadeia ramificada". As não conformidades encontradas foram referentes a rótulos que faziam indicação do BCAA para atletas, não possuir a informação em destaque "crianças, gestantes, idosos e portadores de qualquer enfermidade devem consultar o médico e ou nutricionista", e não apresentar valor calórico nas informações nutricionais.

As quantidades de Valina, Leucina e Isoleucina descritas nos rótulos, encontravam-se em conformidade, porém, a quantidade de aminoácidos fornecidas por estes produtos são bem aquém das quantidades preconizadas.

Apesar de ainda não terem comprovação científica de seus benefícios, os BCAA são frequentemente utilizados no meio esportivo. Portanto, mesmo que com a alta prevalência de conformidades nos produtos analisados, há necessidade de fiscalização destes, de forma a adequá-los as exigências propostas pela ANVISA.

CM11

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os referenciais teóricos utilizados, podemos perceber que para acontecer a ressocialização de forma satisfatória, é necessário desconstruir os estereótipos gerados em torno do adolescente autor de ato infracional. Sendo necessário também desconstruir a criminalização gerada em torno da pobreza, cujo esse adolescente infrator está submetido.

Almejou-se nesse estudo compreender o contexto de vida do adolescente autor de ato infracional, juntos as condições pertinentes do seu convívio no meio social. Com ênfase nas expressões geradas pela questão social e as implicações que a mesma acarreta para a vida cotidiana do adolescente em questão.

Foi relevante mostrar como as múltiplas manifestações de violência gerada no dia a dia, em diferentes aspectos, contribuem e interferem na vida do adolescente infrator, assim como de qualquer cidadão. Pois a violência também está na falta de acesso aos direitos e nas desigualdades entre as classes sociais.

Neste sentido, a violência urbana também vem crescendo e se manifestando ao longo do tempo sobre diferentes aspectos. Assim como o aumento significativo do tráfico de drogas, criminalidade e facções criminosas. Do qual quando o adolescente infrator tem envolvimento, acredita e age como se tal facção fosse uma "família". Junto a esse "centro de poder" dividido por facções criminosas, também existe as divisões territoriais, não permitindo que membros de uma facção freqüente o terreno da outra. Tornando a convivência entre os membros da mesma quase impossível, do qual percebi que dentro do CRIAAD-VR existe uma mobilização de toda a equipe para desconstruir essa idolatria e a divisão feita por facções. Mostrando ao adolescente as conseqüências que tal escolha acarreta para a sua vida, inclusive sobre a morte.

É preciso entender sobre qual contexto familiar, comunitário e societário esse adolescente está inserido. E de que forma os mesmos exercem influência seja ela negativa/positiva no comportamento e na vida dos adolescentes autores de ato infracional.

CM13**6- CONCLUSÃO**

Dentro dos objetivos propostos pela pesquisa no sentido de se conhecer as histórias de vida destas mulheres usuárias de álcool ou drogas, as eventuais consequências que as drogas culminam no contexto sócio familiar, e como as Políticas Públicas as atendem, foi possível constatar que estas mulheres sofreram exposição à violência, conflitos familiares, abandono, abuso sexual, pobreza, exploração, doenças em consequência do uso de drogas. Reconhecem-se doentes mais não tem forças para controlar a dependência, e quando isto ocorre há uma migração de uma substância psicoativa para outra. Trabalham informalmente para manter o vício, em sua maioria configuram famílias monoparentais, os companheiros geralmente também consomem drogas, em muitos casos estão presos, ou foram assassinados envolvidos com a criminalidade. As histórias se repercutem nas gerações futuras, com pais usuários que abandonam seus filhos, convivem num ambiente conflituoso, desta forma os filhos da maioria das usuárias de álcool ou drogas crescem sem a orientação devida dos pais e se tornam também futuros pais usuários de drogas.

A pesquisa concluiu que as mulheres usuárias de álcool e outras drogas convivem num contexto sócio familiar conflituoso, fragilizado repercutindo drasticamente na direção das drogas, ocasionando uma trajetória de vida de dores, decepções, violência, e rupturas importantes nas suas vidas. Entretanto em relação às causas que determinam o consumo de drogas e seus efeitos, estes são heterogêneos, porém neste grupo específico ocorre a prevalência da vulnerabilidade social, assim os impactos das drogas sobre as mulheres e nas suas respectivas famílias são em geral avassaladores, culminando em danos de ordem psíquica, física e social drásticas. Conclui-se que o fenômeno das drogas tem alcançado

mulheres cada vez mais precocemente, potencializando outras expressões sociais como: abandono dos estudos, ruptura e violência familiar, vida sexual ativa precoce, doenças decorrentes destes fatores, envolvimento com a criminalidade, maternidade precoce entre outros. Percebe-se que as mulheres usuárias de drogas sofrem um maior processo de exclusão e discriminação social em detrimento do homem, reforçando estigmas e preconceitos na perspectiva de gênero. Fato este que dificulta o acesso e a procura deste público a tratamentos específicos, pois as mulheres são mais resistentes ao tratamento do que os homens, embora a quantidade de mulheres atendidas na rede da saúde e atendimentos direcionados a álcool e drogas tenha se alterado nos últimos anos. Há um longo caminho a ser percorrido e muitas barreiras a serem vencidas neste cenário que envolve muitos atores, onde a mulher toxico dependente é a protagonista, trata-se de um palco propício para a atuação de profissionais coadjuvantes que venham intervir na construção e reconstrução das autonomias e potencialidades das usuárias em questão e suas respectivas famílias. Onde os profissionais ligados a esta área de atuação busque através da identificação e pesquisa, instrumentos operacionais que direcione a melhoria da qualidade de vida destas cidadãs, enquanto usuária dependente de drogas e usuárias da Política Pública.

Foi um tema extremamente enriquecedor com múltiplas constatações que se formam num processo gradual em relação às causas, efeitos e consequências que o uso de drogas acarreta no usuário e no meio onde se insere. Tendo como base a história de vida das entrevistadas percebemos em seus relatos que as mulheres dependentes químicas passam por processos emocionais conflitantes, resultando no afastamento familiar, sentimentos como angústia, solidão, sentimento de culpa.

Constata-se que o uso de drogas independe do gênero, idade, etnia, classe social, haja vista que este fenômeno tem alcançado indivíduos em todos os setores da sociedade.

Outra constatação reside no fato de que em geral o usuário de drogas sofre um processo de discriminação, preconceito, e pré-julgamento, sendo considerado pela sociedade como pessoas incapazes, inferior, fracas, vagabundas, marginalizadas entre outros, desta forma a relação entre sujeito e a droga traz consigo muitos estigmas que reforçam a ideia que o dependente químico seja um destruidor em potencial da família e de si próprio.

A desconstrução deste pensamento torna-se fundamental no sentido de apoiar, fortalecer e superar as dificuldades oriundas da relação usuário/drogas/família.

Em geral o senso comum leva as pessoas a agirem de forma controladora, conservadora, punitiva e excludente com os usuários de drogas, os tratando como indivíduos marginalizados, sem caráter, e até mesmo endemoninhados resultando no afastamento do dependente químico dos seus entes queridos, pois se sentem culpados inferiores por não atenderem as expectativas que a sociedade e a família lança sobre eles.

Entretanto os toxico dependentes não se apresentam de forma homogênea, vale ressaltar que usuários de uma mesma substância podem apresentar características, reações e rotinas diferenciadas, existem usuários de maconha que consomem a droga por muitos anos, e conseguem ter uma vida considerada dentro dos padrões, pois trabalham, estudam, constituem famílias, estão em dia com seus compromissos, porém existem os que usam maconha e abandonam o trabalho, os estudos, se envolvem em delitos, há os que consomem vários tipos de drogas as escondidas e são considerados pessoas "normais", como médicos, professores, motoristas enfim, escapam do da estatística usuário de drogas por não se assumirem como usuários e não são incluídos ou considerados pelas políticas públicas.

Por outro lado existem os consumidores de drogas licitas como o álcool que desenvolvem ações e consequência negativas de ruptura, violência, mentiras, e sofrimento para si e para os outros, não conseguem manter um padrão de vida considerado "normal".

Partindo do pressuposto que a família é base central da sociedade, e alvo de atenção das Políticas Públicas, pois é na família que se rebate as expressões da questão social, considera-se, portanto que toda família deva ter acesso igualitário e universal de inclusão e acesso aos direitos cidadãos.

“O lugar de família nas políticas sociais é necessário pelo fato de que a sua situação de pobreza está diretamente ligada a má distribuição de renda, ficando em situação de vulnerabilidade, se faz necessário a inclusão social através de políticas sociais ofertadas pelo estado, dadas as desigualdades cada vez mais as famílias desenvolveram formas estratégicas para manterem a sobrevivência.”(MIOTO, 2000)

Contrariando esta afirmação a pesquisa demonstra que de fato ocorre a ausência de Políticas Públicas eficazes e universalizantes principalmente nas áreas da Saúde, Assistência social,

Habitação entre outras, este fato reforça a exclusão do usuário, que já se encontra em situação de vulnerabilidade, desvantagem econômica, cultural, emocional e social, assim como as famílias atingidas pelo fenômeno das drogas.

Vale ressaltar que outros recursos contemplados no Programa de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, como parte da rede assistencial, não foram mapeados no estudo, como as associações Alcoólicas Anônimas (AA), Narcóticos Anônimos (NA), instituições religiosas entre outros, mas devem ser considerados como parceria para o tratamento. Porém, não são em número suficiente para suprir a demanda que não é tratada ou acolhida pelas Políticas Públicas. Em relação ao CRAS, percebe-se que as estratégias e os serviços disponibilizados não conseguem contemplar a real necessidade dos dependentes químicos e seus familiares, sendo realizados os atendimentos sócio educativos. Desta forma este público é encaminhado para a área da saúde.

As mulheres entrevistadas apresentaram aspectos em comum em relação ao baixo nível de escolaridade, conflito familiar, algum tipo de doença advinda do consumo de drogas, fragilidade emocional, algum tipo de vínculo com o tráfico de drogas, configuram uma família monoparental, onde a família é chefiada pela mãe, ou avó.

Considerando que a realidade da população estudada assim como o contexto cultural e social desta comunidade é de vulnerabilidade social, por se tratar de um bolsão de pobreza, verifica-se que há uma maior incidência de pobreza, onde as casas são na sua maioria provenientes de invasão, além da vulnerabilidade social a violência se faz presente nas famílias, com relação às mulheres as crianças, adolescentes por consequência da pobreza, drogas lícitas e ilícitas, envolvimento de crianças no trabalho infantil para suprirem as necessidades pessoais e familiares resultando o abandono dos estudos e enfraquecimento dos laços familiares. SMAC, (p. 53, 2007). Percebemos que em muitos casos os filhos das mulheres usuárias de drogas, também passam a ter contato com as drogas, ou seja, reproduzem as ações e questões lhes foram impostas no ambiente sócio familiar, reforçando a teoria da representação social. Para as famílias em vulnerabilidade social ocorre uma dificuldade maior para a manutenção da sobrevivência, pelo alimento, moradia, dignidade, saúde, acesso a serviços públicos e emprego, pelo preconceito e discriminação da própria sociedade. Inerentes a estes fatores as famílias tornam-se fragilizadas pela impotência, miséria, perspectivas de uma vida melhor,

tornam-se alvos do álcool, drogas, tráfico, subempregos, prostituição, abandono da escola, trabalho infantil entre outros.

Não podemos afirmar que a pobreza seja fator determinante para o uso de drogas, haja vista que este fenômeno é democrático e atinge a toda sociedade, mais sem dúvida possibilita e aproxima os indivíduos a esta realidade, se considerarmos que os moradores destes bolsões de pobreza estão muito mais expostos às drogas do que os moradores de outras regiões. Por outro lado esta população tem menos acesso a Políticas e Serviços Públicos de qualidade, como saúde, educação, moradia digna, trabalho, que resultam em tantas expressões da questão social que podem contribuir junto com as particularidades inerentes a esta região com o crescimento do fenômeno da toxico dependência.

O fenômeno das drogas exige maiores reflexões e ações de gestores, técnicos, governos, sociedade em prol de um acesso digno a serviços e programas que atendam esta demanda, respeitando suas particularidades. A Política Nacional sobre Drogas institui que seja garantida a implantação, efetivação e melhorias de programas, ações e atividades de redução das demandas com a prevenção, tratamento, recuperação, e reinserção social e redução de danos, levando em consideração os indicadores da qualidade de vida respeitando as potencialidades e princípios éticos.

Hoje a questão das drogas permeia a esfera de Segurança Pública, da Saúde Pública e da Política Social, cabendo à sociedade, o poder público, a mídia, entre outros uma luta incessante no sentido de se materializar de fato a construção de novos CAPS ad, que funcionem dia e noite com o objetivo de intensificar, ampliar e diversificações de prevenção, promoção a saúde e tratamento a riscos e danos associados ao consumo prejudicial de substâncias psicoativas de acordo com o Plano Emergencial para Ampliação do Acesso ao Tratamento e prevenção em Álcool e Outras Drogas. Criação de novos serviços multidisciplinares voltados para o fortalecimento, promoção, capacitação destas usuárias de álcool e drogas, e seus filhos com oficinas e atendimentos terapêuticos. De acordo com as determinações do Ministério da Saúde, da PNAS os técnicos e profissionais devem facilitar e viabilizar os atendimentos aos usuários de forma articulada, sistematizada e continuada, entretanto notam-se muitas dificuldades em se materializar o que se propõe cada instituição, desta forma muitas usuárias desistem do tratamento. As políticas setoriais que compõem o programa, como a saúde e assistência social, embora tenha tido avanços, necessitam de uma

articulação, um diálogo mais ativo, o que chamamos de intersectorialidade das políticas sociais.

É de suma importância uma maior participação e discussão da sociedade e suas representações no sentido de desmistificar e não esconder um tema tão preocupante, buscando soluções que não se restrinjam simplesmente numa higienização pública. Porém buscar novas maneiras de pelo menos reduzir os danos causados pelo excesso do consumo de drogas, talvez a descriminalização seja um caminho que possa contribuir com o controle e diminuição da violência e do tráfico de drogas, resultando numa menor exposição dos usuários tanto no tráfico de drogas, como em roubos e mortes violentas. Segundo estudos do jornalista Tarso Araújo em seu livro Almanaque Sobre as Drogas, nos países onde houve a descriminalização da maconha ocorreu uma diminuição significativa da violência, corrupção, roubos, tráfico de drogas. E muitos profissionais da área da Saúde, Justiça, Segurança Pública, Direitos Humanos tem levantado esta bandeira, chegou a hora deste assunto ser tratado de frente e de fato, não tem como Sr ficar em cima do muro ou politicar com ideologias hipócritas e conservadoras, enquanto milhares de pessoas morrem em decorrência da dependência psicoativa. Neste caso a cura não vem de outras drogas e sim de ações políticas, sociais e culturais que rompam com o conhecido conservadorismo, politicismo e a corrupção que alimentam esta realidade cruel, em prol de uma sociedade mais justa onde os doentes sejam tratados e reconhecidos como tal, e não como criminosos. Almejamos uma sociedade justa e igualitária de fato, onde verdadeiramente a ética e os direitos humanos sejam alcançados por todos os brasileiros.

CM14**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada, compreende-se, que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde passa a constituir “direito de todos e dever do Estado”.

O governo a fim de garantir esse direito, cria o SUS, tendo como fundamentos e prioridades a totalidade no atendimento, a gratuidade e a universalidade com participação social no processo decisório.

Com a viabilização das Conferências Nacionais de Saúde, que foram criadas a principio, para servirem de mecanismo de controle das instâncias estaduais, após a 8ª Conferência, se abriu um leque e a mesma passou a ter uma relevante importância para construção e aprimoramento do SUS, interferindo assim, de forma positiva na legitimação das políticas de saúde.

O SUS de hoje, na verdade, está longe de ser o SUS constitucional, o cenário da saúde no Brasil evidencia inúmeras etapas de desenvolvimento social as quais devem ser alcançadas, pois ainda existem distâncias entre a prática social do sistema de saúde público vigente e a proposta do movimento sanitário.

Só que mesmo diante desses empasses, o objetivo dessa pesquisa foi alcançado, a saúde do município de Pinheiral é considerada boa na visão dos conselheiros, houveram avanços significativos e está caminhando para seu aprimoramento.

CM15

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou o conhecimento sobre o processo das transformações do Serviço Social na empresa de transporte ferroviário de grande porte, que obteve a concessão da operação da malha da ferrovia federal, em 1996, nos estados de Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), buscando por fim enfatizar suas funções profissionais no campo de Responsabilidade Social.

A partir deste estudo, verificou-se que as mudanças que vêm ocorrendo no contexto das organizações empresariais, seja pelo processo de reestruturação produtiva ou pela modernização organizacional, têm relação direta com o modelo neoliberal implementado no país e trazem em seu bojo a visibilidade e a emergência das ações empresariais sob a égide da Responsabilidade Social Empresarial. Tal conceito implica na relação ética a ser estabelecida com as partes de interesse com a empresa, ou seja, governo, meio-ambiente, público interno, comunidade, fornecedores, clientes, sindicatos e diversas outras pessoas ou entidades que se relacionam com a empresa. Faz-se necessário mencionar a importância mercadológica da RSE para o setor privado, uma vez que a questão estratégica parece ser o principal motivo para o investimento na área social, pois as empresas ao serem reconhecidas pela sociedade como socialmente responsáveis, podem conseguir diferenciais de competitividade para se manterem no mercado.

Embora, haja razões para formações de alianças entre o setor público e o privado que garantam a sobrevivência da política econômica globalizada e, sobretudo não seja possível vislumbrar ampla mudança societária e plena efetivação dos direitos sociais sob esta ótica, entende-se que essas parcerias são contraditórias, pois o empresariado possui seus próprios interesses, tais como vantagem competitiva, visibilidade nos negócios e divulgação de imagem conforme Garcia (2004).

Ao analisar as respostas dos questionários, observou-se a concepção convergente entre as entrevistadas as quais asseguram que as condições privativas de atendimento ao usuário, como o sigilo profissional bem como as atividades privativas ao assistente social são preservadas no seu âmbito de atuação.

A partir desta compreensão geral do contexto pode-se observar que as mudanças no mundo do trabalho, conferiram uma nova feição ao exercício profissional do Serviço Social nas empresas, inclusive nas suas condições de trabalho. Conforme ratificado pelo pensamento de Yamamoto (2000) ao afirmar que as condições e relações sociais que circunscrevem os processos de trabalho em que o Assistente Social se insere são indissociáveis às mudanças que ora ocorrem na órbita da produção, do mercado e do Estado e não podem ser tratadas superficialmente apenas, para contextualizar o exercício profissional, mas, como fatores que o constituem, alterando historicamente as demandas, funções e requisitos de qualificação do Assistente Social.

Durante a pesquisa foi verificado que o Serviço Social acompanhou o processo de transformações do ambiente organizacional na empresa pesquisada, constatado tanto pela pesquisa bibliográfica, que remete as principais mudanças referentes à inserção do Serviço Social na empresa, quanto pelas duas entrevistas realizadas com Assistentes Sociais que atuam na atual *Gerência Corporativa de Responsabilidade Social*. Observou-se a importância dos profissionais em identificarem as mediações e mudanças em curso na empresa e de realizarem a leitura do momento, para que a partir dessa análise se apropriassem das demandas que se materializam para o Serviço Social.

No tocante, à atuação e as atuais atribuições do Serviço Social na empresa pesquisada, observou-se que é ampla, pois abrange tanto a responsabilidade social interna (colaboradores), quanto a externa (comunidades), o que denota um alto nível de qualificação destes profissionais em relação às exigências postas pelo mercado de trabalho. Ressalva-se que os demais públicos de interesse são foco de atuação de outras áreas da empresa.

Assim, consciente da importância de buscar o conhecimento processual⁷ sobre a RSE, a GCRS valoriza o constante aperfeiçoamento de sua equipe e a contratação de consultorias especializadas no assunto. Vale lembrar que este posicionamento gerencial visa também

⁷ Conhecimento processual ou Know-how é o conhecimento de como executar alguma tarefa. O termo é utilizado para designar uma técnica, um conhecimento ou uma capacidade desenvolvida por uma organização ou por uma pessoa.

assegurar a empregabilidade e da produtividade da categoria no setor. Acredita-se que o Assistente Social tem visão e embasamento teórico-metodológico, que permite diagnosticar as possibilidades existentes, mas não considera o contexto, estratégico e competitivo da empresa. Para isso, é necessário que o profissional conheça a realidade social em que a empresa está inserida, uma vez que após a ampla reestruturação da cadeia produtiva o espaço de trabalho passa a ser conquistado pelo profissional dando respostas mais eficazes às demandas postas e caso o Serviço Social não legitime seu “fazer profissional” e negue este espaço ocupacional, o qual fora conquistado coletivamente pela categoria, estará extinguindo possibilidades reais de atuação no campo de trabalho, deixando espaço para que outros profissionais que pertençam a outras áreas de conhecimento assumam esse campo e que podem vir a desvirtuar as ações de responsabilidade social, apenas sob a ótica e interesses de *marketing* social da empresa.

Diante do processo desta pesquisa verificou-se que o exercício profissional do assistente social é de suma importância na atual responsabilidade social corporativa desenvolvida pela empresa pesquisada, ao constatar que GCRS ocupa posição estratégica na mesma, ligada diretamente à diretoria de Recursos Humanos, participando do planejamento da empresa, em suas áreas de responsabilidade. A relevância está relacionada principalmente ao fator motivacional dos empregados, pois a GCRS é responsável pela aferição da satisfação da carteira de benefícios por parte dos usuários, gestão de projetos sociais internos e externos, gestão de clima organizacional, apoio aos gestores na gestão de pessoas, atendimentos às demandas individuais / familiares, como também das comunidades. Observou-se que a participação de Assistentes Sociais na gestão de clima organizacional, além de reconhecer tal competência na categoria profissional, agrega valor à ferramenta considerada estratégica para a empresa alcançada em 2012 de a empresa pesquisada pertencer ao *ranking* das 150 melhores empresas para se trabalhar no país. Sabe-se que são estratégias da empresa com a finalidade de elevar a produtividade, mas que também torna possível contribuir com as melhorias das condições de trabalho e aumentar a qualidade dos serviços sociais prestados ao seu público alvo.

Também se constatou relevância perante aos atendimentos externos pelos quais os Assistentes Sociais buscam a aproximação da empresa com a comunidade. Observou-se que o relacionamento com a comunidade é uma grande preocupação da empresa, visto a capacidade e organização e mobilização da sociedade civil em se comprometer com a realização de sua atividade, ou seja, a empresa é consciente de todos os impactos socioambientais causados na comunidade ligada à linha férrea, até mesmo pelas próprias características do negócio, a

dispersão geográfica e interferências diretas no cotidiano de mais de 100 municípios. A empresa reconhece que para ter um negócio sustentável e longo é necessário contemplar igualmente outros aspectos além do econômico, ou seja, o social e ambiental. Para isso, realiza investimentos sociais cujos, recursos ora incentivados, ora próprios, abarcam projetos de cunho social, educacional, cultural, esportivo, dentre outros.

Ainda que se reconheçam os interesses próprios da empresa em aplicar recursos de investimentos sociais e culturais para maiores relações com a comunidade, entende-se que a seleção pública destes projetos valida uma forma mais democrática e transparente de selecioná-los, assim como de designar os recursos financeiros a instituições de caridade. Vale ressaltar que esta seleção pública perpassa pelo crivo do assistente social atento à capacidade de desenvolvimento da comunidade. Acredita-se que os resultados alcançados pelo Serviço Social são intangíveis e difíceis de serem mensurados, mas ainda fazem diferença para as comunidades à medida que se percebe maior nível de organização e mobilização das lideranças locais.

Deste modo, compreende-se que a área empresarial para intervenção do Serviço Social, trata-se de um espaço real para atuação que necessita se ampliar no horizonte dos Assistentes Sociais e desviar-se da visão pré-concebida e restrita do campo de trabalho. Conforme Yamamoto (Idem, p.80), “dimensionar o *novo* no trabalho profissional significa captar as *inéditas mediações históricas* que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que opera o Serviço Social”.

Dessa forma, possam elaborar propostas de atuação, em busca de ocupar e ampliar espaços na organização, imputando assim, a marca dos princípios éticos que norteiam a profissão. Propostas aquelas que, considerando as possibilidades e limites postos à atuação profissional, desenvolva um trabalho que busque respeitar os direitos dos trabalhadores, não perdendo de vista o seu compromisso profissional com a classe trabalhadora, explicitado no Código de Ética da Profissão (1993). Entende-se que o Assistente Social é um profissional contratado por organizações de caráter patronal, quais sejam elas estatais ou privadas, para atuar entre as classes trabalhadoras, o que configura um caráter contraditório à prática profissional, mas a qual ele deve se posicionar. Acredita-se que a partir do conhecimento teórico crítico dos profissionais, à vontade norteada à luz da ética e de acordo com as possibilidades concretas de atuação conforme o momento histórico vivenciado vai se delineando as atribuições da área e realizando as conquistas de espaço em prol dos usuários.

tornam-se alvos do álcool, drogas, tráfico, subempregos, prostituição, abandono da escola, trabalho infantil entre outros.

Não podemos afirmar que a pobreza seja fator determinante para o uso de drogas, haja vista que este fenômeno é democrático e atinge a toda sociedade, mais sem dúvida possibilita e aproxima os indivíduos a esta realidade, se considerarmos que os moradores destes bolsões de pobreza estão muito mais expostos às drogas do que os moradores de outras regiões. Por outro lado esta população tem menos acesso a Políticas e Serviços Públicos de qualidade, como saúde, educação, moradia digna, trabalho, que resultam em tantas expressões da questão social que podem contribuir junto com as particularidades inerentes a esta região com o crescimento do fenômeno da toxico dependência.

O fenômeno das drogas exige maiores reflexões e ações de gestores, técnicos, governos, sociedade em prol de um acesso digno a serviços e programas que atendam esta demanda, respeitando suas particularidades. A Política Nacional sobre Drogas institui que seja garantida a implantação, efetivação e melhorias de programas, ações e atividades de redução das demandas com a prevenção, tratamento, recuperação, e reinserção social e redução de danos, levando em consideração os indicadores da qualidade de vida respeitando as potencialidades e princípios éticos.

Hoje a questão das drogas permeia a esfera de Segurança Pública, da Saúde Pública e da Política Social, cabendo à sociedade, o poder público, a mídia, entre outros uma luta incessante no sentido de se materializar de fato a construção de novos CAPS ad, que funcionem dia e noite com o objetivo de intensificar, ampliar e diversificações de prevenção, promoção a saúde e tratamento a riscos e danos associados ao consumo prejudicial de substâncias psicoativas de acordo com o Plano Emergencial para Ampliação do Acesso ao Tratamento e prevenção em Álcool e Outras Drogas. Criação de novos serviços multidisciplinares voltados para o fortalecimento, promoção, capacitação destas usuárias de álcool e drogas, e seus filhos com oficinas e atendimentos terapêuticos. De acordo com as determinações do Ministério da Saúde, da PNAS os técnicos e profissionais devem facilitar e viabilizar os atendimentos aos usuários de forma articulada, sistematizada e continuada, entretanto notam-se muitas dificuldades em se materializar o que se propõe cada instituição, desta forma muitas usuárias desistem do tratamento. As políticas setoriais que compõem o programa, como a saúde e assistência social, embora tenha tido avanços, necessitam de uma

articulação, um diálogo mais ativo, o que chamamos de intersetorialidade das políticas sociais.

É de suma importância uma maior participação e discussão da sociedade e suas representações no sentido de desmistificar e não esconder um tema tão preocupante, buscando soluções que não se restrinjam simplesmente numa higienização pública. Porém buscar novas maneiras de pelo menos reduzir os danos causados pelo excesso do consumo de drogas, talvez a descriminalização seja um caminho que possa contribuir com o controle e diminuição da violência e do tráfico de drogas, resultando numa menor exposição dos usuários tanto no tráfico de drogas, como em roubos e mortes violentas. Segundo estudos do jornalista Tarso Araújo em seu livro Almanaque Sobre as Drogas, nos países onde houve a descriminalização da maconha ocorreu uma diminuição significativa da violência, corrupção, roubos, tráfico de drogas. E muitos profissionais da área da Saúde, Justiça, Segurança Pública, Direitos Humanos tem levantado esta bandeira, chegou a hora deste assunto ser tratado de frente e de fato, não tem como Sr ficar em cima do muro ou politicar com ideologias hipócritas e conservadoras, enquanto milhares de pessoas morrem em decorrência da dependência psicoativa. Neste caso a cura não vem de outras drogas e sim de ações políticas, sociais e culturais que rompam com o conhecido conservadorismo, politicismo e a corrupção que alimentam esta realidade cruel, em prol de uma sociedade mais justa onde os doentes sejam tratados e reconhecidos como tal, e não como criminosos. Almejamos uma sociedade justa e igualitária de fato, onde verdadeiramente a ética e os direitos humanos sejam alcançados por todos os brasileiros.

CM16

Ainda há muito que fazer para melhorar o contexto escolar e a relação família x adolescente. O trabalho foi útil para que percebesse isso e para refletir sobre como a instituição familiar anda fragilizada e como os novos arranjos sociais interferem de formas positivas e negativas no comportamento dos adolescentes. E leva a refletir diante dessa sociedade tão injusta e preconceituosa, nos leva a ver o adolescente como um cidadão de direitos, sem pré julgamentos ou pré conceitos em relação a sua vida sem antes conhecê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após meses de pesquisas bibliográficas e de campo foi possível concluir que a relação família x adolescente está fragilizada, e que os profissionais da educação, como Orientadores Educacionais encontram muitas dificuldades no seu ambiente de trabalho por conta dessa fragilidade, pois graças a essa relação abalada entre família x adolescente que assombra a sociedade é que os adolescentes acabam se comportando de forma “inadequada” socialmente, visto que veem exemplos dentro de casa e acabam levando para o convívio social. Então se a família está fragilizada e os conflitos fazem parte de sua rotina, os adolescentes também ficarão fragilizados e acharão normal agirem de forma conflituosa na sociedade, visto que é isso que presenciam dentro de casa. É a referência deles.

Diante da pesquisa de campo, onde meu objetivo era conhecer como os adolescentes vivenciam os novos arranjos sociais na perspectiva dos Orientadores Educacionais, percebi que os profissionais da educação encontram muita dificuldade na relação família x adolescentes e que com os novos arranjos sociais, as novas tecnologias tem parte fundamental no comportamento dos adolescentes, no decorrer da pesquisa pude perceber isso. Por conta dessa relação, os adolescentes estão cada vez mais fragilizados e conflituosos, tanto na sociedade quanto no ambiente escolar, e que enquanto não houver participação ativa da família na vida dos adolescentes, mais eles entrarão nas estatísticas de adolescentes que fazem parte das expressões da questão social, jovens que fazem parte desse sistema brutal, que é o capitalista.

Lembrando que não podemos colocar toda a responsabilidade na família, é um contexto geral, porém a família é a principal instituição, sendo assim tendo maior responsabilidade na vida dos

adolescentes, ajudando os mesmos a construir seus princípios e valores morais.

Hoje, infelizmente percebemos a dificuldade dos profissionais da educação conseguirem chamar a atenção da família para participação efetiva na vida acadêmica de seus filhos, visto que vivemos na era da globalização e que as pessoas encontram-se sem tempo para outras coisas que não sejam o trabalho. Porém isso não é desculpa para se ausentarem e não participarem da vida de seus filhos. É preciso que a família perceba que é parte fundamental no desenvolvimento de seus filhos, e que uma boa base familiar ajuda de forma positiva nessas mudanças.

Ao realizar a pesquisa de campo nas duas escolas municipais, pude perceber algumas expressões da questão social, como a violência, visto que ambas as escolas ficam em áreas conflituosas, levando os adolescentes a ficarem em situação de vulnerabilidade social. Além de parte dos alunos estarem em vulnerabilidade econômica.

Uma pesquisa feita pelo IBGE (2012) com estudantes do 9º ano entre 13 e 15 anos de idade mostrou que a violência familiar está presente no cotidiano dos jovens, 6,4% deles disseram ter se envolvido em brigas com armas de fogo, e 10,6% informaram terem sido fisicamente agredidos por um adulto de sua família. Neste caso, as agressões são um pouco mais frequentes contra as meninas (11,5%) do que contra os meninos (9,6%). Além disso, 7,2% dos escolares afirmaram que sempre ou quase sempre se sentiram humilhados por provocações dentro da escola, e 20,8% praticaram algum tipo de bullying¹⁴ contra os colegas.

A região Sudeste apresentou a maior proporção (12,0%) de adolescentes que sofriam agressão física praticada por alguém da família. Em todas as regiões do país, a proporção de meninas que sofria agressão física praticada por familiar era mais elevada que a dos meninos. Na Região Sul e Sudeste, cerca de 13% das adolescentes informaram ter sido vítimas de agressão por alguém da família ao menos uma vez.

¹⁴ Bullying é uma situação caracterizada por atos agressivos verbais ou físicos de maneira repetitiva por parte de um ou mais alunos contra um ou mais colegas. O termo inglês refere-se ao verbo “ameaçar, intimidar”. (Fonte: <http://www.cecb.edu.br/index.php/ensino-fundamental-i/315-o-que-e-bullying.html>)

A parte específica de Saúde Mental tem o objetivo de identificar situações de sofrimento subjetivo, como o sentimento de solidão e a dificuldade de conciliar o sono em função de preocupações. Aborda também a questão de ter ou não amigos próximos, um aspecto importante para se avaliar a capacidade de interação social dos adolescentes. 16,4% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental no Brasil declararam ter se sentido sozinhos. Enquanto que 21,7% dos escolares do sexo feminino declararam ter experimentado esse sentimento, entre os do sexo masculino a proporção foi de 10,7%.

Em relação a família cerca de 62% dos escolares responderam morar em lares com a presença de pai e mãe; 28,5% informaram morar só com a mãe e 4% dos escolares só com o pai. Os que responderam não morar nem com mãe nem com pai totalizaram 5,4%.

A pesquisa também investigou sobre Presença dos pais ou responsáveis durante as refeições, a verificação dos deveres de casa pelos pais e sobre o entendimento dos pais quanto aos problemas e preocupações dos filhos. Nesse caso, dos escolares entrevistados, 45,8% responderam que os pais entendiam com os seus problemas e preocupações. Os escolares do sexo masculino (47,2%) tiveram mais atenção dos pais ou responsáveis do que as meninas (44,6%).¹⁵

Com a pesquisa do IBGE vemos que a família participa da vida escolar dos filhos, mas ainda há muito que melhorar, precisa haver uma relação maior e mútua entre escola x adolescente x família, para que consigamos melhorar nossa educação escolar e para que haja uma melhoria na relação das famílias brasileiras.

Quanto ao ambiente escolar conclui-se que é importante a presença do Assistente Social no quadro de profissionais, pois o mesmo é o profissional que lida com as expressões da questão social onde os jovens estão inseridos e garante o acesso ao direito dos mesmos, sendo assim justificável sua importância nas escolas, junto com outros diversos profissionais, como o

¹⁵ Fonte: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2405&busca=1&t=pense-2012-mais-um-quarto-estudantes-13-15-anos-idade-ja-dirigiu>

Orientador Educacional, onde ambos trabalhariam juntos em um único objetivo que são os alunos, para a melhoria na sua vida acadêmica e conseqüentemente no convívio familiar e social.

Apesar da lei Lei nº 3.688/2000 ter sido aprovada, lei essa que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e assistência social no quadro de profissionais das escolas públicas da educação básica, muitas escolas (a maioria) ainda não têm tais profissionais em seu quadro de funcionários, no Município de Volta Redonda não há conhecimento de escola pública que tenha tais profissionais, apenas escolas privadas, por conta da ausência do assistente social a pesquisa foi realizada com Orientadoras Educacionais, visto que são elas que lidam diretamente com os conflitos dos alunos.

No dia 14 de novembro de 2013 assisti no “jornal hoje” da globo que em São Paulo há um projeto que treina professores para se tornarem mediadores na sala. Eles ouvem os dois lados e promovem a conciliação. A proposta tem como objetivo a paz entre os alunos. Por um lado vemos uma proposta com um objetivo de minimizar os conflitos dentro da escola, porém se avaliarmos mais a fundo percebemos que tal projeto acaba por tirar a responsabilidade do Estado.

O dever de educar começa na família e deve continuar na escola, porém a obrigação da escola não é educar no mesmo sentido que a família, a família é a instituição que ensina princípios e valores, a escola passa conhecimentos. Dessa obrigação não se pode apartar o Estado, que deve prestar sua contribuição, com os recursos advindos da sociedade. Sendo assim será que esse projeto não tira a responsabilidade do Estado? Sem contar que o papel do professor não é mediar conflitos, e sim transmitir conhecimentos e saberes. Será que esses professores estão capacitados adequadamente para mediar esses conflitos? Afinal sua formação não é de mediador, e sim de professor. Outra questão indagadora nesse projeto é em relação a troca de papéis, será que isso não é um simples desvio de funções? Ao ver a reportagem percebi que só mostraram os aspectos positivos, que no caso foi a diminuição de conflitos entre os alunos dentro da escola. Porém ao analisar percebemos que tal projeto pode ser um “tapa buraco”, onde o Estado acaba por não cumprir seu papel perante a sociedade e não há proposição de novas políticas sociais para que haja uma melhoria no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

CM17**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Serviço Social no Brasil nasceu em meio o processo de industrialização do país e após a Revolução de 1930, devido o acirramento das relações sociais, que o sistema capitalista, por sua vez, culminou para o agravamento da questão social.

Sua implantação se deu por necessidade, para as tentativas de enfrentamento dos problemas da profissão, através da implantação de políticas sociais. No decorrer da história, o Serviço Social passou por grandes desafios, avanços e recuos, se perpetuando na divisão social do trabalho.

Hoje, escrito do Código de Ética Profissional do Assistente Social, a profissão é reconhecida academicamente e legitimada socialmente. Em muito se avançou, mas, muito se questiona sobre suas possibilidades e limites, frente aos desafios do mundo contemporâneo.

As ações profissionais dos assistentes sociais estão relacionadas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades voltadas para a garantia de direitos, a favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários, e, na sua inserção nesses projetos ou serviços socioassistenciais. As atribuições deste profissional variam de acordo com as prerrogativas socioinstitucionais das unidades onde se inserem, sob o âmbito público ou privado, ao executivo ou ao judiciário.

No contexto do CREAS, a atuação dos profissionais de Serviço Social está pautada no Código de Ética da profissão, e ainda, sob o disposto na lei de regulamentação da profissão (lei nº 8.662/93), o CREAS, é um Centro de Referência que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de riscos, com seus direitos violados, uma unidade pública e estatal estabelecida pelo MDS.

O CREAS articula, coordena e opera com a rede de serviços socioassistenciais, na oferta de orientação e apoio especializado e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados sob a implementação do SUAS. O SUAS propõe um processo de ampliação de sua proposta de Política Assistência Social.

Seu foco está na família, na busca de potencializar sua capacitação de proteção e socialização de seus membros. Sua Proteção Social Especial de Média Complexidade tem como público àqueles que tiveram seus direitos violados e seus vínculos rompidos (indivíduo, família e comunidade).

A atuação do Assistente Social deve estar em consonância com a dimensão política claramente defendida no Projeto Ético-Político da profissão, na perspectiva universalização do acesso a bens e a serviços sociais.

A classe profissional de Assistentes Sociais atuantes na Proteção Social Especial deve se materializar por meios de programas, projetos e atividades, universalizando o acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais, garantindo assim, os direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras.

Fato é que o reconhecimento da profissionalização da Assistência Social é de relevância inquestionável para a defesa e garantia de direitos atribuídos a uma política pública. Mas, é necessário ainda, reconhecer necessidade da adoção de diretrizes técnicas-política para o enfrentamento da complexa realidade social brasileira, e dos ainda persistentes altos índices de desigualdade social e situações de violência e violação dos direitos no país.

Enfim, os desafios do profissional do Serviço Social são vários, entre eles a falta de estruturas institucionais nos municípios brasileiros com gestão adequada, capacitação (os técnicos atuantes não conhece todas as áreas, inclusive a contábil, no caso de orçamentos), reconhecimento e formas de contratos dos recursos humanos, ampliação das recomendações quanto ao atendimento das unidades, o monitoramento da organização dos serviços, evitando o sucateamento da política de assistência social.

CM18**CONCLUSÃO**

No momento considera-se que essa pesquisa bibliográfica envolvendo diversos autores e intelectuais, cada qual com suas particularidades e opiniões, contribuiu para a reflexão e debate, por intermédio de indicadores e dados apresentados, sobre os rumos, legislação, posicionamentos políticos ideológicos, intervenção capitalista e políticas públicas educacionais sobre o trato da temática de inclusão de estudantes egresso ao ensino superior, e para tal iniciativa foram apresentados diversos períodos e momentos históricos do Brasil, desde seu descobrimento no ano de 1500 até os dias atuais (2013), envoltos de conjunturas sócio-político-econômicas, onde a saúde, a assistência, a habitação, o lazer, a cultura e outros direitos sociais foram afetados de forma direta, influenciando na vida da maioria da população brasileira.

O objetivo de fazer com que se pense na política educacional de acesso ao ensino superior e os meios legais para essa concretização é ensejo de intelectuais de diversas áreas, e o assistente social sendo um profissional capacitado e com um compromisso ético-político profissional voltado para o trabalho nas políticas públicas sociais, torna-se ator privilegiado na discussão, reflexão e atuação sobre essas políticas.

Conforme o Código de Ética do Assistente Social, Resolução CFESS nº 273/93, Artigo 4º são competências do Assistente Social:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

Assim o Assistente Social necessita pesquisar, avaliar, identificar, propor, intervir e garantir o acesso a direitos sociais para a população, conforme determinação e legislação do Código de Ética da Profissão e desta maneira contribuir com a participação dinâmica e ativa na construção de uma sociedade com justiça e equidade social, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da construção cotidiana do Projeto Ético Político do Serviço Social.

A educação, em todas as instâncias da formação do sujeito social, ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante (técnico) e ensino superior, têm por objetivo e princípio o pleno cumprimento da função social de formação e de ação promotora de mudança no quadro societário que determina as condições de vida das pessoas.

Os atores sociais desse contexto, dessa temática, devem por meio do trabalho, da pesquisa e da atuação profissional, juntamente com a população usuária dos serviços públicos, discutir, debater e propor políticas públicas sociais que atinjam e referendam a construção de um país verdadeiramente democrático e republicano, onde a coisa pública (direito de todos) seja realmente cumprida e respeitada.

Através dessa pesquisa visualizou-se que o PROUNI, como política pública social de inclusão de estudantes egressos do ensino médio ao ensino superior, foi eficaz em seu propósito de inclusão de um considerável contingente de estudantes nas cadeiras universitárias nos Estados do Brasil, de modo particular no Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Volta Redonda, no Centro Universitário Geraldo Di Biase, contudo faz-se necessário avaliar o uso do programa como financeirização do capital, haja vista, o considerável valor financeiro envolvido nessa iniciativa.

Essa reflexão e análise tornam-se contraditórias, principalmente para o Serviço Social, na discussão do acesso ao ensino superior, devido à contrariedade do direito constitucional de igualdade de acesso e universalização a direitos sociais a utilização de

condicionalidades propostas pelo PROUNI para esse acesso, o que inclui uma grande parcela da população de estudantes e ao mesmo tempo excluem outros tantos do direito à educação superior.

Necessárias e não suficientes, essa discussão e reflexão devem constantemente procurar e buscara concretização de políticas públicas sociais de acesso ao ensino superior de forma igualitária e com equidade para todos os brasileiros, todavia, não desmerecendo e nem colaborando para o cerceamento das iniciativas atuais de inclusão, pois, mesmo não as considerando a solução para o acesso ao ensino superior, torna-se oportunidade de desenvolvimento cognitivo e social para muitos indivíduos historicamente marginalizados e excluídos pelo sistema vigente.

A formação acadêmica e a prática no cotidiano profissional do assistente social são objetivação e concretização de intervenções e propostas de políticas públicas para a conquista da cidadania plena, proporcionando e contribuindo para a efetivação da “Justiça Social” em nosso país.

Assim, essa proposta de pesquisa tem por finalidade principal debater, refletir e indagar o Serviço Social em sua função de ator privilegiado no contato com a população marginalizada assumindo o compromisso e o posicionamento em favor da constituição da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, segundo os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFESS nº 273/93).

Por fim essa pesquisa não possui o caráter de ponto final para uma reflexão acadêmica e sim um meio para ampliar o interesse por mais discussões e avaliações das políticas públicas sociais e o anseio de propiciar o aumento e a melhora do acesso a educação superior a todos os brasileiros sem distinção de classe social, raça, gênero, ideologia religiosa ou política, ou seja, uma sociedade constituída no respeito e no direito social. Contribuindo para a vigência da cidadania plena.

CM19

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da apresentação do trabalho, no qual objetivou identificar o significado da família e do Serviço Social para o preso, verificou-se que a família é indispensável no processo de institucionalização e reintegração desse cidadão, bem como o profissional de Serviço Social, que busca desenvolver seu trabalho no âmbito prisional em benefício aos direitos humanos desses presos e familiares orientando-os sobre seus direitos e deveres enquanto seres humanos e preparando-os para seu retorno à sociedade.

Chegamos a esta conclusão devido ao resultado das entrevistas e questionários aplicados, que deixaram bem claro que mesmo quando existem conflitos familiares, a família é necessária, pois atua como principal parte nesse processo.

Neste sentido, vale ressaltar que a família é um dos mecanismos de maior importância na reintegração dos presos e no seu processo reparatório para a sua reinserção na sociedade.

Através desses dados conseguidos na pesquisa, podemos ainda perceber que a articulação do profissional de Serviço Social com os familiares dos presos, quando bem executadas, ou seja, quando ambas buscam desenvolver da melhor forma sua contribuição durante a institucionalização, o preso pode criar novas perspectivas para o futuro e enfrentar todas as formas de exclusão social, que podem acontecer no momento em que este voltar a ter sua liberdade.

Assim salienta “B”:

Quando eu sair daqui, quero trabalhar, ser um cidadão correto e dar um futuro melhor para minha família que é meu apoio nesse momento tão difícil da minha vida. Sem a minha família não sei o que seria de mim. Quero também conquistar novamente a confiança da sociedade, e viver como uma pessoa normal. (B, 2011)

Diante dessa fala, podemos salientar que o preso antes de tudo é um ser humano, que também tem o direito natural de viver em sociedade, de retomar sua vida normalmente após ter cumprido sua pena, pois para a sociedade o preso se torna uma pessoa à parte e por ter sido preso perde toda sua dignidade humana.

Os direitos humanos devem ser respeitados em qualquer circunstância, pois a única coisa que o homem perde quando é condenado é a liberdade, não sua dignidade como ser humano e seus direitos fundamentais.

Por tudo isso, deve-se mediar políticas voltadas para a família dos presos como forma de apoio para sua reintegração, já que ela é o centro de tudo, em qualquer situação. A família é a primeira sociedade em que o indivíduo participa, ou seja, é seu apoio, nela o preso confia e divide suas angústias e aflições. Assim, ela é a base para o preso alcançar uma nova vida, mas ela também deve acreditar na recuperação do seu familiar, apoiar e principalmente dar amor, pois quando o preso se sente seguro diante da sua família, também sustenta forças para caminhar para outros grupos.

Conforme Gueiros (2005), "a noção de convivência familiar difere de uma camada social para a outra, posto que organização da família se realize a partir da articulação com a estrutura social" (GUEIROS, 2005, p. 118)

Quanto à assistência social, coloca-se como uma ferramenta para atender as mais significativas necessidades dos presos, contribuindo também para inseri-lo novamente a sociedade e ainda explorando questões na qual os presos e seus familiares desconhecem.

Esta pesquisa, portanto, implica na necessidade que o preso tem de se relacionar com o seu familiar no âmbito prisional como forma de incentivo para sua reintegração, bem como a participação do assistente social como mediador dos seus direitos.

Para tanto, faz-se necessário que sejam estabelecidas políticas públicas penitenciárias, objetivando mediar a relação família-presos-Serviço Social para que de fato possa vir a acontecer esse processo de reintegração social, uma vez que esta ainda não existe e são aleatórias nas unidades prisionais

CM20

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto ao longo desse trabalho, a questão do Acolhimento Institucional foi marcada durante muito tempo por violações de direitos, privando a criança e ao adolescente do direito ao convívio social e comunitário, seguindo padrões hierarquizados e paternalistas que implicaram em grandes prejuízos a essa parcela da população.

Contudo, houve um grande avanço na legislação, que possibilitou mudanças significativas no trabalho envolvendo a questão do Acolhimento Institucional. Esses avanços se referem a dar a criança e o adolescente que se encontra nessas condições de risco social e pessoal, o atendimento digno e a proteção necessária possibilitando o seu pleno desenvolvimento, respeitando a sua condição de sujeitos de direito e a preservação da sua individualidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) como foi exposto, vem com suas propostas de alterações e desdobramentos no que diz respeito ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, com vistas a buscar uma melhor compreensão da política para a área. Destaca-se ainda, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que visa à valorização da instituição familiar, por meio de diretrizes, metas e ações relativas à garantia da convivência familiar e comunitária.

A partir destes documentos, pode-se constatar que a política de atendimento a criança e ao adolescente propõe que o Acolhimento Institucional seja uma medida excepcional que deve ocorrer quando os mesmos tiveram seus direitos violados, pelas mais diversas situações e, por isso, necessitam ser temporariamente afastados da convivência familiar. Dessa forma, vieram contribuir para as crianças e os adolescentes a possibilidade da construção de um novo projeto de vida no que tange a possibilidade do retorno a sua família de origem. Isto através do trabalho de fortalecimento de vínculos que deve ser realizado tanto com a família, ajudando

esta a superar as condições de vulnerabilidade e ainda todo o trabalho que é desenvolvido com o acolhido.

O Acolhimento Institucional é pautado como um desafio, pois, apesar dos avanços na legislação, há inúmeras lacunas entre esta e a sua materialização que extrapola a própria área. Sabe-se que a violação de direitos ainda acontece, a questão da institucionalização ainda é cercada por diversos problemas e muitas mudanças ainda precisam acontecer. Sendo assim, acredita-se que o profissional do Serviço Social pode proporcionar grande contribuição na construção desse processo, pois a direção social estratégica a qual está pautada o seu projeto profissional lhe oferece subsídios de fazer essa construção crítica no sentido de dar resposta a essa demanda.

Assim, o Assistente Social deve voltar-se hoje, no enfrentamento da situação de acolhimento institucional, diante da sempre presente ameaça de um “retrocesso histórico,” para a busca da extinção da cultura da institucionalização e do assistencialismo, ainda tão presente após duas décadas de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. A desinstitucionalização, a extinção dos abrigamentos de crianças e adolescentes de forma permanente, que não reflitam uma situação transitória, de busca da reintegração familiar, seja à família de origem ou à extensa, ou a colocação em família substituta, tem que ser a principal meta do profissional de Serviço Social em atuação nessa área.

Nesse contexto, a base para atuação do assistente social no acolhimento institucional está a própria proteção integral consagrada na Lei nº 8069 de 1990, no qual está inserido o fortalecimento do princípio da desinstitucionalização, que deve ter como base o planejamento e o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem a efetivação dos direitos da criança e do adolescente de acordo com as necessidades destes e de sua família, ou, simplesmente, que contemplem o exercício da cidadania.

CM21**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As informações obtidas mediante a esta pesquisa sobre o uso de crack apontaram que as mulheres vivem intensamente a questão da dependência por tal substância ao ponto de algumas vezes se prostituírem, abandonarem suas casas e filhos, seus estudos e até se descuidarem de si mesmas para viver por intensa procura pela pedra ou rocha como é chamado o crack.

No contexto geral os prontuários analisados mostram através da pesquisa que metade das mulheres possui filhos; possuem ensino médio incompleto; todas são solteiras com uma renda familiar de até 01 salário mínimo; a maioria nunca foi detida, não respondem a processo judicial e não tem nenhum grau de envolvimento com o tráfico; são em sua maioria mulheres moradoras na região sul fluminense que não trabalham.

Não podemos deixar de esclarecer que quando se refere a uma população que vive em precariedade social passando por situações às vezes dolorosas e traumáticas num ambiente que lhes favoreça a subordinação para o acesso e conseqüentemente o uso da droga, é muitas vezes o único refúgio diante de quem se encontra em meio a tanta fragilidade para amenizar ou esquecer mesmo que por alguns momentos problema do cotidiano ou de uma vida toda.

A mídia vem se mobilizando para mostrar a realidade do aumento do crack que vem se intensificando em nosso país nestes últimos anos. Após ter sido disseminada por

traficantes que talvez não tivessem clareza de seu poder destrutivo em curto prazo, mas conheciam o lucro que podiam gerar por ser um produto de baixo custo e a forte dependência que o crack causa, fazendo com que o usuário volte muitas vezes para consumir a droga. Salientamos que compete aos nossos governantes investirem e intervirem com mais seriedade diante de tal assunto diante da gravidade do mesmo sob o controle e anuência da sociedade civil organizada.

Considerando todos esses aspectos abordados fazemos através desse trabalho de conclusão de curso um chamado às instituições. Primeiramente que seja elevado o número de assistentes sociais que atuam nesse ramo de atividade face às demandas observadas na instituição que deixam de ser atendidas e que pode contribuir para o processo de evasão das residentes.

Que haja uma maior interação entre as instituições de atendimento aos dependentes químicos com o poder judiciário no sentido de promover treinamento e capacitação aos assistentes sociais e estagiários. Promovendo uma efetiva interação do Serviço Social como profissão instrumentalizada, sendo creditado a isso a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A valorização do profissional de Serviço Social é uma questão que deve ser tratada com atenção. Afinal somos os profissionais de ponta capazes de formular e atuar em políticas públicas. Esse trabalho ainda que singular, é um exemplo de que de posse de instrumentos adequados á realidade social pode ser apreendida e da mesma forma transformada. Temos fôlego para agir e espaços a conquistar.

CM22

5 CONCLUSÃO

Nesse trabalho, procurou-se realizar uma pesquisa em torno da gravidez na adolescência, público do qual tive contato no CRAS onde fui estagiária de serviço social. Para tanto, foi analisado a sexualidade na adolescência, um período de transformação tanto no aspecto físico, através de mudanças do corpo, como também no aspecto psíquico. É uma fase em que o jovem se depara com problemas, dúvidas, sentimentos, os quais ainda não sabem lidar. O papel da família é muito importante na formação dos jovens, e é imprescindível que haja diálogo sobre todos os assuntos, inclusive a sexualidade e suas consequências.

No Brasil existem políticas públicas em relação à sexualidade, que são esforços do Estado na busca de soluções dos problemas enfrentados pelas pessoas e comunidades. As políticas públicas possuem um papel estratégico para atender os problemas da população, de acordo com as necessidades que surgirem. São metas, planos e ações traçados pelo governo com intuito de trazer o bem estar à sociedade.

Essa monografia se ateu às políticas de assistência social em vista do campo de estágio em que a pesquisadora atua e da pesquisa empírica a ser realizados no CRAS - Centro de Referências de Assistência Social, administrado pela Secretaria Municipal de Ação Social de Volta Redonda (RJ), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social, do governo federal. Foram citados como políticas publicas a Lei n.º 8.742/93, SUAS, CRAS e CREAS.

O presente estudo teve como objeto a gravidez na adolescência, e com o auxílio do projeto Nascer Feliz que foi criado em julho de 2007 para auxiliar gestantes da cidade de Volta Redonda, interior do Rio de Janeiro. O objetivo do projeto é atender gestantes em situação de vulnerabilidade social, para que tenham uma qualidade de vida e bem estar dela e consequentemente do bebê.

Foi realizada pesquisa de campo no CRAS Belo Horizonte, região periférica na cidade de Volta Redonda, através de entrevista com três adolescentes gestantes e duas técnicas que trabalham no CRAS, e foi verificado que as gestantes adolescentes, na maioria das vezes, deixam de estudar e possuem renda muito baixa, e que normalmente, possui um histórico familiar semelhante como se fosse um ciclo, o qual suas mães engravidaram muito jovens e o problema vem se repetindo.

O maior desafio e o objetivo da profissão de assistente social é promover ações favoráveis à melhoria das condições de vida, saúde e nutrição de população, que é um trabalho que vem sendo feito e vem dando certo na medida do possível e das limitações que o projeto impõe. No caso específico do projeto do CRAS, promover as gestantes e aos bebês uma qualidade de vida, pois se encontram em situação de extrema pobreza e necessitam a integração de recursos do governo municipal voltados à melhoria de acesso a alimentos saudáveis e aos meios de promoção social. Não é possível ver a efetividade do projeto no que diz respeito às limitações da renda *per capita* das gestantes, o tempo mínimo de moradia no município ou o intervalo mínimo entre as gestações são critérios que limita o atendimento as gestantes que realmente necessitam. Com isso, muitas famílias ficam sem o atendimento.

As gestantes que participam do projeto por que se encaixaram no perfil, são auxiliadas de maneira efetiva. Isso pode ser visualizado devido aos bebês saudáveis que nascem e até a saúde adequada das gestantes. Porém, em regra, a família deixa de ser atendida pelo projeto após 6 meses de vida do bebê, e é possível perceber que as famílias continuam passando muitas dificuldades ainda. O maior problema encontrado pelo CRAS é que muitas gestantes acham que o projeto é uma ajuda, um vies clientelista pelo fato de muitas delas só receberem e não participarem das atividades do CRAS. É como se o Estado tivesse fazendo um favor a elas, e isso dificulta bastante o atendimento. Para melhorar essa situação, as gestantes deveriam realizar algum tipo de trabalho adequado a sua condição de gestante, com isso ajudaria outras pessoas e perderiam um pouco dessa visão clientelista que possuem.

Contudo, o estudo realizado pode contribuir para que haja mudanças nas limitações que o projeto impõe, a fim de atender um número maior de gestantes carentes. Deveria ser um projeto mais amplo, que absorvesse mais essas gestantes, que tivesse uma dinâmica e pedagogia maior, que tivesse correlacionado efetivamente as oficinas do CRAS, pois por ser um programa articulado com outra Secretaria acaba a gestante recebendo apenas o benefícios

que tem direito, sem a participação ativa dessas gestantes, um melhor acompanhamento, onde também seria necessário uma equipe maior tanto da saúde quanto da assistência.

CM23**CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Buscou-se com este estudo levantar uma discussão sobre a realidade de vida dos adolescentes atendidos pelo CRIAAD, e que respondem a Justiça pelo envolvimento com atos infracionais e cumprem medida socioeducativa de semiliberdade.

Foi uma grande conquista com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direito, e ainda falando dessa perspectiva, é preciso nos perguntar como esses direitos refletem na vida daqueles que cometem ato infracional.

O presente trabalho procurou mostrar que não basta apenas reconhecer direitos, é preciso que estes sejam efetivados. Estamos vivendo em um clima social que potencializa a violência, existem milhões de crianças e adolescentes que vivem privados dos direitos inerentes à infância e à juventude como consequência da trágica organização econômica, política e social do país. Tais problemas, somados com meios violentos e discriminatórios utilizados pela política de segurança pública constituem a gênese do problema do adolescente autor de ato infracional.

O adolescente não nasce infrator. Por isso ter o cuidado de não julgá-los, pois este ao chegar nesta condição, normalmente, já teve algum de seus direitos violados. Deste modo não podemos apenas, culpabilizá-los. Pois, se é dever do Estado garantir que os direitos sejam

efetivamente assegurados, ele se torna também negligente, um “infrator” por não fazê-los valer.

Partindo desse princípio, vê-se necessário cobrar das instituições e dos profissionais envolvidos na questão, trabalhar procedimentos essenciais para que o adolescente em conflito com a lei tenha acesso a políticas públicas, e buscar as articulações e o envolvimento com outros setores para assegurar os direitos constitucionalmente garantidos.

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente a criança e o adolescente deixaram de ser um indivíduo isolado na sua realidade e na sociedade e se tornou parte dela, gozando de direitos como o de não poder ser responsabilizados penalmente por atos infracionais, mas sim receber medidas de caráter protetivo e socioeducativo. O papel do profissional envolvido nessa problemática é de contribuir com o processo, tendo uma visão crítica e uma ação interventiva, que possibilite ao adolescente acesso aos direitos e o direcionando-o à sociedade em geral para que este torne conhecimento de sua responsabilidade social.

Ao fazermos uma reflexão sobre este estudo, podemos observar que o CRIAAD, que funciona como unidade de atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade, tem como preocupação a reinserção destes adolescentes no seio familiar e na sociedade, já que muitos desses adolescentes quando chegam ao término de seu cumprimento de medida socioeducativa, encontram dificuldades para se reintegrar no âmbito comunitário e familiar, pois ainda existe o preconceito por partes de muitos, e fica a dúvida de que estes adolescentes continuarão tendo acesso à escola, lazer, esporte, convivência comunitária e profissionalização.

O CRIAAD no Estado do Rio de Janeiro possui dezessete unidades, têm como meta oferecer as oportunidades preconizadas pelo ECA, SINASE, DEGASE, e outros órgãos que garantem os direitos dos adolescentes. Estes dispositivos funcionam como órgãos que contribuem para os desenvolvimentos destes adolescentes, embora ainda existam muitas dificuldades para a execução deste processo na vida destes adolescentes quem entram em conflito com a lei.

Neste âmbito, acredita-se que seja necessário salientar a responsabilidade do governo e cidadãos de um modo geral na educação de crianças e adolescentes para que estas possam

crescer em um meio que inspire confiança no futuro e nas relações interpessoais e almejem crescer e prosperar.

Diante deste contexto, fica a sugestão para novos estudos a cerca da temática, principalmente no que se refere às medidas destinadas a esta população específica, visando ampliar e melhorar o tratamento dispensado a estes jovens.

CM24

seja por questão de discriminação, seja por questão de descaso do poder público para com a sua retomada ao mercado e á vida em sociedade.

Por fim, fez-se uma análise do acórdão do STF que diz respeito ao Julgamento do Mensalão, demonstrando um exame crítico da aplicação errônea pelo Supremo dos dispositivos da Constituição da República.

Em virtude de tudo o que se apresenta, o tema analisado necessita de uma significativa alteração no sentido de proporcionar não só um tratamento adequado a quem tem a aplicação da medida em cada modalidade de condenação criminal, mas também ter assegurado um maior valor que busca o direito, qual seja, a justiça.

CM25

6 - CONCLUSÃO

Pelo exposto, formula-se as conclusões acerca da relação entre o direito à Segurança Pública e à Privacidade, na sociedade moderna, tendo por fundamento a teoria geral dos direitos fundamentais e a teoria da colisão.

Os direitos fundamentais se prestam a realizar, notadamente, dois objetivos precípuos, quais sejam: o de promover a dignidade da pessoa humana e o de limitar o poder estatal. Os Direitos Fundamentais têm prevalências sobre as demais normas de Direito porque a Constituição assim o definiu.

O presente estudo trouxe o questionamento do conflito entre o Direito Fundamental à Privacidade e o Direito Fundamental à Segurança Pública. Ante a necessidade de segurança imposta pela sociedade e o dever do Estado de prestar Segurança Pública, como ficam resguardados os direitos invioláveis à privacidade e qual dos direitos fundamentais deve prevalecer.

Pela Teoria da colisão, ocorrendo colisão de Direitos Fundamentais haveria a necessidade de um exame de preponderância entre os Direitos Fundamentais colidentes e, após este exame de preponderância, um dos Direitos Fundamentais colidentes seria considerado “mais importante” em detrimento do outro Direito Fundamental considerado “perdedor”.

No entanto, apesar de na situação fática se reconhecer a aplicação do Direito Fundamental “vencedor”, o Direito Fundamental “perdedor” não sofre um esvaziamento completo em virtude de seu “núcleo essencial”. O que se pode observar é que na situação fática e individual houve um pleno esvaziamento do Direito Fundamental perdedor, mas seu “núcleo essencial” está intacto.

Um exemplo de Direito Fundamental tolhido seria a liberdade de iniciativa, prevista no sistema brasileiro desde o art. 1º da CRFB/88, ante ao Direito Fundamental de proteção ambiental que determina uma série de limitações.

Com relação ao conflito entre o Direito Fundamental à Privacidade e o Direito Fundamental à Segurança Pública, o Estado pode intervir na liberdade individual, notadamente no direito à privacidade, em benefício do interesse público, aplicando restrições à vida particular, desde que legítimas, observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

A privacidade, sem dúvida, é um valor protegido por normas do Mundo Democrático, mas a proteção das pessoas, além de direito, é obrigação basilar do Estado. A utilização da vigilância através de câmeras de vídeo monitoramento deixa a sensação de que, atrás deste “olho mágico” o Poder Público está cuidando de nossa liberdade de ir e vir, de nosso patrimônio e de nossa vida.

O monitoramento da atividade marginal, através de dispositivos dessa espécie, tem contribuído, inquestionavelmente, para a redução do número de crimes praticados nos locais onde é feito. O atendimento de ocorrências policiais ficou mais fácil, mais ágil, com salvamento das imagens do fato, identificação precisa dos agressores, ajuda de dispositivos de ampliação de tela ou uso de lentes de aproximação do tipo “zoom”, comunicação imediata – via telefonia celular ou rádio comunicação – entre a equipe de monitoria e os agentes de campo, possibilitando ação policial rápida e eficiente.

A cidade de Volta Redonda tem se utilizado dessa ferramenta amplamente para promover a segurança de sua população, com destaque para 60 câmeras de vigilância, registrando o comportamento da população diariamente. No CIOSP - Centro Integrado de Operações e Segurança Pública de Volta Redonda, podemos observar a agilidade e funcionalidade do trabalho integrado entre corpo de bombeiros, guarda municipal, polícia militar, defesa civil e central de ambulâncias. O vídeo monitoramento tem ajudado a diminuir consideravelmente os crimes na cidade.

O índice de crimes em Volta Redonda diminuiu consideravelmente. Segundo informações levantadas pela polícia, no primeiro trimestre foram 24 homicídios e 61 roubos em rua. Já no segundo trimestre, os casos caíram para 17 e 43, respectivamente. Uma diminuição de 32% e 29,5%. O delegado titular da 93ª DP, Antônio Furtado, ressaltou que entre as principais estratégias de combate e inibição aos atos criminosos estão a intensificação de policiamento, o trabalho em conjunto das polícias, o trabalho de inteligência e análise de vídeo monitoramento.

Pesquisas no Reino Unido, local que concentra o maior número de câmeras de vigilância por habitante (uma câmera para cada 14 pessoas), demonstram que a maioria dos cidadãos não se incomoda em ser monitorada e, ao contrário, é favorável à instalação de

mais câmeras, se sentindo mais seguras. Por outro lado, há pessoas que se sentem profundamente incomodadas e invadidas, com seu direito à privacidade violada, ao serem monitoradas. No Brasil, ao captar a imagem de alguém, o responsável deve preservar os dados captados, pois a disponibilização indevida gera consequências jurídicas.

Comprovado está que o mecanismo do vídeo monitoramento é eficaz e reduz a criminalidade; que o Estado pode intervir na liberdade individual, notadamente no direito à Privacidade, somente em benefício do interesse público, aplicando restrições à vida particular, desde que legítimas, observado os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

É verdade que os sistemas de vigilância por vídeo monitoramento não resolvem os problemas desde a raiz, mas não deixa de ser uma alternativa, desde que utilizado de forma correta e em conjunto com outras medidas para não possa agravar ainda mais o problema, violando o direito à privacidade e dando uma falsa ideia de segurança.

CM26

Por derradeiro, foi possível constatar que o legislador, embora tenha suprimido o livro específico do processo cautelar do projeto do novo CPC (ressaltando-se o rol das cautelares nominadas, já consagradas pela doutrina e jurisprudência), propõe um processo (procedimento) cautelar mais sumário e dinâmico, adaptado à nova realidade social, por meio do qual o Estado poderá atender às demandas de maneira mais célere (ou menos morosa), sem prejuízo da garantia constitucional da Segurança Jurídica.

6. CONCLUSÃO

Desta forma, como demonstrado as medidas de urgentes, especialmente as medidas cautelares que são o tema do presente trabalho remontam ao direito romano, sendo seu surgimento diretamente ligado à tentativa de prevenção do perecimento de um possível direito ameaçado ou com o risco de ser arruinado, ou, ainda, como procedimento preventivo à ineficácia da prestação da tutela do Estado.

As medidas cautelares não encontram um fim em si mesmas, sendo fundadas sob o princípio da provisoriedade, dentre outros, são instrumento de um processo principal, podendo ser requeridas de modo antecipatório ou incidental, observando a situação que de fato envolve o direito ou processo a que se pretende tutelar.

Dentre as possibilidades de prestação de medidas cautelares previstas no Processo Cautelar, exibidos no Livro III do Código de Processo Civil em vigência, temos as cautelares nominadas ou típicas, as quais estão alocadas em rol plenamente elucidativo, ante a impossibilidade de o legislador prever tutelas específicas para cada caso concreto e as cautelares inominadas ou atípicas, as quais podem e devem ser prestadas pelo magistrado por força do poder geral de cautela, o qual permite, por meio de ato discricionário do juiz, a adoção de medidas necessárias a conservação do direito ou garantia da efetividade do processo.

Para sua concessão, é necessária a comprovação da existência do *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) e do *periculum in mora* (perigo na demora efetivação da tutela), sendo estes requisitos necessários para concessão de tutela de urgência cautelar no Estado Democrático de Direito.

Ressalte-se, que as medidas cautelares não têm o condão de colocar fim à lide da qual sejam instrumento, pois dentre suas principais características estão a provisoriedade, a revogabilidade e a inexistência de coisa julgada material, sendo, atualmente, impossível que o juiz reconheça definitivamente, na ação cautelar, o direito sob o qual se funda a lide, ressalvados os casos de prescrição ou decadência, os quais, se reconhecidos, permitem a extinção tanto da cautelar quanto da ação principal.

Contudo, devido à constante evolução da sociedade, bem como o surgimento de novos direitos e prerrogativas aos jurisdicionados, há constante necessidade de adequação da norma jurídica processual a fim de que, de modo célere e seguro, por procedimentos cada vez mais sumários, seja prestada a tutela jurisdicional, principalmente no que diz respeito à tutela de urgência cautelar, a qual desempenha a função de tutela de segurança no ordenamento jurídico.

Assim sendo, com vistas à evolução do Direito, principalmente na seara processual, foi proposto a uma comissão de juristas que elaborasse um anteprojeto (e hoje projeto) de lei com a finalidade de instituir um novo Código de Processo Civil, que permita combater a morosidade na prestação da jurisdição, ante a inumerável quantidade de ações ajuizadas.

Contudo, dentre as várias mudanças, merece significativo destaque a supressão do livro do Processo Cautelar do projeto do novo CPC, sendo adotado no projeto da nova lei processual um procedimento único para concessão de tutelas de urgência, quer preventivo-assecuratórias, quer satisfativas. Assim, tanto a tutela de urgência cautelar quanto a antecipação dos efeitos da tutela, quando positivado o CPC ainda em projeto, terão um rito padronizado para sua concessão, ressalvadas as particularidades inerentes a cada medida. Tal disposição está prevista no Título IX do PL nº 166/10.

Ante tais possibilidades, passamos ao estudo do tema deste trabalho a fim de analisarmos a norma vigente e aquela que se pretende adotar, tendo como objetivos comparar as disposições procedimentais referentes às normas vigente e vindoura, bem como constatar se a norma que se pretende adotar permitirá ao Estado-juiz conceder a tutela de urgência cautelar em procedimento mais célere, eficaz e seguro.

Neste sentido, analisamos o projeto do novo CPC, onde pudemos constatar que os juristas responsáveis por sua elaboração se valeram de toda sua experiência profissional para

criarem um procedimento sumaríssimo e simplificado para concessão da tutela de urgência cautelar.

Dentre as marcantes inovações, ressaltamos a inserção da estabilidade dos efeitos da tutela cautelar concedida (a qual não fará coisa julgada, mas será afastada somente por decisão que a revogue, prolatada em ação aforada por uma das partes), a possibilidade de satisfatividade do direito material no procedimento cautelar (caso não haja impugnação dentro do prazo legal) e a ampliação do poder geral de cautela, concedendo ao juiz a possibilidade-obrigação de prestar a tutela de urgência requerida, antecipatória ou incidentalmente, de modo que deverá adequar a tutela cautelar a ser prestada em face do caso que lhe seja apresentado.

Contudo, devido a uma maior abrangência do poder geral de cautela, surge a necessidade de se aferir se haverá segurança jurídica na prestação jurisdicional, uma vez que, sendo o poder geral de cautela caracterizado pela discricionariedade, poderia haver risco de abuso de poder por parte dos juízes.

Desta forma, contrastando o CPC vigente e o projeto do novo CPC à luz do Texto Constitucional, constatamos que a norma processual civil que se pretende adotar poderá oferecer ao jurisdicionado, por meio daquilo que se chamará tutela de urgência cautelar e satisfativa, uma prestação jurisdicional ainda mais segura do que a havida no atual procedimento cautelar, atendendo mais fielmente ao disposto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição República. Tal afirmação é corroborada pelas próprias disposições normativas inseridas no PL nº 166/10, por meio das quais transcende a intenção do legislador em proporcionar ao jurisdicionado uma tutela cautelar ainda mais rápida e segura, por meio de rito dotado de maior sumariedade, garantindo que o Estado-juiz conheça e coíba rapidamente o perigo ou a ameaça de lesão sobre seu direito, bem como a efetividade do resultado do processo, o que fortalecerá cada vez mais o Princípio da Segurança Jurídica dentro do Estado de Direito.

Ressalte-se ainda que, até o momento, não há objeções no projeto do novo CPC que possam impedir que os demandantes, futuramente, requeiram tutela de urgência cautelar valendo-se de formas já firmadas, como arresto, sequestro, caução, etc. Assim, poderão valer-se das previsões feitas no rol das tutelas cautelares nominadas do atual para requerer aos magistrados, por meio de forma inominada, a concessão dos efeitos da tutela cautelar pretendida.

Por derradeiro, foi possível constatar que o legislador, embora tenha suprimido o livro específico do processo cautelar do projeto do novo CPC (ressaltando-se o rol das cautelares nominadas, já consagradas pela doutrina e jurisprudência), propõe um processo (procedimento) cautelar mais sumário e dinâmico, adaptado à nova realidade social, por meio do qual o Estado poderá atender às demandas de maneira mais célere (ou menos morosa), sem prejuízo da garantia constitucional da Segurança Jurídica.

CM27**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa buscou investigar a atual classe C, quanto a sua ascensão e perfil de consumo, desenvolvendo um estudo sobre como esses hábitos vêm se alterando nos últimos anos a fim de estimar como serão para o ano de 2020. Para melhor enxergar essas modificações, buscou-se investigar o setor automobilístico brasileiro visto suas modificações e representatividade na economia do país nos últimos anos.

Identificou-se o consumidor como o indivíduo que tem uma necessidade ou desejo que os supre por meio do processo de aquisição, seja por meio de troca ou compra. E, ainda, que os principais fatores que apresentam uma maior influência neste processo podem ser divididos em Culturais, Sociais, Pessoais e Psicológicos. E, além desses, identificou-se que o consumidor se preocupa, primeiramente, em atender suas necessidades vistas como de sobrevivência, para depois então buscar sua auto-realização.

Constatou-se que essa nova classe C, composta por pessoas vindas das classes D e E são as principais responsáveis pelo crescimento das vendas no país. Destaca-se que os ocupantes dessa classe são as famílias que possuem renda entre R\$ 1.400,00 e R\$ 7.000, possuindo a maior parte do poder de compra do país.

Outra característica importante dessa classe, investigado por este trabalho, é como está o comportamento de consumo destes, o qual foi visto que se encontra em uma mutação desde sua ascensão. Destacando como tendências para consumo futuro, fatores relacionados à idade, renda, questões sócio-ambientais, tecnologia, praticidade e especificidades de nichos.

Verificou-se ainda que o consumidor de automóveis tenderá a demandar veículos com motor mais fortes, rejeitando os carros 1.0, optarão por modelos bicombustíveis (*flex fuel*). Além de existir uma tendência forçada não só pelas novas preocupações dos consumidores, mas por

campanhas governamentais, que levarão a um aumento de automóveis que darão mais atenção à questões relacionadas ao meio ambiente.

Para dar continuidade no presente trabalho, sugere-se uma pesquisa mais detalhada sobre o consumo de automóveis da classe C, buscando dados específicos sobre as preferências a respeito dos opcionais dos veículos, como ar-condicionado, sistemas elétricos de acionamento dos vidros, direção hidráulica entre outros itens de conforto. Ou se estes consumidores estão mais preocupados com os itens de segurança como *air-bag*, sistema de freios mais seguros, entre outros. Tal pesquisa mostrará tendências mais específicas desta nova camada da população e, possivelmente, possibilitará o setor automobilístico direcionar seus investimentos de acordo com as preferências demandadas. Outra sugestão seria investigar qual é a influência desse novo consumidor nos preços praticados pelas montadoras, para com isso averiguar se o aumento desses é relativo ao aumento da demanda dessa nova classe.

CM28

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, o planejamento de uma matriz energética bem estruturada tem por finalidade instituir uma política de desenvolvimento que, em suma, deve satisfazer um duplo requisito: confiabilidade e baixo custo. A confiabilidade estará entendida no sentido de assegurar um suprimento confiável da carga, mesmo considerando o seu crescimento previsto de consumo. O custo baixo tem o intuito de atingir a redução dos custos de investimento e de operação, assim como a permanência dos serviços prestados. Estes requisitos devem ser alcançados sempre que estejam estimadas as limitações sociais, financeiras, políticas, geográfico-temporais e ambientais. Com isto, coloca-se em evidência, o fato de que o planejamento de uma matriz energética bem estruturada pode ser entendido como o auxílio aos tomadores de decisões, através da avaliação do maior número possível de alternativas, com a finalidade de que permitam enfrentar de fato o futuro.

Podemos notar que a energia elétrica é de extrema importância para o desenvolvimento e crescimento de um país, porém para manter uma matriz energética brasileira bem estruturada é necessário passar por uma fase de transição devido uma crescente necessidade por complementação da geração hídrica por fontes de energia capazes de gerar eletricidade de forma eficiente e limpa durante os períodos de seca. É importante lembrar que o ajustamento da matriz, tem o intuito de reduzir os entraves ao desenvolvimento, referentes à energia mal distribuída devido a cortes programados e/ou blecautes.

Porém para promover uma complementação saudável e sólida de maneira a ser sustentável se faz necessária a complementação da matriz por diversas fontes, de preferência limpas e renováveis, afim de manter uma matriz mais flexível diante de aspectos como, períodos de seca, crises econômicas, matrizes baseadas em recursos escassos ou limitados, fenômenos naturais, dentre outros aspectos.

Um dos meios mais limpos e sustentáveis para a complementação da matriz energética seria a inserção mais positiva da energia eólica, devido ao grande potencial do território brasileiro, devido à extensão territorial e a geografia diversificada, sendo extremamente favorável a adaptação desse tipo de geração em algumas regiões do país.

Outro seria a utilização do biodiesel e do álcool, em maior escala, apresentam grande potencial dentro deste setor, já que são considerados como opções interessantes, pois podem proporcionar a redução da poluição do ar, habilitam as entidades a pleitearem os recursos oriundos de créditos de carbono e são de importância estratégica, sendo considerados substitutos dos hidrocarbonetos fósseis. Esses bicompostíveis, portanto, aparecem no centro das importantes discussões atuais, não apenas por causa das vantagens econômicas e estratégicas, mas porque suas produções e seu comércio podem trazer benefícios significativos também na esfera social.

CM29**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O crescimento econômico do país está associado a elementos incentivadores de poupança e sua alocação eficiente em investimentos, dessa forma o mercado acionário contribui para esse crescimento na medida em que intermédia as necessidades dos agentes poupadores com os investidores, criando as melhores alternativas e direcionando-as da melhor forma possível, aumentando os recursos para investimentos produtivos e incentivando a formação de poupança.

Além disso, de acordo com uma dada taxa de poupança em relação ao PIB, o mercado acionário proporciona um nível mais elevado de investimentos, reduzindo recursos das reservas não produtivas, e retiram das empresas a dependência de recursos próprios para otimizar a escala de produção e tecnologia utilizada.

No entanto, diante de um passado com altas inflações, o governo adota medidas para controlar essa taxa de inflação e uma das medidas monetárias adotadas é manter uma elevada taxa de juros, porém essa medida segurar o crescimento e prejudica o fortalecimento do mercado acionário, uma vez que com juros altos, os investidores preferem aplicar seu capital em ativos que tenham rentabilidades atreladas a taxa de juros.

Outro entrave do mercado de ações é os altos custos inerentes à abertura de capital de uma empresa, os custos ligados à abertura de capital podem ser significativamente diferentes de empresa para empresa em função do grau de organização interna antes da abertura. Além do custo de abertura de capital, as companhias também possuem os custos inerentes à manutenção da empresa na Bolsa.

Dessa forma as empresas precisam dispor inicialmente de um capital alto para entrar e permanecer no mercado acionário, o mesmo pode não ser um valor significativo diante do montante capitado e dos lucros advindos de seu investimento. O sucesso depende de empresa

para empresa, de acordo com nível de governança corporativa, planejamento e estratégia de investimento.

Outro problema no mercado acionário brasileiro é a falta de hábito da população de poupar o que não gera investimentos. Conforme estudo mais de metade da população não possui nenhum investimento, consequência de uma falta de hábito de poupar, o que prejudica muito a formação de poupança que é essencial para o crescimento do país. Apenas 3% da população investem em ações, fato que prejudica o fortalecimento do mercado acionário.

É de extrema importância a participação da maioria da população no mercado acionário, é importante quebrar a idéia de que o mercado de ações é para poucos e a educação financeira é uma excelente ferramenta para controlar os gastos podendo ajudar na realização de reservas para investimentos.

Por fim, este trabalho nos ajuda a considerar que o mercado acionário sozinho não é capaz de aumentar o crescimento econômico, porém seu funcionamento eficiente pode ajudar a alavancar o crescimento do país. Possibilidades para o desenvolvimento desse mercado existem, porém há alguns entraves que devem ser combatidas como: mais incentivos e divulgação do governo no investimento em ações; incentivos fiscais a empresas com capital aberto; educação financeira a população de todas as classes; organização e controle de projetos por parte das empresas a fim de abrirem capital e aumento do hábito de poupar da população juntamente com seu investimento em setores produtivos.

CM30

50 e 59 anos. Já no CES Paulo Freire, a maioria que trabalham são mulheres com idade entre 20 e 29 anos, não havendo alunos homens, dentre os pesquisados, com idade superior a 19 anos que trabalhem.

Este gráfico é muito pertinente ao estudo realizado, destacando-se a ideia de Freire ao criar a EJA, esta voltada para trabalhadores adultos que precisavam se integrar ao mercado de trabalhar, ao mesmo tempo em que precisavam ser alfabetizados.

Vemos que hoje, os jovens estão cada vez mais procurando a EJA, por motivos diversos já citados anteriormente, e para que este ingresso traga êxito se faz necessárias aulas mais atrativas e com conteúdos de interesse do aluno, pois este ali se encontra por decisão própria, independente do que tenha impulsionado e a escola, assim como o professor ganham um papel de grande responsabilidade, aonde o processo ensino-aprendizagem vai muito além dos conteúdos, avaliações e notas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que os investimentos na educação cresçam a cada dia, ainda há muito que ser feito em nível de educação de jovens e adultos no Brasil. A importância da EJA se percebe ao analisar o acesso a uma boa escola classes favorecidas têm e já, as classes desfavorecidas encerram os seus estudos sem finalizar devido a prioridade de trabalhar e quando adultos veem que necessitam daquele estudo que um dia foi abandonado.

Conhecer a realidade dos alunos jovens e adultos é o primeiro passo para que o professor possa propor e desenvolver os conteúdos em sala de aula. Os alunos de EJA são pessoas com experiências de vida, atuação social e profissional consolidada e guardam muitas peculiaridades que estarão presentes no dia a dia da classe e podem ser um aliado do professor na busca por um processo de ensino-aprendizagem bem-sucedido. Por isso, ser professor de EJA é conhecer o universo dos alunos jovens, entender suas expectativas e motivações e, acima de tudo, valorizar suas potencialidades.

Por meio de seu legado, o educador Paulo Freire plantou as raízes da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e como também fora dele, durante seu exílio, principalmente no Chile, e por meio de suas viagens e obras.

Não há como desassociar a esta modalidade, os frutos que se deram ao longo de toda história da EJA, relacionada ao contexto histórico que o país enfrentou. Seu método é um exemplo, por mais que não seja aplicado em sua totalidade conforme sua origem.

Isto se deve inclusive a nova clientela que tem constituído a EJA. O perfil dos alunos cada vez mais jovens ocupando os bancos escolares antes ocupados por adultos que não tiveram condições de serem alfabetizados ou por motivos diversos foram levados a interromperem seus estudos.

Com este novo perfil de alunado, algumas modificações foram realizadas acompanhando o avanço tecnológico, porém a essência do Método Paulo Freire está na conscientização. Somente um método que privilegie a ação e o diálogo seria capaz de ser coerente com os princípios que aqui se apresenta. Faz-se necessária adaptação do conteúdo previsto, e mesmo a modificação da forma pelo qual o mesmo é determinado.

A escola passa a representar fracasso à alunos repetentes e indisciplinados. Este e outros fatores estão ilustrando muito bem a crescente evasão escolar. Não se pode negar ou esquecer que a responsabilidade da boa organização e da sustentabilidade da escola é do governo. Logo, também é responsabilidade deste dar mais valor e atenção as escolas e seus alunos sejam eles de EJA ou não.

Uma das funções principais da escola, como instituição sistemática de ensino é trabalhar de forma crítica o entendimento das situações e dos fatos, e a sua espontaneidade. É fundamental que a escola suscite permanentemente a curiosidade do educando em vez de "domesticá-lo".

Os adultos possuem mais experiência que os adolescentes e podem ter acumulado uma maior quantidade de conhecimentos. No seu ritmo, podem oferecer uma visão mais ampla, julgar melhor os aspectos favoráveis e adversos de uma situação e resolver problemas com calma e criatividade.

A opção dos jovens e adultos pela educação indica a escolha de um caminho para promover o seu desenvolvimento pessoal. Eles têm uma visão de mundo influenciada por seus traços culturais de origem e por sua vivência social, familiar e profissional e muito mais próxima da experiência concreta (ver e fazer). Ao professor da EJA cabe entender que somente pelo fato de estar aberto ao processo de aprendizagem, o aluno jovem ou adulto já está predisposto à descoberta. Nas salas de aula ou nos espaços virtuais, ele irá para as aulas aberto à aprendizagem, receptivo, sensível, curioso.

Uma vez reconhecidas as histórias de vida, expectativas e potencialidades de cada aluno, o desafio do professor de jovens e adultos será trabalhar conteúdos, metodologias e questões práticas que reconheçam a rica bagagem de experiências dos seus educandos e as tomem como ponto de partida para estabelecer novas aprendizagens.

Educação não se limita a alfabetização. Para Freire, é por meio dela que o homem se liberta e se torna autor da própria história.

Não se pode esquecer a responsabilidade social de cada um. Cada indivíduo é também responsável por fazer a escola e seus procedimentos ocorrerem de uma forma coerente.

Esta modalidade se faz necessária, de modo que favoreça o respeito às peculiaridades de seu alunado, sendo esta clientela com maior diversidade e com variadas histórias de vidas que já começaram a serem escritas, antes mesmo que não fossem por suas próprias mãos.

CM31

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada pôde verificar que, para educar, a escola não precisa estar sozinha. É possível que algumas parcerias possam ser constituídas para que haja desenvolvimento integral do estudante. A escola é a instituição social criada para oferecer a instrução, desenvolver competências e habilidades para a vida e para o mundo do trabalho, sendo um direito de todos os brasileiros terem acesso a ela. Mas no mundo atual, as atribuições “cobradas” da escola ultrapassam as suas possibilidades e, portanto, necessita de colaboração de outras instâncias sociais.

Foi possível verificar que uma educação que visa o desenvolvimento integral do ser humano é aquela que o respeita em sua totalidade e que ao mesmo tempo lhe oferece condições para seu pleno desenvolvimento.

A Responsabilidade Social deve ser vista como ação voluntária das empresas que contribuem com a sociedade nos aspectos formativos e culturais. Assim, é possível inferir que o Projeto Garoto Cidadão contribui para a cultura dos jovens e crianças que dele participam na medida em que garante a eles o acesso a essa cultura através das artes e de outras linguagens que busca desenvolver.

Os projetos de responsabilidade social desenvolvidos pelas empresas podem constituir-se em bons parceiros das instâncias públicas no oferecimento de espaços de formação e de integração social do jovem em situação de risco. No caso do Projeto Garoto Cidadão, a Fundação CSN procura desenvolver atividades que promovam as práticas culturais através das diferentes linguagens junto às crianças e jovens.

É por esse motivo que neste estudo compreende-se que é benéfica a parceria entre a escola e as empresas de responsabilidade social, com seus projetos que visam à formação integral das crianças e dos jovens.

CM32

7 CONCLUSÕES

Através deste trabalho, pôde-se verificar que o estudo de uma cadeia produtiva é de grande relevância quando se pretende compreender todo processo produtivo de um determinado produto, e assim observar quais elos são mais influentes em relação aos demais.

No período de 2011, tanto o café expresso como o café tradicional proporcionaram bons resultados no varejo. As margens de comercialização dos cafés expresso e tradicional apresentaram valores bem próximos, por volta de 90%, ou seja, a margem de comercialização do produto diferenciado está próximo da margem do produto já segmentado no mercado, o que mostra o potencial desse produto. Com informações obtidas na empresa-foco, os dois tipos de cafés representam excelentes negócios. Em relação aos outros agentes, o varejo é quem fica com a maior margem.

Para indústria, a margem de comercialização obtida com a venda do café expresso representa 9,31% do valor pago pelo consumidor, e 5,47% no caso do café tradicional. Os preços dos cafés expresso e tradicional na indústria são bem diferentes em relação aos elos anteriores, principalmente em relação ao café expresso. Essa alteração no preço se refere ao processo de industrialização dos grãos.

O comércio atacadista é o menos remunerado, porque agrega pouco valor ao produto, se comparado aos agentes posteriores. O produtor rural de café expresso ficou com 2,1% do preço pago pelo consumidor. Já o produtor de café tradicional, ficou com 2,79%, ressaltando que esse valor será dividido entre vários produtores e com isso sua participação fica menor.

Enfatizando o produtor rural que leva quase três anos para produzir, sua margem é muita pequena. Para o produtor obter maior participação no preço final do

produto,, uma alternativa seria uma maior aproximação do consumidor final, via organização em cooperativas e acesso à comercializações do café. Com isso não precisariam tantos agentes envolvidos, podendo-se esses, vender direto para indústria, ou até mesmo industrializar esses produtos.

Atualmente, o mercado mundial de café valoriza muito a qualidade, pode-se citar como exemplo a Colômbia, que investe muito em qualidade e é reconhecida mundialmente por isso. No Brasil, que é mundialmente o maior produtor de café, e possui um parque cafeeiro diverso, que possibilita produzir uma grande variedade de tipos de bebidas, tais vantagens não são totalmente exploradas.

O cenário da produção de café *gourmet* no Brasil e no mundo merece atenção, todavia observa-se o seu crescimento, que está acima do café tradicional, mostrando que o setor está expandindo, sendo acessado por outras classes sociais, além das A e B.

O modo de se consumir café modificou nos últimos anos, chegando a ser até questão de status, por conta disso, o café ganhou mais atenção, tornando uma bebida mais sofisticada e valorizada. Os locais que comercializam essa bebida começaram a despertar para uma significativa mudança no setor.

Por fim, o trabalho mostrou o potencial do mercado de café *gourmet*, e com informações obtidas na empresa-foco, observou-se que nos últimos três anos, seu crescimento foi em torno de 20% a 30% ao ano. Mesmo que esse segmento seja voltado para um grupo de pessoas, esse público valoriza a qualidade do produto e está disposto a pagar mais por isso.

Como sugestão para trabalhos futuros:

- propõem-se análises separadas de cada elo da cadeia produtiva de café *gourmet*, para estudos mais detalhados desse novo segmento do setor cafeeiro;
- fazer um levantamento de custos de produção de cada elo, com isso observar a margem de comercialização, pois mesmo que a margem de comercialização apresente bons resultados, não quer dizer o setor está tendo altos lucros, e sim dados os elevados custos de produção.

CM33

6 CONCLUSÃO

Com o presente trabalho foi possível observar que o volume de 3 μ L foi suficiente para obtenção de resultados satisfatórios para inibição das bactérias *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli*.

O tratamento com o OE de orégano, quando avaliado separadamente, apresentou a melhor inibição frente aos óleos de canela e funcho.

Quando comparadas as combinações impregnadas em papel filtro, orégano puro; orégano e canela; e orégano, canela e funcho obtiveram os melhores resultados. No caso das combinações incorporadas em material para formação de embalagem ativa, apresentaram ótimo desempenho contra as bactérias analisadas o OE de orégano puro e OE de orégano e canela. Devido a concentração no material ativo ser menor 98% que a concentração impregnada no filtro houve diferenças entre os testes em papel filtro e os testes com material ativo.

Os filmes incorporados com OE de orégano puro ou OE de orégano e canela em maior destaque, porém não inviabilizando as demais combinações se mostram uma alternativa para a disponibilização no mercado de produtos com maior validade comercial e mais próximo do *in natura*, uma vez que os óleos essenciais têm potencial de utilização como substitutos de químicos sintéticos na conservação de alimentos.

Estes materiais ativos além de indicados como embalagem ativa antibacteriana podem também ser utilizados como filmes aromatizados para pizzas, pães, bolos e outros alimentos.

Além de contribuírem para uma melhor conservação de alimentos os filmes ativos poderão ser considerados uma estratégia importante e decisiva como vantagem competitiva na indústria de alimentos, que visa atender às exigências dos

consumidores, fornecendo embalagens modernas, práticas, que preservem os alimentos e sejam viáveis ambiental e economicamente.

CM34

5. CONCLUSÃO

O estudo de métodos capazes de conservar alimentos, atualmente, é de extrema importância, pois existe cada vez mais a necessidade de suprir a crescente demanda por alimentos no mundo. E o método escolhido nesse trabalho foi a irradiação de alimentos, que de acordo com os estudos realizados, é um método não muito difundido no Brasil, por ser pouco utilizado gera a falta de conhecimento técnico do assunto, o que inibe os investimentos necessários para se difundir o uso de tal método. Uma das primeiras constatações desse trabalho, foi notar essa falta de conhecimento e através dos estudos sobre o assunto esclarecer que esse é um método eficiente para tratar alimentos e pode ser utilizado em grandes escalas gerando benefícios econômicos para quem utilizar desse método.

O preconceito quanto sua utilização é uma grande barreira, mas nesse estudo foi constatada que a legislação também é uma barreira, já que precisa de muitas análises para se encaixar nas normas estrangeiras.

Sendo assim, foi elaborada uma proposta de investimento para instalação de uma unidade de irradiação de frutas, utilizando a fonte de Cobalto-60, sendo aceita por diversas organizações mundiais no que tange conservação de alimentos. E nesse estudo foi constatado a viabilidade em instalar uma indústria de irradiação no Brasil, especificamente em Campinas-S.P., por ser uma importante região produtora de frutas e a possibilidade de abertura para exportações através da irradiação se mostrou interessante, pois o mercado externo é muito disputado, que valoriza a qualidade dos alimentos e paga um preço que assegura o investimento.

No futuro esse método pode vir a ser utilizado em todos os segmentos do mercado, pois a preocupação com desperdício e a conscientização da população com o meio ambiente só vem aumentando e logo não serão mais aceitos os atuais processos de conservação que apresentam perigos para saúde e meio ambiente. Com o uso dessa tecnologia em larga escala, a tendência dos custos de investimentos iniciais é diminuir e assim, será muito mais simples e rápido sua utilização sendo capaz de atender tanto grandes demandas quanto pequenas empresas.

CM35**Concluiu-se que:**

- Os Objetivos foram bem estabelecidos em relação a Missão, Visão, Negócio, Princípios e Valores pois apresentaram valores de correlação altos. Sendo os Objetivos são válidos e coerentes com o papel da empresa pode-se também concluir que a Missão, Visão, Negócio, Princípios e Valores foram bem estabelecidos.

- A Técnica de *Brainstorming* é a mais adequada para se estabelecer o valor das correlações, e o Grau de Importância das variáveis. Pois permite que a análise da correlação seja mais precisa e coerente com a realidade da empresa, e que nenhum ponto importante não seja considerado.
- É importante destacar que todos os Pontos Fortes possuem correlação com os Objetivos, portanto a análise dos Pontos Fortes foi bem realizada.
- A combinação do Método do Planejamento Estratégico com a Ferramenta do QFD – Desdobramento da Função Qualidade e ainda a utilização da Análise de Pareto tornou possível destacar os principais Pontos Fortes e Oportunidades que melhor podem alavancar o atingimento dos objetivos, assim como as principais Ameaças e Pontos Fracos que podem comprometer o atingimento desses mesmos objetivos.

CM36**CONCLUSÃO**

Concluiu-se que:

- Os investimentos a nível governamental – Federal, Estadual e Municipal – e a nível privado foram distribuídos de forma coerente conforme mostra o Indicador da Qualidade Projetada da Matriz da Qualidade Obtida pela ferramenta do Desdobramento da Função Qualidade – *QFD*;
- Os Estádios em seu projeto de uso pós-evento devem contemplar além do uso de suas instalações para o esporte, principalmente Futebol, também, o uso social de suas instalações para educação, saúde, lazer ou mesmo para instalação de órgãos governamentais, ONG's, etc., reduzindo custo de aluguel desses imóveis. Outro ponto importante é a implementação de projetos auto-sustentáveis, reduzindo o custo de manutenção pós-evento, a exemplo do que foi realizado na Alemanha em 2006.
- Além da utilização da metodologia do QFD, foi feita uma comparação com a infraestrutura dos três últimos eventos. Através dela, foi possível verificar que o Rio de Janeiro possui algumas deficiências como é o caso da infraestrutura de transporte, mas também possui projetos e atributos que não ficam a desejar se comparados a edições anteriores da Copa do Mundo;

CM37**4. CONCLUSÃO**

Inicialmente, é válido lembrar que o presente trabalho é de caráter acadêmico e os dados apresentados foram mascarados, pois a empresa estudada não permitiu a divulgação de suas informações. Sendo assim, os processos (fluxogramas) foram adaptados e nem todas as famílias de produtos da empresa foram apresentadas.

Neste trabalho o Autor elaborou uma metodologia de pesquisa capaz de solucionar o problema apresentado no setor da empresa que foi avaliado, sugerindo a utilização de técnicas de previsão de demanda com melhor desempenho que aquelas utilizadas atualmente pela empresa.

Diante dos resultados apresentados a resposta ao questionamento levantado no capítulo 1 é sim, as previsões realizadas pela empresa poderiam ter tido melhor resultado se fossem utilizadas as técnicas de previsão apresentadas nas principais literaturas pesquisadas pelo Autor. Lembrando que para as famílias de produtos LQ e LF as previsões deveriam ser obtidas mensalmente, e para a família de produtos LZ as previsões poderiam ser obtidas até 18 meses antes do período a ser previsto. Isso ocorre devido às características das técnicas de previsão escolhidas pelo Autor para avaliar cada uma das famílias de produtos.

Inicialmente, o Autor sugere à Empresa:

- ✓ Implantação do modelo de Média Móvel Três (MM3) no planejamento de vendas de médio prazo da família de produtos LQ;
- ✓ Implantação do modelo de Média Móvel Dois (MM2) no planejamento de vendas de médio prazo da família de produtos LF;

- ✓ Implantação do modelo de Holt-Winters no planejamento de vendas de longo prazo da família de produtos LZ;
- ✓ Monitorar a eficiência desses modelos após a implantação dos mesmos e, se necessário, selecionar novas técnicas de previsão de demanda.

Durante o Desenvolvimento do trabalho percebeu-se a necessidade de aplicar outras técnicas de previsão, principalmente modelos qualitativos, que não puderam ser testadas devido à indisponibilidade nas agendas de colaboradores com o perfil adequado para essa atividade.

Como sugestão para trabalhos futuros o Autor sugere:

- ✓ Aplicação de uma maior variedade de técnicas de previsão, incluindo métodos qualitativos;
- ✓ Utilização de dados históricos reais de vendas;
- ✓ Inclusão de produtos que não foram considerados no presente trabalho.

Sendo assim, existem grandes possibilidades de encontrar resultados ainda melhores para a Empresa.

CM38

4. Conclusão

O presente trabalho estudou o projeto de implantação de um ERP em uma empresa do setor de mineração e, através de embasamento teórico descrito no capítulo 2, foi possível realizar avaliações sobre o processo de implantação de ERP estudado.

Através do estudo de implementações de ERPs em empresas de diferentes setores e, comparando-os com a implantação para a empresa foco do presente trabalho, foi possível perceber que os objetivos que motivaram a implantação do ERP para estas empresas são comuns.

Os objetivos das organizações ao implementarem sistemas ERP podem ser resumidos em possuir uma base de dados única que permita melhorar o fluxo de informações, garantindo assim maior confiabilidade de dados e permitindo que exista agilidade na obtenção da informação adequada, o que permite uma melhor gestão das organizações.

Para a empresa estudada, foi possível constatar, que apesar de inúmeras especificidades decorrentes do setor em que está inserida e o fato de um ERP padrão existente no mercado não suprir todas as particularidades, a implantação de um ERP neste segmento deverá garantir os benefícios esperados de um sistema integrado de gestão desde que durante o projeto de implantação todas as variáveis sejam consideradas e avaliadas. Portanto, para que os benefícios decorrentes da utilização de um ERP sejam alcançados, é extremamente

necessário que o projeto de implementação do sistema seja realizado da maneira adequada.

Apesar de verificada a capacidade de um ERP trazer os benefícios esperados também para organizações do setor de mineração, quando avaliado mediante aos módulos estudados no presente trabalho, é importante ressaltar que a configuração do sistema para este setor não é trivial e exige que o projeto de implantação do ERP seja longo, de alto custo, e delicado.

Foi possível avaliar que a estratégia adotada pela empresa, ao realizar implementações preliminares e menos complexas do sistema foi válida, principalmente por se tratar de uma grande empresa com inúmeras especificidades para cada área operacional. Percebeu-se que a empresa utilizou as lições aprendidas durante as implementações preliminares para embasar a implementação atual.

Constatou-se que o projeto de implementação de ERP adotado pela empresa está de acordo com o esperado de um projeto com este fim, e foi possível avaliar que a empresa tem concentrado seus esforços em aspectos estratégicos que garantam o sucesso da implementação do sistema.

Como proposta de melhoria ao projeto estudado, é possível ressaltar a importância de prezar pela integração dos módulos e garantir que o sistema seja construído de maneira integrada. Apesar de o projeto estudado ainda não estar na fase em que são preparados e realizados os treinamentos de usuários, este foi um dos fatores mais importantes e críticos observados através do estudo, portanto, é recomendado ao projeto que dedique grande parte dos esforços para este aspecto, através de treinamentos adequados a funcionários selecionados também adequadamente, garantindo assim, que o previsto para o sistema seja realizado e os benefícios sejam realidade para a organização. Assim como prover um grande suporte aos usuários logo após a implantação do sistema, para evitar transtornos e repulsa ao sistema por parte dos usuários.

O presente estudo pôde evidenciar os benefícios da utilização de um ERP como uma ferramenta de auxílio à gestão para as organizações de diversos segmentos, mineração inclusive. Além de evidenciar a complexidade e

importantes aspectos a serem considerados para a implantação de um sistema integrado de gestão.

CM39

5 CONCLUSÃO

Conforme pôde ser visto através dos resultados obtidos pelo emprego de ferramentas de engenharia econômica, todos os empreendimentos em análise são viáveis economicamente, apresentando elevados valores de retornos financeiros. Ao se simular montagens de fluxos de caixas e consequentes valores de VPL através de Monte Carlo para cada empreendimento, obteve-se fortes probabilidades de retorno positivo para todos os empreendimentos.

O empreendimento que se destacou como o mais rentável, mais seguro e configura-se como melhor decisão para empreendimentos de pousada no estado do Rio de Janeiro entre as localidades estudadas foi o de Armação de Búzios. Isto se deve principalmente ao fato de o preço praticado pelas pousadas e hotéis nesta cidade serem maiores que os preços praticados em Penedo e Paraty. O fato de se analisar pousadas de cinco estrelas pode ter beneficiado Armação dos Búzios neste estudo, uma vez que esta cidade possui pousadas mais luxuosas, quando comparada às outras localidades.

O objetivo inicial de avaliar a viabilidade de empreendimentos de pousada nas três localidades foi alcançado, reconhecendo e considerando as diferenças de cada localidade, e as retratando financeiramente na análise de investimentos realizada.

O método de Monte Carlo também se mostrou útil para analisar a viabilidade de empreendimentos, confirmando os resultados obtidos por técnicas de engenharia econômica, e sendo uma alternativa para analisar cenários distintos.

CM40**8. CONCLUSÃO**

O plano de negócio desenvolvido é um importante instrumento de planejamento, podendo aplicá-lo como um mapa de percurso e ser consultado e acompanhado constantemente. Com o plano de negócio pronto é possível saber se vale a pena abrir, manter ou ampliar o negócio.

Para o empreendedor, um planejamento estratégico de negócios é mais que um local destinado à inserção de dados, ele pode ser uma ferramenta para lhe oferecer a confiabilidade necessária nas informações colhidas, para assim realizar as interpretações corretas das análises financeiras e do mercado. O planejamento de negócios contém um cronograma lógico e prático que possibilita ao empreendedor a inserção dos mais diversos dados sobre o futuro negócio, assume também a função de orientar e coordenar a futura empresa, tanto para que o empreendedor siga a cronologia correta das ações, como também para que não ultrapasse os seus limites financeiros e operacionais.

Portanto, a importância do planejamento estratégico de negócio está na captação, elaboração e, principalmente, no bom senso em avaliar o conjunto de fatores de viabilidade financeira e mercadológica, que possibilitarão ao empreendedor coordenar um plano de ação, através do caminho mais adequado para a abertura da sua empresa.

Empreender é sempre um risco, mas empreender sem planejamento é um risco que pode ser evitado. O plano de negócio, apesar de não ser a garantia de sucesso, irá auxiliar na tomada de decisão, assim como a não se desviar dos objetivos traçados.

Com relação aos resultados financeiros esperados, o empreendimento mostrou uma grande vantagem sobre o investimento atual do montante de R\$900.000,00 (novecentos mil reais) que rende R\$4.500,00 em aluguel por mês, o equivalente a R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) anuais. Com o novo empreendimento o montante anual estará previsto para ficar em aproximadamente R\$264.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais).

Conclui-se que começando com o planejamento desse negócio, vale a pena investir por se tratar de um negócio com bons indicadores financeiros. Vale lembrar que o plano de negócio deve sempre ser adaptável a mudanças internas e externas, possibilitando a evolução constante da empresa e a maximização dos lucros.

9. SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

É importante entrar em contato com um bom número de fornecedores, quanto mais fornecedores o empreendedor entrar em contato melhor.

Consultar revistas sobre o assunto e se basear nas edições mais atuais, procurar por cooperativas e associações relacionadas a sua atividade.

Procurar e manter o contato com empreendedores que estão a pouco tempo no ramo para buscar as experiências do empreendedor com a instalação da empresa, as oportunidades, os riscos, entraves e surpresas enfrentadas no início das atividades pelo mesmo.

Basear as principais informações em autores/referências consagradas no ramo, onde se possa atribuir maior confiança na informação.

Empreender é sempre um risco, mas empreender sem planejamento é um risco que pode ser evitado. O plano de negócio, apesar de não ser a garantia de sucesso, irá auxiliar na tomada de decisão, assim como a não se desviar dos objetivos traçados.

Com relação aos resultados financeiros esperados, o empreendimento mostrou uma grande vantagem sobre o investimento atual do montante de R\$900.000,00 (novecentos mil reais) que rende R\$4.500,00 em aluguel por mês, o equivalente a R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) anuais. Com o novo empreendimento o montante anual estará previsto para ficar em aproximadamente R\$264.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais).

Conclui-se que começando com o planejamento desse negócio, vale a pena investir por se tratar de um negócio com bons indicadores financeiros. Vale lembrar que o plano de negócio deve sempre ser adaptável a mudanças internas e externas, possibilitando a evolução constante da empresa e a maximização dos lucros.

9. SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

É importante entrar em contato com um bom número de fornecedores, quanto mais fornecedores o empreendedor entrar em contato melhor.

Consultar revistas sobre o assunto e se basear nas edições mais atuais, procurar por cooperativas e associações relacionadas a sua atividade.

Procurar e manter o contato com empreendedores que estão a pouco tempo no ramo para buscar as experiências do empreendedor com a instalação da empresa, as oportunidades, os riscos, entraves e surpresas enfrentadas no início das atividades pelo mesmo.

Basear as principais informações em autores/referências consagradas no ramo, onde se possa atribuir maior confiança na informação.

CM41

7- Conclusões

Inicialmente é necessário destacar a importância de uma análise estatística de dados, pois através de estratificações é possível verificar a origem do problema e assim ter uma idéia de onde deve-se atacar primeiro visando uma solução para o problema.

Analisando os resultados do projeto, é possível perceber que é muito grande a influência do resfriamento secundário na qualidade da placa. A principal fonte de defeitos em uma placa de lingotamento contínuo é o reaquecimento, já que se uma placa recebe muita refrigeração sua superfície fica muito resfriada em relação ao núcleo e com isso chegar na zona de radiação livre ocorre o reaquecimento desta superfície resfriada. Com este reaquecimento surgem diversas tensões no interior da placa que podem originar diversos tipos de trincas.

No caso do defeito bolsa, o resfriamento em excesso fez com que diversas frentes de solidificação surgissem acarretando em uma falta de aço líquido no interior da placa. Reduzindo a refrigeração este defeito passou a ocorrer apenas na parte de descarte obrigatório, mostrando que foi reduzido o tamanho do vazio causado pela contração do aço no momento da solidificação.

CM42**6 CONCLUSÕES**

Neste trabalho foi realizado a síntese de um fluido magnético utilizando nanopartículas de óxidos de ferro revestidas com quitosana , onde foi possível concluir que este material pode ser utilizado na área biomédica, podendo servir de base para o tratamento ou diagnóstico contra o câncer.

Através da técnica de DRX, verificou-se que o objetivo do trabalho foi atingido pois obteve-se 100 % de magnetita. Por esta técnica também foi possível estimar o tamanho médio das nanopartículas magnéticas que foi de 15,2 nm o que comprova juntamente com a análise da curva de histerese que a amostra apresenta um comportamento superparamagnético.

O revestimento de quitosana mostrou-se eficaz na proteção das nanopartículas de magnetita contra a oxidação e uma possível aglomeração das mesmas dentro do corpo, isso pode ser comprovado através da curva de análise térmica onde observa-se a variação contínua de massa que nada mais é do que a degradação da quitosana pela perda de água.

CM43**6. CONCLUSÃO**

Após a implementação dos métodos de apoio multicritério à decisão propostos, os métodos *ELECTRE* I e II e a obtenção dos resultados, pôde-se verificar a plataforma que tinha os sistemas em pior estado de conservação, e que deve ser priorizada na Melhoria Operacional e Padronização, além disso, os métodos puderam nos dar um *ranking* das alternativas, visando a definição de uma ordem para os trabalhos de revitalização nos sistemas de telecomunicações das unidades. As análises de sensibilidade realizadas posteriormente, auxiliaram no refino da solução do problema em estudo, indicando melhores índices para a implementação dos métodos e posterior ordenação das alternativas em estudo, além de mostrarem que variações nos índices do método não causam mudanças significativas na ordenação das alternativas, gerando credibilidade ao estudo.

Ao final do estudo, pôde-se concluir que os melhores índices utilizados neste método foram os índices utilizados na análise de sensibilidade 2, índices estes que geraram uma classificação mais clara, com 9 posições no *ranking*, e que teve a alternativa A19, como a que deve ser priorizada inicialmente.

A eleição da alternativa A19, como a pior alternativa, vai de encontro com as expectativas do corpo técnico e dos decisores, pois o objetivo do trabalho é alcançado, indicando-se uma alternativa na qual os trabalhos devem ser iniciados, devido à dificuldade de decisão dentre as inúmeras alternativas existentes.

A elaboração de uma ordenação para a priorização dos trabalhos, abrange também fatores econômicos, e a decisão de priorizar uma plataforma com sistemas de telecomunicações em pior estado pode trazer uma minimização de prejuízos futuros devido à indisponibilidade de determinados sistemas, que podem acarretar até mesmo na parada de produção da unidade.

Além dos fatores econômicos citados, pode-se também citar fatores de segurança e saúde, onde esta ordenação, também se encaixa perfeitamente, ressaltando que a indisponibilidade de alguns destes sistemas de telecomunicações citados podem deixar em risco a vida humana no mar.

Com o início da Melhoria Operacional e Padronização, outros estudos podem ser realizados, visto que as condições dos sistemas de cada unidade podem mudar consideravelmente com o tempo.

Além disso, podem também ser implementados outros métodos de apoio multicritério à decisão como PROMÉTHÉE, TODIM e AHP, por exemplo, para gerar uma ordenação das alternativas e comparar os resultados com o presente estudo. Podendo, também, serem realizados estudos mais aprofundados sobre o método em questão e sobre a forma de avaliação das alternativas, visto que ainda não existiam na OMT-BC estudos de AMD para o fim específico deste trabalho.

Doravante, o aprendizado com a implementação do método também se mostra muito vantajosa, não só para a o enriquecimento pessoal, mas para o enriquecimento profissional e corporativo. O domínio desta metodologia estimulou novos aprendizados, a fim de serem estudados outros métodos de Apoio Multicritério à Decisão, melhorando ainda o domínio do assunto em questão e das metodologias aplicadas.

Conclui-se, então, que o método utilizado é válido para auxiliar nas decisões acerca da priorização da revitalização dos sistemas de telecomunicações das unidades de produção da Bacia de Campos, sendo um estudo mais aprofundado do caso uma opção desejável para a continuação dos trabalhos da Melhoria Operacional e Padronização, a fim de se utilizar estes estudos na rotina dos trabalhos da OMT-BC.

CM44**6. CONCLUSÃO**

As Cartas de Controle mostraram-se uma ferramenta de grande utilidade para o estudo proposto, na medida em que foi possível o acompanhamento dos dados em tempo real, visualização do processo e de seu comportamento, juntamente com várias informações adicionais importantíssimas no auxílio à tomada de decisão e no entendimento do processo.

A implementação não trouxe melhorias apenas com a utilização das Cartas, mas as atividades necessárias para reduzir a variabilidade do processo antes de ser realizada a coleta de dados, foram de tamanha importância para toda a Gerência. A reestruturação e criação das Planilhas no Excel facilitou o serviço rotineiro dos operadores, otimizando a mão-de-obra e direcionando-a para tarefas mais importantes, ou que não podem ser realizadas pelos computadores, e os dados passaram a ser gerados de uma maneira mais simples e correta, gerando automaticamente relatórios e gráficos para serem utilizados por *Staff's*, Engenheiros e demais interessados.

A utilização das Cartas de Controle como ferramenta para evidenciar as Anormalidades e servir como documento perante aos Auditores Externos, será de grande valia, na medida que consiste em um documento formal, organizado, de fácil visualização, que permite analisar, estudar e enxergar as anormalidades e seu impacto no processo, servindo como um instrumento de melhoria e acompanhamento para a Gerência.

O banco de dados gerado com os dados que alimentam as Planilhas do CEP, poderá servir futuramente para estudos de Simulação e Análise de Sensibilidade de Variabilidade.

CM45**4 CONCLUSÃO**

Pôde-se verificar através deste trabalho que a Teoria dos Grafos é um ramo muito importante da Matemática Aplicada e da Pesquisa Operacional e que vem crescendo, possuindo aplicações relevantes em diferentes áreas do conhecimento e operacionais. Observou-se a utilização de seus algoritmos, como o de Caminho Mínimo, que é utilizado em problemas de definição de melhores rotas entre cidades, bairros; problemas de corte de estoque, dentre outros, e possui o objetivo de minimização de custos ou distâncias, podendo ser resolvido pelos algoritmos de Dijkstra e de Floyd.

Observou-se que o algoritmo da Árvore Geradora Mínima é muito utilizado em projeto de redes de telecomunicação, projeto de redes de transporte (rodovias, ferrovias, etc.), projeto de redes de transmissão de energia, e tem como objetivo encontrar uma estrutura de conexão (árvore) em que todos os nós se conectem (direta ou indiretamente) uns aos outros. Essa estrutura deve possuir o menor peso ou custo possível, onde o peso é dado pela soma dos pesos das arestas escolhidas (mínima).

No algoritmo de Fluxo Máximo, que é primordial em problemas de fluxo que envolvem água, óleo, vapor através de redes de tubos, fluxo máximo de veículos em um sistema de transporte, capacidade máxima de uma linha de produção de um produto, tem o objetivo de maximizar o fluxo de um ponto de origem (ou fonte) até um ponto de destino (ou sorvedouro) tendo que respeitar as restrições de fluxo de cada arco da rede.

Através do programa Tora, pôde-se comprovar os resultados dos algoritmos para os exemplos comentados, comparando as soluções encontradas nos problemas. Sendo assim, pôde-se verificar a eficiência dos algoritmos.

No estudo de caso, apresentou-se um problema de localização, tendo como objetivo a escolha de um local em uma região da cidade de Volta Redonda para ali instalar uma central de ambulância destinada a atender uma parcela da população desta cidade, ou seja, localizou-se o local em que a central de ambulância deveria ser instalada, de modo a atender da melhor forma possível as necessidades da população local, garantindo distâncias mínimas entre a central e os bairros selecionados para receber o atendimento do serviço de ambulâncias.

Com o estudo de caso realizado, verificou-se de forma prática com atividades do nosso cotidiano a importância do estudo dos algoritmos desenvolvidos para a análise do problema de caminho mínimo. Logo, o uso da Teoria dos Grafos mostrou-se capaz de possibilitar melhorias do bem estar público, ao definir a maneira mais adequada de execução de um serviço público a fim de responder às chamadas dos cidadãos o mais rápido possível.

Pôde-se concluir este trabalho ratificando a importância da Teoria dos Grafos e de seus algoritmos para melhoria de atividades industriais e da vida prática do ser humano, através de suas aplicações diretas e indiretas em diversos processos; como por exemplo, encontrando um ponto estratégico para instalar centrais de emergência; nas reduções de custos em otimização de redes, maximização de fluxos; entre outros processos.

Como sugestão para trabalhos futuros propõe-se a ampliação da área de abrangência do estudo de caso, englobando toda região da cidade de Volta Redonda, e também melhorar a precisão dos dados.

CM46

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou elaborar um Plano de Negócio de um empreendimento inovador, qual seja, um *delivery* de conveniência, na cidade de Volta Redonda, nele foram descritas as principais características e estratégias que o negócio precisa ter para atuar no segmento almejado.

Foram analisados, a fim de conferir uma base técnica ao Plano de Negócio ferramentas de Marketing, tais como Mix de Produtos (4P's) e Análise de SWOT, para definir suas estratégias de atuação e identificar os fatores internos e externos do empreendimento em relação ao mercado; Plano Operacional contendo informações a respeito da estrutura necessária para o funcionamento do negócio, com a definição de sua localização; por fim Plano Financeiro onde foram descritos os aspectos financeiros, através de projeções de suas futuras atividades comerciais.

Insta ressaltar, que na elaboração do Plano Financeiro foi baseado em um cenário pessimista em relação a aceitação do serviço pelo público alvo, do número de pedido diários, bem como foi considerado que tais pedidos seriam de pequeno valor, tudo isso devido ao fato de se tratar de um serviço inovador. A análise foi feita com uma projeção de três anos, considerando que o empreendimento está inserido em um mercado dinâmico e em constante mudança, e ainda baseando-se no fato de que o investimento inicial foi relativamente pequeno exigindo, portanto um retorno em menor tempo.

Considerando os aspectos supracitados, mesmo no cenário pessimista o empreendimento se mostrou viável, tendo em vista que foram atingidos bons valores para o VPL e a para a TIR, e demonstrou em seu resultado lucros crescentes.

Com isso é de fácil conclusão que o objetivo do presente estudo foi alcançado, tendo em visto que todas as questões pertinentes ao Plano de Negócio foram abordadas.

O projeto trata de um empreendimento situado na cidade de Volta Redonda, numa primeira abordagem o atendimento seria exclusivo de clientes com residência nesta cidade, entretanto nada impede que no futuro este serviço seja expandido para outras cidades do Sul Fluminense, tendo em vista a posição geográfica privilegiada de Volta Redonda.

CM47**7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, inúmeras vezes discutiu-se a importância da siderurgia no mundo. Sendo esta uma indústria de base, seu produto final, o aço, serve de insumo para uma série de indústrias de transformação. Dessa forma, o desenvolvimento da indústria siderúrgica serve como indicador do avanço industrial no país, na medida em que é o alicerce de várias cadeias produtivas.

O processo tradicional de produção do aço vem sendo aprimorado nas últimas décadas, sofrendo diversas adaptações. Tais mudanças buscam atender a novas necessidades do setor que nos últimos anos tem sido pressionado em função de questões de ordem técnica, econômica e ambiental. As principais demandas da siderurgia moderna estão relacionadas com os elevados custos de instalação de novas unidades e de reforma entre campanhas, o preço elevado das principais matérias-primas, minério de ferro e carvão, que nos últimos anos teve aumento significativo, e o crescente apelo ambiental. Tais desafios têm levado os siderurgistas a uma busca por alternativas, não só através do aprimoramento do processo tradicional como também investindo no desenvolvimento de novas tecnologias, contexto em que se insere o TecnoRed.

As tecnologias emergentes vêm ao encontro das novas demandas do setor siderúrgico e buscam oferecer vantagens, quais sejam: garantia do binômio - baixo custo de investimento e baixo custo operacional, flexibilidade de escala de operação, de uso de matéria-prima e de produto, uso de finos ou de aglomerados a frio, uso de combustíveis alternativos, eliminação de etapas da cadeia produtiva atual, maior

compatibilidade ambiental, entre outras. Além do processo Tecnoled, foram também citados nesse trabalho os processos HIs melt, Itmk3, FINEX, entre outros.

Dentre as principais características do setor siderúrgico destacam-se: a concentração geográfica da indústria, visto que China, Europa Ocidental, Japão, Taiwan, Coreia do Sul, C.E.I., Estados Unidos, Brasil e Índia representam 87% da demanda mundial e 91% da produção total de aços acabados; a existência de grande número de *players*, sendo que os maiores atuam globalmente; a fragmentação da indústria, com exceção de algumas regiões como é o caso da Europa onde há alguma concentração a nível local; e ainda é importante destacar o fator China, a qual já responde por 46% da produção e aproximadamente 45% do consumo mundial de aço e ainda assim tem apresentado crescimento em torno de 6% ao ano.

Para analisar a competitividade na indústria siderúrgica, foi utilizado o modelo das cinco forças competitivas de Porter. No estudo da primeira força, a ameaça de novos entrantes, identificou-se características da siderurgia como o fato da indústria ser bastante intensiva em capital e altamente cíclica, sofrendo oscilações fortes e regulares de demanda e preço. Dessa forma, as barreiras de entrada no setor são elevadas reduzindo a ameaça de novos entrantes. Para o estudo da segunda força de Porter que está relacionada ao poder de barganha dos fornecedores, deu-se enfoque no *upstream* da cadeia produtiva do aço e foram analisados apenas os fornecedores das principais matérias-primas, minério de ferro e carvão metalúrgico. Identificou-se o setor de mineração como concentrado, onde os fornecedores buscam máxima precificação para seus produtos.

O aço se destina, em sua ponta final a seis segmentos de consumo, dentre eles, o setor de construção, automobilístico, máquinas e equipamentos, petróleo e gás, entre outros. Dessa forma, a terceira força competitiva, poder de barganha do cliente, depende de determinadas características de cada segmento, como nível de concentração e presença de grande *player* global atuando no mercado. Com relação à quarta força de Porter, ameaça de produtos substitutos, foi identificado que a tendência de substituição é distinta em cada setor de consumo e não apresenta forte ameaça relevante no curto/médio prazo. Para tanto, as indústrias siderúrgicas devem continuar investindo em P&D a fim de que o portfólio de produtos se mantenha competitivo.

Após analisadas as quatro forças competitivas de Porter, a quinta e última força refere-se à rivalidade entre os concorrentes, onde há convergência dos quatro outros fatores. Concluiu-se sobre os principais *drivers* de competitividade, quais sejam: a)

acesso a matéria-prima de baixo custo; b) eficiência operacional; c) portfólio de produtos *downstream*; e d) custo fixo e custo de capital reduzidos. Para alcançar esses *drivers*, as empresas vêm investindo em diferentes estratégias como: consolidação, visando maior integração e cooperação, mesmo que a nível regional; estratégia de verticalização, visando entrar no elo da cadeia de mineração e distribuição, garantindo fornecimento de matéria-prima, assim como disponibilidade e maior eficiência de distribuição de produtos; da mesma forma, as empresas buscam obter vantagem logística em relação a concorrência; como último ponto a destacar, políticas tarifárias adotadas por alguns países, com o objetivo de proteger a indústria nacional, podem representar competitividade adicional (mesmo que ilegítima) para algumas empresas do setor siderúrgico.

Para caracterização do processo TecnoRed de redução de minério de ferro, foi feito um breve histórico sobre o desenvolvimento da tecnologia, assim como uma análise das principais vantagens competitivas potenciais. Além disso, descreveu-se superficialmente particularidades do processo e plano das campanhas para esse ano, com devido cuidado em relação à propriedade intelectual, evitando exposição da tecnologia. Desde a entrada da Vale como acionista, com a implantação do sistema de gestão e apoio técnico especializado houve visível salto no desenvolvimento do projeto, culminando no *start up* da IDP, o qual foi um passo de grande relevância. Atualmente a empresa conta com equipe robusta trabalhando na comprovação da viabilidade técnica e econômica do processo. Em 2012 várias campanhas serão realizadas e diferentes testes com matérias-primas alternativas serão feitos a fim de se obter otimização das práticas operacionais e insumos.

Quando se compara o estágio atual de evolução às metas propostas pela equipe gestora da empresa, nota-se que os principais desenvolvimentos estarão necessariamente concentrados na estabilização operacional da planta piloto semi-industrial, bem como no desenvolvimento e teste de matérias-primas carboníferas que são usadas tanto como combustível para o forno, quanto como agente de redução no briquete autorredutor. Espera-se que as próximas campanhas sejam decisivas para consecução dessas metas, de forma que a tecnologia possa finalmente passar para o estágio de planta industrial.

Como objetivo do trabalho, realizou-se um estudo estratégico através da análise da matriz SWOT do TecnoRed do ambiente externo e interno da empresa a fim de se verificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Dentre as principais características a serem abordadas, considerando-se que a empresa tem como meta o desenvolvimento

da tecnologia alternativa de redução de minério de ferro, pode-se destacar entre pontos positivos e negativos: flexibilidade do uso de matérias-primas, flexibilidade de produção, maior compatibilidade ambiental, menor investimento inicial e potencial menor custo operacional, estágio de comprovação da tecnologia ainda longe de viabilidade técnica e econômica.

Como uma conclusão da análise SWOT pode-se definir que o processo TecnoRed, devido a todas as forças e oportunidades a serem capturadas no mercado, apresenta-se bastante competitivo como tecnologia emergente e alternativa à tecnologia do alto-forno. Várias diretrizes estratégicas podem ser desenhadas para alavancar o TecnoRed. Porém, como identificam as fraquezas, vários são os desenvolvimentos necessários para que o processo se viabilize técnica e economicamente. As ações estratégicas apontam a necessidade da empresa acelerar mudanças, inovar e crescer no sentido de comprovar a tecnologia. Além disso, as ameaças provenientes de variáveis externas devem ser monitoradas.

O principal foco hoje é o investimento no desenvolvimento da tecnologia através das campanhas, como vem sendo realizado, podendo a empresa contar com gestão eficaz e corpo técnico de qualidade direcionando esforços para a comprovação da tecnologia.

Uma das limitações desse trabalho está relacionadas com a abrangência da análise. O setor siderúrgico é analisado globalmente, sem foco em uma nação, isso deve-se ao fato do setor ser naturalmente conservador e refratário a novas tecnologias, dada a intensidade de capital em risco. Assim, seriam poucos os países ou empresas com interesse e condições de suportar o desenvolvimento de uma tecnologia disruptiva de redução de minério de ferro. Dessa forma, o foco dado à potencial inserção da tecnologia TecnoRed em países emergentes endereça adequadamente essa questão do conservadorismo no investimento e relativiza a limitação dessa abordagem. Outra limitação está relacionada com o fato da tecnologia TecnoRed ser ainda incipiente. É ainda necessário algum desenvolvimento técnico para tornar a tecnologia economicamente sustentável e competitiva. Ou seja, o potencial do processo é razoavelmente incerto, uma vez que não foram realizadas campanhas suficientes para determinar com precisão os limites de desenvolvimento da tecnologia. Além disso, devido à necessidade de proteger a propriedade intelectual, muitas análises não podem ser aprofundadas. Como sugestão para trabalhos futuros propõe-se análises mais elaboradas da competitividade em uma indústria já que o modelo utilizado baseia-se na ideia original de Porter.

CM48**4 CONCLUSÃO**

Diante das necessidades apresentadas pelo coordenador do almoxarifado, foram traçados os objetivos a serem alcançados. Apesar do bom funcionamento e gerenciamento dos estoques no almoxarifado, levando em conta a capacidade e experiência dos funcionários, nenhuma análise de custos e níveis de estoques havia sido feita anteriormente. Então além do conhecimento acumulado dos funcionários, essa análise trouxe um referencial teórico, um estudo minucioso aplicando os conceitos de custos e níveis de estoques. É importante essa análise porque como em qualquer outra organização, eventualmente, existe a renovação de funcionários e coordenadores, e essa experiência pode não ser absorvida por esses novos colaboradores. O estudo feito pode ser aplicado a todos os itens existentes no estoque, e possíveis novos itens a serem estocados. Então a visão mais teórica do que é uma gestão de estoques amplia o conhecimento da organização e de seus colaboradores. Quando é possível mensurar, calcular e demonstrar graficamente os fatores que antes não eram claros, torna-se mais fácil a gestão dos estoques, ver a possibilidade de aplicação de mudanças, ter maior controle sobre os itens estocados, trabalhar melhor a questão do tempo, saber qual o impacto de cada item nos estoques.

Com relação ao controle dos estoques é utilizado o *Bheta Software* indicando demandas e custos relacionados a cada item, bem como sua codificação. Porém ao se calcular custos de estoques não se pode somente basear no custo de compra dos materiais. Existem, como foi bem enfatizado no desenvolvimento dessa análise, outros custos que se agregam ao custo total dos estoques. Foram escolhidos os itens de classe A para essa análise, mas nada impede que os cálculos dos custos feitos para esses dois itens sejam aplicados aos demais itens de uma maneira uniforme. Para diminuir o custo de um determinado item no estoques, não necessariamente deve-se reduzir o custo da

compra, pode minimizar outros custos relacionados a esse item, custo esses expressos no desenvolvimento da análise.

A classificação ABC foi muito importante para a análise porque foi pedido pelo coordenador que fosse feita uma análise para saber quais os itens tinham maior custo para o almoxarifado e que se fosse exposto de forma clara. A curva ABC foi a melhor maneira encontrada para demonstrar esses itens de maior importância. Então foi mostrado que se esses itens de classe A forem eficientemente gerenciados, o almoxarifado tem grandes chances de ter uma gestão eficiente.

Algo inovador para a empresa em questão foram os níveis de estoques calculados e mostrados graficamente no desenvolvimento. Foram respeitadas as restrições porque o almoxarifado é ligado a um órgão público. As compras só podem ser feitas a partir de licitações, então o pedido não pode ser feito imediatamente. A questão dos pedidos é feita corretamente contemplando o tempo que leva para o pedido ser atendido efetivamente. Então o pedido é feito bem antes para que a demanda no município seja atingida. Porém o almoxarifado não trabalha com estoque de segurança e vale ressaltar a importância de se trabalhar com o estoque de segurança visto que se trata da saúde pública, onde a falta de determinado item interfere na saúde de um ser humano. A inserção do estoque de segurança no funcionamento do almoxarifado é uma boa medida para que a demanda por itens no estoque nunca seja prejudicada.

O ponto de pedido que antes só era feito a partir da variável tempo, depois da análise também pode ser feito a partir das quantidades dos itens nos estoques. Isso evita o fato do funcionário se perder em relação ao tempo. Estabelecida a quantidade fixa para o ponto de pedidos é só o funcionário analisar as retiradas do estoque e ver em que quantidade um determinado item se encontra e assim saberá quando é necessário fazer o pedido desse item.

Assim, a análise é concluída positivamente propondo mudanças e solucionando questões que não eram do conhecimento da organização. Mesmo que a empresa em questão não vise lucros, uma gestão eficiente nos estoques evita custos exorbitantes ao município que conta com os impostos da população e outro fator de muita importância é que a falta de determinados itens colocam em risco a vida de um indivíduo e a vida de um ser humano é inestimável.

CM49

IV. CONCLUSÃO

No campo da logística, embora a atividade de transporte possa ser entendida de uma forma mais simples como o processo de levar mercadorias de um lugar para outro, esta atividade tem sido a chave que aproxima indústrias, fabricantes, comerciantes, fornecedores e consumidores, todos cada vez mais exigentes. Em termos de competitividade as organizações buscam cada vez mais padrões de excelência e, na dinâmica que cerca os processos industriais, ao setor de transportes cada vez mais é exigido um desempenho satisfatório.

É nesse ambiente complexo, de extrema agilidade e flexibilidade que surge o papel das transportadoras as quais devem estar capacitadas a acompanhar as transformações do mercado e cada vez mais preparadas em termos de organização, planejamento e controle.

Sua atuação envolve elementos importantes como preço do serviço, pontualidade da entrega, condições físicas dos bens entregues, entre outros que acabam impactando na formação de preço e medida de qualidade do produto final. Se não for bem administrada acarreta em fatores negativos, os quais podem ser minimizados com a utilização de uma ferramenta de gerenciamento de projetos eficiente.

Após o levantamento dos dados, foi efetuada uma comparação dos métodos utilizados pela empresa estudada com as práticas sugeridas pelo PMBOK.

Foram feitas sugestões de melhorias nos métodos utilizados, bem como montados modelos de documentos e questionários que servirão de base para melhorar os processos de gerenciamento de projetos da empresa. A aplicação dos modelos e práticas sugeridas por este trabalho servirá de base para que se construa uma metodologia que propiciará maior organização, maior preparo para enfrentar imprevistos e conseqüentemente lhe dará vantagem frente seus concorrentes.

CM50

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo o que foi exposto ao longo do trabalho, através de diferentes bibliografias, pode-se concluir que o soro de leite é um produto de elevada importância para diversas áreas e indústrias alimentares e não alimentares.

Muitas vezes considerado um subproduto da produção de queijos em indústrias de laticínios, ele acabava sendo visto como um dejetivo, impactando negativamente o meio ambiente através de suas características poluidoras. Porém através desse trabalho conseguimos verificar, que além do impacto negativo no ambiente que é gerado pelo seu descarte de forma inadequada, estaríamos perdendo seus inúmeros benefícios e aplicações ao simplesmente descartá-lo.

Existem muitas aplicações para o soro, e seu principal e valioso componente, as proteínas, que foram verificadas e confirmadas através de suas características funcionais, nutricionais e biológicas, e também através dos muitos processos diferentes que existem para realizar o aproveitamento tanto o soro como destas proteínas.

E esse aproveitamento, devido as suas ótimas aplicações, já é bastante difundido mundialmente. Sendo necessária a evolução do aproveitamento no Brasil, que apesar de ser um grande produtor de queijo, e conseqüentemente um grande produtor de soro de queijo, ainda não aproveita de todas as formas possíveis a sua produção, e tem um grande potencial para agregar valor a esse soro e ser um possível exportador de seus subprodutos.

Por fim, resumindo, aproveitamento do soro é possível e viável em muitos aspectos, ambientalmente, evitando a contaminação através de seu descarte, em questões de processamento, pois existem diversos processos que tornam possível sua utilização como matéria-prima ou matéria agregante de outros processos, e por

fim, mas não menos importante, por suas características únicas de alto valor comercial, nutricional e funcional.